

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

DUMARA REGINA DE LIMA

**O Carnaval do lixo e as inversões da reciclagem do alumínio: injustiça ambiental nas grandes festas populares brasileiras**

São Paulo

2022

DUMARA REGINA DE LIMA

**O Carnaval do lixo e as inversões da reciclagem do alumínio: injustiça ambiental nas grandes festas populares brasileiras**

**Versão corrigida**

Tese de doutorado apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do Título de Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade.

Área de Concentração:  
Gestão Ambiental

Orientador:  
Prof. Dr. André Felipe Simões

Coorientadora:  
Profa. Dra. Sonia Seger Pereira Mercedes

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Escola de Artes, Ciências e Humanidades,  
com os dados inseridos pelo(a) autor(a)  
Brenda Fontes Malheiros de Castro CRB 8-7012; Sandra Tokarevicz CRB 8-4936

Lima, Dumara Regina de

O carnaval do lixo e as inversões da reciclagem do alumínio: injustiça ambiental nas grandes festas populares brasileiras / Dumara Regina de Lima; orientador, André Felipe Simões; coorientadora, Sônia Seger Pereira Mercedes. -- São Paulo, 2022.  
232 p: il.

Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2022.

Versão corrigida

1. Lata de alumínio. 2. Megaevento no Brasil. 3. Resíduos sólidos urbanos. 4. Catadores de materiais recicláveis . 5. Desigualdade sociorracial . 6. Injustiça ambiental. I. Simões, André Felipe, orient. II. Mercedes, Sônia Seger Pereira, coorient. III. Título.

Nome: LIMA, Dumara Regina de

Título: O Carnaval do lixo e as inversões da reciclagem do alumínio: injustiça ambiental nas grandes festas populares brasileiras

Tese apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutora em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade.

Aprovado em: 17/03/2022

### **Banca Examinadora**

Profa. Dra: Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr: Marcos Bernardino de Carvalho

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr: Dennis de Oliveira

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr: Mauro Oddo Nogueira

Instituição: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Julgamento: \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos**

São muitos os agradecimentos à pessoas, entidades e instituições que de diferentes maneiras, contribuíram para a realização desse trabalho:

Ao meu orientador, professor André Felipe Simões, pela presença e confiança sem as quais não seria possível a realização desse projeto;

Aos meus coorientadores, professora Sonia Seger Pereira Mercedes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor Ramatis Jacino da Universidade Federal do ABC (UFABC) pelas valorosas contribuições.

À banca examinadora, professores Sylmara Gonçalves Dias, Marcos Bernardino, Dennis de Oliveira e Mauro Nogueira.

À Priscilla Bueno, aluna do curso de graduação de Gestão Ambiental da EACH-USP, atualmente gestora ambiental, que esteve conosco no estudo do Carnaval paulistano e em campo, entrevistando vendedores ambulantes e catadores de latinha.

Ao João Luís da Silva Carvalho & família, Carlinhos e Cristina, pelo apoio fundamental na revisão e formatação desse trabalho.

À Cris Isogai, Sandra&Miro, João Rafael pelo apoio cartográfico e ao Dimas e Rita pelos gráficos.

À Juliana Lopes Magalhães e sua família (Dona Lourdes, Seu Zeca (*in memorian*), Pedro, Thiago e Luizinho) e amigos que me receberam, apresentaram e acompanharam em Belém no Círio de Nossa Senhora de Nazaré, permitindo vivenciar toda a beleza da festa e seus preparativos, como a eternizada maniçoba do Seu Zeca.

À Lindsay Santa Rosa, Wander Galloti, Daniel, Rafael e André Cunha, que em diferentes momentos, me receberam, apresentaram e acompanharam no Carnaval do Rio de Janeiro.

Ao Leandro Tenório, João Rafael Calvo da Silva, Camila da Paz, Wilson Jr., Renato Mancini e Mara Moreira, companheiros do Carnaval de rua de São Paulo, e ao salva-vidas Cássio Mattar.

Aos trabalhadores do chão da festa, especialmente, aos vendedores ambulantes de bebidas, catadores de materiais recicláveis, garis e técnicos das operações de limpeza urbana das cidades de Belém, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Às cooperativas de catadores de materiais recicláveis Concaves e Filhos do Sol de Belém, a cooperativa Vira Lata de São Paulo e ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

À Diretoria da Festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a Associação Independente dos Blocos de Carnaval de Rua da Zona Sul, Santa Teresa e Centro da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (A SEBASTIANA), aos blocos carnavalescos paulistanos Acadêmicos do Baixo Augusta, Bloco Fluvial do Peixe Seco, Tarado Ni Você, Pirata, a Escola de Samba Vai-Vai junto com a querida Margareth do Rio Pequeno.

Aos técnicos da Secretária de Saneamento (SESAN) da Prefeitura de Belém, da Companhia Municipal de Limpeza Urbana da cidade do Rio de Janeiro (COMLURB), da Riotur, do Anhembi e da Central de Triagem da Ponte Pequena de São Paulo.

Aos pesquisadores e autores agradeço ainda as conversas com José Rogério Lopes, Victor de Jesus, Fernanda Amim Sampaio Machado, Nabil Bonduki, Pedro Guasco, Gleudson Pinheiro, Rafel Aubert, Simão Pedro, Bianca Dieile, Diana Coutinho, Antonio Trindade e o artista e pesquisador da cultura popular brasileira Antônio Nobrega.

Aos professores da EACH-USP Alexandre Igari, Tânia Christopoulos, Wania Duleba, Reinaldo Pacheco e Otávio Freire e da FAU-USP Camila D'Ottaviano, Eduardo Nobre, Jorge Bassani.

Aos secretários da EACH-USP Fabiano, Kelly e Marcus e à bibliotecária Sandra Tokarevicz.

Aos representantes discentes do Programa de Sustentabilidade, em especial, Amanda, João, Jéssica e Iara, e os amigos Monica, Edu e Rita.

À Associação dos Pós-Graduandos da USP Capital - Helenira Preta Resende, em especial, na sua atuação providencial no período da pandemia.

E por fim, à Capes e à Universidade de São Paulo, que garantiram os recursos e suporte necessários para a realização deste trabalho.

*Para Elza*

*Ó Virgem mãe amorosa  
Fonte de amor e de fé  
Dai-nos a bênção bondosa  
Senhora de Nazaré!*

**Vós Sois o Lírio Mimoso – Hino do Círio de Nazaré**

*Meu divino São José  
Aqui estou em vossos pés  
Daí nos chuva com abundância meu Jesus de Nazaré*

*Olha lá vai passando a procissão  
Se arrastando que nem cobra pelo chão  
As pessoas que nela vão passando  
Acreditam nas coisas lá do céu  
As mulheres cantando tiram o verso  
E os homens escutando tiram o chapéu  
Eles vivem pensando aqui na terra  
Esperando o que Jesus prometeu*

*E Jesus prometeu coisa melhor  
Pra quem vive nesse mundo sem amor  
Só depois de entregar o corpo ao chão  
Só depois de morrer nesse sertão  
Eu também estou do lado de Jesus  
Só que acho que ele se esqueceu  
De dizer que na terra a gente tem  
Que arranjar um jeitinho pra viver*

*Muita gente se arvora a ser Deus  
E promete tanta coisa pro sertão  
Que vai dar os vestido pra Maria  
E promete um roçado pro João  
Entra ano e sai ano e nada vem  
Meu sertão continua ao Deus dará  
Mas se existe Jesus no firmamento  
Cá na terra isto tem que se acabar*

**Procissão – Gilberto Gil**

*Irmão de olho claro ou da Guiné  
Qual será o seu valor? Pobre artigo de mercado  
Senhor, eu não tenho a sua fé e nem tenho a sua cor  
Tenho sangue avermelhado*

*O mesmo que escorre da ferida  
Mostra que a vida se lamenta por nós dois  
Mas falta em seu peito um coração  
Ao me dar a escravidão e um prato de feijão com arroz*

*Eu fui mandiga, cambinda, haussá  
Fui um Rei Egbá preso na corrente  
Sofri nos braços de um capataz  
Morri nos canaviais onde se plantava gente*

*Ê Calunga, ê! Ê Calunga!  
Preto velho me contou, preto velho me contou  
Onde mora a senhora liberdade  
Não tem ferro nem feitor*

*Amparo do Rosário ao negro benedito  
Um grito feito pele do tambor  
Deu no noticiário, com lágrimas escrito  
Um rito, uma luta, um homem de cor*

*E assim quando a lei foi assinada  
Uma lua atordoada assistiu fogos no céu  
Áurea feito o ouro da bandeira  
Fui rezar na cachoeira contra bondade cruel*

*Meu Deus! Meu Deus!  
Seu eu chorar não leve a mal  
Pela luz do candeeiro  
Liberte o cativo social*

*Não sou escravo de nenhum senhor  
Meu Paraíso é meu bastião  
Meu Tuiuti o quilombo da favela  
É sentinela da libertação*

**Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?  
Samba enredo G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti 2018**



## RESUMO

LIMA, D. R. **O Carnaval do lixo e as inversões da reciclagem do alumínio**: injustiça ambiental nas grandes festas populares brasileiras. 2022. 232 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Versão Corrigida.

O presente trabalho analisa os conflitos socioambientais da reciclagem de lata de alumínio nas grandes festas populares brasileiras, um sistema consolidado de logística reversa de pós-consumo, intensivo em tecnologia limpa e mão de obra precarizada. A partir dos referenciais da ecologia política e da justiça ambiental, discute os mecanismos de reprodução e naturalização da degradação ambiental e injustiça social no espaço público e simbólico das metrópoles, que fazem das festas populares “zona de sacrifício”, formando lixões temporários no centro das cidades e transferindo para os mais pobres o custo da poluição. O período analisado é o pós-evento do ciclo dos megaeventos mundiais (2016-2020), marcado pela regulamentação dos serviços de limpeza urbana com o estabelecimento da Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), contexto em que se dá a entrada formal de cooperativas de catadores no manejo de resíduos das festas. É neste quadro, de reconhecimento institucional dos catadores de materiais recicláveis e da responsabilidade dos grandes geradores de resíduos, com o estabelecimento dos princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor aplicado aos resíduos sólidos urbanos (RSU), que a pesquisa, exploratória, buscou analisar a geração e o gerenciamento de resíduos, bem como as ações de integração social de catadores e de responsabilidade compartilhada da indústria, nas festas de Carnaval de rua do Rio de Janeiro e de São Paulo e do Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Belém. Os resultados apontam: (i) que apesar das formas distintas de geração de resíduos identificadas, as embalagens descartáveis e recicláveis para bebidas de plástico e alumínio são os principais resíduos gerados no ambiente festivo (ii) que apesar das formas distintas de ações de responsabilidade compartilhada e integração social de catadores identificadas, incidem sobre as cooperativas e a coleta seletiva dos plásticos, criando no ambiente festivo categorias distintas de catadores com diferentes níveis de trabalho decente; (iii) são os catadores de materiais recicláveis que realizam a coleta seletiva no ambiente festivo, inseridos formalmente na logística reversa dos plásticos, de menor valor de mercado, oferecendo comparativamente melhores condições de trabalho para as cooperativas, com a cobertura parcial das festas, ou inseridos informalmente na logística reversa do alumínio, de maior valor de mercado, oferecendo as piores condições de trabalho para os catadores de latinha, com a cobertura total das festas (iv) o discurso da sustentabilidade da lata de alumínio como moeda social, fundamentado nos altos índices de reciclagem e no alto valor de mercado do material, inverte simbolicamente o trabalho precário e insalubre em benefício social dos pobres urbanos, oferecendo no chão das festas as piores condições de trabalho aos catadores, ao mesmo tempo que exime a indústria da responsabilidade pelos resíduos gerados (iv) a lata de alumínio é um dispositivo tecnológico e de comunicação, que ao contrário de combater a pobreza e as desigualdades sociorraciais associadas à gestão de resíduos, atua na sua perpetuação.

Palavras-chave: Lata de alumínio. Megaevento no Brasil. Resíduos sólidos urbanos. Catadores de materiais recicláveis. Desigualdade sociorracial. Injustiça ambiental.

## ABSTRACT

LIMA, D. R. **The garbage Carnival and recycling inversions of aluminium:** environmental injustice in the great Brazilian popular parties. 2022. 232 p. Thesis (PhD) – Sustainability Graduate College, Scholl of Arts, Scieces and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2022. Corrected version.

The present work analyzes the socio-environmental conflicts of aluminum can recycling in the great Brazilian popular festivals, a consolidated system of reverse logistics, intensive clean technology, and precarious labor. Based on the references of political ecology and environmental justice, this study discusses the mechanisms of reproduction and naturalization of environmental degradation and social injustice in the public and symbolic space of the metropolises, which make popular festivals a “sacrifice zone”, forming temporary dumps in the center of cities and transferring the cost of pollution to the poorest. The period analyzed is the post-event of the cycle of world mega-events (2016-2020), marked by the regulation of urban cleaning services with the establishment of the National Basic Sanitation Policy (PNSB) and the National Solid Waste Policy (PNRS), context in which the formal entry of waste picker cooperatives in the handling of waste from festivals takes place. It is within this framework, of institutional recognition of recyclable material collectors and the responsibility of large waste generators, with the establishment of the polluter-payer and protective-receiver principles applied to solid urban waste (USW), the present exploratory research, sought to analyze the generation and management of waste, as well as the actions of social integration of collectors and shared responsibility of the industry, in the street Carnival parties in Rio de Janeiro and São Paulo (both in the Southeast Region of Brazil), and in the Círio de Nossa Senhora de Nazaré, in Belém, capital of the State of Pará (Northeast Region of the country). The results show: (i) that despite the different forms of waste generation identified, disposable and recyclable packaging for plastic and aluminum drinks are the main waste generated in the festive environment (ii) that despite the different forms of shared responsibility actions and social integration of identified scavengers, affect cooperatives and the selective collection of plastics, creating different categories of scavengers in the festive environment with different levels of decent work; (iii) it is the recyclable material collectors who carry out the selective collection in the festive environment, formally inserted in the reverse logistics of plastics, of lower market value, offering comparatively better working conditions for the cooperatives, with partial coverage of the parties, or informally inserted in the reverse logistics of aluminum, with the highest market value, offering the worst working conditions for can collectors, with full coverage of the parties (iv) the discourse of aluminum can sustainability as a social currency, based on the high recycling rates and the high market value of the material, symbolically inverts precarious and unhealthy work for the social benefit of the urban poor, offering the worst working conditions for waste pickers on the ground at parties, while exempting the industry from responsibility for waste generated (iv) the aluminum can is a technological and communication device, which unlike fighting poverty and socio-racial inequalities associated with waste management, acts in its perpetuation.

Keywords: Aluminum can. Mega-events in Brazil. Urban solid waste. Recyclable material collectors. Socio-racial inequality. Environmental injustice.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1: Agenda 2030 das Nações Unidas.....	20
Figura 1.2: Casa para alugar, cavalo e cabra à venda (1835) Jean Baptiste Debret .....	25
Figura 1.3: Guarda-sóis, placa e caixas de isopor como sinalizadores do comércio ambulante. Avenida da Consolação - Carnaval de rua de São Paulo, 2017.....	26
Figura 1.4: Ciclo dos megaeventos mundiais sediados no Brasil .....	29
Figura 2.1: Vista da rua após a passagem de pequeno bloco carnavalesco. Região central. Carnaval paulistano 2017 .....	53
Figura 2.2: Vista da rua após a passagem de grande bloco carnavalesco – imprensa e catador em meio à varrição hidráulica. Ao fundo, pessoal, máquinas e equipamentos do serviço público de limpeza urbana. Região central. Carnaval paulistano 2017 .....	53
Figura 2.3: Apresentação de grande bloco carnavalesco carioca no Memorial da América Latina, organizado por cervejaria, em 11/02/2017 – duas semanas antes do Carnaval no calendário cristão. Grande público .....	54
Figura 2.4: Apresentação de grande bloco carnavalesco carioca no Memorial da América Latina, organizado por cervejaria, em 11/02/2017 – clareira com “solo exposto” e resíduos descartados no chão .....	54
Figura 2.5: Cúpula do samba paulista e dirigentes da Companhia Antartica Paulista em premiação do Carnaval na segunda metade da década de 1960. Período em que a cúpula dirigente do samba ainda era inteiramente negra .....	55
Figura 2.6: A “onda amarela” do Carnaval de rua paulistano em alusão à “onda azul” do Carnaval de rua carioca identificada por Frydberg, Kossak e Machado (2016) que observam exibição de marca de cerveja patrocinadora sobre uma das maiores expressões populares da cidade. Largo da Batata, carnaval paulistano 2017 .....	59
Figura 2.7: Resíduos descartados próximo à lixeira saturada e a “onda amarela” no chão do Largo da Batata. Resíduos de embalagens de bebidas diversas e do comércio de bebidas ambulante de exclusividade do patrocinador. Carnaval paulistano 2017 .....	60
Figura 2.8: Promoção e comercialização de bebidas por ambulante em bloco carnavalesco. Carnaval paulistano 2016 .....	61
Figura 2.9: Promoção e comercialização de bebidas por ambulantes em ponto de grande circulação e o uso de máquina de cartão de crédito. Carnaval paulistano 2017.....	62

Figura 2.10: Ativação de marca da AB-Inbev no Carnaval de rua de São Paulo em 2016 por meio de patrocínio de grande bloco. Carnaval paulistano 2016 .....	<b>62</b>
Figura 2.11: RSU gerado no Carnaval paulistano 2016 .....	<b>63</b>
Figura 2.12: RSU gerado no Carnaval paulistano 2017 .....	<b>64</b>
Figura 2.13: Lixeira saturada e catador. Zona Oeste. Carnaval paulistano 2016 .....	<b>64</b>
Figura 2.14: Lixeira saturada e RSU acondicionados na sarjeta. Zona Oeste. Carnaval paulistano 2017 .....	<b>65</b>
Figura 2.15: Separação na fonte geradora – Coleta seletiva das latas de alumínio nas sarjetas que acondicionam os resíduos gerados em desfile de grande bloco. Carnaval paulistano, 2017 .....	<b>65</b>
Figura 2.16: As mochilas também podem servir como armazenamento para as latas depois de amassadas. Catador em desfile de grande bloco carnavalesco com saco do serviço público de limpeza urbana. Carnaval paulistano 2017 .....	<b>66</b>
Figura 2.17: Acondicionamento de RSU de varrição gerado no Carnaval de rua. Carnaval paulistano 2017 .....	<b>67</b>
Figura 2.18: Lixeira saturada e concentração de RSU no início da noite. Entrada da estação de metrô Fradique Coutinho. Zona Oeste. Carnaval paulistano 2017 .....	<b>67</b>
Figura 2.19: “Bag” cuidada por catador de lata de alumínio para que não se misture demais RSU. Final da manhã. Largo da Batata, Carnaval paulistano 2017 .....	<b>68</b>
Figura 2.20: Motocicleta para transporte de resíduos a entreposto provisório. Carnaval paulistano 2016 .....	<b>68</b>
Figura 2.21: Caminhão para armazenamento e transporte de resíduo em operação especial de limpeza de grande bloco carnavalesco. Encerramento oficial do Carnaval de rua paulistano em noite de chuva, região central, 2017 .....	<b>69</b>
Figura 3.1: Arraial do Círio e Basílica Santuário de Nazaré .....	<b>82</b>
Figura 3.2: Lixeiras para coleta seletiva com placas de comunicação .....	<b>83</b>
Figura 3.3: Promesseiros d’água e a tradição do ir descalço .....	<b>85</b>
Figura 3.4: O ir de pés descalços e os resíduos da procissão do Círio de Nazaré .....	<b>85</b>
Figura 3.5: Comércio ambulante e lixeira saturada na procissão do Círio de Nazaré .....	<b>86</b>

Figura 3.6: Catadora na Procissão do Círio de Nazaré.....	87
Figura 3.7: Catador na Procissão do Círio de Nazaré .....	87
Figura 3.8: Cooperados e cooperadas da Filhos do Sol na procissão do Círio de Nazaré ....	88
Figura 3.9: Caminhão do serviço público municipal com os resíduos coletados pela Cooperativa Filhos do Sol .....	88
Figura 3.10: Máquinas e equipamento de limpeza urbana na procissão do Círio de Nazaré.	88
Figura 3.11: Vendedor ambulante de bebida credenciado – Carnaval de rua de São Paulo ..	91
Figura 3.12: Patrocínio de grande bloco por cervejaria concorrente – Carnaval de rua de São Paulo .....	91
Figura 3.13: Resíduos do Carnaval de rua de São Paulo.....	92
Figura 3.14: Catadora de lata de alumínio no Carnaval de rua de São Paulo .....	92
Figura 3.15: Catador de lata de alumínio no Carnaval de rua de São Paulo .....	92
Figura 4.1: Catadores de latinha informais .....	110
Figura 4.2: Lixeiras saturadas .....	117
Figura 4.3: Operação de limpeza urbana das festas populares - Máquinas e equipamentos	120
Figura 4.4: Catadores cooperados e avulsos .....	120
Figura 4.5: Campanha de comunicação .....	123
Figura 4.6: Comércio ambulante de bebidas .....	125
Figura 4.7: Paisagem festiva .....	126
Figura 4.8: Sistema de coleta seletiva informal e formas de descarte.....	127
Figura 5.1: Lixo de evento .....	137
Figura 5.2: Distribuição de gelo e bebidas e controle de preço no Carnaval de rua carioca e paulistano .....	139
Figura 5.3: A onda vermelha no Carnaval de rua carioca - 2020.....	140

Figura 5.4: Mobiliário urbano e operação especial de limpeza urbana .....	144
Figura 5.5: Catadores e estrutura da coleta seletiva formal na limpeza urbana do Carnaval de rua carioca e paulistano.....	146
Figura 5.6: Materiais recicláveis coletados por grupo de catadores informais egressos do Lixão do Aurá na Procissão do Círio - 2018 .....	148
Figura 5.7: lutas e parcerias da coleta seletiva formal no Carnaval rua de São Paulo .....	150
Figura 5.8: Resíduos de sacos de lixo esvaziados .....	152
Figura 5.9: Catador de latinha e a cobertura da coleta seletiva informal no ambiente festivo .....	153
Figura 5.10: sucataria móvel no Carnaval do Rio de Janeiro.....	154
Figura 5.11: Websérie protagonizada por catador de latinha em campanha de comunicação do Carnaval de rua do Rio de Janeiro – 2017.....	157
Figura 5.12: Trabalho infantil na coleta seletiva do lixo de evento .....	159
Figura 5.13: Organização industrial da reciclagem de lata de alumínio no Brasil.....	166
Figura 5.14: Produção de latas e tampas .....	172
Figura 5.15: Distribuição gratuita de água no Carnaval de rua de São Paulo (2018) .....	173
Figura 5.16: Coca-Cola azul no Festival Folclórico de Parintins-AM.....	181
Figura 5.17: Polos regionais de turismo e de produção de imagem do Carnaval brasileiro	184
Figura 5.18: Inserções em circuitos ideológicos – Cildo Meirelles .....	188

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 5.1: Suprimento de alumínio - Brasil anos selecionados - 1000 t.....	164
Gráfico 5.2: Vendas de latas de alumínio para bebidas – Brasil (bilhões de unidades).....	184
Quadro 1.1: Observação participante e documentação fotográfica com mobilfotografia.....	42
Quadro 4.1: Exemplos de grupos genéricos de partes interessadas .....	113
Quadro 5.1: Participação de commodities no custo do produto vendido (CPV) de cervejas e refrigerantes - Brasil .....	183
Tabela 2.1: Blocos, bandas e cordões carnavalescos cadastrados na Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo .....	52

## LISTA DE ABREVIATURAS

AB-Inbev	Anheuser-Busch InBev
ABAL	Associação Brasileira do Alumínio
ABEOC	Associação Brasileira de Empresas de Eventos
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRALATAS	Associação Brasileira de Fabricantes de Latas de Alumínio
ABRAMPA	Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente
AMBEV	<i>Americas' Beverage Company</i> (Companhia de Bebidas das Américas)
CEMPRE	Compromisso Empresarial para a Reciclagem
EPI	Equipamento de Proteção Individual
INBEV	Fusão da Ambev com a Interbrew
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
NBR	Norma Brasileira
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PET	Politereftalato de Etileno
PNSB	Política Nacional de Saneamento Básico
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPP	Parceria Público-Privada
PSAU	Pagamento por Serviço Ambiental Urbano
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
UBC	<i>Used Beverage Can</i> (lata de bebida descartada)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## LISTA DE ABREVIATURA DE PERIÓDICOS

Ambiente e Desenv.	Ambiente e Desenvolvimento - Curitiba
Cad. Pesq. do CDHIS	Caderno de Pesquisa do CDHIS - Uberlândia
Campos – Rev. Antrop.	Campos - Revista de Antropologia - Curitiba
Ci. e Saúde Col.	Ciência e Saúde Coletiva
Ci. Soc. e Relig.	Ciências Sociais e Religião - Porto Alegre
<i>Desenv. e Meio Amb.</i>	Desenvolvimento e Meio Ambiente - Curitiba
Est. Avançados	Estudos Avançados - São Paulo
Prog Hum Geogr	Progress in Human Geography - USA
Relig. e Socie.	Religião e Sociedade - Rio de Janeiro
Rev. Bras. Ci. Comum.	Revista Brasileira de Ciências da Comunicação - São Paulo
Rev. Bras. Ci. Soc.	Revista Brasileira de Ciências Sociais - São Paulo
Rev. Bras. Ges. Desen. Reg.	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional – Taubaté, SP
Rev. Bras. Pesq. em Tur.	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo – São Paulo
Rev. Crit. de Ci. Soc.	Revista Crítica de Ciências Sociais - Coimbra
Rev. da ABPN	Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – Guarulhos, SP
Rev. Opin. Jur.	Revista Opinião Jurídica - Fortaleza
Rev. Patrim.	Revista do Patrimônio - Brasília
Sankofa	Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana – São Paulo
Soc. e Est.	Sociedade e Estado - Brasília
Teor. Prat. Adm.	Teoria e Prática em Administração - Paraíba
Trab. Educ. Saúde	Trabalho, Educação e Saúde - Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2 EVENTOS PÚBLICOS, GANHOS PRIVADOS: LIMPEZA URBANA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) NO RENASCIMENTO DO CARNAVAL DE RUA PAULISTANO.....</b>	<b>47</b>
2.1 INTRODUÇÃO .....	48
2.2 O RENASCIMENTO DO CARNAVAL DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	50
2.3 CARNAVAL DE RUA: GRANDE GERADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS .....	57
2.4 O CHÃO DA FESTA.....	60
2.5 O CARNAVAL E OS DESAFIOS DA PNRS .....	69
<b>3 INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DE CATADORES NA LIMPEZA URBANA DE EVENTOS DE GRANDE PORTE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CÍRIO DE NAZARÉ E O CARNAVAL DE RUA DE SÃO PAULO.....</b>	<b>76</b>
<b>3.1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>76</b>
3.2 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E ANALÍTICA.....	79
3.3 O CÍRIO DE NAZARÉ.....	81
3.4 O CARNAVAL DE RUA EM SÃO PAULO.....	89
3.5 CARNAVAL DEVOTO E CARNAVAL PROFANO – DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA NAS CIDADES DE BELÉM E SÃO PAULO.....	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>4 A (IN) SUSTENTABILIDADE DOS MEGAEVENTOS: REGULAÇÃO, AUTORREGULAÇÃO E INJUSTIÇA AMBIENTAL DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS NAS GRANDES FESTAS BRASILEIRAS.....</b>	<b>104</b>
4.1 INTRODUÇÃO .....	106
4.2 O SETOR DE EVENTOS NO BRASIL, OS MEGAEVENTOS E A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE.....	109
4.3 A EMERGÊNCIA DA NBR ISO 20121 E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS NO AMBIENTE FESTIVO .....	111
4.4 A SUSTENTABILIDADE DOS MEGAEVENTOS: ENTRE A REGULAÇÃO, A AUTORREGULAÇÃO E A JUSTIÇA AMBIENTAL.....	128
<b>5 A CADEIA PRODUTIVA DA LATA DE ALUMÍNIO NA REDE DE FESTAS POPULARES BRASILEIRAS: CONFLITOS DISTRIBUTIVOS E DE INJUSTIÇA AMBIENTAL.....</b>	<b>136</b>
5.1 O LIXO DE EVENTO E AS FORMAS DE GERAÇÃO E GERENCIAMENTO.....	136
5.2 OS CATADORES DE LATINHA E O ACORDO SETORIAL PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DAS LATAS DE ALUMÍNIO.....	158

5.3 O CHEIRO DO RACISMO E A INJUSTIÇA AMBIENTAL DA RECICLAGEM DO ALUMÍNIO NA REDE DE FESTAS POPULARES BRASILEIRAS .....	178
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>198</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXO 1 .....</b>	<b>224</b>
<b>ANEXO 2 .....</b>	<b>227</b>

## Apresentação

O presente trabalho trata do extraordinário em um tempo extraordinário, de megaeventos espetaculares sob um megaevento extremo, de mudanças rápidas e profundas na vida humana e no planeta. O isolamento social, próprio para a redação de toda tese, é nesse caso, imposto globalmente para toda a humanidade pela força da pandemia de Covid-19, que enquanto escrevo, abreviou a vida de mais de 660 mil brasileiras e brasileiros, sendo o país o segundo maior em número de mortes no mundo todo. Em uma situação excepcional de risco sanitário, com a universidade fechada, em que se inclui as bibliotecas, de readequação completa da vida pessoal e social frente a um vírus e suas variantes ainda pouco conhecidos, é que foi escrita essa tese. Tempo de absoluta incerteza e de quase redução das relações humanas a uma tela, alterando o tempo-espaço da vida cotidiana, do trabalho e também da festa: quando no Rio de Janeiro no Carnaval de 2021, inversamente, o Rei Momo entregou a chave da cidade para o Prefeito, que as entregou para duas enfermeiras, e o sambódromo da Marquês de Sapucaí em 2021 se transformou em posto de vacinação.

Foi nessas circunstâncias, que se optou pela organização da tese no formato de coletânea de artigos que, no entanto, não foram concebidos com essa finalidade, sendo apenas o artigo, “*A (in) sustentabilidade dos megaeventos: regulação, autorregulação e injustiça ambiental da reciclagem de resíduos nas grandes festas brasileiras*”, publicado já no período da pandemia. Este artigo marca também a generosa participação do Prof. Dr. Ramatis Jacino, docente da Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS-UFABC) na orientação dessa tese. Buscou-se apoio para a abordagem da questão entre as relações de trabalho e racial na reciclagem, após a realização, em 2018, do curso de extensão “Desigualdades raciais no mundo do trabalho”, ministrado pelo professor, que acompanhou nosso trabalho desde 2019, em conjunto com a orientação do Prof. Dr. André Felipe Simões e da Profa. Dra. Sonia Seger Pereira Mercedes.

É assim nessas circunstâncias excepcionais, que este trabalho iniciado em 2016 foi concluído somente em 2021, período no qual também se assistiu o inimaginável para esta pesquisa: a paralisação do setor de eventos e seus impactos no mercado de sucata, em especial, na alta meteórica do preço da lata de alumínio. Interrompidas, reprogramadas, as aglomerações, tornadas situações de risco, atrasaram por um ano os Jogos Olímpicos, que após sua realização no Rio de Janeiro, foram realizados em Tóquio apenas em 2021, sem público, com protocolo de segurança e sob os protestos da população local. No Brasil suspendeu todas as festas

populares, nas quais muitas se adaptaram à versão online, como o São João de Campina Grande e Caruaru, e o próprio Círio de Nazaré de Belém. Com missas e festejos gravados em ambientes restritos e fechados, a circulação da berlinda de Nossa Senhora de Nazaré, que atrai cerca de 2 milhões de pessoas em 11 romarias pela terra e pelas águas, se deu em outubro de 2020 apenas pelo céu, com a imagem da Santa sobrevoando a cidade de helicóptero.

Assim, é sob a vertigem da aceleração contemporânea em seus momentos culminantes, como aborda Milton Santos, de grandes e rápidas transformações que marcam a “grande aceleração” do Antropoceno, um período de adaptação frente a uma nova realidade social imposta pela pandemia de Covid-19, que se apresenta a tese de doutorado *O Carnaval do lixo e as inversões da reciclagem do alumínio: injustiça ambiental do alumínio nas grandes festas populares brasileiras*.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa os conflitos de injustiça ambiental da reciclagem de latas de alumínio nas grandes festas populares brasileiras. Discute a reprodução e naturalização da injustiça ambiental no espaço público e simbólico das metrópoles, que fazem das festas populares, bens afetivo-identitários (FARIAS, 2005), “zona de sacrifício” pelo poder econômico (BULLARD, 2004). Formando lixões extraordinários e espetaculares nas áreas centrais das metrópoles, envolvendo o trabalho informal, precário e insalubre de um grande número de catadores de materiais recicláveis, em que se destaca a atividade dos **catadores de latinha**, as grandes festas populares brasileiras se transformam em lócus de degradação ambiental e injustiça social, que se articulam na noção de injustiça ambiental (ACSERALD, 2002).

No âmbito dos consensos estabelecidos nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas (BRASIL, 2021), a tese aborda centralmente o objetivo **trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8)**, associado aos objetivos de erradicação da pobreza (ODS1), saúde e bem-estar (ODS3), água potável e saneamento (OSD 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS9), redução das desigualdades (ODS 10), comunidades e cidades sustentáveis (ODS 11), produção e consumo responsáveis (ODS 12) e paz, justiça e instituições eficazes (ODS16). Envolvendo diretamente um conjunto de metas (Fig. 1.1), a reciclagem da lata de alumínio nas grandes festas brasileiras pode ser compreendida como um **complexo industrial**<sup>1</sup>, com forte ligação dos setores do alumínio, embalagens, bebidas, eventos e entretenimento, de alto valor agregado. Tão intensivo em tecnologia como em mão de obra, com alto nível de produtividade, tal complexo industrial envolve circuitos espaciais de produção e cooperação<sup>2</sup> entre grandes empresas, movido pelo trabalho precário da população em situação de pobreza extrema.

---

<sup>1</sup> Apresenta fortes relações intersetoriais de compra e venda de insumos, podendo ser definido como “conjunto agregado de indústrias e mercados cruzados” (CARVALHO, D. F.; CARVALHO, A. C, 2011, p. 3).

<sup>2</sup> “Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria. Os circuitos de cooperação associam a esses fluxos de matéria, outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens” (SANTOS, 1997, p. 63).

Figura 1.1: Agenda 2030 das Nações Unidas



Fonte: Brasil (2021)

Assim, a reciclagem da lata de alumínio nas grandes festas brasileiras coloca em questão a capacidade dos setores de alto valor agregado, com níveis elevados de produtividade e uso eficiente dos recursos naturais, de efetivamente reduzirem os impactos ambientais negativos dos resíduos nas cidades e promover o trabalho decente, o “trabalho produtivo e de qualidade em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas” (OIT, 2015, p. 27). Consagrado como um dos vetores da sustentabilidade e tendo a dignidade da pessoa humana como elemento nuclear (OLSSON; LAVALL, 2020), o trabalho decente põe em xeque a noção de produção e consumo responsável, bem como a suposta baixa produtividade do setor informal (NOGUEIRA, 2016).

Como um tipo de injustiça da sustentabilidade, na qual “tecnologias chamadas de “limpas” ou “sustentáveis” por uma visão restrita de ecoeficiência ou economia verde podem gerar conflitos e injustiças ambientais” (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013, p. 38), a reciclagem da lata de alumínio apresenta as contradições de um **sistema consolidado de logística reversa**<sup>3</sup>, com formas de trabalho insalubres, inseguras degradantes, que não

<sup>3</sup> Todas as etapas e processos que viabilizam o retorno do produto ao ciclo produtivo. Conforme Leite (2003, p. 16-17) a logística reversa é um conceito em evolução, podendo ser definida como “área da logística empresarial que planeja, opera e controla o fluxo e as informações logísticas correspondentes, do retorno dos

permitem ao catador sair dessa condição. Como um sistema intensivo em tecnologia limpa e mão-de-obra precarizada, combinando “formas modernas e globalizadas de produção com formas primitivas de exploração do trabalho” (ACSELRAD, 2010, p. 112), a reciclagem da lata de alumínio cria, nas grandes festas, um **serviço informal de limpeza urbana de eventos de alta produtividade**, que se busca investigar.

Desse modo, a partir dos referenciais da ecologia política e da justiça ambiental, na sua justaposição, que permite abordar os aspectos multidimensionais e interligados da justiça, associada à distribuição, reconhecimento e participação (TEMPER; BENE; MARTÍNEZ-ALIER, 2015), o trabalho discute os conflitos de distribuição ecológica que envolvem uma situação ocupacional da população mais vulnerável, com elevado déficit de trabalho decente<sup>4</sup>, inserida em um complexo industrial de alto valor agregado. No caso brasileiro, como lembra a canção “mesmo depois de abolida a escravidão, negra é a mão de quem faz a limpeza” (GIL; RENNÓ, 2003), a população identificada como negra predomina na média nacional de catadoras e catadores de materiais recicláveis (IPEA, 2013). Como uma situação de injustiça ambiental “mecanismo em que sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2002, n. p.), envolve forte componente racial, reproduzindo o paradoxo do negro saneador sem saneamento desde o período colonial (JESUS, 2017). Conforme Silva (2012, p. 105), os movimentos por justiça ambiental permitiram compreender que “entre as injustiças sociais de maneira geral, não se pode negligenciar a forte presença de componentes raciais, sob o risco de naturalizá-las e ocultá-las num discurso focado exclusivamente numa abordagem classista”. Discutindo a operacionalidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro, a autora observa que:

---

bens de pós-venda e de pós-consumo ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo, por meio de canais de distribuição reversos, agregando-lhes valor de diferentes naturezas: econômico, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa entre outros”. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) define a logística reversa como “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada” (BRASIL, 2010).

<sup>4</sup> O déficit de trabalho decente refere-se ao déficit de emprego, de direitos, de proteção social, de representação e diálogo social (OIT, 2015). Conforme Proni e Rocha (2010, p. 13), o país apresenta elevado déficit de trabalho decente e “Para entender o tamanho do desafio da promoção do trabalho decente no Brasil (...), é necessário observar o processo de exclusão social de uma perspectiva histórica, verificar algumas das principais transformações recentes no mundo do trabalho e examinar a dimensão dos problemas mais graves relacionados com a situação ocupacional da população mais vulnerável”.



O reconhecimento do racismo ambiental, discutido como conceito autônomo – ainda que compreendido como uma forma de injustiça ambiental – acaba por colocar em evidência a necessária análise dos fatores raciais nas situações de injustiça, visto que uma abordagem predominantemente classista acabaria por encobrir e naturalizar o racismo em nossa sociedade. Para nós, significa dizer que ainda que o racismo e as questões raciais possam não ser a base de análise de todas as situações em que se identifica a ocorrência de injustiça ambiental, haverá certamente aquelas que serão incompreensíveis sem a sua consideração (SILVA, 2012, p. 92).

Nesses termos, o racismo ambiental, definido originalmente como “a imposição desproporcional - intencional ou não - de rejeitos perigosos às comunidades de cor” (ASCELRAD, 2002, p. 53), se apresenta como uma categoria fundamental para se compreender o déficit de trabalho decente<sup>5</sup> da atividade dos catadores de latinha no ambiente festivo e a distribuição desigual dos resultados econômicos, sociais e ambientais da reciclagem da lata de alumínio. Tal distribuição desigual é abordada pela ecologia política, campo de estudo dos conflitos ecológicos distributivos ou conflitos socioambientais<sup>6</sup> que trata da distribuição ecológica “os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como suporte à vida” (MARTÍNEZ-ALIER, 2017, p. 113).

Ao buscar compreender as formas dominantes de apropriação da natureza e da contaminação ambiental, a ecologia política “focaliza a atenção nos modos pelos quais agentes sociais, nos processos econômicos, culturais e político-institucionais, disputam e compartilham recursos naturais e ambientais e em qual contexto ecológico tais relações se estabelecem” (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 56). Conforme Little (2006, p. 92), ao colocar o conflito como foco central, e não em um grupo social específico, a ecologia política busca identificar “os atores sociais e recursos ambientais envolvidos no conflito, analisar esses atores em interação entre si, com seu meio biofísico e com seu meio social, e levantar as reivindicações de cada grupo e suas respectivas cotas de poder formal e

---

<sup>5</sup> Refere-se ao déficit de emprego, de direitos, de proteção social, de representação e diálogo social (OIT, 2015).

<sup>6</sup> Conforme Bordalo (2019, p. 92) a diferença de nomenclatura se deve à diferentes escolas de pensamento do espectro da ecologia política, como a latina e a anglo-saxônica. Para o autor “o uso dos termos conflitos ecológicos distributivos ou conflitos socioambientais são convergentes e apropriados ao desenvolvimento dos estudos na perspectiva da Ecologia Política, sem que haja qualquer tipo de divergência ou até mesmo um conflito teórico-conceitual, ficando livre e aberta à escolha dos respectivos atores/sujeitos sociais que considerarem ser o mais apropriado”. Nesses termos, optou-se neste trabalho pelo termo conflito de injustiça ambiental, como uma variação na abordagem de Martínez-Alier (2017). Para o autor, “A ecologia política estuda os conflitos ecológicos distributivos e seus determinantes são tanto naturais, como o clima, jazidas minerais e a qualidade do solo, como também sociais, culturais, políticos, econômicos e tecnológicos”.

informal”, considerando os sistemas produtivos e as tecnologias empregadas, e as ideologias utilizadas para justificar seus modos de adaptação.

O caso do complexo industrial da reciclagem da lata de alumínio nas grandes festas brasileiras, formal no nível da produção e informal no nível da coleta, como um tipo de semiformalidade<sup>7</sup>, envolve conflitos ligados tanto ao acesso aos recursos naturais, quanto ao descarte dos resíduos, em um sistema em que as empresas “passam a ser simultaneamente consumidoras e fornecedoras de materiais que são reincorporados no ciclo produtivo” (LEITÃO, 2015, p. 153). Como matéria-prima de si mesma, exemplo de economia circular, a reciclagem da lata de alumínio se apresenta como um ciclo reverso fechado<sup>8</sup>, que se ampara no discurso da lata como **moeda social**: poupadora de recursos naturais e geradora de trabalho e renda, que “melhorou a vida de milhões de pessoas e ajudou o Brasil a economizar minério rico e energia elétrica” (GIOSA, 2010, orelha do livro).

Sendo um dispositivo definido como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos” (AGAMBEN, 2009, p. 40), as populares *latinhas* de alumínio, UBC (*Used Beverage Can*), se apresentam como dispositivo tecnológico, intensivo em recursos naturais, capital e informação, em que se opera o discurso da moeda social. Como uma inovação do setor de embalagem, com impacto, sobretudo, na indústria cervejeira, maior consumidora do produto, as entradas da *latinha* no Brasil em 1989, e no mesmo período o PET - Politereftalato de Etileno (ABRALATAS, 2006), marcam a modernização da indústria de bebidas, com a transição de um sistema de embalagem **retornável** de vidro para um sistema de embalagem **descartável e reciclável** de alumínio e PET.

Como materiais antropogênicos, marcadores geológicos da Grande Aceleração do Antropoceno<sup>9</sup>, o alumínio e os plásticos, “novos materiais artificiais que autorizam a

---

<sup>7</sup> Conforme Nogueira (2016, p. 7) “Esse conceito de “semiformalidade” se constitui a partir da mesma perspectiva identificada por Cacciamali (2001) ao tratar especificamente da questão do trabalho, na qual a autora afirma que os denominados setores formais e informais do mercado de trabalho expressam-se como um *continuum* de relações existentes nesse mercado, e não como dois setores dicotômicos ou duais”.

<sup>8</sup> Conforme Leite (2003), o ciclo reverso fechado refere-se à integração dos resíduos na fabricação de produto similar, e ciclo reverso aberto, na fabricação de produto distinto. Assim, enquanto no ciclo fechado o resíduo permanece na cadeia produtiva que lhe deu origem, no ciclo aberto é empregado para abastecer outras cadeias produtivas.

<sup>9</sup> No debate atual sobre o Antropoceno, uma nova época geológica induzida pela ação humana, a presença do alumínio, dos plásticos e do concreto nos estratos da Terra, materiais de disseminação global produzidos em grande escala apenas em meados do século XX, também denominados de tecnofósseis, marcam o período da chamada Grande Aceleração, iniciada no Pós-Guerra e caracterizada pelo crescimento expressivo da população, da industrialização e da urbanização, com o aumento considerável de todos os indicadores

precisão e a intencionalidade” (SANTOS, 2003, p. 9), permitem assim criar um novo sistema de produção e consumo de bebidas. Considerando que “a história dos progressos técnicos na produção e circulação de refrigerantes e cervejas é, ao mesmo tempo, a história dos avanços técnicos da indústria de embalagem” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 161), no âmbito da produção, esses novos materiais possibilitam uma maior concentração industrial. Como destaca Taylor (2002, p. 19):

O primeiro sinal de uma mudança profunda no negócio foi a introdução da garrafa de plástico descartável, seguida pela lata de alumínio. Agora, um concorrente podia participar eficientemente no mercado sem necessidade de ter uma rede de fábricas para engarrafar eficientemente no Brasil todo. O raio de ação de uma fábrica de refrigerantes, de aproximadamente 200 km para a garrafa de vidro retornável, passou a ser de quase 1.000 km para o plástico descartável e a lata.

No âmbito do consumo, possibilita a descentralização dos canais de distribuição de bebidas, criando novas oportunidades e situações de consumo alcançando o **comércio de rua ambulante**, cuja prática no Brasil remonta às cidades coloniais e à escravização urbana. Registrado em obras como de Jean Baptiste Debret (Fig. 1.2), tanto o comércio ambulante, como os serviços de saneamento das cidades coloniais eram realizados pela população escravizada, na forma de escravo de ganho ou escravo ao ganho e escravo de aluguel<sup>10</sup>. Como destaca Nogueira (2016, p. 5), a “construção da informalidade e da semiformalidade na economia brasileira não podem ser compreendidas a partir apenas dos fatos de natureza econômica”, sendo suas determinantes históricas e culturais fundamentais para seu entendimento e superação. Assim, na contemporaneidade, a substituição de um sistema de embalagem retornável de vidro por um sistema descartável e reciclável de alumínio permitiu a formação do comércio de rua ambulante de bebidas gaseificadas, integrando cervejas e refrigerantes à diversificada lista de mercadorias comercializadas por vendedores

---

disponíveis sobre o uso de recursos primários e energia e degradação da biosfera. Neste debate, a polêmica sobre o marco temporal da nova época inclui a proposta do “Antropoceno precoce”, período das grandes navegações, começando com a disseminação da agricultura e do desmatamento com o intercâmbio de espécies do Velho Mundo e do Novo Mundo; o período da Primeira Revolução Industrial, a partir de 1800; e a “Grande Aceleração” com o forte crescimento populacional e da industrialização em meados do século XX (WATERS *et al.*, 2016). No entanto, tão controverso quanto o reconhecimento e os limites temporais do Antropoceno é também sua denominação, com propostas como Plantationceno, Ocidentaloceno, Capitaloceno, Chthuluceno (HARAWAY, 2016; ISSBENER; LÉNA, 2018).

<sup>10</sup> Conforme Silva (1988), como tipos de escravidão urbana, o escravo de aluguel e escravo ao ganho não são sinônimos. Escravo ao ganho “poderíamos dizer utilizando uma linguagem atual, que era o “autônomo”, pois esse escravo deveria com seu trabalho prover o próprio sustento e ainda levar para o proprietário parte do rendimento da sua jornada (...) deveria retornar ao fim do dia, ou da semana, levando uma quantia predeterminada (...). Enquanto isso, o escravo de aluguel tinha seus serviços oferecidos pelo proprietário, que estabelecia o tipo de trabalho e as condições de pagamento” (SILVA, 1988, p. 87-89).

ambulantes nos espaços públicos, que vai do milho cozido desde as cidades coloniais aos eletroeletrônicos das cidades contemporâneas (QUEIROZ, 2017).

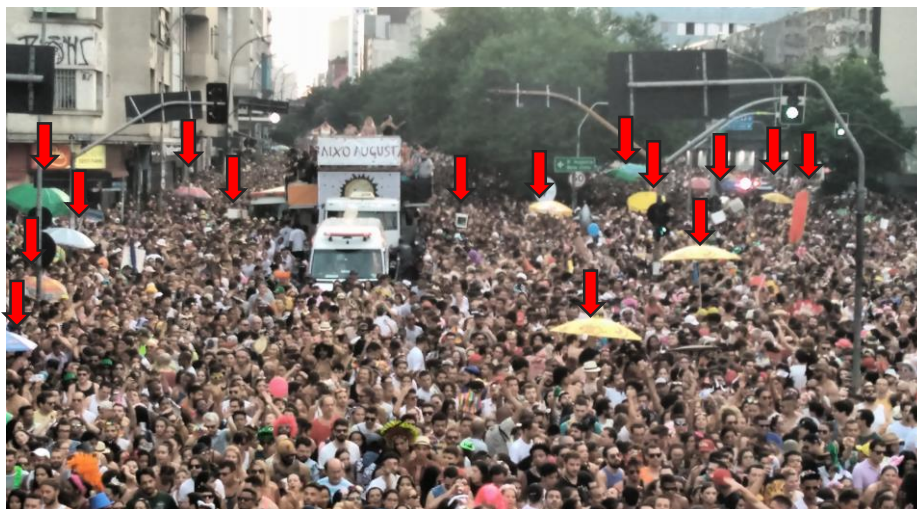
Figura 1.2: Casa para alugar, cavalo e cabra à venda (1835) Jean Baptiste Debret



Fonte: Acervo digital Biblioteca Brasileira

Associado ao tempo-espaço de grande circulação e aglomeração nas cidades, o comércio de rua ambulante de bebidas, cria assim um **circuito ótimo da reciclagem da lata de alumínio**, com um sistema de descarte imediato ao consumo e coleta imediata ao descarte que envolve o trabalho combinado de vendedores ambulantes e catadores de latinha, que podem também exercer a dupla função. Tal circuito, criado pela concentração de vendedores ambulantes e catadores de latinha, envolve, sobretudo, os territórios do turismo e do lazer: praças, parques, praias, estádios, arenas, bairros boêmios, no qual inclui o tempo-espaço extraordinário das festas populares brasileiras. Tal comércio de rua, móvel e centenário, se apresenta como principal fonte de abastecimento de bebidas das festas brasileiras, que se caracterizam pela mobilidade. Conforme Amaral (1998, p. 122), o modelo processional, “presente nos primórdios das festas brasileiras cuja base de simbolização é o deslocamento” é um dos elementos do que a autora denomina de “festa à brasileira”, observado em procissões, blocos carnavalescos, paradas e passeatas. As festas populares brasileiras se deslocam, e com elas os vendedores ambulantes, exibindo as latas de alumínio no alto e os catadores as coletando do chão. Frente às multidões, os indicativos de sua presença são guarda-sóis, placas e caixas de isopor (Fig. 1.3).

Figura 1.3: Guarda-sóis, placa e caixas de isopor como sinalizadores do comércio ambulante. Avenida da Consolação - Carnaval de rua de São Paulo, 2017



Fonte: A autora - com autorização do Bloco Acadêmicos do Baixo Augusta

Desse modo, pode-se considerar as três inversões da reciclagem da lata de alumínio no Brasil: a **inversão material**, com o retorno de lata pós-consumo para a cadeia produtiva, criando um mercado para o material descartado; a **inversão conceitual**, com a inversão do princípio dos 3R's<sup>11</sup> e a hierarquia dos resíduos, substituindo um sistema de embalagem retornável por um sistema descartável e reciclável, criando resíduos até então inexistentes; e a **inversão simbólica**, redefinindo seu significado, com a inversão do trabalho informal, precário e insalubre em benefício social dos pobres urbanos.

Tal discurso, reproduzido nos meios de comunicação (GAMA, 2016), na produção técnica e científica (CARDIM, R. A.; ROCHA, S. A.; SANTOS, 2021; PINZÓN, 2017) e nos livros didáticos (SAMPAIO, 2009), se apresenta como “um discurso dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável à sua legitimação” (SANTOS, 1997, p. 7). Como discurso dominante do desenvolvimento sustentável, fundamentado na superindustrialização<sup>12</sup> da modernização ecológica, busca “conciliar o

<sup>11</sup> Conforme Figueiredo (2012, p. 13), reconhecido na Agenda 21 Global, o princípio dos 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar) estabelece uma hierarquia dos resíduos, na qual se prevê “a redução na quantidade de resíduos gerados; a reutilização desses quando não possa evitar a sua geração e, por fim, a reciclagem dos materiais quando não houve possibilidade de se reutilizar os resíduos”. Na PNRS, a hierarquia dos resíduos se se insere nos seus objetivos, o da “não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (BRASIL, 2010).

<sup>12</sup> Conforme Hannigan (2009, p. 47), “O modelo é baseado no trabalho do escritor alemão Huber (1982; 1985), que analisou a modernização ecológica como uma fase histórica da sociedade moderna. Na equação de Huber, uma sociedade industrial se desenvolve em três fases: 1. A descoberta industrial; 2. A construção da sociedade industrial; 3. A mudança ecológica do sistema industrial através do processo de “superindustrialização”. O que faz essa última fase possível é a nova tecnologia: a invenção e difusão da tecnologia do microchip”.

crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando-se ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso” (ACSELRAD, 2010, p. 107). Pode ser observado nas diversas ações da indústria, como na pauta da Tributação Verde, defendida pela Associação Brasileira de Fabricantes de Latas de Alumínio (ABRALATAS):

O problema, destacou o executivo da ABRALATAS, é que a questão nunca foi considerada pelos órgãos regulatórios como uma vantagem digna de discriminação inversa, ou seja, de premiação para o produto de baixo impacto ambiental (...) não vemos qualquer menção ao peso da tributação para determinar o tipo de desenvolvimento desejado para nosso país (...) o processo de reciclagem da latinha começou no mesmo momento de sua produção no Brasil, em 1989. No início, havia estímulo para escolas e outras instituições, introduzindo um conceito cultural de que a embalagem tinha um valor mesmo após o descarte “aos poucos, isso foi sendo encampado pela população, surgindo o primeiro programa de logística reversa em grande escala de que se tem notícia. O modelo estimulou a criação de um novo mercado, transformando em renda e ocupação alternativa para catadores o recolhimento de materiais recicláveis. Foi um estímulo para a reciclagem, inclusive de outros materiais menos valorizados” (ABRALATAS, 2017b).

Reproduzido tantas vezes quanto a reciclagem de uma lata, o discurso da moeda social se fundamenta no suposto baixo impacto ambiental negativo e alto impacto social positivo das latas descartáveis de alumínio no Brasil. Por meio da disseminação do “conceito cultural de que a embalagem tem valor mesmo após o descarte”, tal discurso se dá a partir de um sistema técnico capaz de transformar lixo urbano em matéria-prima secundária, criando um mercado para o material descartado. Assim, rompendo a linearidade do modelo extrai-produz-descarta<sup>13</sup> que marca o atual sistema industrial, a circularidade da *latinha* torna-se um exemplo da biomimética da ecologia industrial, criando um “ciclo produtivo baseado nos ciclos naturais da Terra, no qual não há o conceito de resíduo” (ZAVADIL; SILVA, 2013, p. 37).

---

<sup>13</sup> Conforme Cavalcante (2012, p. 40), o sistema extrai-produz-descarta permite “ver que o que a economia moderna faz, na verdade, em última análise, é cavar um buraco eterno que não para de aumentar (extração de matéria e energia de baixa entropia). Cumprido o processo do transumo, os recursos terão virado inevitavelmente dejetos – matéria neutra, detritos, poeira, cinzas, sucata, energia dissipada – que não servem para quase absolutamente nada (matéria e energia de alta entropia). Amontoam-se formando um lixão, também eterno, que não para de crescer. Assim, a extração de recursos e a deposição de lixo deixam como legado uma pegada ecológica cada vez maior”.

Como destaca Zalasiewicz (2018), uma diferença fundamental entre a biosfera e a tecnosfera<sup>14</sup> é a reciclagem: a capacidade da biosfera de reciclar todos os materiais de que é feita, permitiu que sobrevivesse por bilhões de anos sobre a Terra, enquanto que a tecnosfera, na qual se inserem as indústrias, as cidades, os campos cultivados, faz dos seus materiais residuais uma ameaça à sua própria existência e também da biosfera, de que depende e é uma ramificação. Nesses termos, “embora o metabolismo industrial ainda seja ‘primitivo’, por ser um ciclo aberto, a reciclagem traduz-se nesse contexto como um ‘processo evolutivo’ em andamento” (LAYRARGUES, 2002, p. 13). Assim, criando ciclos tecnológicos, tecnociclos, tal como os ciclos naturais da biosfera, a reciclagem industrial transforma os resíduos em nutrientes técnicos “desenvolvidos para circularem com segurança e perpetuamente através do ciclo de vida do produto, do berço ao berço, desde a fabricação e uso, até a recuperação e a nova manufatura (ZAVADIL; SILVA, 2013, p. 37).

No entanto, se a circularidade da reciclagem permite atestar uma prática ambientalmente amigável, pode-se perguntar o que garante a segurança da circularidade perpétua dos nutrientes técnicos nos tecnociclos do berço ao berço, desde sua fabricação até a nova manufatura. Especialmente no que se refere às latas de alumínio no Brasil, campeão mundial da reciclagem do produto por mais de duas décadas, com a implantação de um sistema consolidado de logística reversa. Neste trabalho, o que se busca demonstrar, é que na organização atual do sistema da lata, que garante a segurança da sua circularidade, as grandes festas populares realizam etapas fundamentais do retorno perpétuo das *latinhas* ao berço de seu ciclo produtivo, tanto de uso e recuperação, como de comunicação e simbolização, por meio do trabalho combinado de vendedores ambulantes e catadores de latinha, envolvendo conflitos distributivos e de injustiça ambiental naturalizados pelo discurso da moeda social.

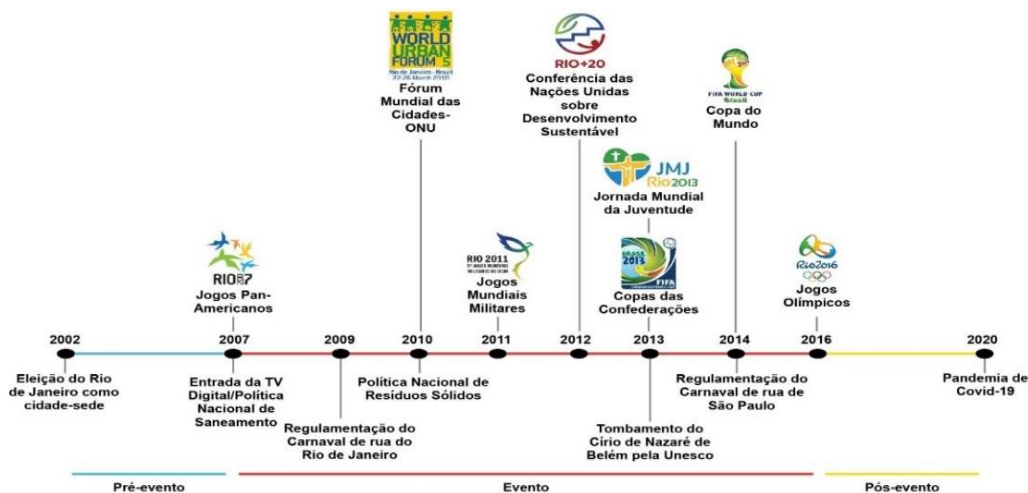
Assim, considerando que “os conflitos são social e politicamente modelados e suas formas específicas requerem uma análise contextual” (MARTÍNEZ-ALIER, 2017, p. 109), o trabalho analisa os conflitos de injustiça ambiental da reciclagem da lata de alumínio no circuito das festas de Carnaval de rua do Rio de Janeiro e de São Paulo e do Círio de Nazaré de Belém no pós-evento do ciclo dos megaeventos mundiais sediados no Brasil (Fig. 1.4).

---

<sup>14</sup> Conceito cunhado pelo geólogo e engenheiro Peter Haff, a tecnosfera é o mais recente planetário, formada por todos os objetos tecnológicos produzidos pelos seres humanos organizados em um sistema, atualmente integrado pelas tecnologias da informação e da comunicação. Refere-se a toda produção humana, material e imaterial (ZALASIEWICZ, 2018). Santos (1997) faz uma distinção entre tecnoesfera e psicoesfera, para quem a primeira refere-se ao sistema de objetos e a segunda ao sistema de ações.

O período, marcado por uma política de desenvolvimento baseada em eventos em escala nacional, envolve mudanças tecnológicas e institucionais de longa duração, com impactos diretos tanto nas festas populares como nas operações de limpeza urbana, com novas formas de geração e gerenciamento de resíduos no espaço público e festivo.

**Figura 1.4: Ciclo dos megaeventos mundiais sediados no Brasil**



Fonte: Brasil 2007, 2007b, 2010, São Paulo, 2014, IPHAN, 2014, Machado, 2017

Para efeito deste trabalho, considerando ciclo de gestão do evento, “desde a pesquisa, concepção e planejamento, até as atividades de implementação, análise crítica e pós-evento” (ABNT, 2012, p. 3), o ciclo dos megaeventos mundiais compreende o período do **pré-evento**, etapa de preparação, iniciada com a eleição do Rio em 2002 para sediar os Jogos Pan-Americanos, não sendo considerado o período de candidatura<sup>15</sup>; o período do **evento**, de realização de um grande número de eventos mundiais, iniciado com a abertura dos Jogos Pan-Americanos e finalizado com o encerramento dos Jogos Olímpicos; e o período do **pós-evento**, etapa de avaliação e legado<sup>16</sup>, iniciada com o encerramento dos Jogos Olímpicos do

<sup>15</sup> Conforme Ribeiro (2006) a experiência de candidatura do Rio para sediar megaeventos remonta 1998, aspirando inicialmente sediar os Jogos Olímpicos. Para Miagusko (2012) que também aborda o período de candidatura, o principal legado dos Jogos Pan-Americanos de 2007 foram os Jogos Olímpicos de 2016.

<sup>16</sup> O legado se define como os “impactos físicos, econômicos, sociais e ambientais duradouros de um evento ou eventos (...) também inclui elementos não materiais, incluindo novas capacidades adquiridas como uma consequência de eventos, por exemplo, novos conhecimentos, treinamentos, normas, melhores práticas” (ABNT, 2012, p. 4), podendo perdurar por décadas (BAPTISTA, 2012). Destaca-se que o OGI (*Olympic Games Impact*), desenvolvido nos Jogos de Sidney de 2000, envolve a cobertura de um evento por 12 anos: pré-jogos, jogos e pós-jogos, no que os estudos “se iniciam dois anos antes do ano de anúncio oficial da cidade como sede dos Jogos e terminam três anos após o fim dos Jogos” (BAPTISTA, 2012, p. 31).



Rio e finalizada com a emergência da pandemia de Covid-19, com a suspensão do setor de eventos e das festas populares em 2020.

Da emergência da TV Digital em 2007<sup>17</sup>, permitindo a “convergência entre diversos meios de comunicação eletrônicos, entre eles a telefonia fixa e móvel, a radiodifusão, a transmissão de dados e o acesso à Internet” (BOLANO; VIEIRA, 2004, p. 102), estabelecendo um novo padrão de telecomunicação; aos processos de regulamentação e patrimonialização das festas populares, como no renascimento do Carnaval de rua no eixo Rio-São Paulo e o registro do Círio de Belém como patrimônio imaterial da humanidade; é sob o ciclo dos megaeventos mundiais que emerge o marco regulatório nacional do saneamento e dos resíduos, com a Lei Federal 11.445 de 05 de janeiro de 2007, a denominada Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB), e a Lei Federal 12.305 de 02 de agosto de 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que passam a estabelecer as diretrizes da limpeza urbana e o manejo de resíduos no país.

É nesse contexto que o lixo urbano ganha enquadramento e política pública na esfera nacional, com a definição de resíduos sólidos urbanos (RSU) para os resíduos domiciliares, originário de atividades domésticas em residências urbanas, e para os resíduos de limpeza urbana, originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas (BRASIL 2007; 2010). Como uma inovação, a PNSB incorpora os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos aos serviços de saneamento básico, historicamente restrito ao abastecimento água e esgotamento sanitário, e a PNRS estabelece a gestão integrada<sup>18</sup> e a responsabilidade dos grandes geradores por meio de acordos setoriais<sup>19</sup>, incidindo também sobre o RSU historicamente de responsabilidade exclusiva do poder público municipal. Assim, com diretrizes apoiadas em uma nova concepção de saneamento e de gestão de resíduos, é que se dá o reconhecimento institucional dos catadores de materiais recicláveis nos marcos regulatórios da limpeza urbana, incorporando reivindicações históricas dos catadores<sup>20</sup> como

---

<sup>17</sup> O primeiro sinal da TV Digital no Brasil foi lançado na grande São Paulo em 12 de dezembro de 2007 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007).

<sup>18</sup> Conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2010).

<sup>19</sup> Ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto (BRASIL, 2010).

<sup>20</sup> Os catadores se organizam em entidade representativa na luta por reconhecimento desde 2001, ano de lançamento da Carta de Brasília (ANEXO 1) e da criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

a contração de cooperativas para o serviço de coleta seletiva, prevista na PNSB, e o estabelecimento dos princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebido<sup>21</sup> incorporados na PNRS.

Marcando o ápice do planejamento estratégico urbano no Brasil, cujo paradigma é Barcelona e os Jogos Olímpicos de 1992, o ciclo dos megaeventos mundiais envolve assim um conjunto de mudanças articulado por seus principais elementos constitutivos: a formação de consenso, a parceria público-privada (PPP) e o marketing urbano. Tais elementos são sintetizados por Vainer (2002) nas analogias da *cidade-pátria*, na percepção do sentimento de crise ou urgência capaz de reunir a sociedade em torno de um projeto; da *cidade-empresa*, a cidade empreendedora por meio das parcerias público-privada; e da *cidade-mercadoria*, que vende seus atributos locais com a construção/promoção da imagem do lugar. É desse modo que os megaeventos mundiais tornam-se política de requalificação urbana<sup>22</sup>, passe de entrada para o circuito das cidades globais e do turismo internacional, projetando a imagem da cidade para bilhões de telespectadores no mundo todo. É nesse contexto que o serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos ganha relevância, no qual se dá a aprovação da PNRS após 21 anos de tramitação legislativa no Congresso Nacional, em que seu “dilatado lapso (...) pode ser lido como sintoma da necessidade de amadurecimento, de inércia e de conflitos que, de alguma maneira, tiveram de ser ultrapassados” (VILAC, 2014, p. 147).

O planejamento estratégico urbano, nas suas ações pontuais orientadas para os setores de interesse público-privado, é observado em diversas cidades brasileiras a partir da década de 1990, sobretudo, nas regiões centrais desativadas e degradadas das cidades. O Pelourinho em Salvador, o Mercado Ver-o-Peso em Belém, o Complexo Cultural Júlio Prestes em São Paulo, são expressões dessa nova gestão urbana que emerge com a

---

<sup>21</sup> Como mecanismo distributivo, os princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebido são complementares, e buscam garantir que o impacto ambiental gerado pela produção e consumo seja suportado pelos agentes diretamente beneficiados pela atividade (LEMONS, 2012), ao passo que os agentes que atuam “com responsabilidade na busca da preservação ambiental devam ser premiadas com algum benefício, visto que colaborarem em prol de toda a coletividade” (BORGES et al., 2010, p. 208).

<sup>22</sup> Conforme Arantes (2002, p.32-32) “revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação (...) mal encobrimdo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades. Como estou dando a entender que o planejamento dito estratégico pode não ser mais do que um outro eufemismo para *gentrification* (...) o que importa nisto tudo é sempre determinar quem sai e quem entra, só que agora se trata de uma apropriação do espaço legitimada pelo *upgrading* cultural (...). O mais conhecido e reprisado modelo desta associação hegemônica entre especuladores, políticos e *urban imagineers* não por acaso encontra-se em Nova York, no processo de gentrificação do Soho (...) através do incentivo à reciclagem dos *lofts* pela comunidade local de artistas, essa a novidade na articulação de capital e cultura na remodelagem da cidade”. Segundo a autora, Barcelona se torna paradigma ao adicionar os megaeventos mundiais ao receituário do planejamento estratégico urbano.

globalização e o neoliberalismo, quando as cidades passam a ser concebidas como motores do crescimento econômico, competindo entre si por recursos e investimentos, e fazendo da cultura, “na mitologia urbanizadora do terciário avançado” (ARANTES, 2002, p. 49), o principal negócio das cidades. Para Lipovetsky e Serroy (2015) trata-se do modo de produção estético do capitalismo artista, quando o componente estético passa a remodelar tanto os produtos como as cidades, na passagem da cidade industrial para a cidade do lazer, fazendo das festas e animações programadas componente essencial das políticas urbanas. Para os autores:

Se é verdade que o capitalismo engendra um mundo “inabitável” ou “o pior dos mundos possível”, ele também está na origem de uma verdadeira economia estética e de uma estetização da vida cotidiana: em toda parte o real se constrói como uma imagem, integrando nesta uma dimensão estético-emocional que se tornou central na concorrência que as marcas travam entre si. É o que chamamos de capitalismo artista ou criativo transestético, que se caracteriza pelo peso crescente dos mercados da sensibilidade e do “*design process*”, por um trabalho sistemático de estilização dos bens e dos lugares mercantis, de integração generalizada da arte, do “*look*” e do afeto no universo consumista. Criando uma paisagem econômica mundial caótica, ao mesmo tempo que estiliza o universo do cotidiano, o capitalismo é muito menos um ogro que devora seus próprios filhos do que um Jano de duas faces (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, P. 14).

Economia criativa, economia da experiência, economia simbólica, capitalismo de imagem, remetem à sociedade do espetáculo, quando a cultura assume “o papel motor no desenvolvimento da economia” (DEBORD, 1997, p. 148). Para Harvey (2020, p. 20), o “consumismo experiencial baseado em eventos”, forma de consumismo instantâneo baseada na redução do tempo de rotação do consumo, situa-se na vanguarda do consumismo capitalista contemporâneo. Na interface do turismo e do entretenimento, movendo companhias aéreas, cadeias de hotéis, bares, restaurantes, destinos turísticos (da cidade, região ou país) e inúmeros serviços, como a própria limpeza urbana, trata-se da articulação do ócio ao negócio, com a “aquisição econômica de base informacional vinculada às tecnologias de comunicação e aos aportes financeiros e imobiliários, arranjo este decisivo na tendência de rentabilidade do capital” (FARIAS, 2005, p. 667)

No Brasil, marcando também a entrada da TV Digital, na convergência da TV com a web, o ciclo dos megaeventos mundiais alça o planejamento estratégico urbano à escala nacional. Tendo como epicentro a cidade do Rio de Janeiro, cidade-sede de todos os megaeventos do período, com vistas a tornar-se o maior polo turístico do Hemisfério do Sul

(MACHADO, 2017), envolve ainda diretamente 11 capitais de todas as regiões do país, cidades-sede da Copa das Confederações e da Copa do Mundo da FIFA (Federação Internacional do Futebol), alcançando na hierarquia das cidades, os extratos superiores da rede urbana brasileira<sup>23</sup>. É nesse quadro, que se dá o incremento e ativação das festas populares, observado de sobremodo com o renascimento do Carnaval de rua em diversas cidades brasileiras.

Principal festa brasileira do período urbano-industrial, centro do calendário festivo nacional<sup>24</sup>, o Carnaval, modelo *de* e modelo *para* as festas populares brasileiras (AMARAL, 1998), é a festa central da rede de festas populares brasileiras<sup>25</sup>, que dialogam entre si e influenciam-se mutuamente. Tal rede, por onde circulam versos, adereços e notas musicais, circulam também, cada vez mais, fluxos intensivos de capital, informação digital, produtos e resíduos, como de embalagens descartáveis e recicláveis de bebidas. Promovido e promotor dos meios de comunicação desde o nascimento da crônica carnavalesca no final do século XIX, contribuindo para “a formação de um público de leitores e, conseqüentemente, para a saúde financeira da incipiente empresa jornalística” (COUTINHO, 2006, p. 32), o Carnaval se transforma em indústria, assumindo grande porte em diversas cidades brasileiras. Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife-Olinda, formam o circuito espetacular do Carnaval brasileiro, como grandes produtores de imagens da festa, transformada em conteúdo televisivo transmitido em cadeia nacional. Com intensiva cobertura midiática, antes, durante e após sua realização, o Carnaval torna-se tempo-espaço de inovações, experimentações e lançamentos - de artistas, de músicas, de

---

<sup>23</sup> As cidades-sede dos mundiais da FIFA no Brasil foram Cuiabá-MT, Natal-RN (centros regionais), Manaus-AM (metrópole regional), Brasília-DF, Belo Horizonte-MG, Curitiba-PR, Porto Alegre-RS, Fortaleza-CE, Recife-PE, Salvador-BA (metrópoles nacionais), Rio de Janeiro e São Paulo (metrópoles mundiais), conforme classificação da rede urbana brasileira (IPEA; IBGE; UNICAMP, 2001).

<sup>24</sup> Conforme Vianna (2005) até meados do século XIX a maior festa brasileira era a Festa do Divino. Ao longo do período colonial, o Carnaval foi celebrado como brincadeira de Entrudo, e assume diferentes formatos a partir do final do século XIX, transformando-se em ranchos e corso, até os atuais blocos, bandas, cordões e escolas de samba (SIMSON, 2007). ‘Decretado’ o Brasil *O país do Carnaval* em 1931, título do primeiro romance de Jorge Amado (AMADO, 1987), a festa é reconhecida no Rio, então capital federal, na década de 1930 pelo Estado Novo (SOIHET, 2007; OLIOZI, 2019) o que só ocorreria na capital paulista na década de 1960 (SIMSON, 2007).

<sup>25</sup> Para Vianna (2005, p. 309) as festas populares brasileiras se constituem como uma rede de brincadeiras em que “tudo circula entre as festas na rede de festas: pedaços de melodias; versos; instrumentos musicais; detalhes de indumentária; falas de encenações teatrais. Danças de bumba-meu-boi migram para o reisado; melodias dos reisados são absorvidas pelas congadas; letras das congadas são reinterpretadas pelas marujadas, trechos de música pop-sertaneja entram para o repertório do siriri; e assim por diante, num processo que não tem fim, e que nenhum “preservacionista”, por mais bem intencionado que seja, vai conseguir ordenar ou (totalmente) estancar”.

modas, de marcas e produtos -, e conta atualmente com a União das Escolas de Samba de Maquete (UESM), fundada em 2013, com desfiles realizados exclusivamente em ambiente virtual<sup>26</sup>, e experiência de realidade mista, virtual e aumentada<sup>27</sup>.

Epícentro do Carnaval brasileiro, exercendo forte influência sobre a rede de festas, o Carnaval do Rio, “maior espetáculo da Terra”, é a gênese do modelo de festa espetáculo, matriz das características estruturais das festas que adquirem o formato de grandes festivais de entretenimento (FARIAS, 2016). Já na aurora do planejamento estratégico urbano que emerge nos países centrais, cria um novo formato de festa com a construção do sambódromo da Marquês de Sapucaí na década de 1980, de onde derivam bumbódromos, cirandódromos, forródromos, vinhódromos na década de 1990, já embalados pela Lei Rouanet e a política de patrocínio dos bens culturais, modelando carnavais e festas populares de todo o país.

Assim é que na cidade do Rio de Janeiro, epicentro do Carnaval brasileiro e do ciclo dos megaeventos mundiais, surge mais um novo formato da festa, o “Carnaval de Rua Oficial do Rio de Janeiro”, inserido no plano estratégico da Cidade Olímpica<sup>28</sup>, na busca do maior fluxo de turismo internacional do hemisfério sul. É deste modo, que no ápice do plano estratégico, o “Carnaval espetáculo”, de grande porte e cobertura de mídia, retorna para os espaços livres públicos, após seu esvaziamento provocado pelo sambódromo. Com forte crescimento de blocos, bandas e cordões carnavalescos a partir de 2000, passando da festa esvaziada para a explosão da celebração nas ruas (HERSCHMANN, 2013), o “Carnaval de Rua Oficial do Rio de Janeiro” é criado a partir da sua regulamentação em 2009, com a primeira festa oficial realizada em 2010 (MACHADO, 2017).

Tal formato, nos moldes estruturais e institucionais dos megaeventos mundiais, denominado por Machado (2017) de “PPP carnavalesca”, cria um modelo de parceria com o setor privado para financiar e gerir a festa, que passa a ser patrocinada pela Ambev

---

<sup>26</sup> Contando com grupo especial e grupo de acesso, e profissionais de diversas áreas “O Carnaval de Maquete é um movimento carnavalesco relativamente recente que ganhou bastante força e projeção na última década e vem conquistando novos adeptos a cada ano, por meio de desfiles de escolas de samba criados e realizados especificamente para o ambiente virtual” (JESUS, 2018, p. 10).

<sup>27</sup> Experiência criada no âmbito do Projeto Carnaval 4.0, projeto colaborativo e interdisciplinar de iniciativa do Instituto Mauá de Tecnologia, em parceria com centros de pesquisa, empresas e a escola de samba Sociedade Rosas de Ouro, que culminou no desfile “Tempos Modernos” no Carnaval de São Paulo de 2020. Envolveu a aplicação de tecnologias emergentes em diferentes campos, como também o da saúde e da economia circular aplicado às fantasias (NELSON; CARVALHO; FERRI, 2020).

<sup>28</sup> Conforme Machado (2017) Apesar do primeiro Plano Estratégico do Rio ter sido homologado em 1995, foi apenas no contexto dos megaeventos que se deu a crescente adoção desse instrumento pelo Poder Público, em que se destaca o “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ) Pós-2016: o Rio mais integrado e competitivo” referente ao período de 2009-2012, quando o Carnaval de rua, notoriamente, é incorporado na política urbana.

(America's Beverage Company) e produzida pela Dream Factory, empresa de eventos proprietária do Rock *in* Rio (MACHADO, 2017; FRYDBERG; KOSSAK; MACHADO, 2016). A “PPP carnavalesca”, é replicada na cidade de São Paulo em seus contornos com a regulamentação da festa a partir de 2014<sup>29</sup>, no mesmo ano da Copa da FIFA, porém ganha produção especializada da Dream Factory e patrocínio da Caixa Econômica Federal apenas em 2015. O modelo carioca atinge sua forma mais acabada no Carnaval paulistano de 2016, quando a indústria cervejeira também passa a patrocinar a festa e a padronizar a paisagem festiva com cadastramento e uniformização dos vendedores ambulantes de bebidas (LIMA; SIMÕES; MERCEDES, 2017).

Sistematizado no Rio e expandido para São Paulo, o modelo se difere do Carnaval de Salvador pela proibição do uso de cordas e da venda de camisetas e abadá, de onde surge o discurso de um Carnaval de rua democrático, livre e gratuito. Já reproduzido em diversas cidades brasileiras, como Belo Horizonte e Brasília, o modelo da PPP carnavalesca transforma o Carnaval de rua paulistano, ao longo do período analisado (2016-2020), no maior do país<sup>30</sup>, no qual se inclui apresentações de blocos de Carnaval do Rio, Salvador e Recife. Assim, tal como o Carnaval de avenida das escolas de samba no sambódromo, os blocos de rua do Sudeste também vão se tornando conteúdo televisivo, passando a contar com intensiva cobertura de mídia em que se destaca a TV paga:

Há cinco anos fazendo a maior cobertura do Carnaval de rua do Brasil, a GloboNews já está em ritmo de samba. A partir desta sexta-feira (...) o canal intensifica o noticiário sobre a pré-folia e assuntos relacionados à celebração (...). Nos quatro dias de festa oficial, um time de repórteres do jornalismo acompanha, ao vivo, blocos e manifestações culturais nas ruas de todo país. Pelo segundo ano consecutivo, também haverá flashes ao vivo da Casa Bloco, no Centro do Rio. Os programas também terão edições sobre o tema. O ‘GloboNews Especial’ (...) é dedicado ao Carnaval no interior. São Luiz do Paraitinga, em São Paulo, é tomada pelo ritmo das marchinhas, pelo colorido da chita e a alegria dos bonecos (...) a população da cidade de pouco mais de 10 mil habitantes triplica durante esta época do ano. Na segunda-feira (...) é a vez do ‘Cidades e Soluções’ mostrar que é possível pular Carnaval sem provocar impactos no meio ambiente. Glitter biodegradável, confete de folhas e fantasias de crochê com canudo de bambu como acessório estão na pauta. O icônico enredo da Beija-Flor ‘Ratos e Urubus, larguem a minha fantasia’, que completa 30 anos, é tema do ‘Arquivo N’ (...) passeia também pelos 70 anos da escola de Nilópolis e os 35 anos do Sambódromo do Rio de Janeiro. Já no domingo de Carnaval, (...) o ‘GloboNews Especial’ (...) vai se debruçar

<sup>29</sup> A primeira regulamentação do Carnaval de rua paulistano contemporâneo é o Decreto Municipal 54.815 de 5 de fevereiro de 2014.

<sup>30</sup> Conforme o Secretário Estadual de Turismo de São Paulo (LUMMERTZ, 2020), São Paulo como maior Carnaval de rua do Brasil está presente no discurso oficial e midiático (AO LADO, 2020).

sobre a história do Afoxé Filhos de Gandhi, que completa 70 anos (...) o bloco fundado por estivadores se tornou um dos mais tradicionais do Brasil. Pelas ruas de Salvador, mais de 10 mil homens desfilam com roupas e turbantes brancos e frascos de alfazema, que perfumam a passagem do cortejo (GLOBO, 2018).

É nesse quadro, de mercantilização e exploração econômica do turismo das festas populares na era do hiperespetáculo<sup>31</sup>, com a transição do folião-telespectador para o folião-interativo da TV Digital, que o Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Belém é inscrito, em 2013, na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade<sup>32</sup>. Criada em 2003 em conjunto com a Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que Requer Medidas Urgentes de Salvaguarda<sup>33</sup>, a Lista Representativa e a Lista de Salvaguarda Urgente, surgem da crítica à Lista do Patrimônio Mundial<sup>34</sup>, que acabou por privilegiar os bens excepcionais e de natureza material orientado por critérios eurocêtricos<sup>35</sup>. Assim, no nível mundial, as políticas de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio imaterial se dão no mesmo período do ciclo dos megaeventos mundiais no Brasil, que reflete um processo mais amplo de transposição dos megaeventos mundiais para os países periféricos, denominado por Steinbrink (2013) de festifavelização, a superexploração econômica da festivalização do Sul global.

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Belém, o também chamado Carnaval devoto na literatura especializada e Natal paraense pela população local<sup>36</sup>, com seus mais de

<sup>31</sup> Conforme Lipovetsky e Serroy (2015) “a sociedade do hiperespetáculo designa, por sua vez, a sociedade da tela generalizada, em que um número crescente de redes, de canais, de plataformas se faz acompanhar por uma profusão de imagens (...) que podem ser vistas em diferentes telas de todas as dimensões, em qualquer lugar e a qualquer momento. Enquanto triunfa a tela global, multiforme e multimídia, se impõe a era da **abundância espetacular**. Em 1974, a televisão oferecia 7400 horas de programas, mas já 35 mil em 1993. Quando só havia um canal, ele difundia uma centena de filmes por ano; hoje, com a multiplicação dos canais e o aumento do tempo no ar de cada um deles, aos telespectadores são oferecidos entre 5 mil e 12 mil filmes por ano. Com a chegada da “smart TV”, a televisão, que era o objeto passivo por excelência da sociedade do espetáculo, se torna um centro multimídia de lazer interativo capaz de proporcionar uma multidão de serviços”.

<sup>32</sup> Estabelecida no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

<sup>33</sup> Como o Ritual Yaokwa, realizado pelo povo indígena Enawene Nawe, que habita um único território no Mato Grosso-MT. É inscrito no Livro de Celebrações do Iphan em 2010 e na Lista de Salvaguarda Urgente da Unesco em 2011.

<sup>34</sup> Criada na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972.

<sup>35</sup> “com o passar dos anos, foi ficando evidente que só estavam sendo inscritos na Lista do Patrimônio Mundial bens considerados de valor excepcional selecionados conforme os critérios de valoração das culturas européias, como palácios, igrejas, conjuntos urbanos, enfim, edificações feitas nos estilos documentados pelos historiadores das culturas do Ocidente. Ficavam de fora, assim, manifestações que indígenas das Américas, e tribos da África e da Oceania, por exemplo, consideravam sua maior riqueza, como rituais, narrativas sobre sua origem, lugares da natureza usados como templos, formas de fabricar objetos” (IPHAN, 2012, p. 13).

<sup>36</sup> A alcunha de Carnaval devoto na literatura especializada se dá a partir da pesquisa de Isidoro Alves (ALVES, 1980; AMARAL, 1998; IPHAN, 2006, LOPES, 2011) em virtude dos elementos sagrados e profanos que compõem a festividade desde sua origem. Já a alcunha de Natal do paraense pela população local, se deve ao

200 anos de história, realizado desde 1793<sup>37</sup> e considerado uma das maiores festas religiosas do mundo, teve a primeira edição da festa como Patrimônio da Humanidade em 2014. Reconhecido como Patrimônio Nacional em 2004<sup>38</sup>, foi a primeira festa popular inscrita no Livro de Registro de Celebrações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Criado com o Decreto Federal 3.551/00, que estabeleceu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, destaca-se que foi apenas em 2004 que “uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo Iphan a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial” (IPHAN, 2014b).

De modo que é já no pré-evento do ciclo dos megaeventos mundiais, que se dá o processo de patrimonialização das festas populares, que se enquadram na legislação brasileira como bens culturais de natureza imaterial e registradas como celebrações<sup>39</sup>. Em consonância com a política internacional, na qual é também inscrito na Lista Representativa da Unesco o samba de roda do Recôncavo Baiano em 2004 e o Frevo em 2007, formas de expressão associadas ao Carnaval, e a festa do Bumba meu boi do Maranhão em 2019, as festas populares brasileiras passam a contar com políticas de patrimonialização e salvaguarda no nível federal, estadual e municipal. No Rio e São Paulo, metrópoles globais da rede urbana brasileira (IPEA; IBGE; UNICAMP, 2001), tais políticas que garantem a

---

Almoço do Círio, uma confraternização familiar realizada no ambiente doméstico após a realização da principal procissão da festa, a Procissão do Círio (IPHAN, 2006). Tal como a Ceia de Natal, o Almoço do Círio conta com pratos típicos da culinária regional, sendo também comum no período se desejar Feliz Círio e enfeitar toda a cidade - no ambiente público e privado. Muitos dos enfeites do Círio, realizado em outubro, permanecem até o período natalino, criando um continuum entre as duas celebrações.

<sup>37</sup> A festa foi suspensa apenas em 1935 com a tomada de Belém pelos Cabanos (IPHAN, 2006). Em 2020, com a pandemia de Covid-19, o Círio ganhou versão virtual e a imagem da Santa circulou pela cidade de helicóptero.

<sup>38</sup> Conforme Henrique (2012, p. 328) quatro entidades de Belém solicitaram ao IPHAN o registro do Círio “em dezembro de 2001 (...) Foram elas: Arquidiocese de Belém, Diretoria da Festividade de Nossa Senhora de Nazaré, Obras Sociais da Paróquia de Nazaré e Sindicato dos Arrumadores do Estado do Pará. Com a conclusão do processo, em outubro de 2004, (...) tornou-se a primeira celebração a ter seu registro aprovado e patrocinado pelo Estado, inaugurando o Livro de Registro de Celebrações do IPHAN”

<sup>39</sup> No Brasil, os bens culturais de natureza imaterial são inventariados na esfera federal nas seguintes categorias: saberes, formas de expressão, celebrações e lugares, podendo ser registrados em separado ou em conjunto. Porém, destaca-se que “Não existe consenso no plano internacional ou nacional sobre a expressão que melhor define o conjunto dos bens culturais de natureza imaterial. Aqui e ali são utilizadas expressões como *patrimônio cultural intangível*, *patrimônio cultural imaterial*, *cultura tradicional e popular* ou *patrimônio oral*. No Brasil, o Iphan e o Ministério da Cultura optaram por definir o patrimônio cultural brasileiro tendo como base o estabelecido no Artigo 216 da Constituição Federal. Mas ressaltaram que: “Não há dúvida de que as expressões patrimônio imaterial e bem cultural de natureza imaterial reforçam uma falsa dicotomia entre esses bens culturais vivos e o chamado patrimônio material. Por outro lado, contudo, com essa definição, delimita-se um conjunto de bens culturais que, apesar de estar intrinsecamente vinculado a uma cultura material, não vinha sendo reconhecido oficialmente como patrimônio nacional” (IPHAN, 2006b).



documentação e divulgação do bem registrado, podendo ser acompanhadas de programas de salvaguarda, são verificadas a partir de 2003, também com a dianteira do Rio de Janeiro<sup>40</sup>. Assim é que tornam-se Patrimônio Carioca, entre outros, o próprio comércio ambulante, como a atividade dos vendedores ambulantes de mate, limonada e biscoito de polvilho como elemento da paisagem cultural das praias cariocas, e dos remanescentes do antigo Carnaval de rua<sup>41</sup>, e Patrimônio Paulista as práticas carnavalescas do Estado de São Paulo<sup>42</sup>.

Assim, como referências culturais e tornando-se patrimônio imaterial em diferentes níveis no contexto dos megaeventos mundiais, as festas de Carnaval de rua do Rio e de São Paulo e o Círio de Belém, situam-se no circuito espetacular da rede de festas populares brasileiras. Circuito das festas espetáculo, de alta visibilidade e atratividade, inseridas no circuito monetário financeiro das mídias e do turismo, mobilizando diferentes setores da economia. Festas de forte influência simbólica e econômica em escala regional e nacional, na qual se incluem a festa do Boi de Parantins, o maior São João do mundo de Campina Grande e Caruaru, a Festa do Peão de Barretos e a Oktoberfest de Joinville, que formam um parque industrial da cultura integrando as diferentes regiões do país (FARIAS, 2005).

No circuito das grandes festas já realizadas majoritariamente em espaços próprios, as festas de Carnaval de rua do Rio e de São Paulo e do Círio de Belém são assim representativas das festas de rua, bem como da clássica distinção entre festas sagradas profanas (AMARAL, 2012). Situadas nas regiões de menor e maior densidade demográfica, Norte e Sudeste, e de maior produção do alumínio primário (no estado do Pará) e secundário/reciclado (no estado de São Paulo), e no próprio epicentro do ciclo dos megaeventos mundiais, na cidade do Rio de Janeiro, tais festas oferecem um panorama dos conflitos de injustiça ambiental da reciclagem da lata de alumínio em espaços centrais do sistema de produção e consumo da *latinha* e da rede de festas brasileiras.

---

<sup>40</sup> Enquanto no Rio o foi constituído no nível municipal em 2003 (Decreto Municipal 23.162/03) e no estadual em 2013 (Lei Estadual 6.459/13) em São Paulo foi instituído no nível municipal em 2007 (Lei Municipal 14.406/07) e no estadual em 2011 (Decreto 57.439/11).

<sup>41</sup> São bens culturais de diferentes momentos históricos: a Banda de Ipanema foi fundada em 1964 e tombada em 2004, o Cacique de Ramos fundado em 1961 e tombado em 2005, e o Cordão da Bola Preta, bloco carnavalesco mais antigo em atividade e um dos megabloques da cidade, fundado em 1918 e tombado em 2007. Das escolas de samba, tombadas em 2008, uma das mais antigas em atividade é o Grupo Recreativo e Escola de Samba – GRES Portela, fundada em 1923, e há registros em ilustrações, crônicas e canções sobre os grupos de Clóvis ou Bate-bola desde a década de 1920 (BARBOSA; SILVA, 2020), tombados em 2012.

<sup>42</sup> Em 2020 a partir da solicitação do registro dos “Desfiles das Escolas de Samba” da Liga Independente das Escolas de Samba da cidade São Paulo (SÃO PAULO, 2020).

Especialmente, em um contexto de reativação do espaço público<sup>43</sup> e de reconhecimento do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos como serviço de saneamento básico, que até o presente confere “ao saneamento o poder/status de privilégio e não de direito básico” (JESUS, 2017, p. 125). Com novas formas de ressignificação, uso e apropriação do espaço público que emergem com o planejamento estratégico do capitalismo artista, tal reativação coloca em questão a equidade, a universalidade e a integralidade do saneamento básico, a ser compreendido como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de: a) abastecimento de água potável; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos; e d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (BRASIL, 2007). Observado nas grandes festas na sua integralidade, se expressa na ausência de banheiros públicos nas cidades brasileiras e na deficiência do provimento de unidades hidrossanitárias provisórias, como banheiros químicos; na ausência do fornecimento gratuito de água potável (no Carnaval, uma garrafa de água pode ser mais cara que uma lata de cerveja), além da limpeza urbana e do manejo de resíduos e águas pluviais, que face à insuficiência de lixeiras, se acumulam e se misturam nas bocas-de-lobo e nas sarjetas<sup>44</sup>.

É deste modo que o alumínio, os plásticos e o concreto, os tecnofósseis, marcadores geológicos da grande aceleração do Antropoceno (WATERS *et al.*, 2016), se combinam no presente trabalho nas sarjetas e sarjetões nas áreas centrais das metrópoles e nos extratos superiores da rede urbana e festiva brasileira, no circuito do Carnaval de rua do Rio de Janeiro e de São Paulo e no Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Belém. Nos canais de concreto de coleta e condução das águas superficiais das cidades, quando extraordinariamente, em dias de festa, acumula-se uma grande quantidade e volume de embalagens descartáveis de bebidas - de alumínio, plásticos diversos e também do vidro, que sob o imperativo da competitividade, também se torna descartável (VILLELA; LIMA, 2006). Com o movimento dos passantes e também não raro das águas pluviais, é para as sarjetas que converge a massa de resíduos gerados nas grandes festas e distribuído por todo

---

<sup>43</sup> “Durante os últimos 50 anos, o espaço público nas cidades brasileiras vem sofrendo uma série de intervenções que refletem consequências na sua forma de uso, estrutura e estado de conservação. No passado recente a maioria dos espaços possuíam usos discretos ou se configuravam como simples imagem estática da paisagem. Hoje se encontram em um processo de reativação, incentivados por novas formas de lazer ou por processos de ocupação voltados a democratização das atividades urbanas, como por exemplo, nas manifestações populares dos últimos anos” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016).

<sup>44</sup> Conforme definição da NBR12980 (ABNT, 1993) a sarjeta refere-se a faixa junto ao meio-fio e o leito carroçável, das vias públicas, que serve de escoadouro das águas pluviais, sendo a boca-de-lobo a abertura localizada na sarjeta ou sob o meio-fio ou calçada, que tem a finalidade de captar as águas pluviais que escoam pelas sarjetas, para em seguida conduzi-las ao sistema de drenagem.

o ambiente festivo: nas ruas e avenidas, nas lixeiras saturadas, nas calçadas, nas fachadas, nos canteiros, nos monumentos, e em todo o mobiliário urbano que possa suportar uma *latinha*, um copo ou garrafa de plástico ou vidro.

Formando monturos de lixo no entorno de lixeiras e ao longo das sarjetas, tal como os “rios de plástico” do Círio (LIMA; SIMÕES; MERCEDES, 2018), é para as sarjetas onde converge também a falta de esgotamento sanitário, para a qual nenhuma “lei do xixi”<sup>45</sup> com tal infraestrutura é capaz de resolver, e para onde seguem também as águas pluviais, bem como a água do gelo derretido das caixas de isopor do batalhão de vendedores ambulantes de bebidas, usado na refrigeração das bebidas. Lugar central da atividade dos catadores de *latinha*, que se destaca também com a entrada formal das cooperativas nas operações de limpeza urbana das festas sob o ciclo dos megaeventos mundiais e a PNRS, é sobretudo nas sarjetas onde se opera a logística reversa de pós-consumo das latas descartáveis de alumínio para bebidas para seu retorno ao berço do ciclo produtivo, concentrado em Pindamonhangaba-SP, “capital nacional” da reciclagem de latas de alumínio (ABRALATAS, 2006; GIOSA, 2010).

A PNRS, também de acordo com os modelos preventivos de gestão do lixo urbano dos países centrais baseados na hierarquia dos resíduos (FIGUEIREDO, 2012), assume ainda uma importante dimensão social, dado que “Reciclagem em níveis elevados e com inclusão social não é uma característica dos países centrais. Reciclagem que exige inclusão social sempre foi assunto e competência de territórios periféricos” (TEODÓSIO; DIAS; SANTOS, 2016, p. 33). Ao incorporar as demandas dos catadores, que lutam pelo “desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades da categoria, que sobrevive do trabalho que é realizado em condições precárias e sem reconhecimento em todo o Brasil” (MNCR, 2011, n. p.), cujo marco é a Carta de Brasília (Anexo 1), lançada em 2001 na fundação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a PNRS coloca em questão a validade dos seus instrumentos e objetivos, como os acordos setoriais e a integração dos catadores nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, analisados neste trabalho.

É nesse contexto, de reconhecimento legal dos catadores e redefinição de papéis e responsabilidades na gestão dos resíduos sólidos urbanos (TEODÓSIO; DIAS; SANTOS,

---

<sup>45</sup> Leis municipais que estabelecem multa severa para o ato de urinar e/ou defecar em logradouros e vias públicas. Instituídas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo no contexto dos megaeventos mundiais (ZYLBERKAN, 2018), ganham destaque na imprensa no período carnavalesco.

2016), que o trabalho analisa a aplicação dos princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor incorporados na PNRS. Como mecanismo distributivo, os princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor são complementares, e buscam garantir que o impacto ambiental gerado pela produção e consumo seja suportado pelos agentes diretamente beneficiados pela atividade (LEMOS, 2012), do mesmo modo que os agentes que atuam “com responsabilidade na busca da preservação ambiental devam ser premiados com algum benefício, visto que colaboram em prol de toda a coletividade” (BORGES et al., 2010, p. 208). Envolve assim uma das principais reivindicações atuais dos catadores: o pagamento de serviços ambientais urbanos - PSAU<sup>46</sup>, dado que os impactos positivos para o ambiente e as externalidades positivas para a sociedade não são reconhecidos nas sucateiras (LIMA; MOTA, 2013). Para os catadores, o PSAU “pauta-se pelo reconhecimento do serviço ao meio ambiente, pela economia que fazem aos Municípios e pelo abastecimento de uma cadeia produtiva que movimenta bilhões de reais todos os anos” (MNCR, 2011, n. p.).

Uma dessas cadeias produtivas é a da lata de alumínio para bebidas, que apresenta o maior preço no mercado de sucata e o maior benefício total estimado gerado pela reciclagem<sup>47</sup> (IPEA, 2010). É sobre a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida da *latinha*, a “moeda de lata” (GIOSA, 2010) “ouro dos catadores” (PIMPY MY CARROÇA, 2020), bem como sobre as ações de integração social dos catadores de *latinha*, que o trabalho analisa os conflitos de injustiça ambiental da reciclagem do alumínio no ambiente festivo, e a distribuição desigual de seus benefícios econômicos, sociais e ambientais no pós-evento do ciclo dos megaeventos mundiais.

Assim, a partir de uma abordagem contextual e multiescala, a pesquisa, exploratória, apresenta um estudo de caso cruzado da geração e do gerenciamento dos resíduos no ambiente festivo, e das ações de responsabilidade compartilhada e integração social de catadores no Carnaval de rua do Rio e de São Paulo e no Círio de Belém no período de 2016 a 2020. Para o levantamento de dados e informações, a pesquisa se apoia na observação participante e documentação fotográfica (Quadro 1.1), em pesquisa documental e

---

<sup>46</sup>“Entende-se como serviços ambientais urbanos as atividades realizadas no meio urbano que gerem externalidades ambientais positivas, ou minimizem externalidades ambientais negativas, sob o ponto de vista da gestão dos recursos naturais, da redução de riscos ou da potencialização de serviços ecossistêmicos, e assim corrijam, mesmo que parcialmente, falhas do mercado relacionadas ao meio ambiente. Um instrumento de Psau seria aquele que fosse pago aos produtores de serviços ambientais urbanos, a fim de estimulá-los a continuar ou intensificar suas atividades” (IPEA, 2010, p. 8).

<sup>47</sup> Na comparação com o aço, o papel/papelão, o plástico e o vidro, definidos como a diferença entre os custos econômicos e ambientais da produção primária e secundária do material (IPEA, 2010).

bibliográfica, bem como em entrevistas semiestruturadas com atores-chave: técnicos e gestores do poder público municipal de Belém (2) do Rio (1) e de São Paulo (3); cooperativas de catadores de Belém (2) e de São Paulo (1); com entidade representativa dos catadores (1), da festa do Círio (1) e dos blocos de Carnaval de rua do Rio (1); empresas de gestão ambiental de Belém (1) e do Rio (1) e blocos carnavalescos de São Paulo (3). As entrevistas foram realizadas com o objetivo de levantar informações específicas, mas também como recurso de aproximação para o entendimento tanto das festas, como da geração e do gerenciamento dos resíduos no ambiente festivo e das ações de responsabilidade compartilhada e inclusão social de catadores. Destaca-se que nos anos de 2017, 2019 e 2020, o período carnavalesco oficial<sup>48</sup> foi dividido, na primeira metade acompanhado em São Paulo (pré-carnaval – sábado/domingo de carnaval) e na segunda metade no Rio de Janeiro (domingo/segunda de carnaval e pós-carnaval).

Quadro 1.1: Observação participante e documentação fotográfica com mobilfotografia

2016	Carnaval de rua de São Paulo e Círio de Nazaré de Belém
2017	Carnaval de rua de São Paulo e Carnaval de rua do Rio de Janeiro
2018	Carnaval de rua de São Paulo e Círio de Nazaré de Belém
2019	Carnaval de rua de São Paulo e Carnaval de rua do Rio de Janeiro
2020	Carnaval de rua de São Paulo e Carnaval de rua do Rio de Janeiro

Fonte: O autor.

O principal registro da observação participante foi a documentação fotográfica, acompanhada de conversas ocasionais com catadores, vendedores ambulantes, garis, técnicos da limpeza urbana, devotos, foliões e organizadores. Em 2017, com a participação da graduanda em Gestão Ambiental da EACH-USP e bolsista Priscilla Bueno, foi aplicado um breve questionário junto aos catadores e vendedores ambulantes de bebidas no Carnaval de rua de São Paulo. Porém, face ao estado de “efervescência coletiva” das festas, já descrita na análise durkheimiana (PEREZ, 2012) e o forte ritmo de trabalho desses trabalhadores, além de situações de violência na festa que acabaram por se intensificar no ano seguinte (em 2018 três pessoas perderam a vida no Carnaval de rua paulistano em fato noticiado pela

<sup>48</sup> Período estabelecido pelo município a cada ano, no caso do Rio e São Paulo, compreende frequentemente o final de semana antes e o final de semana depois do final de semana de Carnaval, com média de 15 dias.

imprensa), optou-se pela não continuidade do levantamento. Ao longo da pesquisa foram também realizadas visitas às cooperativas Filhos do Sol em 2016 e Concaves em 2016 e 2018 em Belém, e Vira-Lata em São Paulo em 2019, à escola de samba Vai-Vai de São Paulo em janeiro de 2017, ao sambódromo do Rio no desfile das campeãs de 2017 com o título da Portela após 33 anos sem vencer o Carnaval carioca, e à central mecanizada de triagem de resíduos da Ponte Pequena de São Paulo no pós-carnaval de 2020, já na iminência do *lockdown* a ser decretado na cidade provocado pela pandemia de Covid-19.

Buscou-se assim identificar e compreender os aspectos estruturais, organizacionais e institucionais das festas e da limpeza urbana no ambiente festivo, bem como seus principais atores e processos. Os principais materiais utilizados foram normas, legislação e o acordo setorial da lata de alumínio assinado em 2020, estudos técnicos e setoriais, a Lei de Acesso à Informação, sites institucionais das prefeituras, associações e empresas da cadeia produtiva da lata de alumínio, bem como a cobertura jornalística das festas e peças promocionais. Tendo como referência para o comparativo, o Carnaval de rua de São Paulo, observado em todo o período (Quadro 1.1), o trabalho se organiza na forma de coletânea de artigos combinada com capítulo tradicional de tese, expressando também o percurso da pesquisa.

Assim, o trabalho se estrutura em cinco capítulos além deste capítulo de introdução. No capítulo 2. “*Eventos públicos, ganhos privados: limpeza urbana e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) no renascimento do Carnaval de rua paulistano*”, artigo publicado em 2017 na Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento, busca-se compreender o serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos do Carnaval de rua de São Paulo no período de 2016 e 2017. Este capítulo aborda aspectos históricos da festa e o seu formato atual, descrevendo os principais traços da geração e do gerenciamento dos resíduos no ambiente festivo, que será chamado neste trabalho de “**modelo tradicional**”. Este modelo pode ser extrapolado para qualquer evento com a atuação informal de catadores de latinha de modo complementar ao serviço público de limpeza urbana. O modelo tradicional de limpeza urbana do Carnaval de rua de São Paulo foi alterado apenas em 2020, com a entrada formal de cooperativas de catadores na operação de limpeza urbana no ambiente festivo, também nos moldes do Carnaval de rua carioca. O artigo discute a ausência de ações de responsabilidade compartilhada e de integração social dos catadores na festa, buscando identificar atores e processos que incidem sobre a geração e o gerenciamento dos resíduos, tal como as cervejarias e a política de patrocínio da festa.

No terceiro capítulo, “*Inclusão socioeconômica de catadores na limpeza urbana de eventos de grande porte: uma análise comparativa entre o Círio de Nazaré e o Carnaval de rua de São Paulo*”, artigo publicado na Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental em 2018, que também compreende o período de observação do Carnaval de rua paulistano de 2016 e 2017, com um comparativo do Círio de Nazaré de Belém de 2016. O capítulo destaca a entrada formal de cooperativas de catadores na limpeza urbana e manejo de resíduos no Círio, tendo como foco a integração social dos catadores. O caso do Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Belém será chamado neste trabalho de **modelo institucional-unitário**, referindo-se à contratação anual para o serviço regular de coleta seletiva de uma cooperativa de catadores pelo poder público em virtude do encerramento do Lixão do Aurá em 2015.

O quarto capítulo, “*A (in) sustentabilidade dos megaeventos: regulação, autorregulação e injustiça ambiental da reciclagem de resíduos nas grandes festas brasileiras*”, artigo publicado na Revista Geográfica de América Central em 2021, compreende o período de observação do Carnaval de rua do Rio e de São Paulo e do Círio de Belém entre 2016 e 2019. O capítulo apresenta uma análise comparativa da geração e do gerenciamento dos resíduos das três festas à luz da PNRS e da norma ISO 20121, sistema de gestão para a sustentabilidade de eventos no âmbito da autorregulação. Apresenta o sistema de limpeza urbana do Carnaval de rua do Rio de Janeiro, com a entrada de cooperativas de catadores em 2013, como exigência do edital de patrocínio da festa. Diferente do modelo institucional-unitário do Círio, a contratação de cooperativas na limpeza urbana do Carnaval de rua do Rio é restrita ao período festivo e mediada por empresa especializada de gestão ambiental. Dado o destaque para a coleta seletiva na campanha de comunicação de 2017 do patrocinador oficial da festa, o sistema de limpeza urbana do Carnaval de rua do Rio será chamado neste trabalho de “**modelo espetacular**”. O capítulo discute a normatização e profissionalização do setor de eventos no Brasil no pós-evento do ciclo dos megaeventos mundiais, e as dificuldades e limitações para a implementação das ações de responsabilidade compartilhada e inclusão social de catadores como instrumento para a superação das situações de injustiça ambiental provocadas pelo sistema de geração e gerenciamento dos resíduos no ambiente festivo.

O quinto capítulo, “*A cadeia produtiva da lata de alumínio na rede de festas populares brasileiras: conflitos distributivos e de injustiça ambiental*”, na forma de capítulo tradicional de tese, analisa os conflitos da reciclagem da lata de alumínio a partir dos três modelos de limpeza urbana: o tradicional, o institucional-unitário e o espetacular. Analisa

também o acordo setorial para o aperfeiçoamento da logística reversa da lata de alumínio. Apresenta as mudanças em curso nas operações de limpeza urbana das festas até a emergência da Pandemia de Covid-19, com registros do Carnaval de rua do Rio e de São Paulo de 2020 e a inserção dos catadores de latinha no ciclo produtivo da lata de alumínio. Discute por fim, os mecanismos e processos que fazem das festas populares lixões temporários e zona de sacrifício, transferindo para os mais pobres o custo da poluição.

O sexto capítulo, de considerações finais, apresenta as principais conclusões e contribuições do trabalho, com sugestões e recomendações para aplicação prática e estudos futuros.



**Capítulo 2.** Eventos públicos, ganhos privados: limpeza urbana e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) no renascimento do Carnaval de rua paulistano



A cidade é nossa - Carnaval de rua de São Paulo, 2018

Fonte: autora

“que os blocos pequenos, auto organizados pela população, blocos que procuram preservar o espírito carnavalesco de espontaneidade e de festa POPULAR, não são interessantes para o poder público, em comparação aos blocos gigantesco patrocinado por empresas que financiam as campanhas desses que estão no poder, vide ambev. Carnaval de rua agora é o carnaval do lucro. Nós sentimos muito pelos nossos companheiros que foram feridos e detidos, e nossos instrumentos que foram danificados”

**Fanfarra Clandestina (Bloco carnavalesco paulistano) publicado no Facebook do Arrastão dos Blocos no Carnaval de 2019**

“nós fazemos carnaval  
e observamos assombradas  
as tentativas de mercantilizar, burocratizar e encaixotar  
nossa manifestação cultural ancestral, espontânea e livre.  
carnaval não é serviço que se vende.  
carnaval é cultura que se produz,  
é escola de vida, coletivo, amizade e alegria.  
quando desfilamos há celebração e harmonia.  
o ódio e a violência marcham com soldados de coturno  
e armas na mão”

**Manifesto Arrastão dos Blocos (Coletivo de blocos carnavalescos paulistanos)  
Carnaval de 2019**

## 2 EVENTOS PÚBLICOS, GANHOS PRIVADOS: LIMPEZA URBANA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) NO RENASCIMENTO DO CARNAVAL DE RUA PAULISTANO

### PUBLIC EVENTS, PRIVATE GAINS: THE MUNICIPAL SOLID WASTE (MSW) MANAGEMENT AMIDST THE REBIRTH OF STREET CARNIVAL IN SÃO PAULO

Dumara Regina LIMA<sup>1</sup>, André Felipe SIMÕES<sup>1</sup>, Sonia Seger MERCEDES<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

<sup>2</sup> Instituto de Energia e Ambiente (IEE), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 42, p. 242-270, dezembro 2017

DOI: 10.5380/dma.v42i0.50290

#### RESUMO

Apesar de sua excepcionalidade, fugacidade e intangibilidade, os grandes eventos ganham cada vez mais relevância nas sociedades contemporâneas, apresentando-se muitas vezes como estratégia de promoção e desenvolvimento econômico das cidades e transformando-se em objeto de políticas públicas. Porém, no caso brasileiro, observados pela perspectiva da sustentabilidade, os grandes eventos também se transformam em grandes geradores de resíduos sólidos urbanos, comprometendo sua própria qualidade ambiental e envolvendo o trabalho precário de um grande número de catadores de materiais recicláveis, constituindo-se como um mecanismo perverso de exploração. Assim, entender sua dinâmica e organização torna-se fundamental para a busca de modelos sustentáveis de gestão e gerenciamento desses resíduos, considerando tanto seu aspecto ambiental como social e econômico. A partir de revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação participante e documentação fotográfica, o presente trabalho discute o renascimento do Carnaval de rua na cidade de São Paulo, recentemente disciplinado pelo Decreto 56.690 de 7 de dezembro de 2015, sua transformação em grande gerador de resíduos e as lacunas de gestão no serviço de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos da festa, tomando como referência a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Os resultados indicam a necessidade de novas formas de organização da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos de grandes eventos, por meio da implantação e do fortalecimento do arcabouço legal já constituído, o que envolve ações de educação ambiental, responsabilidade compartilhada e inclusão social de catadores.

Palavras-chave: catadores de materiais recicláveis; desigualdade socioeconômica; limpeza urbana; eventos de grande porte; Carnaval de rua de São Paulo; Política Nacional de Resíduos Sólidos.

#### ABSTRACT

As well as exceptionality, fugacity and intangibility, urban mega-events achieve strong relevance in contemporary societies. Furthermore, such events usually emerge as a strategy for the promotion of cities and their economic development, and even become objects of public policies. However, in the Brazilian scenario, from the perspective of sustainability,

mega-events may also generate large quantity of solid waste. These happenings may compromise the events' environmental quality and involve the precarious work of a large number of waste pickers, which constitutes a perverse mechanism of exploitation. Thus, the search of sustainable models of waste management becomes fundamental, in order to understand the dynamics and organization of these events, which must consider not only the environmental aspects, but also the social and economic ones. With this in mind, this work discusses the rebirth of Street Carnival in the city of São Paulo, recently disciplined by Decree 56.690/2015, its conversion into a large waste generator, and the management gaps of the urban cleaning service and handle of the party's solid waste. The study considered the National Policy of Solid Waste as a reference, and adopted bibliographic review, documentary research, participant observation and photographic documentation as research tools. The results suggest the need for new ways of organizing the management of the mega-events' solid waste, which may be solved through the implementation and strengthening of the legal framework already established. These strategies may involve actions of environmental education, shared responsibility and social inclusion of waste pickers.

**Keywords:** waste pickers; socioeconomic inequalities; urban cleaning; mega events; Street Carnival; National Solid Waste Policy.

## 2.1 INTRODUÇÃO

Apesar de sua excepcionalidade, fugacidade e intangibilidade, os eventos apresentam cada vez mais importância nas sociedades contemporâneas, ganhando, muitas vezes, materialidade com a construção de espaços próprios para sua realização. Megaeventos globais, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, são atualmente seus corolários, capazes de transformar os eventos em grandes intervenções urbanas, cujos impactos vão além do período da sua realização e das cidades onde se realizam (HORNE, 2010; CARVALHO; GAGLIARDI, 2015).

Para Montes e Coriolano (2003), o aumento do número de eventos e de espaços específicos para sua realização “é fato que demonstra o desenvolvimento irreversível dessa atividade em todo o mundo” (MONTES; CORIOLANO, 2003, p. 43), destacando seu papel como regulador do mercado turístico, que sofre forte impacto da sazonalidade, e como produtor de imagem de uma cidade, estado ou país na captação de recursos públicos e investimentos.

Associados à produção de imagem, à construção de identidade e à promoção dos lugares, os eventos, na contemporaneidade, assumem diferentes funções e, seja como base para o mercado turístico e imobiliário, como alavanca para a regeneração econômica (WATERMAN, 1997), ou como “experiência” que aumenta as oportunidades de consumo (HORNE, 2010), tornam-se fatores estratégicos de diferenciação, integração e atratividade nos lugares em que se realizam (CASTELLS; BORJA, 1996).

Tais características ganham especial relevância no período atual, marcado pela “condição paradoxal do processo de globalização que navega entre a tendência à homogeneização das sociedades [...] e a busca de preservação das identidades locais” (VARGAS, 1998, p. 8), em um movimento que é tanto de padronização como de diversificação, de permanência e de flexibilidade, de centralização e descentralização, material e imaterial, entre outras oscilações próprias da pós-modernidade, em que “jamais há uma configuração fixa” (HARVEY, 2008, p. 305).

É nesse quadro, da produção flexível, pós-industrial, pós-moderna, de avanço do setor terciário na centralidade da economia, quando a indústria turística se torna “a primeira no mundo, no que concerne à geração de recursos financeiros e emprego” (VARGAS, 1998, p. 17), que os eventos se transformam em objeto de políticas públicas, envolvendo diferentes secretarias (CABRAL; KRANE; DANTAS, 2013; SÃO PAULO, 2015; FRYDBERG; KOSSAK; MACHADO, 2016), diferentes esferas de governo (CABRAL; KRANE; DANTAS, 2013), bem como parcerias no âmbito público-privado (ARRUDA, 2003; HORNE, 2010, FRYDBERG; KOSSAK; MACHADO, 2016), demandando organização cada vez mais complexa e especializada.

No entanto, observados pela perspectiva da sustentabilidade, os eventos se transformam em grandes geradores de resíduos sólidos das cidades e nas cidades. Entender sua dinâmica e organização torna-se fundamental para a busca de modelos sustentáveis de gestão e gerenciamento desses resíduos, não apenas porque “os resíduos acompanham o excesso e o luxo, mas, ao mesmo tempo, no mundo contemporâneo, constituem o principal meio e integram estratégias de subsistência e adaptação para a população que sofre privações” (SANTOS, M. C. L., 2014, p. 42), envolvendo importante dimensão ambiental e social.

Assim, por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação participante e documentação fotográfica da festa realizada em 2016 e 2017, o presente trabalho discute o renascimento do Carnaval de rua de São Paulo (item 2), sua transformação em grande gerador de resíduos (item 3), as lacunas de gestão no serviço de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos da festa (item 4) e os desafios e oportunidades para a efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no contexto dos eventos de grande porte (item 5).

## 2.2 O RENASCIMENTO DO CARNAVAL DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Para efeito deste trabalho, entende-se por renascimento do Carnaval de rua da cidade de São Paulo o resultado do processo que culminou com a publicação do Decreto Municipal 56.690 de 7 de dezembro de 2015 (SÃO PAULO, 2015), que disciplina o Carnaval realizado em logradouros públicos na forma de blocos, bandas e cordões sob coordenação da Secretaria Municipal de Cultura<sup>49</sup>. Cabe destacar que o Carnaval foi oficializado na cidade na década de 1960, com a Lei Municipal 7.100 de 29 de dezembro de 1967 (SÃO PAULO, 1967) e demais leis complementares que regulamentam as escolas de samba e outras manifestações carnavalescas atreladas à Secretaria Municipal de Turismo.

Se foge do escopo deste trabalho o encontro do Carnaval com o samba, o Carnaval negro, como descrito por Simson (2007), e a transformação dos primeiros blocos, bandas e cordões paulistanos em escolas de samba – cujo marco histórico é a fundação do Grupo Carnavalesco Barra Funda, em 1914, por Dionísio Barboza (SIMSON, 2007) –, é importante, ao menos, voltar ao Largo da Banana<sup>50</sup>, reduto do samba paulistano (SIMSON, 2007; AMARANTE, 2013; AZEVEDO, 2014), para estabelecer um paralelo que permita observar os distintos papéis do Carnaval popular nas políticas municipais e sua conformação no período atual. Como destaca Santos (2010, p. 62):

A análise histórica da relação entre as festas carnavalescas e os governos mostra que, na maioria das vezes, a administração pública e o carnaval estiveram sempre muito próximos, em relações às vezes consensuais, em outros momentos bastante conflituosas.

Se o reconhecimento do Carnaval de rua contemporâneo pela cidade de São Paulo se deu, aparentemente, em função do crescimento da festa nos últimos anos, fenômeno que ainda está para ser pesquisado e mais bem compreendido, o Carnaval do Largo da Banana, “gueto negro no bairro da Barra Funda”, “elo histórico entre o êxodo dos antigos escravos do interior para a construção do desenvolvimento da cidade de São Paulo” (SOUZA, 2009, p. 342), precisou de mais de meio século para ser reconhecido pela cidade, em relações não

---

<sup>49</sup> O Decreto institui a Comissão Intersecretarial responsável pelo planejamento operacional do Carnaval de Rua da Cidade de São Paulo e estabelece competências. Coordenada pela Secretaria Municipal de Cultura, a Comissão é formada pelos seguintes órgãos e secretarias: Secretaria do Governo Municipal, São Paulo Turismo S.A. (SPTuris), Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, Secretaria Municipal de Serviços, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Segurança Urbana, Secretaria Municipal de Transportes, São Paulo Negócios S.A. (SP Negócios), Secretaria Executiva de Comunicação, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria Municipal de Licenciamento, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SÃO PAULO, 2015).

<sup>50</sup> O Largo da Banana deu lugar, na década de 1980, ao Memorial da América Latina, exatamente onde se assenta o auditório Simón Bolívar (AMARANTE, 2013).

raro conflituosas.

Tido como lugar “barra pesada” em função da pobreza de seus frequentadores (AZEVEDO, 2014), o Largo da Banana deu origem a diversos blocos e cordões carnavalescos (SIMSON, 2007). Também, a músicos como Geraldo Filme<sup>51</sup>, “corresponsável pela instituição do samba paulista” (AZEVEDO, 2012, p. 48), imortalizando os tempos do Largo da Banana, “onde nós fazia samba todas noites da semana” (FILME, 1968 *apud* BELO, 2008), na passagem do samba rural, vindo das senzalas do café, para o samba urbano do trabalho (SOUZA, 2009), e que fez do samba paulista e sua mais tolerada expressão, o Carnaval, um campo de resistência e afirmação da cultura negra na cidade (SIMSON, 2007; SOUZA, 2009; AZEVEDO, 2014).

Do Largo da Banana até sua consagração, com a inauguração do sambódromo do Anhembi – Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo –, em 1991, o Carnaval popular protagonizado pela população negra resistiu ao preconceito e à reprovação da sociedade, bem como à falta de recursos e à repressão policial<sup>52</sup> que marcaram a primeira fase do Carnaval de rua até sua regulamentação, em 1967 (SIMSON, 2007; BELO, 2008). Esse Carnaval se expandiu com a cidade, com a dispersão da população pobre em direção à periferia (BELO, 2008), materializou-se no espaço urbano com o sambódromo e se transformou, tal como a cidade, que assiste, na aurora do século XXI, ao forte crescimento de blocos, bandas e cordões (Tabela 2.1) brotando, novamente, nas ruas da metrópole.

---

<sup>51</sup> Para Azevedo (2014, p. 341-345), “através de Geraldo se depara com uma vivência negra vibrante em São Paulo [...] me parece pertinente considerar memórias de sambistas que produziram canções que levaram em consideração espaços, saberes, hábitos dos lugares que viveram [...]. Com isto, a cidade de São Paulo desloca-se do lugar-ausente, que sempre lhe foi atribuída, quando se trata de samba. Entre os sambistas que cantaram a memória do lugar, destaca-se Geraldo Filme. A partir de sua história pessoal é possível repensar o mito do túmulo ou do lugar antimusical.” O autor se refere à polêmica frase de Vinícius de Moraes e às representações da cidade de São Paulo como “túmulo do samba”, destacando a necessidade de se rearranjar as narrativas historiográficas que tratam da História musical do Sudeste. Curioso observar a ausência de Geraldo Filme na comissão de frente para a defesa do samba paulista, formada, frequentemente, por Adoniran Barbosa e o sambista zoólogo Paulo Vanzolini.

<sup>52</sup> “Naquela época, a escola saía e a viatura saía atrás. Quando chegava lá em cima eles acabavam com o nosso samba. Pode parar! Pode parar! Hoje a polícia faz a segurança para nós”. “Seu” Irineu, Componente da Velha Guarda da Escola de Samba Unidos de Vila Maria comparando o Carnaval do passado e o Carnaval atual. Entrevistado em junho de 2002 por Belo (2008, p. 41).

Tabela 2.1: Blocos, bandas e cordões carnavalescos cadastrados na Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo

Ano	Blocos, Bandas e Cordões
2013	60
2014	200
2015	260
2016	335
2017	495

Fonte: Rolnik (2015); São Paulo (2016a; 2016b). Elaboração própria.

A recente regulamentação do Carnaval de rua na cidade de São Paulo indica não só o crescimento do número de blocos carnavalescos<sup>53</sup>, como parece reforçar sua expansão. Com cadastro encerrado em 3 de novembro de 2016 para o Carnaval paulistano de 2017, foram contabilizados 495 blocos, bandas e cordões inscritos, com a ressalva:

Os blocos que utilizarem caminhões com mais de 3 metros de altura deverão comunicar esta necessidade, no momento do cadastro, para que a solicitação seja analisada pela CET e, uma vez aprovada, poderá fazer o pedido de autorização especial (SÃO PAULO, 2016b).

Nota-se que são previstos grandes blocos, que em nossa observância do Carnaval de rua em 2016 e 2017, são também os grandes geradores de resíduos. Há, atualmente, uma grande diversidade de origem, estilo musical e número de participantes dos blocos, bandas e cordões paulistanos. No entanto, se as lixeiras da cidade suportam os pequenos blocos (Figura 2.1), deixando apenas um rastro de alegria, os grandes blocos (Figura 2.2), que podem reunir 150 mil pessoas (PEREIRA, 2017), as fazem transbordar, deixando um rastro de resíduos tão grande quanto seus carros de som e número de participantes.

<sup>53</sup> Processo também observado no Rio de Janeiro, com o ressurgimento de manifestações carnavalescas de rua após seu esvaziamento, provocado pela construção do sambódromo da Marquês de Sapucaí, em 1987 (HERSCHMANN, 2013). Pode-se considerar a Marquês de Sapucaí paradigma dos demais sambódromos, bambódromos e cirandódromos (VIANA, 2005) na formatação de muitas festas populares brasileiras, o que a construção de espaços próprios para sua realização também favorece, de sobremodo, sua transmissão pela TV (OLIVEIRA, 2007; BELO, 2008).

Figura 2.1: Vista da rua após a passagem de pequeno bloco carnavalesco. Região central. Carnaval paulistano 2017



Fonte: O autor.

Figura 2.2: Vista da rua após a passagem de grande bloco carnavalesco – imprensa e catador em meio à varrição hidráulica. Ao fundo, pessoal, máquinas e equipamentos do serviço público de limpeza urbana. Região central. Carnaval paulistano 2017



Fonte: O autor.

No Carnaval reprimido dos tempos do Largo da Banana, que teve seu auge nas décadas de 1920 e 1930 (AZEVEDO, 2014), na “fase heroica” do Carnaval, em que os desfiles não contavam com reconhecimento e apoio oficial, eles só eram permitidos no domingo e na terça-feira gorda, pois sábado e segunda-feira de Carnaval eram dias normais de trabalho (SIMSON, 2007).

Atualmente, no período da produção flexível e da economia pós-industrial, o centro da economia se desloca da indústria para os serviços, com destaque para o setor de cultura, lazer e turismo (VARGAS, 1998; ARANTES, 2002). Com isso, pode-se observar em muitas cidades brasileiras a dilatação do tempo carnavalesco, como no Rio de Janeiro (FRYDBERG; KOSSAK; MACHADO, 2016) e em São Paulo, com o popular pré-Carnaval (Figuras 2.3 e 2.4), já institucionalizado no calendário oficial em muitas cidades, assim como as micaretas – os carnavais fora de época, amplamente difundidos no Nordeste.



Figura 2.3: Apresentação de grande bloco carnavalesco carioca no Memorial da América Latina, organizado por cervejaria, em 11/02/2017 – duas semanas antes do Carnaval no calendário cristão. Grande público



Fonte: O autor.

Figura 2.4: Apresentação de grande bloco carnavalesco carioca no Memorial da América Latina, organizado por cervejaria, em 11/02/2017 – clareira com “solo exposto” e resíduos descartados no chão



Fonte: O autor.

Sendo o Carnaval de Momo<sup>54</sup> uma festa popular do Brasil urbano-industrial em formação – até meados do século XIX, a maior festa popular brasileira era a Festa do Divino (VIANA, 2005) –, a relação, primeiramente com os meios de comunicação e, posteriormente, com o comércio e a indústria local, destacando-se a cervejeira (Figura 2.5), teve papel preponderante na aceitação e estruturação do Carnaval popular paulistano a partir da década de 1930, “fase de institucionalização progressiva” (SIMSON, 2007). Isso culminou com sua oficialização em 1967, quando o poder público passou a organizar a festa como política de turismo e a formatá-la nos moldes do Carnaval carioca, até seu modelo

<sup>54</sup> O Carnaval foi trazido ao Brasil no período colonial e era praticado por todas as camadas sociais como brincadeira de entrudo, “festa em que as pessoas se divertiam sujando umas às outras, com limões de cheiro, água suja, farinha, ovos, piche e outras substâncias” (COUTINHO, 2006, p. 32). Combatido fortemente no final do século XIX em diversas cidades brasileiras – por decretos, pela polícia e pelos jornais, deu lugar, como prática popular, aos ranchos, blocos e cordões carnavalescos no início do século XX, influenciados pelo Corso e pelo Carnaval de máscaras e salão da nova burguesia industrial brasileira de inspiração europeia, nos moldes de Veneza e Nice (COUTINHO, 2006; SIMSON, 2007; SANTOS, 2010).

atual de escolas de samba, que ganharam importância social, política e econômica (OLIVEIRA, 2007; BELO, 2008).

Figura 2.5: Cúpula do samba paulista e dirigentes da Companhia Antártica Paulista em premiação do Carnaval na segunda metade da década de 1960. Período em que a cúpula dirigente do samba ainda era inteiramente negra



Fonte: Simson (2007).

Porém, na atualidade, em que o Carnaval de rua renasce nas metrópoles do Sudeste – depois da apartação do Carnaval popular de rua com os sambódromos (OLIVEIRA, 2007; HERSCHMANN, 2013) – tanto os meios de comunicação como a indústria cervejeira, a qual se destaca pelo forte investimento em publicidade (CERVIERI JUNIOR *et al.*, 2014), apresentam uma nova configuração, estabelecendo também novas relações com a festa, fenômeno social dinâmico por natureza (AMARAL, 2012). Não se trata mais das crônicas carnavalescas e dos prêmios dos jornais, dos concursos de marchinhas de rádio (COUTINHO, 2006; SIMSON, 2007). Trata-se já da apoteose do Carnaval espetáculo, quando as relações sociais são mediadas por imagens construídas (DEBORD, 1997) e “quando governantes e investidores passaram a desbravar uma nova fronteira de acumulação de poder e dinheiro – o negócio das imagens” (ARANTES, 2002, p. 16).

Sobre o negócio das imagens, Moraes (2013) discute a convergência entre mídia, telecomunicações e informática na contemporaneidade, a oligopolização do setor e a mais-valia digital. Atuando de forma integrada em diferentes plataformas e suportes, contando com participação acionária e propriedades cruzadas em mídias de megaempresas, fundos de investimento, bancos e magnatas das finanças, com a “financeirização” do setor, os “megagrupos midiáticos detêm a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura tecnológica, e as bases logísticas como parte de um sistema que rege habilmente os processos de produção material e imaterial” (MORAES, 2013, p. 21), tal como resíduos (materiais) de eventos (imateriais).

No Carnaval de rua contemporâneo paulistano, que “transborda” do sambódromo, espetacularizado em multiplataforma<sup>55</sup> e patrocinado por corporações – em parcerias público-privadas mediadas por produtoras<sup>56</sup> de eventos especializadas, que passam a organizar a festa junto com o poder municipal (FRYDBERG; KOSSAK; MACHADO, 2016; SÃO PAULO, 2016) –, também não se trata mais de organização comunitária e dos laços de vizinhança das primeiras agremiações carnavalescas (SIMSON, 2007; BELO, 2008). Tampouco da indústria cervejeira local, ou de disputas de cervejarias regionais (HARVEY, 2009), em tempos de embalagens retornáveis.

A modernização do novo período técnico-científico-informacional, do uso intensivo da ciência, da tecnologia e da informação a serviço do consumo (SANTOS, 1997), também alcança a indústria nacional de bebidas na década de 1990, em que se destaca a cervejeira, que, em consonância com o período, concentra-se e compete em escala global (Harvey, 2009).

Sendo uma inovação no setor, as latas descartáveis e recicláveis de alumínio para bebidas, produzidas no Brasil a partir de 1991 (ANDRADE; VIEIRA; CUNHA, 1998), criaram novas formas de produção, comercialização e consumo do produto (CERVIERI JUNIOR *et al.*, 2014), bem como fomentaram o mercado de resíduos recicláveis, cujas “latas de alumínio” se tornaram um ícone da reciclagem no país (LAYARGUES, 2002).

Se o início da década de 1990 foi marcado pela entrada das embalagens descartáveis e recicláveis de alumínio para bebidas, um novo objeto técnico que permitiu a flexibilização do consumo, o final da década foi marcado pela concentração do setor, com a união das rivais Brahma e Antarctica Paulista e a criação da Ambev, em 1999, sua fusão com a Belga Interbrew, com a criação da Inbev, em 2004, e sua fusão com a norte-americana Anheuser-Busch, da Budweiser, com a criação do Grupo AB-Inbev, em 2008 (CERVIERI JUNIOR *et al.*, 2014). É no contexto de embalagens descartáveis, cervejarias globais, conglomerados de

---

<sup>55</sup> As multiplataformas integradas se referem à “junção de interesses estratégicos em distintos suportes: papel, digital, áudio, vídeo e móvel” (MORAES, 2013, p. 21-22).

<sup>56</sup> “Desde 2009, foi implantado no Rio de Janeiro um modelo de parceria público-privada para financiar e gerir o carnaval de rua da cidade. Esse modelo consiste na divulgação de um Caderno de Encargos e Patrocínios, com lançamento anual, que objetiva selecionar uma produtora com capacidade de gerir a festa. É responsabilidade dessa empresa, ao se candidatar para o Caderno, apresentar outras empresas interessadas em investir no carnaval de rua. Essas empresas são divididas pelo montante que oferecem para a realização da festa, sendo a cota *master* oferecida ao principal patrocinador. Em todos os anos de vigência desse modelo, a *DreamFactory*, empresa que também organiza outros grandes eventos na cidade, como o Rock in Rio e a Corrida da Ponte, venceu a licitação. E, nos últimos anos, foi a Ambev, empresa participante do maior grupo cervejeiro do mundo, a exercer o papel da patrocinadora *master*” (FRYDBERG; KOSSAK; MACHADO, 2016, p. 5-6).

mídia em multiplataforma (MORAES, 2013) e parcerias público-privadas amparadas pela Lei Rouanet de incentivos fiscais à cultura da mesma década (ARRUDA, 2003) que o Carnaval popular renasce nas ruas das metrópoles do Sudeste, após sua projeção pelos sambódromos em escala nacional e internacional, na aurora da interatividade digital do Carnaval 2.0<sup>57</sup> (MARQUES; MELO, 2015).

### 2.3 CARNAVAL DE RUA: GRANDE GERADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Instituída em 2010, após 21 anos de debates e disputas no Congresso Nacional, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos no país. A rápida regulamentação, ocorrida no mesmo ano de sua aprovação – considerando que “são poucas as leis, neste país, que foram regulamentadas no mesmo ano da sua sanção” (COSTA, 2014, p. 159) – contrasta com a lentidão de sua publicação, especialmente se comparada ao conjunto de leis ambientais<sup>58</sup> que, assim como a PNRS, também integram a Política Nacional do Meio Ambiente.

Classificando os resíduos quanto à origem e à periculosidade, a PNRS trata de uma gama diversa de resíduos, entre os quais os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), em que se enquadram os resíduos domiciliares e os resíduos de limpeza urbana – os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana, já tratados na Política Nacional de Saneamento, instituída pela Lei n.º 11.445/2007, e incorporados pela PNRS (BRASIL, 2007; 2010). Destaca-se que o serviço de limpeza urbana e manejo de RSU é considerado, pelo novo marco do saneamento de 2007, serviço de saneamento básico (BRASIL, 2007).

Ao serem realizados no espaço público, os grandes eventos geram resíduos que

---

<sup>57</sup> “A convergência, estimulada durante todo o ano na programação, tem um de seus pontos altos no modelo adotado para a transmissão dos desfiles. O carnaval transmitido pela TV Globo, também é veiculado na íntegra, ao vivo, pelo *site* G1, da Globo.com. Nessa transmissão *on-line* o usuário é capaz de interagir através das redes sociais: Facebook, Twitter, Whatsapp e Google+, tecendo comentários, enviando fotos diretamente do seu *smartphone*, ou através de *tablet* ou um computador com acesso à internet [...]. Diante desse novo cenário, nasce o que chamamos de “Carnaval 2.0”, que se configura como aquele Carnaval que passou a ser também transmitido no universo *on-line*, pelo *site* do G1, propagado e disseminado em ambiência das redes sociais da Web 2.0 de forma colaborativa e participativa pelos usuários. Nessa nova relação que se constitui entre empresa responsável pela transmissão e usuários passou a existir uma nova produção de sentido em torno da festa carnavalesca, agora menos estanque, e com maior participação dos “espectadores” (MARQUES; MELO, 2015, p. 9-10).

<sup>58</sup> Para Little (2003), a década de 1990 marca significativos avanços na política ambiental do país, destacando a inserção da temática ambiental na agenda política nacional, o crescimento do setor ambiental governamental e a promulgação de uma série de leis ambientais, como a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433 de 1997), a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.650 de 1999) e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985 de 2000). Nota-se que a PNRS foi publicada apenas em 2010.

demandam um serviço especial de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e de manejo de resíduos, em função tanto de sua excepcionalidade como do volume de resíduos gerados – trata-se de um serviço especial de limpeza urbana e de resíduos sólidos urbanos especiais. Conforme a Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo (São Paulo, 2006):

2.º – Poderão ser instituídas taxas e tarifas diferenciadas de **serviços especiais**, referentes aos resíduos que: 1. Contenham substâncias ou componentes potencialmente perigosos à saúde pública e ao meio ambiente; 2. **Por sua quantidade** ou suas características, **tornem onerosa a operação do serviço público de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos urbanos**. (Grifo dos autores).

No Plano de Apoio ao Carnaval de rua de 2016 (SÃO PAULO, 2016a), a Prefeitura de São Paulo declarou o contingente de 2.100 agentes de limpeza e o uso de 230 equipamentos para a limpeza. Foi o maior contingente de trabalhadores, considerando os 1.700 agentes de trânsito e 2.000 guardas metropolitanos. Em 2017, a Prefeitura declarou 1.506 funcionários para limpar as ruas após a passagem dos blocos, em um investimento de cerca de 2,5 milhões com varrição e 2.900 agentes de trânsito (SÃO PAULO, 2017), indicando também as variações do contingente de trabalhadores a cada festa e administração municipal.

Além desses trabalhadores atuantes na limpeza formal da festa, somam-se os catadores informais de “latinhas”, que realizam a coleta seletiva das latas descartáveis de alumínio para bebidas. Desde 2001, o Brasil é campeão mundial de reciclagem de latas de alumínio (ABRALATAS, 2016), em que se destaca a atividade desses trabalhadores, inseridos de forma precária no serviço de limpeza da festa.

Pode-se, assim, considerar os eventos de grande porte realizados nos espaços públicos da cidade como grandes geradores de RSU. Os geradores possuem um importante papel na PNRS, sobretudo, aqueles que “gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal” (BRASIL, 2010).

Tais geradores estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos, que deve conter, entre outros, a identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores; ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes, metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e à reutilização e reciclagem, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e medidas saneadoras dos

passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos (BRASIL, 2010).

A PNRS, embora não trate especificamente de resíduos gerados em eventos, atribui aos Planos Municipais de Resíduos Sólidos a tarefa de identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico (BRASIL, 2010).

Publicado em 2014, o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) do município de São Paulo<sup>59</sup> reconhece “a necessidade de desenvolvimento de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos pelos responsáveis por grandes eventos e feiras que ocorram na cidade”, os quais devem conter, entre outros, os compromissos do responsável com a segregação integral dos resíduos e sua coleta seletiva, a ativação da logística reversa sempre que necessária, as metas para redução da presença de seus resíduos em aterros (SÃO PAULO, 2014b, p. 49).

Metas ambiciosas, quando se observa a geração, a disposição e a coleta de resíduos sólidos urbanos dos eventos de grande porte realizados no espaço público da cidade, como o *Réveillon* na Paulista, a Virada Cultural, a Parada do Orgulho LGBT e a Corrida de São Silvestre. Sobretudo aqueles que, além do grande público, envolvem vasta cobertura de mídia, produtoras de evento especializadas, patrocínios vultosos e campanhas publicitárias (Figura 2.6), cujo *marketing* direto aumenta a geração de resíduos, para os quais o mobiliário urbano permanente se mostra insuficiente, como o Carnaval de rua (Figura 2.7).

Figura 2.6: A “onda amarela” do Carnaval de rua paulistano em alusão à “onda azul” do Carnaval de rua carioca identificada por Frydberg, Kossak e Machado (2016) que observam exibição de marca de cerveja patrocinadora sobre uma das maiores expressões populares da cidade. Largo da Batata, carnaval paulistano 2017



Fonte: O autor.

---

<sup>59</sup> O PGIRS 2014 atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Federal de Saneamento Básico, Política Nacional sobre Mudanças do Clima e Política Nacional de Educação Ambiental.

Figura 2.7: Resíduos descartados próximo à lixeira saturada e a “onda amarela” no chão do Largo da Batata. Resíduos de embalagens de bebidas diversas e do comércio de bebidas ambulante de exclusividade do patrocinador. Carnaval paulistano 2017



Fonte: O autor.

Mesmo considerando-se os planos de gerenciamento para grandes geradores, em que se inserem ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos<sup>60</sup>, bem como taxas e tarifas diferenciadas de serviços especiais que tornem onerosa a operação do serviço público de limpeza urbana, presentes na legislação, a responsabilidade sobre os resíduos sólidos urbanos gerados no Carnaval de rua paulistano em 2016<sup>61</sup> e 2017 ficaram a cargo do poder público municipal (SÃO PAULO, 2015b; SÃO PAULO, 2017).

Com algumas variações, a contrapartida da empresa parceira que realiza e comercializa o evento, fazendo a captação de patrocínio (FRYDBERG; KOSSAK; MACHADO, 2016), refere-se à instalação de banheiros químicos, serviço médico – ambulâncias, credenciamento de vendedores, proteção de jardins e monumentos, expedição de guia de blocos, palco cultural, programação visual e divulgação, como no Carnaval de rua de 2016 (SÃO PAULO, 2015b). A ausência de responsabilidade compartilhada sobre os resíduos, no entanto, reflete-se na ausência de ações de inclusão de catadores, bem como no comprometimento do saneamento e da qualidade ambiental da festa, que passa a ser analisado.

## 2.4 O CHÃO DA FESTA

Em uma primeira aproximação dos RSU gerados no Carnaval de rua de São Paulo,

---

<sup>60</sup> Conforme a PNRS (BRASIL, 2010), a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos é conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

<sup>61</sup> Em ata de reunião realizada em 7/12/2015, a Secretaria Municipal de Cultura discrimina em resumo a responsabilidade do parceiro, não se incluindo a limpeza urbana (SÃO PAULO, 2015b, p. 52).

apresenta-se algumas características da limpeza urbana e do manejo de RSU passíveis de observação empírica no espaço da festa. Toma-se como referência a sequência de etapas do gerenciamento de resíduos, que compreende a geração, o acondicionamento, o armazenamento, a coleta, o transporte, a triagem, o tratamento, a valorização e o destino final (VIANA; SILVEIRA; MARTINHO, 2015).

Com relação ao Carnaval, a geração de RSU se dá ao longo de todo o espaço-tempo da festa, reforçada pela forte presença de vendedores ambulantes de bebidas credenciados, que podem tanto acompanhar os blocos (Figura 2.8) como se “fixar temporariamente” em pontos de grande circulação (Figura 2.9), contando também com máquinas de cartão de crédito sem fio, de uso generalizado. O estímulo ao consumo de bebidas é ainda promovido por propagandas, via patrocínio tanto da festa como dos blocos, que também podem receber patrocínio direto (SÃO PAULO, 2015b). No entanto, a exclusividade na comercialização e no cadastro de ambulantes se insere no programa de patrocínio da festa, definido a cada ano/edital.

Figura 2.8: Promoção e comercialização de bebidas por ambulante em bloco carnavalesco. Carnaval paulistano 2016



Fonte: O autor.



Figura 2.9: Promoção e comercialização de bebidas por ambulantes em ponto de grande circulação e o uso de máquina de cartão de crédito. Carnaval paulistano 2017



Fonte: O autor.

Em 2016, após a regulamentação da festa, o primeiro patrocínio envolveu a promoção e ativação de marca pouco conhecida do grupo Heineken no Brasil<sup>62</sup>, e em 2017, de marca já estabelecida do grupo AB-Inbev. No entanto, observou-se que as duas marcas estiveram presentes no Carnaval paulistano de 2016 e 2017, porém, com participação distinta. Em 2016, o grupo Heineken patrocinou a festa, tendo exclusividade na comercialização dos seus produtos e divulgação de sua marca, enquanto o grupo AB-Inbev estampou sua marca com o patrocínio de grandes blocos (Figura 2.10), invertendo-se a posição em 2017.

Figura 2.10: Ativação de marca da AB-Inbev no Carnaval de rua de São Paulo em 2016 por meio de patrocínio de grande bloco. Carnaval paulistano 2016



Fonte: O autor.

Isso mostra a competição entre corporações globais pela festa, bem como as

<sup>62</sup> “A cerveja Amstel foi criada em 1870, às margens do rio de mesmo nome, em Amsterdã. A cerveja é fruto da paixão de dois amigos [...], se tornou extremamente popular e está presente em mais de 90 países [...]. Chegou ao Brasil em 2014 e está disponível em versão chope, em garrafa 600ml e em latas 350ml, 269ml e 473ml”. Disponível em: <http://www.heinekenbrasil.com.br/nossas-marcas/cervejas/amstel>.

diferentes formas de participação das marcas/empresas. Destaca-se que, em 2016, o patrocínio foi de 3,5 milhões, e em 2017, de 15 milhões (SÃO PAULO, 2017), indicando também o crescimento da festa – organizada com a expectativa de público de dois milhões de pessoas em 2016 (SÃO PAULO, 2016a), e de três milhões em 2017 (SÃO PAULO, 2016c).

Composto em grande parte por embalagens descartáveis de bebidas (Figuras 2.10 e 2.11), os RSU são gerados na concentração, no percurso e na dispersão dos blocos carnavalescos e seu entorno, bem como nos palcos, com diversas atrações<sup>63</sup>. Em 2016, foram montados palcos nas cinco macrorregiões da cidade (SÃO PAULO, 2016a), e em 2017, foram reduzidos para dois: Anhangabaú, região central, e Largo da Batata, zona oeste, em que se concentra o maior número de blocos, bandas e cordões, cujos palcos auxiliam na dispersão dos foliões (SÃO PAULO, 2017).

Figura 2.11: RSU gerado no Carnaval paulistano 2016

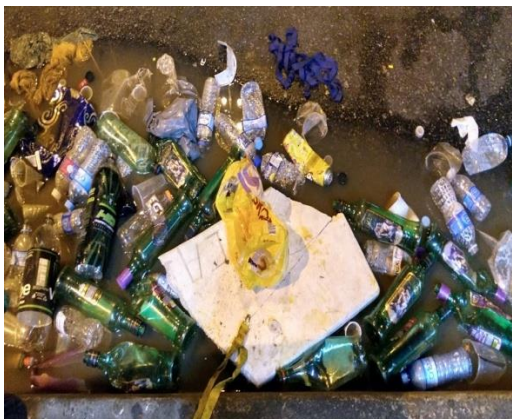


Fonte: O autor.

---

<sup>63</sup> A programação é amplamente difundida na internet e em grandes *banners* pela cidade. Em 2017, a PMSP também lançou um aplicativo (com as cores do patrocinador) com a programação oficial nas ruas e nos palcos, mapa, agenda, uma *selfie* (como a campanha do Carnaval 2017 #apaixonadoSPelafolia e voltada para a diversidade de gênero), além de informações sobre blocos e utilidades – com informações turísticas, telefones úteis, aeroportos, hospitais e delegacias.

Figura 2.12: RSU gerado no Carnaval paulistano 2017



Fonte: O autor.

Como o descarte é imediato ao consumo, a ausência de uma estrutura especial de lixeiras para a festa faz com que elas sejam rapidamente saturadas (Figuras 2.13 e 2.14), de modo que o descarte e acondicionamento dos resíduos pelos consumidores-foliões seja feito em grande parte no chão, os quais, com o movimento dos passantes, vão se acumulando nas sarjetas (Figuras 2.11, 2.12, 2.13 e 2.14).

Figura 2.13: Lixeira saturada e catador. Zona Oeste. Carnaval paulistano 2016



Fonte: O autor.

Figura 2.14: Lixeira saturada e RSU acondicionados na sarjeta. Zona Oeste. Carnaval paulistano 2017



Fonte: O autor.

Com relação ao trabalho dos catadores, a coleta das latas de alumínio se dá nas lixeiras, as quais ganham maior vida útil, mas, sobretudo, no chão e nas sarjetas (Figuras 2.13 e 2.15), em que também se verifica um primeiro tratamento do material, sendo mais comum a redução das latas com a força das mãos ou dos pés. Existe uma diversidade de formas de acondicionamento, armazenamento e transporte das latas descartadas de alumínio pelos catadores, com o uso de carroças (Figura 2.13) ou carrinhos de supermercado (Figura 2.2). No entanto, o mais comum, em eventos, é o acondicionamento, armazenamento ou transporte em sacos e mochilas (Figura 2.16), que permitem maior circulação pelos espaços de grande aglomeração.

Figura 2.15: Separação na fonte geradora – Coleta seletiva das latas de alumínio nas sarjetas que acondicionam os resíduos gerados em desfile de grande bloco. Carnaval paulistano, 2017



Fonte: O autor.

Figura 2.16: As mochilas também podem servir como armazenamento para as latas depois de amassadas. Catador em desfile de grande bloco carnavalesco com saco do serviço público de limpeza urbana. Carnaval paulistano 2017



Fonte: O autor.

A coleta seletiva das latas acompanha sua geração nos blocos carnavalescos e se dá ao longo de todo o espaço-tempo da festa, com a segregação na fonte geradora efetuada pelos catadores informais. Realizando um tipo de “coleta e comercialização imediata ao descarte”, em que se pode observar sucatarias da região central funcionando diuturnamente no período festivo – esses trabalhadores ativam um sistema ótimo de logística reversa<sup>64</sup> em qualidade e volume, organizado e controlado em escala global por um pequeno grupo de corporações do setor metalúrgico (ANDRADE; VIEIRA; CUNHA, 1998; LIMA, 2007; ABRALATAS, 2009) –, que, sem o exibicionismo publicitário e competitivo das cervejarias, participam da festa com o brilho próprio do alumínio, estampando, por meio de monopólio (ABRALATAS, 2009) e oligopólio (ANDRADE; VIEIRA; CUNHA, 1998; LIMA, 2007), todas as cores, rótulos e símbolos.

A limpeza formal do Carnaval de rua pelo poder público, que no caso da cidade de São Paulo corresponde ao pagamento pela limpeza pública e manejo de RSU à empresa concessionária (GODOY, 2015), ou seja, o serviço de limpeza e manejo que é remunerado pelo poder público municipal – no caso, à empresa Inova, em ambos os carnavais observados – realiza-se apenas ao final dos desfiles e do dia, com a varrição e o acondicionamento, sem separação por material, de RSU (Figura 2.17) em sacos sem nenhum tipo de identificação.

<sup>64</sup>A logística reversa é definida na PNRS como instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010).

Figura 2.17: Acondicionamento de RSU de varrição gerado no Carnaval de rua. Carnaval paulistano 2017



Fonte: O autor.

No caso do Carnaval de rua paulistano observado em 2016 e 2017, não há coleta seletiva na fonte geradora pelo sistema formal de limpeza urbana. Não há sequer lixeiras suficientes disponibilizadas para o “consumidor-folião” descartar seus resíduos, os quais, após o consumo, são descartados no chão e nas sarjetas, comprometendo sobretudo a qualidade ambiental do festejo (Figura 2.18). Em 2017, também se destacaram os resíduos gerados por ambulantes, como filmes plásticos dos fardos de bebidas (Figuras 2.21).

Figura 2.18: Lixeira saturada e concentração de RSU no início da noite. Entrada da estação de metrô Fradique Coutinho. Zona Oeste. Carnaval paulistano 2017



Fonte: O autor.

O público-folião ainda demonstra disposição para colaborar com a limpeza da festa, quando entrega a “latinha” nas mãos dos catadores, que passam às pressas a todo o momento, ou ainda, quando descartam os resíduos próximo às lixeiras, mesmo que saturadas, que,

como já observado, transformam-se em “pontos” de concentração de resíduos. Ainda, fazem o descarte em *bags*, ou grandes sacos, colocados em alguns pontos de grande circulação por catadores que se ocupam desse cuidado (Figura 2.19), uma nova prática entre os catadores observada em 2017.

Figura 2.19: “Bag” cuidada por catador de lata de alumínio para que não se misture demais RSU. Final da manhã. Largo da Batata, Carnaval paulistano 2017



Fonte: O autor.

Os sacos com resíduos de varrição e das lixeiras gerados na festa são armazenados em entrepostos provisórios, como observado no Carnaval de 2017 em diversos *containers* distribuídos na Praça da República (região central), que podem ser transportados por pequenos veículos (Figura 2.20), de onde então são transportados por caminhões maiores para um dos entrepostos permanentes da cidade. No caso dos grandes blocos, pode também se observar caminhões para o armazenamento e transporte dos resíduos (Figura 2.21).

Figura 2.20: Motocicleta para transporte de resíduos a entreposto provisório. Carnaval paulistano 2016



Fonte: O autor.

Figura 2.21: Caminhão para armazenamento e transporte de resíduo em operação especial de limpeza de grande bloco carnavalesco. Encerramento oficial do Carnaval de rua paulistano em noite de chuva, região central, 2017



Fonte: O autor.

Em 2017, a varrição hidráulica utilizada para a limpeza após o desfile de grande bloco (Figura 2.2), não precedida de varrição seca, observada com frequência<sup>65</sup> na limpeza de eventos no espaço público, comprometeu o trabalho dos catadores de latinha, que realizaram a coleta parcial de latas em meio ao barulho das máquinas, à competição com a limpeza formal que as coletava junto com os demais RSU e poças d'água que se formavam nas calçadas e nas sarjetas – molhando também os pés dos últimos foliões que o acompanhavam.

## 2.5 O CARNAVAL E OS DESAFIOS DA PNRS

A observação da limpeza urbana e do manejo de RSU de eventos de grande porte, como o Carnaval de rua de São Paulo, mostra o comprometimento da qualidade ambiental da festa pelo grande volume de resíduos gerados, bem como a existência de dois sistemas complementares e antagônicos de limpeza urbana, que, mesmo em conjunto, não conseguem garantir a limpeza pública necessária à saúde e bem-estar de foliões, trabalhadores e moradores que ocupam o chão da festa.

O sistema informal de limpeza se estrutura pela coleta seletiva de latas de alumínio, cuja logística reversa é organizada pelo mercado e envolve o trabalho precário de catadores, que atuam ao longo de todo o festejo e reduzem o volume de RSU no ambiente festivo. A coleta formal, portanto, compromete a qualidade dos resíduos que, compostos em grande

<sup>65</sup> Em blocos de médio e grande porte, pode-se observar a equipe de limpeza realizando varrição e coleta do resíduo a seco para lavagem posterior, em alguns casos.



parte por recicláveis secos, especialmente embalagens descartáveis de plástico e vidro, são coletados sem qualquer tipo de separação e apenas ao final dos festejos. Um caso em que o serviço não reconhecido pelo poder público oferece qualidade ambiental e tratamento adequado de RSU, conforme o próprio PGIRS (SÃO PAULO, 2014b), com a segregação e a coleta seletiva na fonte geradora, não realizada pelo serviço remunerado e especializado.

A segregação adequada de RSU envolve custos e informação (VIANA; SILVEIRA; MARTINHO, 2015), que, no caso de eventos como o Carnaval de rua, compreende desde maior número de lixeiras ou *bags*, como mostra o catador, e programas de educação ambiental até o transporte adequado do material. Além disso, são necessárias ações de reconhecimento e valorização do trabalho dos catadores, uma questão socioambiental associada aos eventos de grande porte em todo o país, sobretudo, de grande cobertura de mídia (local, regional ou nacional) e ao patrocínio do setor de bebidas, ocorrendo tanto no espaço público como em espaços próprios, por exemplo, no entorno dos estádios em dias de *shows*, clássicos e finais de campeonato.

Os tipicamente elevados recursos financeiros destinados ao tratamento adequado de resíduos configuram-se em uma questão controversa, que se coloca em todo do mundo (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013), na qual a responsabilidade compartilhada se apresenta como instrumento para viabilizar os custos necessários ao tratamento ambientalmente adequado dos resíduos.

No caso de eventos de grande porte realizados no espaço público, a ausência da responsabilidade compartilhada se reflete na qualidade do saneamento da festa, que se transforma em “lixão temporário”, abrigando um sistema perverso de exploração do trabalho. Muitos catadores não contam sequer com os sacos para a coleta, retirando-os da própria rua, também gerando problemas para a limpeza pública. Coletando resíduos do chão, sem equipamentos de proteção e à mercê do mercado – dos preços das sucata, uma queixa recorrente – a alta vulnerabilidade social dos catadores reduz e até justifica, o valor do seu trabalho (VARANDA; ADORNO, 2004).

Mesmo o país sendo campeão mundial de reciclagem de latas de alumínio desde 2001 (ABRALATAS, 2016), e com o reconhecimento pelo Estado do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania (SÃO PAULO, 2006; BRASIL, 2010), os catadores de latinha, concentrados nos eventos de grande porte e nos megaeventos, não contam com políticas capazes de melhorar suas condições de trabalho e remuneração, tampouco o acesso à

assistência e direitos sociais, na promoção da cidadania.

O grande número de pessoal, de máquinas e equipamentos utilizados para a operação especial de limpeza e manejo de RSU do Carnaval de rua de São Paulo, bem como o volume de resíduos gerados – que também fazem do Carnaval de rua uma “fábrica de resíduos” – coloca algumas questões como: o quê e quanto o poder público paga em uma operação especial de limpeza urbana, como cada edição do Carnaval de rua? Quanto o poder público deixa de pagar pela limpeza informal realizada pelos catadores, também a cada edição? Quanto seria necessário para o tratamento ambientalmente adequado dos resíduos da festa, tal como a coleta seletiva na fonte geradora organizada pelos catadores de latinha ampliada para os outros materiais, com estrutura de coleta e promoção de direitos sociais?

Tais respostas poderiam também indicar o quanto a indústria do alumínio, do plástico, do vidro, de bebidas, de mídia e eventos deixam de pagar na ausência da aplicação do princípio da responsabilidade compartilhada e da gestão integrada<sup>66</sup> sobre os resíduos gerados nos eventos de grande porte.

Inversamente, pode-se também perguntar quanto a indústria do alumínio, do plástico, do vidro, de bebidas, de mídia e eventos ganham com o Carnaval de rua de São Paulo. Aqui, cabem as considerações de Harvey (2009), para quem o deslocamento do espaço da competição para a escala global, como é o caso das cervejarias, fez dos bens culturais, por suas qualidades únicas e irreprodutíveis, campo de afirmação e disputa por rendimentos monopólicos<sup>67</sup>.

No entanto, expondo uma das contradições do capitalismo, o autor destaca que “a própria mercadologia tende a destruir as qualidades únicas [...] quanto mais tais itens ou eventos são facilmente comercializáveis [...], menos representarão uma base para o rendimento monopólico” (HARVEY, 2009, p. 143).

A saída do grupo AB-Inbev da Marquês de Sapucaí, em 2017, a redução do seu investimento no Carnaval de Salvador (DYNIEWICZ, 2017) e sua ampliação para o Carnaval de rua de diversas cidades brasileiras, tal como Brasília, Belo Horizonte, Cuiabá, Manaus (LEVIN, 2017), aponta uma nova configuração e formatação da festa, na busca de

---

<sup>66</sup> “Conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável”, conforme a PNRS (BRASIL, 2010).

<sup>67</sup> Para o autor, com a globalização e o fim de proteções monopólicas asseguradas pelo custo elevado do transporte e da comunicação, e a queda de barreiras alfandegárias, provocou a redução de “monopólios naturais”, o que fez com que a busca de novos rendimentos monopólicos se entrelaçasse à ideia de “cultura”, “exatamente porque alegações de singularidade e autenticidade podem ser mais bem articuladas como afirmações culturais distintas e não duplicáveis” (HARVEY, 2009, p. 149).

rendimentos monopólicos. Descentralizado e interativo, o Carnaval de rua, promovido atualmente em diversas cidades brasileiras<sup>68</sup>, parece se complementar à rigidez dos “megacarnavais”, centralizados e projetados pela TV, superando a figura do espectador-folião do Carnaval das últimas décadas.

A cultura como mercadoria precisa de sua singularidade para a obtenção de rendimentos monopólicos, o que, para Harvey (2009), a diferencia das demais mercadorias – cuja homogeneidade é pressuposta pelo sistema industrial. No entanto, no que pese sua superexploração econômica, as festas “não se deixam capturar, ou abater” (AMARAL, 2012, p. 70). Mesmo reduzidas à mercadoria, como outros elementos da cultura, necessitam de originalidade, inventividade, que não se presta ao controle absoluto, e fazem do campo da cultura “espaços fundamentais de esperança para a construção de um tipo alternativo de globalização. Espaço no qual seja possível às forças progressistas da cultura tentar apropriar-se das forças do capital e miná-la, em vez do seu contrário” (HARVEY, 2009, p. 170).

Porém, o que se observa, é a transformação das festas populares, símbolo e expressão de uma cultura (AMARAL, 2012) e outrora identificadas como arcaicas (FARIAS, 2005), transformadas em negócio pelo próprio poder público, já na condição de parceiro (FARIAS, 2005; FRYDBERG; KOSSAK; MACHADO, 2016). Muitas festas populares brasileiras, de interesse de mercado, acabam por concentrar os escassos recursos públicos destinados à cultura (SANTOS, 2010) e, considerando-se que as maiores despesas para a realização de eventos são com espaço e infraestrutura<sup>69</sup> (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS, 2014), acabam por se transformar em mecanismo de exploração em cadeia da cultura, do espaço público e do trabalho precário de catadores e ambulantes, cujo consumo de embalagens descartáveis para bebidas<sup>70</sup> se expressa na geração espetacular de resíduos sólidos urbanos do/no espaço festivo, em um processo de subordinação do espaço público ao controle privado (ARANTES, 2002).

---

<sup>68</sup> “A Skol fará ações em 11 cidades, inclusive em algumas em que o carnaval não é reconhecido nacionalmente, como Ribeirão Preto e Campinas. Essa investida no interior paulista é reflexo do fato de uma das metas da marca para 2017 ser a expansão no estado de São Paulo. ‘Investiremos em um *mix* de cidades mais importantes e em locais em que as festas são latentes. Estaremos onde entendemos que há potencial para aglomerar pessoas. Antes o carnaval era muito centralizado, agora alcança mais gente’, diz [...] diretora de *marketing*” (DYNIEWICZ, 2017).

<sup>69</sup> Conforme pesquisa recente, os maiores gastos na realização de eventos são com espaço (23%), infraestrutura e equipamentos (18%), e os menores, com palestrantes/artistas (5%) e *marketing* e promoção (6%) (ABEOC, 2014).

<sup>70</sup> Cabe destacar que, para o consumidor, nas bebidas em embalagem retornável, paga-se apenas a bebida, enquanto que o consumo de bebida em embalagem descartável, paga-se também pela embalagem (CERVIERI JUNIOR *et al.*, 2014).

Se a transformação da cultura em mercadoria não é algo novo, cabe destacar os novos mecanismos institucionais, como a Lei Rouanet (ARRUDA, 2003) e a formação de um mercado do simbólico (FARIAS, 2005), amparado no novo arsenal tecnológico, científico e informacional, em que “a técnica é a grande banalidade e o grande enigma” (SANTOS, 1997, p. 20).

Tanto na banalidade de latas que voltam a ser latas, das máquinas de cartão sem fio, dos aplicativos de celulares e dos *sites* para cadastro de ambulantes, na normalização do trabalho precário (ARANTES, 2002) como no enigma da mais-valia digital, dos cabos de fibra ótica, das multiplataformas integradas e conglomerados multimídia, sobre os quais, em tempos de infoentretenimento, “agrupam-se os mais diversos atores econômicos, atraídos pela oportunidade de alavancar seus negócios” (MORAES, 2013, p. 22), nota-se que o Carnaval da interatividade digital vai se remodelando no país.

Na confluência do consumo e do entretenimento, a transformação das cervejarias em “promotoras de eventos” e seus impactos sobre um bem simbólico-afetivo (FARIAS, 2005), como o Carnaval no Brasil, colocam em questão o interesse público na sua atual conformação, especialmente, no que se refere à saúde pública, que vai além do saneamento do ambiente festivo.

Conforme Vendrame e Pinsk (2011), estudos nacionais e internacionais indicam que o conteúdo das mensagens publicitárias atua no processo de tomada de decisão do indivíduo para o consumo de álcool. No que pese a justificativa do setor para os maciços investimentos em publicidade se limitar à fidelidade de marca – e não ao aumento do consumo –, “estudos já demonstraram que apresentar fidelidade a uma marca, isoladamente, pode predizer consumo em maior quantidade de álcool” (*Ibid.*, p. 197).

Cabe também perguntar o quanto de *marketing* e publicidade se traduz nos RSU gerados no Carnaval de rua de São Paulo, pois, como destacam os autores: “Em relação ao carnaval, por exemplo, a indústria cervejeira admite, em seu relatório anual, a existência de aumento do consumo como resultado de um esforço maior em publicidade” (*Ibid.*, p. 194). Desse modo, o acesso à informação, bem como o controle social, previstos na PNRS, apresentam-se como ferramentas importantes na aplicação do princípio da gestão integrada de resíduos (BRASIL, 2010) no contexto dos eventos de grande porte, que se multiplicam pelo país. Antes de tudo, não se trata apenas de mais lixeiras, e sim, de menos resíduos.

A forte presença das cervejarias globais no Carnaval e sua influência na organização da festa que, no Brasil, ganha *status* de identidade nacional, deve ainda ser mais bem

compreendida, posto que envolve o incentivo ao consumo de seus produtos *in loco*, bem como o fortalecimento de suas marcas, com diversos ganhos associados ao simbolismo da festa. Observando o Carnaval de Salvador e Recife, “megacarnavais” televisionados que conservaram o formato de rua, Santos (2010, p. 72) destaca:

A análise do resultado econômico-financeiro da Ambev [...] parece evidenciar a distorção provocada pela Lei Rouanet. Isso significa que, ao patrocinar a festa, a empresa obtém benefícios fiscais, por um lado. E, por outro, tem também um excelente nível de vendas, já que os comerciantes ficam obrigados a comprar apenas produtos da empresa e nem sempre em condições favoráveis ou justas. A Ambev, portanto, ganha nas “duas pontas”, e, nesse sentido, apontá-la como uma das maiores beneficiárias do carnaval não parece exagero.

Depreende-se, portanto, que o renascimento do Carnaval de rua de São Paulo se insere em um contexto mais amplo, marcado pela “reviravolta cultural em favor do mercado” (ARANTES, 2002, p. 67), que pode ser vista no seio da expansão do setor de lazer e turismo, fortemente promovido pelas cidades em todo o mundo, como meio de diferenciação e captação de divisas (CASTELLS; BORJA, 1996; VARGAS, 1998; WATERMAN, 1998; ARANTES, 2002; HORNE, 2010), quadro bastante distinto do Carnaval reprimido do Largo da Banana do período industrial. Aqui, a valorização de bens culturais e das especificidades locais mostra-se fundamental, porém, para a promoção do consumo e para o crescimento econômico, especialmente, das grandes corporações.

### Capítulo 3

Inclusão socioeconômica de catadores na limpeza urbana de eventos de grande porte: uma análise comparativa entre o Círio de Nazaré e o Carnaval de Rua de São Paulo

*No mês de outubro  
Em Belém do Pará  
São dias de alegria e muita fé  
Começa com intensa romaria matinal  
O Círio de Nazaré*

*Que maravilha a procissão  
E como é linda a Santa em sua berlinda  
E oromeiro a implorar  
Pedindo a Dona em oração  
Para lhe ajudar*

*(Oh! Virgem)  
Oh! Virgem Santa  
Olhai por nós  
Olhai por nós  
Oh! Virgem Santa  
Pois precisamos de paz*

*Em torno da Matriz  
As barraquinhas com seus pregoeiros  
Moças e senhoras do lugar  
Três vestidos fazem pra se apresentar  
Tem o circo dos horrores  
Berro-Boi, Roda Gigante  
As crianças se divertem  
Em seu mundo fascinante  
E o vendeiro de iguarias a pronunciar  
Comidas típicas do Estado do Pará*

*Tem pato no tucupi  
Muçã e tacacá  
Maniçoba e tucumã  
Açaí e aluá*

**Festa do Círio de Nazaré - Samba enredo do G.R.E.S. Estácio de Sá, 1975**

### 3 INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DE CATADORES NA LIMPEZA URBANA DE EVENTOS DE GRANDE PORTE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CÍRIO DE NAZARÉ E O CARNAVAL DE RUA DE SÃO PAULO

Dumara Regina Lima  
André Felipe Simões  
Sonia Seger Mercedes

Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental, v. 7, n. 1, p. 486-521, jan./mar. 2018  
<http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v7e12018486-521>

#### RESUMO

Além de sua importância social, política, cultural e simbólica, as festas populares no Brasil assumem cada vez maior importância econômica, muitas delas induzindo a implementação de políticas públicas nas cidades em que se realizam. Porém, observadas pela perspectiva da sustentabilidade, as festas populares se transformam em grandes geradoras de resíduos sólidos nas cidades, concentrando um número significativo de catadores de materiais recicláveis incluídos pelo mercado de modo precário e sem proteção. Se a inclusão econômica permite a “superexploração” do trabalho dos catadores, urge analisar novas formas de inclusão, sobretudo, sob a égide da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010 e que prevê, entre outros, a inclusão social e a emancipação econômica de catadores associada a ações de responsabilidade compartilhada. Deste modo, o presente trabalho apresenta resultados de pesquisa realizada, *in loco*, em 2016, em que se buscou analisar as formas atuais de inserção do trabalho dos catadores na limpeza urbana de megaeventos festivos, bem como os atores e processos que incidem sobre sua organização. Por meio da observação participante e da análise comparativa, apresentam-se aspectos da geração e do gerenciamento de resíduos do Carnaval de Rua de São Paulo e do Círio de Nazaré, em Belém. Os resultados indicam diferenças significativas, tanto em relação aos resíduos gerados como à inserção dos catadores, mas também semelhanças, que apontam um paradigma nacional de limpeza urbana de grandes eventos, formado por dois circuitos contraditórios e complementares: o formal e o informal.

**Palavras-chave:** catadores de materiais recicláveis, gestão de resíduos sólidos, festas populares, limpeza urbana, megaeventos, Política Nacional de Resíduos Sólidos.

#### 3.1 INTRODUÇÃO

A década de 1990 marca um período de mudanças profundas na estrutura produtiva brasileira. A abertura econômica, a modernização tecnológica, as privatizações, a flexibilização da produção, do trabalho e o aumento do desemprego, como o desemprego tecnológico e o desemprego estrutural, marcam a entrada do país no período da globalização e do neoliberalismo (SINGER, 1998).

É nesse contexto, de modernização, que o setor de bebidas no Brasil, especialmente o de cervejas e refrigerantes, passa à paulatina substituição de um sistema de embalagem

reutilizável, com as garrafas de vidro retornáveis, por um sistema descartável, com a entrada de latas de alumínio, garrafas plásticas PET (polietilenotereftalato) e garrafas de vidro “*oneway*” (ABRALATAS, 2006). Como uma inovação no setor, as embalagens descartáveis criaram tanto novas formas de produção, como de consumo de bebidas (CERVIERI JUNIOR *et al.*, 2014; GRIMM, 2002), flexibilizando o consumo com o conseqüente aumento na geração de resíduos.

Com a passagem de um sistema retornável para um sistema descartável no envase de cervejas e refrigerantes, ao mesmo tempo em que se consagra o princípio do Desenvolvimento Sustentável na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92 (LEFF, 2001), a reciclabilidade logo ofuscaria sua descartabilidade, fazendo da reciclagem uma das principais estratégias de sustentabilidade da indústria, também promovida pelo ambientalismo empresarial brasileiro (CEMPRE, 2015; IAI, 2006; LAYARGUES, 2002). É nesse contexto que as latas descartáveis de alumínio para bebidas se transformam em ícone da reciclagem no país (LAYARGUES, 2002), envolvendo um grande número de catadores (RAMOS, 2007; VIEIRA, 2004; LAYARGUES, 2002).

Considerando que cervejas e refrigerantes, principais produtos envasados em latas descartáveis de alumínio (ABRALATAS, 2006), não são considerados bens de primeira necessidade, sua produção e distribuição envolve forte investimento em publicidade (CERVIERI JUNIOR *et al.*, 2014; PALHARES, 2003; GRIMM, 2002). E se por um lado o setor de bebidas promoveu a reciclagem, por outro, fez das festas populares espaços privilegiados de promoção do consumo e de fortalecimento de imagem (FRYDBERG; KOSSAK; MACHADO, 2016; SANTOS, 2010).

Além da modernização tecnológica e da reestruturação produtiva, a década de 1990 também trouxe mudanças na política cultural brasileira, com o surgimento de um “mercado de patrocínio” ou ainda de “um mercado de imagem”, impulsionado pela Lei Rouanet - um sistema de isenções fiscais para investimentos em cultura pelas empresas, “provocando a integração de setores até então bastante distantes da lógica mercantil, como era a situação das artes, do patrimônio, da cultura popular” (ARRUDA, 2003, p.181).

É desse modo que muitas festas populares brasileiras se transformam em negócio (FARIAS, 2001), na forma de eventos de grande porte<sup>71</sup> e megaeventos, envolvendo recursos

---

<sup>71</sup> A NBR 16004 (ABNT, 2016) apresenta definições e uma classificação de eventos. A diferença entre eventos de grande porte e megaeventos, no texto da norma, se refere à cobertura de mídia, global no caso dos megaeventos, bem como à



públicos e privados e organização cada vez mais especializada (CABRAL; KRANE; DANTAS, 2013; FARIAS, 2001; 2005; SANTOS, 2010). Transformadas em parcerias público-privadas (FARIAS, 2005; FRYDBERG; KOSSAK; MACHADO, 2016), as festas populares passam, muitas vezes, a concentrar os historicamente baixos recursos públicos destinados à cultura (SANTOS, 2010) e a receber o patrocínio de grandes empresas de setores tão distintos como telefonia, financeiro, minerário, de bebidas e telecomunicação.

Projetadas pela televisão, transformadas em imagens e atraindo cada vez maior número de participantes, promovendo desde marcas de bancos e cerveja até destinos turísticos, as festas populares se transformaram em vetores do desenvolvimento econômico em muitas cidades (CABRAL; KRANE; DANTAS, 2013; FARIAS, 2001; 2005; MORIGUI, 2007; SANTOS, 2010), convertendo-se em grandes geradoras de resíduos sólidos urbanos, com relevantes impactos socioambientais.

Concentrando tanto o consumo de bebidas como o descarte das embalagens descartáveis e recicláveis, a qualidade ambiental do ambiente festivo é comprometida em função da quantidade e volume dos resíduos gerados, bem como agrega um grande número de catadores de materiais recicláveis, que realizam o trabalho de modo precário e sem proteção, seja física, econômica ou trabalhista.

Embora o debate sobre uma política nacional para a gestão dos resíduos sólidos no Brasil também tenha ganhado impulso no início dos anos 1990, com o Projeto de Lei 203/1991 (VILLAC, 2014), foram necessárias duas décadas para que o país contasse com um marco regulatório nacional, com a aprovação da Lei Federal 12.305, de 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A lei incorpora e expande, para todo o país, elementos já presentes em algumas políticas estaduais e municipais anteriores, como a figura do gerador (em geral, do grande, especial) - pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos; a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos - conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos; e a inclusão de catadores, com o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de

---

atuação de agentes públicos e privados. No entanto, ambos apresentam grande impacto econômico, ambiental e social, alto grau de complexidade de organização, bem como um grande número de participantes – grande público e profissionais envolvidos.

valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania (BRASIL, 2010).

A relação entre a inclusão social de catadores e a responsabilidade compartilhada se expressa de forma direta no inciso XII do artigo 7º da PNRS, que inclui entre seus objetivos: “a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (BRASIL, 2010), o que faz das festas populares espaços privilegiados para se observar essa relação.

A festa, como mecanismo operador de ligações (DUVIGNAUD, 1977 *apud* PEREZ, 2012), reúne, por meio dos resíduos sólidos urbanos, Estado, empresas e catadores, e se a inclusão via mercado permite a exploração de catadores em um contexto de superexploração do trabalho (LEAL; THOMAZ JÚNIOR; GONÇALVES, 2002), cabe também analisar novas formas de inclusão a partir do novo marco regulatório, tendo-se em conta que “Quando o Estado se torna o principal guardião da apropriação privada de uma produção social (...) da legitimação da redução do valor do trabalho, ele é também o feitor de excluídos sociais” (SILVEIRA, 2004, p. 70).

Os eventos, mesmo pela perspectiva do *Tripple Botton Line*, o Tripé da Sustentabilidade - que prevê o equilíbrio entre as esferas ambiental, social e econômica, envolvem a busca de projetos e processos economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos (TRIGO; SENNA, 2016). A gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos das grandes festas indicam concentração de ganhos econômicos e socialização de custos socioambientais, de modo que precisam ser compatibilizados para a própria sustentabilidade do sistema.

Deste modo, o presente trabalho apresenta resultados preliminares de pesquisa, em que se busca analisar as formas atuais de inserção do trabalho dos catadores na limpeza urbana de megaeventos festivos a partir do novo marco regulatório nacional. Busca-se também identificar os atores e processos que incidem sobre sua organização e discutir as possibilidades da inclusão social de catadores por meio da responsabilidade compartilhada.

### 3.2 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E ANALÍTICA

Considerar os resíduos de festas populares como resíduos específicos, com características próprias de geração e gerenciamento, envolve também, mesmo que de forma breve, o próprio conceito de festa, pois, como destaca Amaral (2012), apesar da polêmica sobre o conceito nas diferentes disciplinas que a abordam, cada pesquisador deveria buscar um conceito de festa, ao menos, no que diz respeito a seu próprio objeto de estudo.

Neste trabalho, em que as festas populares são analisadas a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010) e observadas como fonte geradora de resíduos, considera-se a perspectiva apontada por Perez (2012), para quem a festa não deveria ser um objeto a ser descrito e explicado, mas a ser entendido e apreendido; da festa não como objeto, mas como mecanismo. Para a autora, a festa vai além da festa e:

(...) resiste tanto à formalização excessiva quanto à teorização rígida, por isso é que vão querer atribuir-lhe essência, substância, função, significado, mesmo que colocados no plural, pois ela não é (...) mero produto da vida social, muito menos simples fator de reprodução da ordem estabelecida (PEREZ, 2012, p. 41).

Como um bem simbólico-afetivo (FARIAS, 2005) e ganhando dimensão de megaevento (ABNT, 2016), as grandes festas populares demandam uma gama de serviços públicos, tais como segurança, engenharia de tráfego, pronto atendimento em saúde e a própria limpeza urbana, que pode ser observada no momento de sua realização, bem como no período posterior ao seu encerramento. No entanto, trata-se também de etapas específicas do ciclo de vida dos produtos<sup>72</sup>, que devem ser consideradas para efeito de responsabilidade compartilhada sobre os resíduos, como definido na PNRS.

Nesses termos, o espaço-tempo extraordinário das festas (DAMATTA, 1997) se caracteriza por etapas específicas relativas ao consumo e à disposição final, em que se inserem diferentes etapas do gerenciamento de resíduos (VIANA; SILVEIRA; MARTINHO, 2015). Deste modo, as festas podem ser observadas como mecanismos específicos de consumo, descarte e manejo, ou ainda, como canal (de distribuição) reverso (FULLER, 1978), que se busca investigar e sistematizar. No entanto, sem perder de vista que tal mecanismo se insere em processo mais amplo, no âmbito da cadeia dos produtos - a montante e a jusante.

Assim, com vistas à identificação e análise do processo de geração e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos no espaço festivo, tomou-se como referência a sequência de etapas do gerenciamento de resíduos apresentada por Viana, Silveira e Martinho (2015), que compreende a geração, o acondicionamento, o armazenamento, a coleta, o transporte, a triagem, o tratamento, a valorização e o destino final, considerando-se apenas as etapas passíveis de observação empírica no *locus* da festa.

Para a observação participante, foram selecionadas duas festas de grande porte, ocorridas em 2016, nas macrorregiões de maior e menor densidade populacional do Brasil

---

<sup>72</sup> Conforme a PNRS o ciclo de vida do produto é definido como “série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final” (BRASIL, 2010).

(IBGE, 2010): o Carnaval de Rua da cidade de São Paulo, na Região Sudeste, e o Círio de Nazaré, na cidade de Belém, Região Norte. Tais festas também são representativas da clássica distinção entre festas sagradas e profanas (AMARAL, 2012; PEREZ, 2012) e possuem, no simbolismo do Carnaval, um elemento de ligação (ALVES, 1980).

A observação participante das duas festas foi registrada por meio de fotografia, complementada por entrevistas semiestruturadas pontuais junto aos participantes. A fotografia foi utilizada como registro, mas também como suporte e complemento da análise textual e comparativa, na medida em que expressam “*things that writing and words cannot convey, or find very hard to do so (or at least the convencional social science kinds of writing)*” (ROSE, 2007, p. 247-248).

A observação participante e a análise comparativa nos estudos de festas permitem maior fiabilidade de dados e o isolamento de peculiaridades, favorecendo a identificação da composição da estrutura festiva (AMARAL, 2012), o que permitiu também reconhecer diferenças e semelhanças tanto dos resíduos gerados, como no serviço de limpeza urbana, revelando formas distintas de inserção de catadores. A caracterização das festas, bem como a análise dos resultados foram complementadas por revisão bibliográfica.

### 3.3 O CÍRIO DE NAZARÉ

Comemorada desde 1793, a Festa do Círio de Nazaré é realizada anualmente na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, Região Norte do Brasil. Formada por um conjunto de celebrações, desde 1901 tem como data fixa o segundo domingo de outubro, no qual se realiza a Procissão do Círio, sua procissão principal (IPHAN, 2006) a qual, junto da Procissão da Transladação, que ocorre no dia anterior, forma o núcleo central da festa (LOPES, 2014a). Tombada em 2014 pela Unesco, como Patrimônio Imaterial da Humanidade<sup>73</sup>, a festa reúne atualmente 2 milhões de pessoas (DIRETORIA DA FESTA, 2017). Para um breve comparativo de sua dimensão e expansão, em meados da década de 1970, o público girava entre 400 e 600 mil presentes (ALVES, 1980, p. 16).

Em 2016, na sua 224<sup>a</sup> edição, os festejos oficiais tiveram início em 3 de outubro, encerrando-se no dia 24 do mesmo mês, totalizando um período festivo de 22 dias. Além da Procissão da Transladação e do Círio, há também outras 10 romarias: o Translado de Ananindeua, a Romaria Rodoviária, a Romaria Fluvial, a Moto-romaria, a Cicloromaria, a

---

<sup>73</sup> Para Perez (2012), a patrimonialização se insere nas políticas de incremento do turismo, que dão às festas populares dimensão espetacular.

Romaria da Juventude, a Romaria das Crianças, a Romaria dos Corredores, a Procissão da Festa e o Recírio (IPHAN, 2006). Também chamada de “Mãe Peregrina”, por sua origem histórica e mítica<sup>74</sup>, a imagem peregrina da Virgem de Nossa Senhora de Nazaré circula pela cidade e região metropolitana nas 12 romarias.

Além das romarias e procissões, há também o Arraial do Círio, montado no estacionamento da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, hoje também Santuário, construída em 1852 no local em que a imagem da Virgem foi encontrada pelo Caboclo Plácido (IPHAN, 2006). O Arraial é composto de diversas barracas de alimentos e bebidas, artigos religiosos, brinquedos e um parque de diversão (Figura 3.1), além de um palco na Praça da Basílica Santuário, em que se encerra a Procissão do Círio e onde ocorrem shows musicais, apresentações artísticas e celebrações religiosas ao longo do período festivo.

Figura 3.1: Arraial do Círio e Basílica Santuário de Nazaré



Fonte: Autoria própria (2016).

O Arraial do Círio faz parte da memória de infância dos devotos idosos entrevistados e passou por diversas transformações, como é próprio das festas (VIANA, 2005) que marcam os tempos fortes (PEREZ, 2012) e se configuram como “fenômeno social dinâmico por

<sup>74</sup> “A origem do Círio e da Festa de Nazaré está envolta em lendas ou mitos, que se misturam a fatos históricos. É difícil separar o mito da história apoiada em documentos (...). Por volta de 1700, reza a tradição, caminhava nas matas da então tortuosa estrada do Utinga, hoje Avenida Nazaré, em Belém do Pará, um caboclo agricultor e caçador chamado Plácido José dos Santos. Levado pela sede, acabou descobrindo entre pedras cobertas de trepadeiras, às margens do igarapé Murutucu (localizado atrás da atual Basílica de Nazaré), uma espécie de nicho natural com uma pequena imagem da Virgem de Nazaré (a imagem, hoje tida como a original, tem 38,5 centímetros de altura). Plácido levou-a para casa e, no dia seguinte, ao acordar, viu que havia desaparecido. Assustado, correu até o local onde a encontrara e percebeu que a imagem havia “voltado” para o mesmo lugar. O fenômeno repetiu-se várias vezes, até que o governador da época (a lenda não esclarece o seu nome) mandou que a imagem fosse levada para a capela do Palácio do Governo, onde ficou guardada pelos soldados, que passaram a noite em vigília, para impedir que alguém ali penetrasse ou de lá saísse. Mas, no dia seguinte, a santa foi de novo encontrada às margens do igarapé, no mesmo lugar para onde sempre retornava, com gotas de orvalho e carrapichos presos a seu manto, numa “prova” da longa caminhada através da estrada: a santa “viva” novamente se locomovera por seus próprios meios” (IPHAN, 2006, p. 12 e 13).

natureza” (AMARAL, 2012, p. 70). A cada Círio, inovações e mudanças podem ser observadas, ao mesmo tempo em que são mantidas tradições. Em 2016, destaca-se a implantação do Projeto EcoCírio, em consonância com o tema da Campanha da Fraternidade 2016: “Casa comum, nossa responsabilidade”.

Conforme entrevista com uma representante da Diretoria da Festa, o projeto foi idealizado pela Diretoria e executado por empresa especializada. Contou, entre outros, com palestras junto aos locatários das barracas e seguranças do Arraial, produção de cartilhas informativas de orientações gerais<sup>75</sup> e implantação de lixeiras para coleta seletiva com placas de comunicação (Figura 3.2), promovendo, junto ao público e aos comerciantes, a separação dos resíduos orgânicos e recicláveis em todo o espaço do Arraial. Os resíduos foram destinados à Cooperativa Concaves. Destaca-se que alguns membros cooperados ou colaboradores<sup>76</sup> da Concaves são catadores egressos do Lixão do Aurá, recentemente fechado em virtude da PNRS, cujas metas incluem a eliminação dos lixões (BELÉM, 2015).

Figura 3.2: Lixeiras para coleta seletiva com placas de comunicação



Fonte: Autoria própria (2016).

Tanto as atividades religiosas como o Arraial do Círio são organizados pela Diretoria da Festa, composta por 35 membros da comunidade local, sob a supervisão da Paróquia de

<sup>75</sup> Destinada aos locatários dos *stands*, funcionários, seguranças e visitantes do Arraial, a cartilha traz um resumo da Campanha da Fraternidade de 2016: “O poder público tem a tarefa de realizar a infraestrutura para garantir a ordem e a limpeza local, a nós cidadãos compete a tarefa de não sujar, não jogar lixo nas ruas e zelar pelos espaços comuns”. Além de orientações para promover a coleta seletiva, a cartilha traz também uma campanha de combate ao trabalho infantil (ARQUIDIOCESE DE BELÉM, BASÍLICA SANTUÁRIO DE NAZARÉ; DIRETORIA DA FESTA, 2016).

<sup>76</sup> Como explicitado em entrevista realizada na Concaves e registrado no site da cooperativa “Dentro da CONCAVES, há duas categorias de catadores: o cooperado e o colaborador. O primeiro está vinculado à Cooperativa e recebe periodicamente o pagamento dos rendimentos obtidos pela Cooperativa, paga sua cota-parte mensalmente e participa das decisões da Cooperativa. Os segundos, isto é, os colaboradores têm a oportunidade de revenderem seus materiais para a Concaves por um preço melhor que o de mercado” (CONCAVES, [201-?]).

Nazaré (IPHAN, 2006). Festa religiosa, ritual complexo (ALVES, 1980), o Círio de Nazaré envolve também outras manifestações culturais de caráter profano, identificadas por Lopes (2014a) como circuito dos fluxos secundários, que também envolve milhares de participantes. Nesse circuito, participam o Arraial da Pavulagem, cortejo com características de bloco carnavalesco, organizado por agentes culturais locais; a Festa da Chiquita, organizada por entidades GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Transgênero) e o Auto do Círio, espetáculo teatral de rua, também tombado no processo nacional de patrimonialização (LOPES, 2014b; IPHAN, 2006).

Para Alves (1980, p. 15), a festa também é entendida como “festa devocional, mas feita com um sentido mais abrangente, mais informal, mais carnavalesco, no sentido lato”, pois, ao mesmo tempo que o Círio é uma festa religiosa, é também uma festa popular “proporcionadora de manifestações mais livres e espontâneas, não submetidas aos rigores litúrgicos ou às regras impostas pela autoridade sacral” (*Ibid.*, p. 15), daí a alcunha de Carnaval Devoto<sup>77</sup>. É possível, ainda, falar do almoço do Círio, realizado no âmbito do espaço privado e associado à culinária regional, outro componente importante e tradicional do festejo, bem como dos novos “circuitos do brega” no Círio, “a festa dentro da festa”, como observado por Costa (2006).

Destaca-se que, além de ampla cobertura da mídia durante todo o período festivo, a procissão do Círio é transmitida ao vivo pela TV para o Estado do Pará e toda a região amazônica (LOPES, 2011), contando com o patrocínio de grandes empresas do setor financeiro, minerário, de telefonia e comunicação, entre outros. A santa, que pode ser chamada pelos devotos de Naza, Nazinha ou Mãe Peregrina, é também chamada de Mãe Amazônica (*Ibidem*), indicando sua abrangência regional.

Em que pesem os múltiplos significados da festa, para muitos devotos o Círio é o momento de cumprir as promessas. Levando junto à cabeça casas, barcos ou cadernos (simbolizando o desejo de ser aprovado em concurso público ou vestibular, por exemplo), seja para pedir ou agradecer a Santa, é também comum encontrar os promesseiros da água

---

<sup>77</sup> Título da dissertação de Isidoro Alves, que se tornou um estudo de referência (LOPES, 2011; IPHAN, 2006; AMARAL, 1998), teve como banca de avaliação Roberto DaMatta e foi também publicada em livro (ALVES, 1980). Na obra, o autor explica o título em função do período da realização da pesquisa de campo, entre os anos de 1974 e 1976, quando houve uma polêmica envolvendo setores eclesiais e a Escola de Samba Unidos de São Carlos, do Rio de Janeiro, que havia escolhido o Círio como enredo no Carnaval carioca de 1975. O autor discute em seu trabalho os distintos discursos sobre a festa e seus interlocutores, e destaca o romancista Dalcídio Jurandir, com o romance Belém do Grão-Pará, “quando se refere ao Círio de Nazaré como uma espécie de ‘carnaval devoto’” (ALVES, 1980, p. 25). Cabe destacar que “O país do Carnaval” é também título de uma obra, o primeiro romance de Jorge Amado, publicado em 1931 (DAMATTA, 1997). O que mostra não só a comunicação entre as festas, mas entre elas e outras manifestações artísticas, como a literatura.

(Figura 3.3), que cumprem suas promessas promovendo a doação de água para os romeiros, bem como a tradição do ir descalço (ALVES, 1980), que se destaca na Figura 3.4.

Figura 3.3: Promesseiros d'água e a tradição do ir descalço



Fonte: Autoria própria (2016).

Figura 3.4: O ir de pés descalços e os resíduos da procissão do Círio de Nazaré



Fonte: Autoria própria (2016).

Além do público, a festa conta também com uma gama de ambulantes, os quais circulam entre os devotos vendendo bebidas, entre outros produtos, como chapéus, brinquedos, imagens da santa e alimentos. Se muitos dos produtos comercializados vão para a casa junto com os romeiros, como lembrança da festa (LOPES, 2014b), outros, especialmente as embalagens de bebidas, acabam descartados, frequentemente no chão, posto que as lixeiras permanentes da cidade tornam-se insuficientes para os dias extraordinários de festa (Figura 3.5).



Figura 3.5: Comércio ambulante e lixeira saturada na procissão do Círio de Nazaré



Fonte: Autoria própria (2016).

Descartados em grande parte no chão, com o movimento dos passantes, os resíduos se amontoam nas profundas sarjetas da cidade, dadas as chuvas torrenciais do clima equatorial. E seja pela ação dos promesseiros da água - com a doação dos copos d'água, seja pela elevada temperatura da região ou pelo “calor da multidão”, além do intrínseco caráter religioso da festa, nas procissões prevalecem os resíduos de copos de plástico PP (Polipropileno). O sacrifício do “ir descalço” (ALVES, 1980) ainda se mantém, embora, aparentemente, não pareça predominar nas romarias observadas.

Mesmo não prevalecendo nos espaços das romarias, as latas de alumínio, assim como catadoras e catadores de latas de alumínio, são frequentes nestes espaços (Figuras 3.6 e 3.7). Observou-se também a presença de crianças na catação de latas, mostrando que o trabalho infantil associado aos resíduos não se restringe aos lixões, foco de trabalho infantil nas cidades brasileiras (GONÇALVES, 2003). Não por acaso o tema do trabalho infantil também é tratado na cartilha do Programa EcoCírio, como prática que deve ser combatida (ARQUIDIOCESE DE BELÉM; BASÍLICA SANTUÁRIO DE NAZARÉ; DIRETORIA DA FESTA, 2016).

Figura 3.6: Catadora na Procissão do Círio de Nazaré



Fonte: Autoria própria (2016).

Figura 3.7: Catador na Procissão do Círio de Nazaré



Fonte: Autoria própria (2016).

Se catadoras e catadores de latas de alumínio realizam a coleta em meio aos devotos, junto da procissão, o serviço público de limpeza urbana realiza a limpeza após a sua passagem, iniciada pela varrição da rua. No entanto, observou-se também a presença de cooperativa de catadores (Figura 3.8 e 3.9), atuando em conjunto com o serviço público também ao final do cortejo, coletando principalmente os resíduos de plástico. Além da Cooperativa Filhos do Sol, a Cooperativa Concaves também participou das operações, como informado por sua presidenta em entrevista. Por fim, a limpeza urbana da festa e o transporte dos resíduos coletados pela limpeza formal, em que também se inclui as cooperativas, envolvem um grande número de equipamentos (Figura 3.10).

Figura 3.8: Cooperados e cooperadas da Filhos do Sol na procissão do Círio de Nazaré



Fonte: Autoria própria (2016).

Figura 3.9: Caminhão do serviço público municipal com os resíduos coletados pela Cooperativa Filhos do Sol



Fonte: Autoria própria (2016).

Figura 3.10: Máquinas e equipamento de limpeza urbana na procissão do Círio de Nazaré



Fonte: Autoria própria (2016).

### 3.4 O CARNAVAL DE RUA EM SÃO PAULO

Festa do início do século XX, em substituição ao entrudo<sup>78</sup> do período colonial (COUTINHO, 2006; SEBE, 1989; SIMSON, 2007), o Carnaval é festa generalizada no país, configurando-se como um ritual nacional (DAMATTA, 1997) que se manifesta em ampla variedade de formas e ritmos, podendo ser entendido como uma “rede infindável de manifestações regionais que, através dos tempos, tem recebido um tratamento nivelador, tentando determiná-las como se fossem uma única manifestação” (SEBE, 1986, p. 33).

Tal diversidade de formas e expressões, bem como o tratamento nivelador, podem ser vistos em uma única cidade, como São Paulo, que conta, nos moldes do Carnaval do Rio de Janeiro, com um Sambódromo - uma estrutura permanente para os desfiles de escolas de samba<sup>79</sup>, transmitidos pela TV, ao vivo, em cadeia nacional, e também uma estrutura provisória, para o desfile de escolas de samba de menor porte e blocos carnavalescos especiais que animam o Carnaval no centro e na periferia (BELO, 2008; FRANGIOTTI, 2007), entre outras manifestações carnavalescas de cunho comunitário em diversos bairros, como informado em entrevista com o supervisor de cultura da prefeitura regional do Butantã.

Atualmente, a cidade vê ressurgir o Carnaval de rua, que volta para a região central, depois do esvaziamento provocado pela inauguração do Sambódromo, em 1991. Tal esvaziamento foi também identificado no Rio de Janeiro, com a inauguração do sambódromo da Marquês de Sapucaí em 1984, cidade que igualmente assiste ao forte crescimento do Carnaval de rua no período atual (FRYDBERG; KOSSAK; MACHADO, 2016;

---

<sup>78</sup> O entrudo, forma antiga de brincar o Carnaval, foi praticado por todas as camadas sociais ao longo do período colonial (SIMSON, 2007), sendo fortemente combatido no final do século XIX em diversas cidades brasileiras – por decretos, pelos jornais e pela polícia (COUTINHO, 2006; SIMSON, 2007; SANTOS, 2010). Consistia em “festa em que as pessoas se divertiam sujando umas às outras, com limões de cheiro, água suja, farinha, ovos, piche e outras substâncias” (COUTINHO, 2006, p. 32). O Carnaval de máscaras e salões, do corso e dos confetes e serpentinas, que iria influenciar as manifestações populares dando origem aos ranchos, blocos e cordões carnavalescos (SEBE, 1989; COUTINHO, 2006; SIMSON, 2007), no encontro do Carnaval com o samba, é manifestação do final do século XIX e início do século XX, já do período de industrialização e urbanização do país, quando o entrudo passou a ser considerado brincadeira rústica e associado às classes menos abastadas (SIMSON, 2007).

<sup>79</sup> A transformação dos primeiros blocos, bandas e cordões carnavalescos paulistanos em escolas de samba se deu no seu processo de institucionalização, que culminou no Decreto 7.100 de 29 de dezembro de 1967, quando o Carnaval popular foi reconhecido e entrou no calendário oficial da cidade, já associado ao seu potencial turístico e vinculado à secretaria municipal de turismo (OLIVEIRA, 2007; BELO, 2007). Cabe destacar que os primeiros blocos carnavalescos da cidade - cujo marco é a fundação, em 1914, do Grupo Carnavalesco Barra Funda, por Dionísio Barboza, sofreram diversas formas de perseguições e preconceitos até o seu reconhecimento em 1967, quando tiveram que se adequar às novas regras e formatos determinados pelo modelo carioca (SIMSON, 2007). Destaca-se que o Carnaval Popular no Rio de Janeiro foi reconhecido e oficializando em 1935 (SOHIET, 2007), o que viria a ocorrer em São Paulo somente 3 décadas depois. O depoimento de “Seu” Irineu, componente da Velha Guarda da Escola de Samba Unidos de Vila Maria, entrevistado em 2002 por Belo (2008, p. 41), registra as diferenças do Carnaval não reconhecido e do oficializado: “Naquela época, a escola saía e a viatura saía atrás. Quando chegava lá em cima eles acabavam com o nosso samba. Pode parar! Pode parar! Hoje a polícia faz a segurança para nós”.

HERSCHMANN, 2013).

Regulamentado recentemente em um processo que culminou com o Decreto Municipal 56.690 de 7 de dezembro de 2015<sup>80</sup> (SÃO PAULO, 2015b), o Carnaval de rua de São Paulo, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, contou, em 2016, com 355 blocos carnavalescos, com a estimativa de 2 milhões de participantes. Realizado entre os dias 29 de janeiro e 14 de fevereiro, período oficial do evento (SÃO PAULO, 2016a), os festejos totalizaram 17 dias, indicando também a dilatação do período carnavalesco.

O processo de regulamentação do Carnaval de rua, além de normatizar os blocos, bandas e cordões carnavalescos e garantir a infraestrutura necessária, como transporte público, engenharia de tráfego, ambulâncias de emergência e banheiros químicos, significou também o início de uma política de patrocínio que se reproduziu, no mesmo ano, em outros grandes eventos observados na cidade, como a Virada Cultural e a Parada do Orgulho LGBTT.

Nessa política, é permitido ao patrocinador do evento o credenciamento de representantes de vendas, como definido em edital (SÃO PAULO, 2015b). No caso, à cervejaria patrocinadora é permitido o credenciamento de vendedores ambulantes de bebidas (Figura 3.11), que já contam com o uso difuso de máquinas de cartão de crédito e garantem a venda exclusiva dos produtos do patrocinador em todo o evento, em um comércio de grande público. No entanto, é permitido aos blocos haver patrocínio independente (adicional) do patrocinador do evento (Figura 3.12), também como previsto no edital (SÃO PAULO, 2015b). Deste modo, as grandes cervejarias participam tanto no patrocínio da festa como no patrocínio dos grandes blocos (LIMA; SIMÕES; MERCEDES, 2017).

---

<sup>80</sup> Recentemente, este decreto foi substituído pelo Decreto 57.917 de 5 de outubro de 2017, pelo atual prefeito João Dória. No novo decreto, as diretrizes gerais e a política para o Carnaval de rua passam para a Secretaria do Governo Municipal e o cadastramento dos blocos, bandas e cordões, para a Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais (SÃO PAULO, 2017), funções atribuídas no decreto anterior (SÃO PAULO, 2015b) à Secretaria Municipal de Cultura.

Figura 3.11: Vendedor ambulante de bebida credenciado – Carnaval de rua de São Paulo



Fonte: Autoria própria (2016).

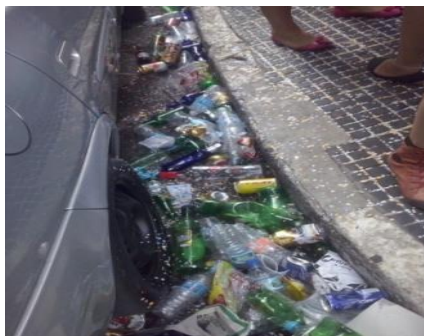
Figura 3.12: Patrocínio de grande bloco por cervejaria concorrente – Carnaval de rua de São Paulo



Fonte: Autoria própria (2016).

Com tantos estímulos e facilidade de consumo, as lixeiras da cidade de São Paulo, tal como Belém, não suportam o volume de resíduos gerados, que se acumulam nas sarjetas (Figura 3.13). As catadoras e catadores de latas de alumínio em São Paulo (Figuras 3.14 e 3.15) também realizam a coleta em meio ao público, ao longo de todo o festejo, tanto no chão, como nas lixeiras, reduzindo o ciclo de esvaziamento e, conseqüentemente, ampliando a disponibilidade das mesmas.

Figura 3.13: Resíduos do Carnaval de rua de São Paulo



Fonte: Autoria própria (2016).

Figura 3.14: Catadora de lata de alumínio no Carnaval de rua de São Paulo



Fonte: Autoria própria (2016).

Figura 3.15: Catador de lata de alumínio no Carnaval de rua de São Paulo



Fonte: Autoria própria, 2016.

Os resíduos que não possuem grande valor de mercado, embora compostos em parte por materiais recicláveis, tais como garrafas de plástico e de vidro, foram coletados e

ensacados indiscriminadamente pelo serviço público de limpeza urbana, também após a passagem dos blocos carnavalescos. Após a varrição e o acondicionamento dos resíduos, a limpeza é concluída com a lavagem do local, também envolvendo um grande número de máquinas e equipamentos.

### 3.5 CARNAVAL DEVOTO E CARNAVAL PROFANO – DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA NAS CIDADES DE BELÉM E SÃO PAULO

Tomando as grandes festas brasileiras como rituais, cujo traço principal é a dramatização de elementos da realidade social, “a condensação de algum aspecto, elemento ou relação colocando-o em foco, em destaque” (DAMATTA, 1997), a observação da limpeza urbana da Festa do Círio de Nazaré e do Carnaval de rua de São Paulo destaca, de forma dramática, a problemática dos resíduos sólidos urbanos nas cidades dos países periféricos, países formados por um número grande de pobres e desempregados e que encontram na catação alternativa de sobrevivência (LEAL; THOMAZ JÚNIOR; GONÇALVES, 2002). Tal problemática se expressa na grande quantidade e volume dos resíduos gerados, no comprometimento da qualidade ambiental dos espaços coletivos, na ausência de ações de responsabilidade compartilhada e de educação ambiental e na falta de estrutura para o descarte adequado, bem como na exploração do trabalho de catadores e catadoras, ao mesmo passo que tais festejos são cada vez mais agenciados por grandes corporações.

O Círio de Nazaré destaca, sobremaneira, os aspectos sanitários da transformação das festas populares em grandes geradoras de resíduos. O sacrifício do “ir descalço” (ALVES, 1980) em meio a grande quantidade de resíduos, expõe a importância e urgência de ações e modelos de limpeza urbana mais ajustados às grandes festas populares, capazes de promover tanto a redução como a gestão ambientalmente adequada dos resíduos gerados, como definido na PNRS. Nesse sentido, as especificidades dos festejos também devem ser consideradas, posto que a comparação das duas festas selecionadas mostra também diferenças no tipo de resíduos gerados, em que se destacam os “rios de plástico” formados pelos copos descartáveis desse material nas sarjetas de Belém<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Em São Paulo, os resíduos de plástico (PP, PET) também se destacam na Corrida de São Silvestre e na Marcha para Jesus, ambas observadas em 2017. Parece haver uma associação entre o plástico e os eventos de grande porte de cunho religioso e esportivo – com exceção do futebol, e do alumínio com os megaeventos de cunho artístico e cultural – em que se inclui o futebol. No entanto, a presença de catadores e catadoras de latas descartáveis de alumínio pode ser observada em todos os tipos de eventos de grande porte, sejam esportivos, religiosos, artísticos, culturais ou políticos.



O simbolismo da água no Círio de Nazaré foge do escopo deste trabalho, no entanto, pagar promessas oferecendo água aos romeiros é prática anterior aos copos descartáveis. Bilhas de barro<sup>82</sup>, saquinhos de plástico com gelo, garrafas e canecas próprias e até carros-pipa com mangueiras d'água foram relatados por alguns devotos mais antigos, quando questionados sobre o início do uso dos copos descartáveis de plásticos na festa. É necessária, portanto, a realização de pesquisa mais aprofundada para precisar a entrada dos copos descartáveis de plástico PP na festa do Círio de Nazaré, no entanto, se a festa teve início em 1793, o polipropileno foi inventado apenas em 1954 (GARCIA, 2009), de modo que seu uso é recente e envolve aspectos culturais que devem ser considerados.

Com base nas observações das duas festas, são os catadores que realizam a coleta seletiva na fonte, que segregam os resíduos no *locus* da festa, sejam os catadores informais, especializados na coleta das latas de alumínio, sejam os catadores formalizados, organizados em cooperativas como no caso do Círio, que coletam materiais diversos como copos e garrafas de plástico e até mesmo os calçados deixados nas romarias<sup>83</sup>.

No que se observou empiricamente em Belém e São Paulo, o serviço público, por meio das empresas concessionárias, não realiza a segregação do material na fonte geradora, no tempo-espço da festa, pois os resíduos – tanto os de varrição após a passagem de blocos e procissões<sup>84</sup> como os das lixeiras presentes no percurso - são acondicionados indistintamente em sacos plásticos padronizados, sem nenhum tipo de identificação. No entanto, é possível que as concessionárias o façam em momento posterior e em espaços como centrais de reciclagem, pois este trabalho se limitou às etapas passíveis de observação no ambiente festivo. De qualquer modo, a coleta seletiva na fonte geradora garante uma melhor qualidade da sucata pós-consumo, evitando ou reduzindo sua contaminação pelo contato com outros materiais – orgânicos e inorgânicos (FILLETI, 1996; BRINGUENTI, 2004) -, o que faz das grandes festas importantes canais reversos de embalagens descartáveis de bebidas, especialmente, de latas de alumínio, verificado nas duas festas.

---

<sup>82</sup> No pouco que alcançamos, bilhas de barro são potes de diferentes tamanhos e, conforme Alves (1980, p.47): “Pessoas pagam promessas distribuindo água em bilhas. É visível também a distribuição de bebidas alcoólicas na procissão, sendo tradicionais as pessoas que carregam na cabeça potes e melancias cheios de cachaça” de modo que o uso e distribuição de água e bebidas apresentavam também outro suporte de embalagens, ainda em meados da década de 1970.

<sup>83</sup> Em visita à Cooperativa Filhos do Sol, foi relatado por uma de suas cooperadas que o principal material coletado foi o plástico (na forma de copos e garrafas), e em menor medida latas de alumínio. No entanto, foi destacado também a coleta de “sandálias”, já que muitos devotos, frente à efervescência da festa, se desfazem de seus calçados quando adentram às procissões. Uma parte desses calçados é reutilizada pelos próprios cooperados e outra é revendida por eles.

<sup>84</sup> Para Amaral (1998, p. 122) “o modelo do Carnaval é o modelo processional, presente já nos primórdios das festas brasileiras, cuja base do processo de simbolização é o deslocamento. Neste processo, a parte fundamental é a transmutação ou a passagem, de um ou vários elementos de um domínio para o outro”. Tal deslocamento pode ser observado tanto nos desfiles de Carnaval como também, marcadamente, no Círio de Nazaré.

O caso do EcoCírio apresenta um sistema distinto, promovido pela Diretoria da Festa e restrito à área da Basílica Santuário, porém, aponta a importância da responsabilidade compartilhada e a estrutura básica para um sistema de coleta seletiva para a separação na fonte pelos próprios visitantes e comerciantes do Arraial, além dos desafios da educação ambiental. O recurso a palestras, cartilhas, containers sinalizados, ações e outros materiais que envolvem custos, igualmente evidenciam a importância e o valor do trabalho dos catadores, que no caso dos “catadores de latinha”, não contam com nenhuma estrutura e auferem algum ganho pelo conjunto dos serviços prestados apenas nas sucatarias<sup>85</sup>, por meio da comercialização dos resíduos coletados.

Em contraste, os catadores cooperados que atuaram na limpeza do Círio contaram com uniformes, equipamentos de proteção individual (EPI), capacitação e a disponibilidade de outros equipamentos e recursos, como *bags* (sacos padronizados para resíduos recicláveis) e caminhões, além da remuneração do poder público pelo serviço de limpeza prestado, via contrato com a Prefeitura de Belém. Trata-se de estrutura, apoio e reconhecimento de que não dispõem os catadores de latinha, tanto em São Paulo como Belém.

Conforme visita realizada à Cooperativa Concaves e o relato de sua presidente e de um de seus fundadores, o contrato junto à prefeitura foi estabelecido por meio de edital (BELÉM, 2015), que selecionou cooperativas para a realização da coleta seletiva regular no bairro de Nazaré, em função do fechamento do lixão Aurá, em 2015<sup>86</sup>. A inclusão dos catadores via formalização das cooperativas apresenta o que se pode considerar como condições mínimas para o desenvolvimento da atividade, pois mesmo os catadores cooperados, como relatado nas entrevistas, também enfrentam baixa remuneração, insalubridade e precariedade no trabalho, inclusive, pela própria forma de disposição dos resíduos pela população<sup>87</sup>.

Além das diferenças de estrutura e de condições de trabalho entre os catadores

---

<sup>85</sup> Em São Paulo, conforme Varanda e Adorno (2004, p. 64): “Para certos tipos de trabalhos braçais, como o dos catadores e carregadores, o uso da bebida chega a ser estimulado pelo empregador”. Em conversas com catadores também em São Paulo, foi relatado que algumas sucatarias chegam a ter preços diferentes para a sucata da latinha no período diurno e noturno, indicando a problemática da relação dos sucateiros com os catadores.

<sup>86</sup> O aterro Aurá apresentava características de lixão e já havia atingido o seu esgotamento (BELÉM, 2015). Para a coleta do Círio, os entrevistados também informaram que receberam um treinamento, bem como os EPI, por meio de convenio com a OIT. Até o momento da entrevista, ainda no período festivo, a cooperativa havia coletado 10 toneladas de resíduos, em que também se destacaram os resíduos de plástico.

<sup>87</sup> Conforme entrevista com catadora da cooperativa Filhos do Sol, pode-se encontrar de tudo em meio aos resíduos recicláveis destinados à cooperativa: de materiais perigosos a desagradáveis. A separação adequada dos resíduos pelos consumidores se mostra fundamental para melhorar as condições de trabalho de catadoras e catadores, sejam formais ou informais.

informais e os catadores cooperativados, pôde-se observar também diferenças quanto à forma de organização do trabalho. Enquanto os catadores informais realizam a coleta ao longo de todo cortejo, em meio ao público, apresentando a mesma sistemática de trabalho tanto em Belém como em São Paulo, os catadores das cooperativas de Belém adotaram a sistemática do serviço público de limpeza urbana, também similar nas duas cidades, realizando a coleta ao final do cortejo junto com a empresa concessionária.

Portando apenas sacos e mochilas, catadores e catadoras “de latinha”, os catadores informais, se misturam ao público coletando as latas descartáveis de alumínio nas lixeiras, nos canteiros, no chão e nas sarjetas, o que contribui diretamente para a redução do impacto do descarte de resíduos no ambiente festivo, no tempo-espaço da festa, especialmente, naquelas em que as latas de alumínio apresentam grande consumo/descarte, como o Carnaval e os circuitos secundários do Círio, de natureza profana, observados em 2016. Um tipo de trabalho tão eficiente - para a limpeza da festa<sup>88</sup> e para a reciclagem das latas - quanto desamparado.

Se o Círio de Nazaré destaca os aspectos culturais e de saúde coletiva associados à limpeza urbana do ambiente festivo, bem como novas formas de inclusão dos catadores, o Carnaval de rua de São Paulo destaca a participação cada vez maior da indústria de bebidas na sua organização e seu impacto direto na geração de resíduos.

Embora o Círio de Nazaré em 2016 tenha contado também com patrocinadores de peso do setor financeiro, minerário e de telecomunicação, de forte presença na região, em uma estratégia de marketing cultural (ARRUDA, 2003) ou, ainda, de *folkmarketing* (ZAIDAN, 2015), na promoção de sua imagem junto aos devotos e romeiros, especialmente os moradores da região, seja para conquistar consumidores de serviços ou amenizar conflitos<sup>89</sup>, o Carnaval de rua paulistano envolveu a participação direta do fabricante de bebidas, por meio do patrocínio, que passou também a comercializar seus produtos de forma privilegiada no ambiente festivo, no contexto do marketing experiencial:

El marketing experiencial o mercadeo de experiencias es un estilo de mercadeo que se basa en provocar sentimientos y emociones en el consumidor para establecer una conexión con una marca de forma más profunda. Según Max Lenderman (2008) el marketing experiencial intenta

---

<sup>88</sup> Uma maneira de considerar o impacto do trabalho dos catadores de latinha no âmbito das grandes festas seria projetar um cenário do ambiente festivo sem a presença desses trabalhadores. Convida-se aqui o leitor a imaginar o que seria das grandes festas, como o Carnaval, ou ainda, de outros espaços de lazer, como a praia de Copacabana, sem a presença desses catadores.

<sup>89</sup> Conforme pesquisa citada por Arruda (2003), as principais motivações para o investimento em cultura pelas empresas são: ganho de imagem institucional, agregação de valor à marca, reforço do papel social da empresa e benefícios fiscais, o que se dá via Lei Rouanet.

dar vida a las promesas que hace la marca a los consumidores por medio de experiencias organizadas que tienen lugar antes, durante y después de la compra. Habla del marketing experiencial como una “conexión mágica, directa y significativa entre el consumidor y la marca por medio de la experiencia (SALCEDO, 2015, p. 8).

A presença de vendedores ambulantes de bebidas transformados em representantes de venda no Carnaval de rua de São Paulo é fenômeno bastante recente e que coincide com o seu processo de regulamentação, com o primeiro patrocínio de cervejaria em 2016. Tal processo, de publicidade e venda direta do produto no ambiente festivo, não foi verificado na Festa do Círio de Nazaré, em que também não foi observado o uso de máquina de cartão sem fio pelos vendedores ambulantes.

No entanto, a “conexão mágica” entre as grandes festas e grandes cervejarias é relatada em estudo sobre o Carnaval de rua no Rio de Janeiro (FRYDBERG, KOSSAK; MACHADO, 2016) identificada nessa cidade como “onda azul”<sup>90</sup>. Neste modelo, de parceria público-privada, a organização da festa também fica ao cargo de empresa especializada e responsável pela política de patrocínio e que permite ao patrocinador forte comunicação visual na festa - por meio de uniforme dos ambulantes (camisetas e bonés) e guarda-sóis, entre outros, além da exclusividade na venda das bebidas, fazendo das festas espaços publicitários singulares, no que Harvey (2009) identificou como singularidade que produz rendimento monopólico. Para o autor, “o que está em jogo é o poder do capital simbólico coletivo, de marcas especiais de distinção que se apegam a algum lugar que tenha poder de atração significativo sobre os fluxos do capital em termos gerais” (*Ibid.*, p. 158-159).

Nesses termos, o comércio de bebidas no ambiente festivo passa a ser organizado diretamente pela indústria, que, além do fortalecimento da marca, viabiliza a obtenção de rendimento monopólico também para o setor cervejeiro, já que o setor de embalagens de alumínio se configura, desde sua implantação, em 1991, como monopólio (das chapas) e

---

<sup>90</sup> “Desde 2009, foi implantado no Rio de Janeiro um modelo de parceria público-privada para financiar e gerir o carnaval de rua da cidade. Esse modelo consiste na divulgação de um Caderno de Encargos e Patrocínios, com lançamento anual, que objetiva selecionar uma produtora com capacidade de gerir a festa. É responsabilidade dessa empresa, ao se candidatar para o Caderno, apresentar outras empresas interessadas em investir no carnaval de rua. Essas empresas são divididas pelo montante que oferecem para a realização da festa, sendo a cota *master* oferecida ao principal patrocinador (...) nos últimos anos, foi a Ambev, empresa participante do maior grupo cervejeiro do mundo, a exercer o papel da patrocinadora *master*. Dentre os benefícios da empresa, estão desde associação e exibição da marca com o carnaval de rua pela cidade, assim como a utilização de suas cores pela cidade (principalmente através dos ambulantes) e a exclusividade na venda de seus produtos durante o período carnavalesco. Conhecida como “onda azul”, a exibição da marca cervejeira pela cidade firma um modelo de gestão da prefeitura sobre uma das maiores expressões populares da cidade e dificulta a busca de patrocínio de outras empresas, que em meio à hegemonia da empresa *master* acreditam não compensar o financiamento.” Frydberg, Kossak e Machado (2016, p.5-6).

oligopólio (das latas). Destaca-se que a produção das chapas<sup>91</sup> para o fabrico de latas é realizada por uma única empresa em território nacional (ABRALATAS, 2009; LIMA, 2007; NOVELIS, [2017]) e para a produção de latas, existem apenas três fabricantes (ABRALATAS, 2017a; LIMA, 2007).

Destaca-se também que a concentração e internacionalização do setor de latas descartáveis de alumínio, presente desde sua implantação, alcança a indústria cervejeira apenas no final da década, movimento que teve início com a fusão das cervejarias Brahma e Antarctica Paulista, em 1998, resultando na criação da AmBev. A fusão desta última com a belga Interbrew, em 2004, gerou a InBev, cuja fusão com a estadunidense Anheuser-Busch, da Budweiser, redundou na criação do Grupo AB-InBev, em 2008 (CERVIERI JUNIOR. *et al.*, 2014). Desse modo, já é no contexto de cervejarias globais que a promoção e comercialização de bebidas se organiza no Carnaval de rua paulistano, cuja limpeza urbana, em 2016, ficou a cargo do serviço público municipal (LIMA, SIMÕES, MERCEDES, 2017; SÃO PAULO, 2015c).

Assumindo o papel de “promotora de eventos”, atuando não só na produção de bebidas como também na sua promoção e comercialização, a indústria cervejeira cria, assim, experiências de consumo a partir de bens culturais, em um contexto em que “os produtos deixam de ser o foco das empresas, que passam a valorizar e a vender o emocional das histórias por trás das mercadorias” (MALTA, 2009, p. 196).

Talvez o mais adequado fosse dizer “as histórias criadas no seu entorno”, pois, por trás da mercadoria “bebida enlatada” existe um complexo sistema industrial e tecnológico organizado em território nacional, envolvendo recursos hídricos, minerais e agrícolas que lança mão, até mesmo, de identidade visual especialmente desenvolvida para eventos comemorativos, por exemplo, com a estampagem especial<sup>92</sup> das latas descartáveis de alumínio para bebidas nos períodos de realização de megaeventos como o Carnaval, as

---

<sup>91</sup> Considerada a capital nacional da reciclagem de alumínio, a cidade de Pindamonhangaba abriga uma unidade de produção de laminados única, para latas descartáveis de alumínio, em que também se insere o processo de refusão/reciclagem do metal. Como destaca matéria do Portal do Alumínio: “A fábrica da Novelis em Pindamonhangaba também abriga o maior centro de reciclagem de alumínio na América do Sul. Estamos expandindo consideravelmente nossas operações de reciclagem, aumentando o uso do conteúdo reciclado e acelerando o desenvolvimento de novas ligas produzidas com essa configuração”, afirma Nardocci. “Essas mudanças estão alinhadas com a nossa estratégia de negócio sustentável, incluindo a ambiciosa meta global de atingir 80% de conteúdo reciclado em nossos produtos até 2020”. A Novelis é líder na fabricação de produtos laminados de alumínio na América do Sul e a única empresa na região com capacidade para produção de chapas de alumínio para latas. Entre os mercados atendidos pela empresa estão o setor de transporte, eletrodomésticos, embalagens e automotivo. Atualmente, a Novelis América do Sul emprega aproximadamente 1.800 pessoas” (NOVELIS, [2017]).

<sup>92</sup> Destaca-se também que muitos copos de água distribuídos pelos promesseiros d’água ofereciam estampas da santa nas tampas, também confeccionadas com um tipo de alumínio.

Festas Juninas, a Copa do Mundo, envolvendo forte conteúdo material e simbólico, em que também se incluem os meios de comunicação na sua organização.

Como destaca análise setorial da indústria: “tradicionalmente, no período dos jogos dos mundiais existe aumento médio de 14,5% no consumo de cervejas e refrigerantes no país sede” (ABAL, 2015), o que indica o impacto de eventos de grande porte no setor de bebidas e de embalagens descartáveis de bebidas.

Tanto o mercado turístico (GETZ, 2008; MONTES; CORIOLANO, 2003) como o mercado de bebidas (CERVIERI JUNIOR *et al.*, 2014; PALHARES, 2003) sofrem forte impacto da sazonalidade, cenário no qual os eventos podem oferecer regularidade (GETZ, 2008; MONTES; CORIAOLANO, 2003). Capazes de criar novos fluxos turísticos em baixa temporada e promover destinos no seu entorno, como é o caso das grandes festas populares (FARIAS, 2005), os grandes eventos permitem a criação de novas oportunidades de consumo desvinculado da sazonalidade climática, sendo também capazes de produzir novas sazonalidades<sup>93</sup>.

No âmbito da reciclagem, os efeitos da sazonalidade podem até mesmo justificar a regulação local do preço da sucata, como as de latas de alumínio, ao permitir a formação de estoques<sup>94</sup>. Gerando resíduos em grande quantidade, em curto espaço de tempo e de ótima qualidade – no sistema de coleta e comercialização imediata ao descarte realizada por catadores e catadoras de latas de alumínio -, as grandes festas se apresentam como espaço-tempo estratégico tanto para o consumo de bebidas como para a reciclagem das embalagens, transformando-se em importantes canais reversos de alumínio (FULLER, 1978) e, potencialmente, de outros materiais, como o plástico, no Círio de Nazaré.

Destaca-se que, no caso do alumínio, a reciclagem das latas é tão fundamental para

---

<sup>93</sup> Como é o caso do Círio de Nazaré, realizado em outubro, em Belém - PA, na atualidade, chamado também de Natal Paraense, que mobiliza toda a economia regional, não só pelo grande número de turistas, devotos e romeiros, inclusive, de muitos países vizinhos, mas também porque marca o retorno de muitos paraenses residentes em outros estados, que chegam para o almoço do Círio, uma espécie de “Natal sem presente”, como definido por um paraense residente em São Paulo, pois o almoço do Círio compara-se à ceia natalina, também ocorrendo no ambiente doméstico. O “Feliz Círio”, que pode-se ouvir pelas ruas de Belém no período da festa, também indica essa conexão.

<sup>94</sup> Conforme Paula (2006, p.106): “Para exemplificar o poder da indústria e dos grandes coletadores de sucatas de latas de alumínio no campo organizacional, analisou-se o mercado de alumínio no período de jan/2006 a mar/2006. Neste período, o preço do alumínio na Bolsa de Metais de Londres subiu 29% de acordo com o Jornal do Comércio (2006). No mesmo período, o preço da sucata de latas de alumínio caiu cerca de 30%, de acordo com dados do CEMPRE (2006). Ao ser questionado sobre esta discrepância na entrevista de campo, um dos representantes da indústria justificou a redução do preço das sucatas como necessário, em função da alta dos custos da indústria de alumínio secundário, que estaria trabalhando com margens muito baixas. Os mesmos dados foram apresentados a uma das cooperativas de catadores. Para seu representante, o preço da sucata de alumínio teria diminuído em função dos altos estoques da indústria no final de fevereiro de 2006, período anualmente considerado de maior consumo de bebidas no Estado do Rio de Janeiro. Na sua percepção, esse teria sido o motivo da queda do preço da sucata, apesar da forte alta do alumínio primário no mercado de Londres”.

a indústria como para o catador, mesmo que por diferentes motivos. Para catadores e catadoras é a sobrevivência e para a indústria, a própria viabilidade da produção de latas, na sua concorrência com o aço (ANDRADE; VIEIRA; CUNHA, 1998; STEUDEVILLE, 1993), em função do alto custo do alumínio primário.

Como destaca Steudeville (1993, p. 74) “*the aluminium companies recognized early on that they had to reduce cost [...] no way could they make a can out primary aluminium and compete with steel cans based on cost*”. Na década de 1990, as latas de alumínio já dominavam o mercado estadunidense de embalagens para bebidas, no entanto, “*that is a complete reversal from 20 years ago, when steel cans and glass bottles dominated the market*” (Ibidem).

Como observam Leal, Thomaz Júnior e Gonçalves (2002, p. 182) para o caso brasileiro: “É a apropriação do trabalho não pago que em nosso entender é o estímulo e razão da existência da indústria da reciclagem”. E o que o Carnaval de rua paulistano destaca, de forma intensa, ampliada e dramática, é a relação direta entre corporações globais e uma população de alta vulnerabilidade social, que coleta latas descartáveis de alumínio para a sobrevivência, e não tem encontrado meio de superar as forças que a mantém nessa condição. Mesmo com a aprovação da PNRS, catadores e catadoras de latinha, os catadores informais, continuam invisíveis nas ações de inclusão de catadores, como mostra o caso de Belém.

Parecem necessárias políticas específicas para a inclusão social desses trabalhadores, que se apresentam como uma modalidade específica de catação (LIMA, 2007; RAMOS, 2007; VIEIRA, 2004). O valor do seu trabalho é destacado na qualidade ambiental dos festejos por sua forma singular de coleta, distinta da limpeza urbana convencional, porém, desvalorizada em função de sua vulnerabilidade intrínseca (VARANDA; ADORNO, 2004). Como destacam Dias e Teodósio (2006, p. 433), “A reciclagem é primariamente um problema de canais de distribuição, porque o maior custo da reciclagem do lixo é sua coleta, seleção e transporte”, o que é eficientemente realizado por catadores e catadoras de latinha em condições precárias tanto em São Paulo como em Belém, movidos tão somente pela necessidade e à mercê das flutuações dos preços das sucatarias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A observação da limpeza urbana do Círio de Nazaré e do Carnaval de rua de São Paulo destaca dois sistemas distintos de limpeza de eventos de grande porte: o sistema formal, realizado pelo serviço público de limpeza urbana, também adotado pelas

cooperativas de catadores no caso de Belém, realizado após os cortejos, e o sistema informal, realizado pelos catadores de latinha, os catadores avulsos, que realizam a coleta seletiva de latas descartáveis de alumínio ao longo de todo o cortejo.

Tanto em Belém como em São Paulo, as grandes festas se apresentam como importantes canais reversos de embalagens descartáveis de bebidas, mostrando também que a coleta seletiva no espaço festivo é realizada pelos catadores, sejam formais ou informais. O serviço público de limpeza urbana, que no caso das duas cidades é realizado por empresa concessionária, prestadora de serviço, não realiza a coleta seletiva na fonte geradora, no *locus* da festa, seja durante ou após a sua realização. O caso de Belém mostra que a coleta seletiva realizada pelas cooperativas no mesmo sistema do serviço público, da limpeza tradicional após os cortejos, coleta, sobretudo, os resíduos de plástico, tendo em vista a coleta seletiva realizada por catadores e catadoras de latinhas ao longo de todo o cortejo.

Envolvendo grandes corporações e uma população marginalizada, de alta vulnerabilidade social, além de bens culturais e simbólicos de notório interesse público, mas também privado, a problemática dos resíduos sólidos urbanos das grandes festas brasileiras coloca em questão a responsabilidade compartilhada sobre os resíduos gerados nos eventos de grande porte, o que envolve fabricantes de bebidas e de embalagens, comerciantes, organizadores, patrocinadores, meios de comunicação, além do grande público e do poder público, sob o princípio da responsabilidade comum porém diferenciada, posto que as grandes festas envolvem prejuízos difusos e benefícios específicos que devem ser compatibilizados.

No caso das grandes festas, importantes canais reversos de embalagens descartáveis de bebidas, a inclusão social dos catadores e a responsabilidade econômica dos grandes geradores se apresentam como faces da mesma moeda, capaz de promover a qualidade ambiental disponibilizando mais recursos para o saneamento do ambiente festivo e valorizando o trabalho dos catadores. Nas grandes festas, a inclusão social de catadores nas ações de responsabilidade compartilhada pode ainda promover laços entre catadores formais e informais, como indica a cooperativa Concaves no cotidiano do serviço de coleta seletiva de Belém.

Transformadas em “lixões extraordinários” e envolvendo o trabalho precário de um grande número de catadores, a limpeza urbana das grandes festas destacam aspectos socioambientais que não devem ser negligenciados, ao custo de sua própria qualidade ambiental. Resta saber de onde partirá a iniciativa para uma gestão efetivamente responsável,



justa e participativa sobre os resíduos das grandes festas, de acordo com os princípios, objetivos e instrumentos já definidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Quem sabe, quando devotos e foliões entrarem em cena?

## SOCIOECONOMIC INCLUSION OF WASTE PICKERS IN URBAN CLEANING OF MEGAEVENTS: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN TWO HALLMARK EVENTS IN BRAZIL

### **Abstract**

Popular festivals in Brazil are assuming increasing economic importance, besides its social, political, cultural and symbolic role. Many of them are inducing the implementation of public policies in the cities where they take place. However, if observed from the perspective of sustainability, the popular festivals become major generators of solid waste in the cities, concentrating also a relevant number of recyclable waste pickers. Since the official organizers of the parties usually allows he overexploitation of the work of waste pickers, which are, in truth, left to market forces, in a precarious and unprotected way, it is opportune to analyze the possibilities of new modes of organization capable of promoting their socioeconomic inclusion, especially from the perspective of the new legal framework established by the approval of the National Solid Waste Policy, in 2010. Thus, seeking to discuss the role of popular festivals in the socioeconomic inclusion of waste pickers, the present paper presents results of research carried out, in loco, in 2016, in two large Brazilian festivals: The Street Carnival of the city of São Paulo and the “Círio de Nazaré” Party, in the city of Belém, also called Devout Carnival. Through a bibliographical review, participant observation, photographic registry and synergic analysis, this research presents a characterization and comparison of the solid waste generation and management in these two Brazilian cultural big events. The results indicate significant differences both in relation to waste generated and in terms of the insertion of the waste pickers but also as concerned to the similarities that point to the establishment of a widespread set of procedures of urban cleaning and waste management at big popular festivals, built over two contradictory and complementary systems – the formal and the informal.

**KeyWords:** recyclable waste pickers, solid waste management, urban cleaning popular festivals, mega events, National Solid Waste Policy.

**Capítulo 4.** A (in) sustentabilidade dos megaeventos: regulação, autorregulação e injustiça ambiental da reciclagem de resíduos nas grandes festas brasileiras

Copacabana, Carnaval de rua 2017



Fonte: A autora

*Cata, cata, cata, catador, êô  
 Você é o herói do Carnaval  
 Vá, vá, vá, catando amor  
 Catando lata para salvar geral  
 Você é pessoa de responsa  
 E isso todos podem ver  
 Enquanto o bloco tá na dança  
 Quem trabalha na festa com amor é você  
 Cata, cata, cata, catador, êô  
 Você é o herói do Carnaval  
 Vá, vá, vá, catando amor  
 Catando lata para salvar geral  
 Coisa boa gera coisa boa  
 Isso a gente aprende com você  
 Sempre reciclando alegria  
 E por isso a gente quer te agradecer*

**Marchinha do Bloco Na Lata, parte da Campanha Lata coisa Boa no Carnaval de rua do Rio de Janeiro de 2017**

#### 4 A (IN) SUSTENTABILIDADE DOS MEGAEVENTOS: REGULAÇÃO, AUTORREGULAÇÃO E INJUSTIÇA AMBIENTAL DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS NAS GRANDES FESTAS BRASILEIRAS

La (in) sostenibilidad de los megaeventos: regulación, autorregulación e injusticia ambiental del reciclaje de residuos en las principales fiestas brasileñas

The (in) sustainability of mega-events: regulation, self-regulation and environmental injustice of waste recycling at major Brazilian parties

*Dumara Regina de Lima*<sup>95</sup>

*Universidade de São Paulo, Brasil*

*André Felipe Simões*<sup>96</sup>

*Universidade de São Paulo, Brasil*

*Sonia Seger Pereira Mercedes*<sup>97</sup>

*Universidade Federal de Minas, Brasil*

*Ramatis Jacino*<sup>98</sup>


*Universidade Federal do ABC, Brasil*


<http://dx.doi.org/10.15359/rgac.66-1.16>

#### RESUMO

Observadas pela perspectiva da sustentabilidade, as festas populares no Brasil envolvem a geração e o gerenciamento de resíduos em grande quantidade e volume e o trabalho precário, informal e insalubre de catadores de materiais recicláveis em situação de alta vulnerabilidade social, reproduzindo situações de degradação ambiental e injustiça social no espaço público e simbólico. Partindo-se dessa problemática, o presente trabalho discute os conflitos socioambientais da geração e do gerenciamento de resíduos nas grandes festas brasileiras após o ciclo dos megaeventos mundiais sediados no país (Jogos Pan-Americanos 2007/Jogos Olímpicos 2016), quando emerge o marco regulatório dos resíduos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, e a ISO 20121, norma internacional que apresenta os requisitos para um sistema de gestão para sustentabilidade de eventos, em 2012, a primeira indicando novos parâmetros para a gestão de resíduos sólidos no geral, e a segunda para resíduos de eventos em particular. Assim, por meio de pesquisa documental, bibliográfica e observação participante em três festas populares de grande porte no período de 2016 a 2019 (Carnaval de rua do Rio de Janeiro e de São Paulo e o Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Belém), o trabalho, de caráter exploratório, apresenta um panorama do setor de eventos no

<sup>95</sup>Dumara Regina de Lima, Mestre em Política e Gestão Ambiental. Doutoranda, Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - USP, Brasil. Correio eletrônico: [dumalarima@yahoo.com.br](mailto:dumalarima@yahoo.com.br).  <https://orcid.org/0000-0003-4775-2616>

<sup>96</sup> André Felipe Simões, Doutor em Planejamento Energético. Acadêmico da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo-USP, Brasil Correio eletrônico: [afsimoes@usp.br](mailto:afsimoes@usp.br).  <https://orcid.org/0000-0002-4108-9596>

<sup>97</sup> Sonia Seger Pereira Mercedes, Doutora em Energia. Acadêmica da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Brasil, Correio eletrônico: [sonia@nuclear.ufmg.br](mailto:sonia@nuclear.ufmg.br).  <https://orcid.org/0000-0003-4801-0710>

<sup>98</sup> Ramatis Jacino, Doutor em História Econômica. Acadêmico da Universidade Federal do ABC- UFABC, Brasil, Correio eletrônico: [ramatis.j@ufabc.edu.br](mailto:ramatis.j@ufabc.edu.br).  <https://orcid.org/0000-0002-1334-8781>

Brasil e a problemática da sustentabilidade; o contexto da publicação da ISO 20121 e as especificações referentes aos atores e aos resíduos à luz da geração e do gerenciamento dos resíduos nas grandes festas e da PNRS, e por fim, à guisa de conclusão, discorre-se a respeito dos desafios associáveis à sustentabilidade dos megaeventos na interface da regulação, da autorregulação e da justiça ambiental.

**Palavras-chave:** resíduos sólidos urbanos; catadores de materiais recicláveis; ISO 20121; megaeventos; injustiça ambiental

### ABSTRACT

Observed from the perspective of sustainability, popular festivals in Brazil involve the generation and management of waste in large quantity and volume and the precarious, informal and unhealthy work of recyclable material collectors in situations of high social vulnerability, becoming a mechanism for reproduction of environmental degradation and social injustice in the public and symbolic space. Starting from this multifaceted problem, the present manuscript discusses the socio-environmental conflicts of generation and waste management in large Brazilian parties after the cycle of world mega-events based in the country (Pan American Games 2007 / Olympic Games 2016), when the waste regulatory framework emerges, the National Solid Waste Policy (PNRS), in 2010, and ISO 20121, an international standard which presents the requirements for a management system focused in the sustainability of events, in 2012, the first indicating new parameters for solid waste management in general, and the second one for event waste in particular. Thus, through documentary, bibliographic research and participant observation in three large popular festivals in the period from 2016 to 2019 (Rio de Janeiro and São Paulo street Carnival, and the Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Belém, in the state of Pará), the present exploratory research, presents an overview of the events sector in Brazil and the sustainability issue; the context of the publication of ISO 20121 and the specifications referring to the actors and waste in the scope of the generation and management of waste at mega-events and the PNRS, and finally, as conclusion, we discuss the challenges associated with the sustainability of mega-events in the interface of regulation, self-regulation and environmental justice.

**Keywords:** solid urban waste; waste pickers; ISO 20121; mega events; environmental injustice

### RESUMEN

Observados desde la perspectiva de la sustentabilidad, las fiestas populares brasileñas involucran la generación y manejo de residuos en grandes cantidades y volúmenes y el trabajo precario, informal e insalubre de los recolectores de materiales reciclables en situaciones de alta vulnerabilidad social, reproduciendo situaciones de degradación e injusticia ambiental. social en el espacio público y simbólico. Con base en este problema, este trabajo discute los conflictos socioambientales de generación y manejo de residuos en los principales partidos brasileños luego del ciclo de mega eventos mundiales con sede en el país (Juegos Panamericanos 2007 / Juegos Olímpicos 2016), cuando surge el marco regulatorio de residuos, la Política Nacional de Residuos Sólidos (PNRS), en 2010, y la norma internacional ISO 20121, que presenta los requisitos para un sistema de gestión para la sostenibilidad de eventos, en 2012, la primera que indica nuevos parámetros para la gestión de residuos sólido en general, y el segundo para residuos de eventos en particular. Así, a través de la investigación documental, bibliográfica y la observación participante en tres grandes fiestas populares en el período de 2016 a 2019 (Carnaval callejero de Río de

Janeiro y São Paulo y el Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Belém, en el estado de Pará), el presente trabajo exploratorio explícito una visión general del sector de eventos en Brasil y el tema de la sostenibilidad; el contexto de la publicación de la ISO 20121 y las especificaciones referentes a los actores y residuos a la luz de la generación y gestión de residuos en grandes partidos y el PNRS, y finalmente, a modo de conclusión, se discuten los desafíos de la sostenibilidad megaeventos en la interfaz de la regulación, la autorregulación y la justicia ambiental.

**Palabras clave:** residuos urbanos sólidos; recicladores; ISO 20121; mega eventos; injusticia ambiental

#### 4.1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, com a guinada da economia mundial para o terciário avançado, a magnitude do setor de turismo levou ao reconhecimento dos eventos, em suas várias manifestações - do entretenimento aos negócios -, como um segmento turístico específico. Dado seu expressivo crescimento nas últimas décadas - o número de eventos internacionais tem apresentado crescimento médio de 10% ao ano, mesmo em períodos de recessão econômica (INTERNATIONAL CONGRESS AND CONVENTION ASSOCIATION, 2013, p. 12), o setor se apresenta como força motriz para o crescimento econômico de muitos destinos, cidades e países.

Transformando-se em política de desenvolvimento urbano e capazes de remodelar as cidades, como os megaeventos, o incremento de festas, festivais e festividades é também analisado na literatura como **festivalização** “*an over-commodification of festivals exploited by tourism and place marketers*” (GETZ, 2010, p.5).

Tendo em conta que a qualificação de um destino “apropriado” para eventos depende de infraestrutura urbana, bem como de políticas governamentais de incentivo (HALL, 2006, p. 59; ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2014, p.11) o setor de eventos se apresenta também como campo de parceria público-privada. Inseridos em um contexto industrial, de um setor que “*no obedecen a la demanda del mercado*” (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2014, p.55), e no qual “a oferta tem primazia sobre a demanda” (PAIVA, 2015, p. 486), o turismo de eventos tem sido progressivamente induzido à incorporação da sustentabilidade como estratégia comercial, negocial e operacional. Este fato implica em necessidade de métricas e procedimentos claros, tanto para seu planejamento como para sua comunicação.

É nesse contexto amplo e complexo que se encaixa a gestão dos resíduos em eventos, como um dos fatores de sua sustentabilidade. Vinculado a materiais gerados em tempo-

espaço específicos e, potencialmente, em grande quantidade e volume, o gerenciamento dos resíduos de eventos no Brasil ainda carece de formulações teórico-analíticas e de definições legal-institucionais que regulem a prática cotidiana, tornando sensível a omissão dos eventos na **Política Nacional de Resíduos Sólidos, a PNRS** (BRASIL, 2010) - exigência legal de nível nacional e abrangência generalizada.

Questões como enquadramento técnico e ambiental (classificação, riscos, limites), governo (política urbana, sanitária, ambiental, econômica, trabalhista) e tecnologia não aportam nem encontram respaldo suficiente, de forma a garantir a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de tais descartes, como preconizado pela PNRS.

A mesma Política, no entanto, atribui aos planos municipais a tarefa de determinação da tipologia dos resíduos e, também, dos geradores sujeitos a planos de gerenciamento específico, de modo que as políticas para resíduos de eventos devem assumir dimensão local, em que pese a abrangência regional, nacional, internacional ou mundial do evento.

Assim, considerando que “os Estados e as normatizações internacionais acordadas em sua órbita de atuação constituem peças cruciais para determinar direitos de propriedade sobre os recursos e os sumidouros ambientais” (MARTINEZ-ALIER, 2017, p. 266), e a ausência de normatização para resíduos de eventos no âmbito nacional, o presente trabalho analisa a inserção da temática dos resíduos a NBR ISO 20121 (ABNT, 2012), norma internacional que apresenta os requisitos de um sistema de gestão para sustentabilidade de eventos, à luz de três festas populares brasileiras realizadas no espaço público: O Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Belém e o Carnaval de rua do Rio de Janeiro e de São Paulo, no período de 2016 a 2019, pós-ciclo dos megaeventos mundiais realizados no país (Jogos Pan-Americanos 2007/Jogos Olímpicos 2016).

A Festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Belém é realizada na região Norte do país, de menor densidade populacional. É também denominada na literatura especializada como Carnaval Devoto (ALVES, 1980, p. 25; LOPES, 2014a, p. 99), dados os elementos sagrados e profanos da sua composição.

Considerada uma das maiores festas católicas do mundo, é realizada desde 1793 e incluída na “Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco, em dezembro de 2013, durante a 8a. seção do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial” (IPHAN, 2014), tombada no mesmo ano da Marcha Mundial da Juventude, realizada no Rio de Janeiro.

O Carnaval de rua do Rio de Janeiro e de São Paulo é realizado na região Sudeste, de maior densidade populacional, apresentando rápido e intenso crescimento no período recente, com sua regulamentação pelo poder público a partir de 2009 no Rio (MACHADO, 2017, p. 111) e de 2014 em São Paulo (SÃO PAULO, 2014a).

Destaca-se que o “renascimento” do Carnaval de rua no eixo Rio-São Paulo se dá após o confinamento da festa com a construção dos “sambódromos”, grandes equipamentos próprios para sua realização projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, inaugurado no Rio em 1984 e em São Paulo em 1991 e que acabaram por esvaziar a festa de rua, que retorna no período atual.

Tanto o tombamento do Círio de Nazaré de Belém como a regulamentação do Carnaval de rua no eixo Rio-São Paulo se dão no período de realização do ciclo dos megaeventos mundiais.

Destaca-se ainda que o Carnaval e o Círio de Nossa Senhora de Nazaré são festas realizadas em diversas cidades brasileiras assumindo feições e porte distintos. As três festas analisadas são de longa duração, realizadas anualmente em um período oficial de três semanas e nas áreas centrais de metrópoles de influência regional (Belém) e global (Rio de Janeiro e São Paulo).

Para efeito ilustrativo, a expectativa de público Círio de Belém gira em torno de 2 milhões de pessoas (SERRA; TAVARES, 2016, p. 145), do Carnaval de rua de São Paulo, 4 milhões (SÃO PAULO, 2018) e do Rio de Janeiro, incluindo-se os desfiles do sambódromo, 6 milhões (RIO DE JANEIRO, 2018).

O estudo, de caráter exploratório, ampara-se nos referenciais da ecologia política, campo de estudo dos conflitos socioambientais, que analisa as relações entre as desigualdades de poder e a degradação ambiental (MARTINEZ-ALIER, 2017, p. 356).

Para o levantamento de dados e informações, foram utilizadas pesquisa documental, bibliográfica e observação participante, analisadas por meio de abordagem contextual e com foco nas relações (LITTLE, 2006, p. 91).

Divido em três partes, o trabalho apresenta um panorama do setor de eventos no Brasil e a problemática da sustentabilidade; o contexto da publicação da ISO 20121 e as especificações referentes aos atores e aos resíduos à luz da geração e do gerenciamento dos resíduos nas grandes festas e da PNRS, e por fim, à guisa de conclusão, discorre-se a respeito dos desafios da sustentabilidade dos megaeventos na interface da regulação, da autorregulação e da justiça ambiental.

#### 4.2 O SETOR DE EVENTOS NO BRASIL, OS MEGAEVENTOS E A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

Palco de megaeventos mundiais na última década, como os Jogos Pan-Americanos (2007), os Jogos Mundiais Militares (2011), a Rio+20 (2012), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo Masculina da Federação Internacional de Futebol - FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), o Brasil figura, atualmente, na 11ª posição no ranking de países receptores de eventos internacionais – o 1º na América Latina (INTERNATIONAL CONGRESS AND CONVENTION ASSOCIATION, 2016, p. 14), indicando uma política de festivalização em escala nacional. Em 2013, o setor respondeu por 4,3% do PIB do país, envolvendo a realização de 590 mil eventos, 4,4% de âmbito internacional (ABEOC, 2013, p. 6).

Como política de desenvolvimento urbano e *city marketing*, a festivalização se insere no ideário do planejamento estratégico urbano, que chega ao Brasil e América Latina na década de 1990, a partir das experiências de requalificação urbana nos Estados Unidos e Europa, entre as décadas de 1970 e 1980, em um contexto de desindustrialização e terceirização crescentes (ARANTES, 2002, p. 31).

Sua inserção se dá por meio de agências multilaterais como BIRD, Habitat (das Nações Unidas), PNUD e Banco Mundial, bem como pelo intermédio de consultores internacionais, “sobretudo, catalães, cujo agressivo *marketing* aciona de maneira sistemática o *sucesso* de Barcelona (VAINER, 2002, p. 75).

Barcelona, com a visibilidade dos Jogos Olímpicos de 1992, “tornaria os grandes eventos mais um ingrediente indispensável da nova fórmula” (ARANTES, 2002, p. 58) e se transformaria em referência do planejamento estratégico urbano quando “o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis” (ARANTES, 2002, p. 20), fazendo das cidades motores do crescimento econômico (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 153; ARANTES, 2002, p. 29).

É desse modo que os megaeventos “*can be regarded as one of the hallmarks of modernity and have long managed to integrate industrial and corporate interests with those of government with respect to urban development and imaging*” (HALL, 2006, p. 59).

Sua extensão para os países periféricos, no que Steinbrink (2013, p. 131) chama de festifavelização, a globalização da festivalização, ancorada na ideia de que a aptidão para sediar um megaevento mundial é capaz de superar o estigma do subdesenvolvimento e tornar a cidade “competitiva”, é também, para Horne (2010, p. 1558) “*a form of economic*



*recolonization took place*”.

É neste contexto que se dá a valorização dos bens culturais, “condição paradoxal do processo de globalização que navega entre a tendência à homogeneização das sociedades (...) e a busca de preservação das identidades locais” (VARGAS, 1998, p. 8), com o recrudescimento da importância das manifestações socioculturais e, entre elas, as festas populares, ganhando contornos de megaevento.

No Brasil, em 2013, dos espaços destinados a eventos, excetuando-se o espaço público, os eventos socioculturais apresentaram a maior frequência de ocupação, sendo as maiores despesas com espaço (23%) e infraestrutura e equipamentos (18%) e as menores com palestrantes/artistas (5%) e marketing e promoção (6%) (ABEOC, 2013, p. 25).

Também realizadas no espaço público, em que as despesas com espaço e infraestrutura incidem sobre os serviços públicos, muitas festas populares se apresentam como vetores de crescimento econômico das cidades, com forte presença de poderes públicos e privados na sua organização.

No entanto, seja nos espaços específicos destinados a elas, como sambódromos, ou no espaço público, o “agigantamento” das festas populares as tornam grandes geradoras de resíduos nas cidades.

Tais resíduos, de grande massa e volume, comprometem a qualidade ambiental dos festejos e abrigam um grande número de catadores de materiais recicláveis, no qual se destaca a coleta seletiva de embalagens descartáveis e recicláveis de alumínio para bebidas, as populares “latinhas”, também denominadas aluminium UBC (*Used Beverage Can*). Os “catadores de latinha” (Figura 4.1) realizam a coleta exclusiva de alumínio UBC de modo informal, precário e sem proteção - física e social.

Figura 4.1: Catadores de latinha informais



- A.** Catadora de lata de alumínio sem equipamento de proteção nas mãos e nos pés - Círio de Belém 2016  
**B.** Catador de lata de alumínio sem equipamento de proteção nas mãos e nos pés reutilizando sacos plásticos de gelo (utilizado para a refrigeração de bebidas) para a coleta seletiva - Carnaval de Rua do Rio de Janeiro 2017  
**C.** Catador de lata de alumínio sem equipamento de proteção nas mãos e nos pés - Carnaval de Rua de São Paulo 2018.

**Fonte:** autores.

As grandes festas destacam aspectos socioambientais relacionados aos resíduos que não podem ser negligenciados, e que colocam em questão a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos adequados à saúde pública e à proteção do meio ambiente. Colocam também em questão os princípios do poluidor-pagador, por meio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, e do protetor-recebedor, com o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania, previstos na PNRS.

Evidenciam a necessidade da gestão integrada de resíduos, como definida no marco regulatório nacional: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável (Brasil, 2010).

A sustentabilidade dos eventos, sob a necessidade de um novo paradigma, na discussão de Dredge e Witford (2010) com Getz (2009), destaca questões como a produção do conhecimento, na necessidade de articulação entre os estudos sociopolíticos e normativos; a relação entre os atores, as diferentes agendas, valores e interesses e seus diferentes níveis de envolvimento; a regulação, a autorregulação e a disposição, tanto do Estado (na política de evento) como do mercado (na política do evento), para incorporar os princípios da sustentabilidade e a capacidade dos governos de institucionalizarem um paradigma sustentável e responsável para eventos. Dredge e Witford (2010) mostram que não é possível discutir a sustentabilidade de eventos sem discutir o próprio evento, seus objetivos e motivações.

#### 4.3 A EMERGÊNCIA DA NBR ISO 20121 E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS NO AMBIENTE FESTIVO

De adesão voluntária, a NBR ISO 20121 especifica os requisitos de um sistema de gestão para sustentabilidade de eventos de qualquer tipo e tamanho, ou atividade relacionadas à eventos; fornece também orientações sobre sua conformidade, por autodeclaração ou por auditoria, incrementando o mercado de certificação.

Gestada a partir da BS 8901 (HALL, 2012, p. 121), norma do Reino Unido criada para os Jogos Olímpicos de Londres de 2012, a NBR ISO 20121 é idêntica em conteúdo e forma à ISO 20121, ambas publicadas no mesmo ano de realização dos Jogos de Londres.

Estabelece um padrão internacional de gestão para a sustentabilidade de eventos, tendo como paradigma o megaevento olímpico, no qual a busca de melhorias deve considerar o ciclo de vida da gestão do evento, “desde a pesquisa, concepção e planejamento, até as atividades de implementação, análise crítica e pós-evento” (ABNT, 2012, p. 3).

Desenvolvida com o apoio do COI e do Comitê dos Jogos de Londres e com a participação direta de 25 países, além de 10 observadores e diversas associações, tendo o Brasil na secretaria geral, a ISO 20121, para Flores, “dita os processos de gestão para eventos sustentáveis, inaugurando a possibilidade de certificação de processos para empresas organizadoras de megaeventos (...) demonstra a força econômica do setor de eventos e seus impactos nas economias locais” (ABNT, 2012, p. 3).

Como representante do esporte na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, o Comitê Olímpico Internacional (COI), embora tenha assumido compromisso com o desenvolvimento sustentável, quando “contempla a Convenção no discurso e, na prática, realiza uma série de ações incrementais e pontuais que produzem uma aderência parcial à Convenção” (FLORES, 2014, p. 51) é somente duas décadas depois, com os Jogos Olímpicos de Londres de 2012, que é estabelecido um sistema de gestão para a sustentabilidade de eventos.

É neste contexto, de legado olímpico, e até como legado olímpico, que se insere a Norma ISO 20121 que se junta a dois outros documentos produzidos anteriormente: o OGI (*Olympic Games Impact*, conjunto de 126 indicadores de monitoramento que envolve a cobertura de 12 anos: pré-jogos, jogos e pós-jogos) e o GRI EOSS (*Event Organizers Sector Supplement*, um suplemento do GRI G3.1), os quais preveem instruções para comunicação da sustentabilidade, destarte:

A Norma ISO 20121 e o EOSS do GRI são complementares. A Norma estabelece os processos do sistema de gestão, a organização, as áreas e as metas de melhoria em seu escopo de sustentabilidade, enquanto o EOSS dá transparência à comunicação dessas metas (FLORES, 2014, p.73).

Definido na NBR ISO 20121 como “encontro planejado em relação a um período de tempo e um local onde uma experiência é criada e/ou uma mensagem é transmitida” (ABNT, 2012, p. 3) os eventos podem envolver longos períodos de planejamento bem como uma miríade de atores sociais. Nas suas 44 definições, a norma apresenta 10 referentes aos sujeitos: organização, organizador do evento (que produz e/ou gerencia todos ou alguns aspectos de um evento), parte interessada, audiência, proprietário do evento, usuário final, participante, fornecedor, alta direção e cadeia produtiva.

Prevista como primeira etapa do planejamento, a identificação das partes interessadas deve considerar quem é afetado ou envolvido nas atividades do evento, e seu engajamento deve ser realizado para “melhorar o entendimento dos impactos econômicos, sociais e ambientais da atividade do evento” (ABNT, 2012, p. 22), impactos diretos como indiretos, considerando o estágio completo do ciclo de vida do evento.

A partir dos objetivos de sustentabilidade definidos pela organização, esta deve “estabelecer, implementar e manter um procedimento para identificação e engajamento com as partes interessadas sobre as questões identificadas e emergentes do desenvolvimento sustentável, relativas ao seu papel na cadeia de valor dos eventos” (ABNT, 2012, p. 8)

Nesses termos, as empresas que exibem suas marcas e/ou comercializam seus produtos assumem importância tanto na cadeia de valor do evento como na identificação e engajamento das partes interessadas.

Podendo envolver organizações com capacidades distintas de liderança, planejamento, suporte e comunicação, um maior detalhamento dos sujeitos, pode ser observado no anexo A da norma, referente à orientação sobre o planejamento e implementação, em que se apresenta exemplos de grupos genéricos de partes interessadas (Quadro 4.1).

Quadro 4.1: Exemplos de grupos genéricos de partes interessadas

<b>Partes interessadas</b>	<b>Exemplos</b>
Organizadores	Gerente do evento, sócios
Proprietários	Encarregados, patrocinadores, provedores de fundos e investidores
Força de trabalho	Empregados, sindicatos, funcionários e voluntários
Cadeia produtiva	Local do evento, fornecedores de produtos e serviços (incluindo os patrocinadores); esta categoria pode também incluir serviços de emergência, bombeiros, ambulâncias etc.
Participantes	Locutores, artistas, atletas, expositores, concorrentes etc.; esta categoria pode incluir usuários finais
Assistentes	Clientes, público, fãs, espectadores, visitantes, representantes (também incluídos os usuários finais)
Órgãos reguladores	Autoridades locais/municipais e autoridades de licenciamento, polícia; essa categoria pode incluir o governo central e consultores estatutários
Comunidade	Local e de vizinhança, incluindo a sociedade civil, povos indígenas e minorias, ONGs, meios de comunicação, manifestantes, organizações interessadas do setor (organismos e associações de indústria) e redes, associações de consumidores e/ou ambientalistas ou representantes de pessoas com incapacidades. Ao considerar as preocupações das diferentes partes interessadas, convém que as necessidades das pessoas com incapacidades sejam levadas em consideração.

**Fonte:** ABNT, 2012 (organização própria)

Por esses grupos pode-se observar que uma organização pode assumir mais de uma função no evento (proprietário-fornecedor, meio de comunicação-patrocinador), que patrocinadores e investidores podem ser proprietários do evento, e que os meios de comunicação se inserem no diversificado e assimétrico grupo da comunidade.

No entanto, em que pese ser apenas um exemplo, a comunicação assume um papel estrutural na própria definição de evento “onde uma experiência é criada e/ou uma mensagem é transmitida” (ABNT, 2012, p. 3), passando também a categorizar o porte e abrangência<sup>99</sup> do evento pelos parâmetros de repercussão e visibilidade. Tomando as definições de megaevento e de evento de grande porte da NBR 16004, pode-se ler:

**Megaevento:** evento que gera grande impacto econômico, ambiental e social, com alto grau de complexidade de organização, envolvendo poderes públicos e privados e, normalmente, de visibilidade e repercussão mundiais, envolvendo um número expressivo de pessoas (público e profissionais envolvidos com a realização) e gerando grande interesse do público.

**Evento de grande porte:** evento que gera grande impacto econômico, ambiental e social, com alto grau de complexidade de organização, com visibilidade e repercussão nacional ou internacional, com a participação de um número significativo de pessoas (público e profissionais envolvidos com a realização) (ABNT, 2016, p. 9).

Nota-se que a diferença entre megaevento e evento de grande porte se refere à visibilidade e repercussão, considerando que ambos podem envolver poderes públicos e privados, especialmente, por meio de patrocínio. No caso brasileiro, o patrocínio de bens culturais é fomentado pela Lei Rouanet, política cultural também forjada no contexto do neoliberalismo na década de 1990, com a criação de isenções fiscais para empresas que investem em cultura<sup>100</sup>.

Além do patrocínio de grandes empresas, como bancos, mineradoras, cervejarias e emissoras de TV, as grandes festas brasileiras contam com ampla cobertura de mídia, algumas das quais transmitidas ao vivo na íntegra ou em *flashes*, seja em escala local, regional, nacional ou internacional<sup>101</sup>.

<sup>99</sup> Classifica os eventos quanto ao tipo (cultural, científico etc.), porte (evento de pequeno, médio, grande porte e megaevento), abrangência (municipal, estadual, regional, nacional, latino-americano, internacional, mundial) e público (fechado e aberto).

<sup>100</sup> Conforme Arruda (2003, p. 181), com a Lei Rouanet, criada em 1991, “Estava implantado, assim, um “mercado de patrocínios” (...) provocando a integração de setores até então bastante distantes da lógica mercantil, como era a situação das artes, do patrimônio, da cultura popular”.

<sup>101</sup> No Brasil, o Carnaval do Rio é um paradigma da relação das festas populares com os meios de comunicação, da mídia impressa (COUTINHO, 2006) à digital (MARQUES, 2016). Além dos desfiles das escolas de samba, o Carnaval de rua do Rio e de São Paulo também conta com transmissão ao vivo na TV à cabo. A Procissão

A mídia e os meios de comunicação, assim como os patrocinadores, se apresentam como partes interessadas e estruturantes de eventos de grande porte e megaeventos. Em dados de 2012, as receitas do COI são compostas de 47% de direitos de transmissão, 45% de patrocínio, 3% de licenciamento e 5% de bilheteria (FLORES, 2014, p. 38).

No Brasil, como um tipo de ecologismo dos pobres (MARTÍNEZ-ALIER, 2017, p. 37), que nem sempre se reconhece como tal e motivado pela sobrevivência, os catadores de latinha também se inserem como força de trabalho de eventos de grande porte, cujo impacto positivo da coleta seletiva da “latinha” é a própria limpeza do evento, gerando externalidades positivas para seus participantes e para a própria organização do evento.

Especialmente nos países periféricos, em que a coleta seletiva não conta com a adesão maciça da população e se restringe a materiais com valor de mercado, realizada por trabalhadores informais não raro em situação de vulnerabilidade<sup>102</sup> que “embora essenciais para a manutenção da cadeia produtiva da reciclagem, são mantidos em posição de inferioridade devido as condições laborais da atividade da coleta e separação dos materiais recicláveis” (FIGUEIREDO, 2012, p. 9).

Além dos eventos, a norma é destinada à empresas organizadoras de eventos e, talvez por esse motivo, “a maior parte das empresas faz separação de resíduos dentro da empresa, mas nem sempre conseguem aplicar este cuidado na realização de seus eventos (depende do local e de quem contrata o serviço)” (RANZAN *et al.*, 2016, n. p.).

Isto aponta as dificuldades para a extensão de sistemas de sustentabilidade para a cadeia produtiva, que conforme a norma:

O sucesso desse sistema depende do comprometimento de todos os níveis e funções, especialmente, da alta direção. Além disso, para que um determinado sistema de gestão seja bem-sucedido, ele precisa ser flexível e integrado dentro do processo de gestão de eventos e não apenas considerado um componente a ser adicionado. **Para maior eficácia, a sua influência precisa-se estender por toda a cadeia produtiva, bem como pelas partes interessadas.** (ABNT, 2012, p. vii)

Não parece haver conflitos e contradições na NBR ISO 20121. No caso da população vulnerável, a recomendação de que “Ao considerar as preocupações das diferentes partes

---

do Círio, principal procissão da festa, é transmitida ao vivo e na íntegra pela TV aberta (LOPES, 2014a) em escala regional.

<sup>102</sup> Destaca-se na catação de lata a população negra e a população de rua. Embora a atividade seja realizada principalmente por homens adultos, há também mulheres, idosos e crianças na catação, em que o trabalho infantil foi observado de duas formas: na coleta propriamente, em pequenos grupos, aparentemente sem a presença de adultos (Belém, São Paulo, Rio de Janeiro), ou cuidando das latas, sentados nos sacos de sucata, enquanto os pais ou responsáveis fazem a coleta (São Paulo, Rio de Janeiro).

interessadas, convém que as necessidades das pessoas com incapacidades sejam levadas em consideração” (ABNT, 2012, p. 23), não parece capaz de respondê-los, mesmo com o destaque na norma de que “muitas partes interessadas podem não ser organizadas de forma geral e por esta razão podem ser omitidas e ignoradas” (ABNT, 2012, p. 23).

O processo de gentrificação causado por megaeventos, tanto nos países centrais, (ARANTES, 2002, p. 54) como periféricos, com a remoção em massa de slums<sup>103</sup>, no Brasil, denominadas favela<sup>104</sup>, aponta essas limitações.

Ao acompanhar no Rio de Janeiro a fase preparatória do mundial da FIFA (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016) Steinbrink (2013, p. 134) chega à conclusão que além da aplicação de práticas usuais de invisibilidade das *slums* nos países periféricos - a demolição e a evitação<sup>105</sup> -, o exemplo do Rio acrescenta uma terceira estratégia: o reconhecimento da favela por sua ressignificação.

Nessa estratégia, incluiu três fases: **a preparação**, com a segurança pública, com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP); **a remodelação**, com os teleféricos e o embelezamento das fachadas visíveis, como painéis assinados por artistas internacionais e alguma infraestrutura; e, por fim, **a encenação**, que vai de *souvenirs* ao turismo de favela.

Nesse conjunto de ações, opera-se a inversão da imagem da favela - ao menos para o olhar de turistas e telespectadores -, passando da imagem associada à pobreza e violência para a imagem alegre e vibrante, que mesmo caótica, “*draw on notions of an exotic way of life*” (STEINBRINK, 2013, p. 139).

Para o autor, ao dar visibilidade para algumas favelas, se dá a invisibilização das demais e das próprias ações de invisibilização. Tais ações provocam um tipo de invisibilização invertida – invisibilidade por superexposição, processo também observado junto aos catadores de latinha, tão visíveis nas festas e nos meios de comunicação como invisíveis nas políticas públicas.

---

<sup>103</sup> O autor destaca que em Seul, nas Olimpíadas de 1988, foram removidas 720 mil pessoas; em Shangai, na Exposição Universal de 2010, 400 mil; em Beijing, nas Olimpíadas de 2008, 1,5 milhão e, em Nova Delhi, 300 mil nos Jogos Commonwealth de 2010. No Brasil, destaca as ações nas favelas situadas nos locais de relevância para os megaeventos, em ações pontuais que não levam em conta o conjunto de 750 favelas da cidade. Conforme o Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014), 30 favelas da cidade foram total ou parcialmente removidas declaradamente em razão desses eventos. Entre elas, a Vila Autódromo, tratada no documentário Favela Olímpica (2017).

<sup>104</sup> A favela (CNIDOSCOLUS PHYLLACANTUS PAX & K HOFFM) é uma espécie florestal do bioma Caatinga, e conforme Valladares (2000) passa a denominar o primeiro assentamento urbano irregular, no Rio de Janeiro, em referência ao morro da favela no sertão da Bahia-BA, onde ocorreu a Guerra de Canudos (1896-1897).

<sup>105</sup> Invisibilização por meio de muros, placas e mídia visual, como a transformação das favelas em áreas verdes em cartogramas impressos e digitais e a substituição da palavra *favela* por *comunidade*.

Quanto aos resíduos, embora não sejam tratados no texto principal da norma, perpassam todos os seus anexos. No anexo A, de orientação sobre o planejamento e implementação da norma se inserem na lista que estabelece o que convém que seja incluído na política de desenvolvimento sustentável, como “um compromisso de atender a todos os regulamentos legais que se aplicam ao evento e/ou à organização” (ABNT, 2012, p. 27), em que são citados como exemplo: resíduos, ruído, saúde, segurança e legislação para pessoas com incapacidades e não discriminação.

A referência aos regulamentos legais e em especial, aos resíduos, aparece novamente na NBR 16513 (ABNT, 2016b, p. 3) que define as competências dos profissionais que exercem a função de organizador de eventos. Nesta norma já há referência explícita à PNRS, no entanto, é sentida sua ausência na lista de exemplos da recente NBR 16698 (ABNT, 2018), norma complementar da NBR ISO 20121.

Os resíduos também são citados como exemplo de tecnologia nova ou inovadora (compostagem local de resíduos de alimentos), de indicador de desempenho (a quantidade de resíduos) e, quando apropriado e aplicável, como exemplo de metas que necessitam de instrumentação para o monitoramento (pesando a quantidade de resíduos gerados) (ABNT, 2012, p. 30, 38).

Certamente, um sistema de pesagem, monitoramento, valoração, responsabilização e comunicação dos resíduos sólidos urbanos gerados nos megaeventos, poderia promover o comércio justo no mercado de recicláveis, contribuindo para o fortalecimento dos catadores, da PNRS e da própria política ambiental, porém, seria apropriado e aplicável? E quais organizações teriam os objetivos, as condições e os propósitos voluntários em fazê-lo?

No Brasil, mesmo após a passagem dos megaeventos mundiais, as grandes festas realizadas no espaço público (e também no entorno de espaços próprios como arenas) ainda apresentam lixeiras insuficientes para o público dispor os resíduos (Figura 4.2), acondicionado em sua maior parte no chão e nas sarjetas (Figura 4.1 e 4.2).

Figura 4.2: Lixeiras saturadas



**A.** Círio de Belém 2016 **B.** Carnaval de rua do Rio de Janeiro 2019 **C.** Carnaval de rua de São Paulo 2018.  
**Fonte:** Os autores.



Transbordando as lixeiras, em meio a grande massa e volume de resíduos, destacam-se as embalagens descartáveis de bebidas: de alumínio, plásticos diversos e o vidro, em que pese sua proibição. Já no anexo B, dedicado à gestão da cadeia produtiva, a aquisição se apresenta como elemento central, “área-chave no qual o desempenho para a sustentabilidade pode ser melhorado” (ABNT, 2012, p. 40), e no qual os resíduos surgem já nas generalidades:

As práticas de aquisição sustentável podem resultar em desempenho ambiental melhorado, (menor eliminação de **resíduos** e menores custos de treinamento, menos taxas de licenciamento ambiental e, frequentemente, redução de custos dos materiais), aumento da consciência social (preocupações com o trabalho infantil, emprego das pessoas com deficiência, fornecimento local) e retornos econômicos (comércio justo) (ABNT, 2012, p. 40).

Nota-se que os resíduos se inserem no desempenho ambiental, fortemente relacionado à redução de custos com redução da geração. Nesse modelo, as práticas de aquisição sustentável devem ser capazes, ao mesmo tempo, de reduzir custos, aumentar a consciência social e os retornos econômicos, destacando o comércio justo.

Além das generalidades, os resíduos se inserem também como exemplo em dois objetivos-chave no processo de aquisição sustentável: **minimizar os impactos negativos de produtos e/ou serviços** (geração de resíduos perigos) e **minimizar a demanda por recursos** (produtos que incorporam conteúdo reciclado).

Observa-se aqui a valorização de produtos recicláveis como exemplo de redução da demanda por recursos naturais. Este é o caso do alumínio UBC, que faz do Brasil campeão mundial de reciclagem de “latinha” desde 2001 (ABAL, 2015), que, no entanto, não garante a redução de impactos negativos do produto e da demanda por recursos naturais.

Embora a reciclagem do alumínio seja essencial para a própria produção das “latinhas”, tendo em vista o alto valor do alumínio primário, em que *“the aluminium companies recognized early on that they had to reduce cost [...] no way could they make a can out primary aluminium and compete with steel cans based on cost”* (Steudeville, 1993, p.74), no caso brasileiro, comparando-se o total de latas recicladas com as reservas de bauxita, trata-se de resultados irrelevantes (LAYRARGUES, 2002, p. 8; FIGUEIREDO, 2009, p. 13), especialmente, se considerado que o país é o quarto maior exportador desse minério (ABAL, 2015, p. 49).

O impacto ambiental positivo da reciclagem do alumínio UBC parece incidir apenas sobre a minimização de resíduos dispostos no ambiente, no entanto, ao custo do trabalho precário e informal de catadores de latinha informais. Por outro lado, o reprocessamento

contínuo do alumínio gera resíduos de elevada toxicidade, em maior quantidade na comparação com a produção do alumínio primário (VIEIRA, 2004, p. 166), podendo aumentar a geração de resíduos perigosos.

Como inovação no setor de bebidas, sobretudo, de cervejas e refrigerantes, a entrada de embalagens descartáveis e recicláveis no Brasil, como latas de alumínio e garrafas PET (polietileno tereftalato), no início da década de 1990 (ABRALATAS, 2006, p. 10), se deu em substituição às embalagens reutilizáveis de vidro, criando resíduos até então inexistentes.

Mais flexíveis, criando novas formas de produção e consumo de bebidas, privilegiaram a reciclagem em detrimento da reutilização, invertendo a hierarquia dos resíduos. Tal inversão, no contexto da Rio 92, conferiu à reciclagem projeção única e excepcional<sup>106</sup>. Intensiva em publicidade desde o início da sua produção<sup>107</sup>, reforçada pelo setor de bebidas, também intensivo em publicidade, as “latinhas” exerceram forte influência sobre o mercado de recicláveis, ressignificando o problema ambiental das embalagens descartáveis amparada no discurso sistemático dos benefícios ecológicos e sociais da reciclagem (LAYRARGUES, 2002).

Em face da quantidade e volume de resíduos gerados no ambiente festivo, seu gerenciamento passa a exigir cada vez maior contingente de trabalhadores e estrutura industrial, envolvendo diferentes tipos de máquinas e equipamentos (Figura 4.3) e criando dois sistemas complementares e contraditórios da limpeza urbana: o sistema formal, realizado pelo serviço público, e o informal, realizado pelos catadores de latinha.

---

<sup>106</sup> A primeira fábrica de latas entrou em operação no final de 1989 com programas institucionais de reciclagem iniciados em 1991 (ABRALATAS, 2006), o que para Giosa (2010, p. 35-36) “a Eco-92 foi uma “ajuda do céu” (...) trouxe o país para o centro das atenções na então incipiente discussão sobre temas ambientais e qualidade de vida. Logo a imprensa começou a se preparar para cobrir o evento. Jornais divulgavam o novo caderno de meio ambiente, as TVs abriam espaço para matérias sobre a qualidade das águas, emissões de gases e qualquer coisa relacionada com o meio ambiente. As rádios passaram a ter jornalistas voltados exclusivamente para falar do assunto, em diversas inserções diárias. As inscrições para o evento chegavam do mundo todo. O clima estava mais que favorável para nós. (...). Percebemos ali uma boa oportunidade para divulgar a reciclagem (...), o retorno foi imediato, até porque o único programa de recuperação de embalagens funcionando era o nosso. Foi um impulso e tanto. Mais de 2 horas em TV e mais de 5 em emissoras de rádio. Jornais dedicaram mais de 10 páginas ao programa das latinhas durante um mês (...). Enfim, ganhamos uma poderosa publicidade indutiva, que teria reflexos por muito tempo. Ainda em 1992, foi fundado no Rio de Janeiro o Cempre – Compromisso Empresarial para a Reciclagem, uma organização sem fins lucrativos comandada por três grandes companhias produtoras de bebidas”.

<sup>107</sup> Conforme Fuller (1978), as “latinhas” foram criadas no final da década de 1950 nos Estados Unidos já com forte campanha de comunicação para promover a logística reversa.

Figura 4.3: Operação de limpeza urbana das festas populares - Máquinas e equipamentos



A. Círio de Belém 2018 B. Carnaval de rua do Rio de Janeiro 2017 C. Carnaval de rua de São Paulo 2017

Fonte: Os autores

Atualmente, após a passagem dos megaeventos mundiais, observar-se a entrada paulatina de cooperativas de catadores na limpeza da festa, como é caso do Círio de Nazaré de Belém e do Carnaval de rua do Rio de Janeiro, fenômeno ainda não observado no Carnaval de rua de São Paulo até 2019<sup>108</sup>.

No caso do Rio e Belém, as cooperativas de catadores atuam junto ao serviço público de limpeza urbana, ao final dos cortejos, realizando a coleta dos resíduos recicláveis, principalmente dos plásticos (Figura 4.4 A, B e C). De forma distinta, os catadores de latinha realizam a coleta seletiva do alumínio UBC ao longo de todo o festejo, em meio à multidão, utilizando-se de sacos menores para coleta, realizada frequentemente de forma individual (Figura D, E e F).

Figura 4.4: Catadores cooperados e avulsos



<sup>108</sup> No Carnaval de rua de São Paulo, até 2019, não havia cooperativas de catadores na festa (fonte geradora), porém, a partir de 2018 a prefeitura passou a declarar índices de resíduos reciclados (SÃO PAULO, 2018b; 2019), quando os resíduos passaram a ser encaminhados para Centrais Mecanizadas de Triagem, onde atuam cooperativas de catadores. Porém, não foi identificadas ações de responsabilidade compartilhada pela geração dos resíduos, seja em documentos ou campanha de comunicação.



**A.** Catadores cooperados na coleta seletiva dos plásticos -Belém 2016 **B.** Catadores cooperados na coleta seletiva dos plásticos e catador de lata de alumínio informal em destaque - Rio 2017 **C.** Catador cooperado seguido de garis do serviço público de limpeza urbana - Rio 2017 **D.** Catador de lata de alumínio informal - Círio 2016 **E.** Catador de lata de alumínio informal com chapéu promocional da empresa patrocinadora da festa e saco de lixo do serviço público de limpeza urbana – Rio 2017 **F.** Catador de lata de alumínio informal com saco de lixo do serviço público de limpeza urbana - São Paulo 2017

**Fonte:** Os autores.

Entre as cooperativas há maior apoio e estrutura para o trabalho nas duas cidades, com bags para o acondicionamento e caminhão para o transporte do material. Porém há diferenças: as cooperativas em Belém (Figura 4.4A) contam com uniformes completos enquanto as cooperativas do Rio (Figura 4.4B e C), contam apenas com luvas e coletes. Os catadores de latinha, avulsos e informais, não contam com o transporte do material e sequer com os sacos para a coleta seletiva, em alguns casos, os retirando do próprio serviço público de limpeza urbana (Figura 4.4E e F), fazendo com que em algumas áreas sejam inutilizados com furos nas suas extremidades para evitar sua reutilização e a descarga dos resíduos no ambiente.

Considerando a cadeia produtiva como “sequência de atividades ou partes que fornece produtos ou serviços para a organização” (ABNT, 2012, p. 5), e que a responsabilidade compartilhada pelo o ciclo de vida do produto, envolve o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010), o caso do Carnaval de rua do Rio de Janeiro, indica distorções mesmo nas ações positivas de inclusão de catadores.

Como fabricante de bebidas e patrocinador do evento, ao atuar junto às cooperativas, a organização acaba por atuar na cadeia dos plásticos, no qual se inserem embalagens de bebidas variadas (água, vinho, energéticos) e os fardos de plástico e papelão. Isso faz com que deixe de atuar junto aos catadores de latinha na cadeia do alumínio, na qual se insere seu principal produto e também da festa: a cerveja.

Deixa também de envolver outros elos da cadeia produtiva do produto - fabricantes de latas, de chapas e do metal (primário e secundário), indicando pequena capacidade de identificação e engajamento das partes interessadas, que como já destacado pela norma, depende o sucesso e a eficácia do sistema de gestão.

Assim, tal como um componente adicionado, a ação não se aplica diretamente na cadeia produtiva de seu principal produto, demonstrado pela invisibilização dos catadores de latinha nas ações de inclusão de catadores, sintetizado na figura 4.4B.

Destaca-se que a cervejaria patrocinadora do Carnaval de Rua do Rio de Janeiro desde 2010 (MACHADO, 2017, p. 118) é a mesma do Carnaval de Rua de São Paulo desde 2017, alterando-se apenas a marca ativada. A ação de inclusão de cooperativas de catadores se realiza apenas no Rio de Janeiro e a partir de 2013<sup>109</sup> (SANTOS, L. G. L., 2014, p. 112) e com cobertura parcial da festa, indicando ações de duplo padrão, com a adoção de critérios ambientais distintos por uma mesma empresa em diferentes localidades também denominada “chantagem locacional” (ACSELRAD, 2010, p. 110).

A observação de violações de direitos de grupos vulneráveis, a verificação das condições de trabalho e reação às práticas trabalhistas abusivas, assim como a promoção da inclusão social e da força de trabalho, estão previstas na NBR 16698 e na NBR ISO 20121. Tais orientações vão de acordo com o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania conforme a PNRS. No entanto, apesar da atividade ser desenvolvida por grupo de vulneráveis motivados pela sobrevivência, e envolver grande esforço físico, tanto pelas longas jornadas e trajetos como pela coleta no chão e nas sarjetas, em meio à multidão e a grande massa de resíduos, sem estrutura para armazenamento do material e para descanso, sem equipamento de proteção individual, sem transporte e à mercê da variação dos preços das sucaterias, onde se dá o pagamento pelo serviço prestado com a sua comercialização, a coleta seletiva das “latinhas” não é identificada como prática trabalhista abusiva. Ao contrário, é identificada como benefício social, como geração de trabalho e renda, “moeda social” (GIOSA, 2010, Orelha do livro).

---

<sup>109</sup> Em entrevistas realizadas junto à Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (COMLURB) e à Associação Independente dos Blocos de Carnaval de Rua da Zona Sul, Santa Tereza e Centro da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (SEBASTIANA), 2013 marca a entrada das cooperativas de catadores como um dos requisitos do Caderno de Encargos e Contrapartidas do Carnaval de Rua, documento publicado pela Riotur, que estabelece a política de patrocínio da festa.

Tal representação pode ser observada na campanha de comunicação de 2017 da cervejaria patrocinadora do Carnaval de rua do Rio desde 2010 (Figura 4.5). Fazendo referência à frase icônica de José Datrino<sup>110</sup> “Gentileza gera gentileza” (Figura 4.5A), associa a “latinha” à boas práticas, ao mesmo tempo que à marca do produto. Na mesma campanha, com a web série “Na lata” (2017a) apresenta o catador de latinha como protagonista (Figura 4.5B). O personagem, locatário de um bar, coleta latas de alumínio no Carnaval como complemento de renda, utilizando-se sempre de luvas e sapato fechado para fazer a coleta, em contraste com a realidade da maioria de catadores de latinha observados *in loco*, frequentemente sem proteção nas mãos e nos pés. Na representação da atividade, a catação de latas é ainda realizada de modo divertido e honesto (o catador encontra grande soma de dinheiro e procura o seu dono ao longa da trama até devolvê-lo).

Figura 4.5: Campanha de comunicação



**A.** Campanha “Vem fazer coisa boa neste Carnaval - Coisa boa gera coisa boa” promovendo a reciclagem da lata de alumínio em banca de jornal de Copacabana – Rio 2017 **B.** Campanha na internet protagonizada por catador de latinha em cena de websérie “Na lata” com uso de luvas e calçado fechado para realizar a coleta seletiva do produto

**Fonte:** Os autores, 02 filmes, (2017)

Pode-se identificar um processo de invisibilização por superexposição dos catadores de latinha, tal como a noção de festifavelização (STEINBRINK, 2013), visível nos meios de comunicação e invisível nas políticas públicas.

Além disso, a ausência de ações voltadas para esses catadores que realizam uma cobertura total das três festas, ampara-se também em outra limitação da PNRS: o foco da inclusão de catadores nas cooperativas, embora “Especula-se que haja cerca de um milhão de catadores no Brasil, dos quais menos da metade participa de cooperativas” (IPEA, 2010, p. 35).

<sup>110</sup> Conhecido como Profeta Gentileza (1917-1996), seus painéis no viaduto do Gasômetro foram tombados como patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro em 2000.

Mesmo a PNRS prevendo em seus instrumentos, “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010), na prática, são os grupos já organizados e regulamentados, que possuem documentação e até mesmo infraestrutura, como caminhões, que participam formalmente da limpeza no âmbito das festas observadas.

Ainda no anexo B da norma, referente à gestão da cadeia produtiva, os resíduos se apresentam como abordagem, como técnica de avaliação e de gerenciamento para a aquisição sustentável, com a transposição da hierarquia dos resíduos (repensar, eliminar, reduzir, reutilizar, reciclar, descartar) para a aquisição.

No entanto, como “linguagem única de comunicação para área de vendas” (CARNEIRO; FONTES, 1997, p. 67) já nos domínios da economia da experiência (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 267), os eventos em si se transformam em estratégia de promoção do consumo, em que se destacam os megaeventos, capazes de estruturar novas tecnologias, indústrias e mercados (LAMPEL; MEYER, 2008, p. 1025). No caso do setor de bebidas:

As estratégias de marketing das indústrias de bebidas alcoólicas tendem a ser globalmente pensadas e aplicadas. Isso porque, atualmente, existem grandes conglomerados empresariais multinacionais controlando as principais marcas de bebidas, seja nos mercados desenvolvidos, como naqueles em desenvolvimento. Frequentemente, a marca é associada a esportes, estilos de vida e identidades que variam de acordo com a cultura local. No Brasil, as cervejas são associadas a futebol e carnaval, ao passo que, nos Estados Unidos, com eventos esportivos específicos, tais como a liga de baseball e o campeonato nacional de basquete universitário. Vários estudos conduzidos sob a perspectiva da saúde pública, que analisaram a relação entre a propaganda de bebida alcoólica e o consumo de álcool, mostraram que o conteúdo das mensagens publicitárias atua no processo de tomada de decisão do indivíduo para o consumo de álcool (VENDRAME; PINSK, 2011, p. 196-197).

É desse modo que a hierarquia dos resíduos se apresenta como uma contradição do setor de eventos, na qual a reciclagem produz “um efeito ilusório, tranquilizante na consciência dos indivíduos, que podem passar a consumir mais produtos, sobretudo descartáveis, sem constrangimento algum” (LAYRARGUES, 2002, p. 6). Destaca-se, no caso brasileiro, a relação da indústria cervejeira com o Carnaval e o futebol<sup>111</sup>, ícones da nacionalidade, e sua concentração e internacionalização no período atual.

---

<sup>111</sup> Romera (2014), destaca a liberação da venda de bebidas alcólicas nos estádios brasileiros por ocasião da Copa do Mundo da FIFA em contraposição ao Estatuto do Torcedor.

Enquanto no início da década de 1990 dava-se a modernização das cervejarias com a entrada das latas descartáveis de alumínio, no final da década dava-se sua concentração, com a união das rivais Brahma e Antartica Paulista, e a criação da Ambev em 1999, sua fusão com a Belga Interbrew, com a criação da Inbev em 2004, e a fusão com a norte-americana Anheuser-Busch, da Budweiser, com a criação do grupo AB-Inbev, em 2008 (CERVIERI JUNIOR *et al.*, 2014).

Em 2017, segundo Dyniewicz (2017), ao mesmo tempo que o grupo reduzia sua participação no sambódromo do Rio, com “o fim de seu camarote vip na Marquês de Sapucaí, depois de 26 anos de presença cativa” e também em Salvador, megacarnavais “tradicionais”, aumentava sua participação no Carnaval de rua de diversas cidades brasileiras, indicando novas estratégias de *marketing* sobre a festa.

Nessa estratégia inclui-se o cadastramento de vendedores ambulantes de bebidas (Figura 4.6), que assim como os catadores de latinha, circulam em todo o espaço festivo. O cadastramento de ambulantes, presente no Carnaval de rua do Rio e de São Paulo, garante forte exposição de marca do fabricante-patrocinador (Figura 4.6B e C) e a exclusividade na comercialização da cerveja, criando situações de monopólio (MACHADO, 2017, p. 122).

O consumo de bebidas é ainda potencializado pelo uso generalizado de máquinas de cartão sem fio entre os ambulantes no Sudeste - fenômeno ainda não observado entre os ambulantes do Círio de Belém até 2018.

Figura 4.6: Comércio ambulante de bebidas



**A.** Vendedor ambulante de bebidas em meio a procissão - Círio 2018 **B.** Vendedores ambulante de bebidas máquina de cartão sem fio e coletes, boné e caixa de isopor promocional da empresa patrocinadora da festa - Carnaval de Rua de São Paulo 2017 **C.** Vendedoras ambulantes com chapéu, colete, caixas de isopor e guarda sol promocional da empresa patrocinadora da festa - Carnaval de Rua Rio 2017

**Fonte:** Os autores.

Destaca-se que a organização dos vendedores ambulantes de bebidas não implica em melhores condições de trabalho - em alguns casos, os vendedores ambulantes também realizam a coleta seletiva de alumínio UBC, exercendo uma dupla função.



Os vendedores ambulantes também não contam com estrutura para descanso, alimentação, e até mesmo creches, tendo em vista o grande número de mulheres que cada vez mais exercem a atividade. Muitos desses trabalhadores, assim como os catadores de latinha, podem se transformar em moradores de rua ocasionais, tendo em vistas as longas distâncias entres os locais de moradia e da festa, realizadas nas áreas centrais das cidades.

O consumo intensivo de bebidas coloca o problema do saneamento das festas (Figura 4.7), que vai do acesso à água potável<sup>112</sup> ao esgotamento sanitário, na ausência de banheiros públicos e a quantidade e qualidade de banheiros químicos, passando pelas águas residuais, sobretudo do gelo utilizado na refrigeração de bebidas, descartado na rua e misturando-se aos resíduos.

No caso do Carnaval de rua, coloca também as limitações da autorregulamentação no âmbito da propaganda de bebidas alcoólicas, que se mostra pouco eficaz no plano nacional e internacional (VENDRAME; PINSK, 2011, p. 201) transformando a festa em espaço publicitário de marcas de cerveja e promovendo a padronização da paisagem festiva (Figura 4.7B e C) observada também no próprio resíduo (Figura 4.7E e F).

Figura 4.7: Paisagem festiva



**A.** Procissão do Círio 2017 **B.** Bloco carnavalesco de São Paulo com predomínio da cor da marca de cerveja ativada pelo patrocinador, 2018 **C.** Bloco carnavalesco do Rio de Janeiro com predomínio da cor da marca do produto ativada pelo patrocinador – em destaque banheiros químicos, 2017 **D.**

<sup>112</sup> Nas manifestações religiosas do Círio, sobretudo, na sua procissão principal, embora a água seja comercializada por vendedores ambulantes, há uma tradição de sua doação pelos “promesseiros d’água” que a realizam como prática devocional. Já distribuída em bilhas de barro no passado, atualmente é distribuída em copos de plástico. No Carnaval de rua do Rio e São Paulo e no circuito profano do Círio, como o Arraial da Pavulagem, o acesso à água se dá exclusivamente mediante a compra.

Resíduos do Círio 2018 com predomínio de copos plásticos de água **E.** Lixeira saturada e resíduos com predomínio de fardos de bebidas - Carnaval de rua de São Paulo 2019 **F.** Resíduos com predomínio de fardos de bebida - Carnaval de rua do Rio 2019

**Fonte:** Ballarini (2018); Ferreira (2017); Maia, (2018); Prefeitura Municipal de Belém (cedida); autores.

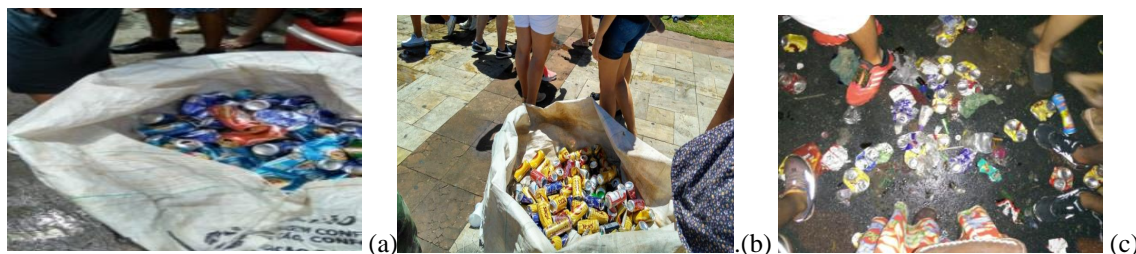
Por fim, no último anexo da norma, o anexo C, referente à avaliação, os resíduos se inserem na lista de questões a ser considerada pelas organizações. Como uma das 31 questões da lista, os resíduos não se apresentam como exemplo ou abordagem, mas objetivamente como questão, em que sua prevenção, redução, desvio e gestão devem ser identificados e avaliados.

No primeiro Relatório GRI de Sustentabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2011), na fase anterior aos mundiais da FIFA e do COI, os resíduos foram indicados como terceiro tema mais importante para a realização dos jogos, depois de planejamento urbano e mobilidade.

Apesar da relevância do tema para o setor, a invisibilidade dos catadores de latinha implica também no não reconhecimento de novas formas de gerenciamento de resíduos desenvolvidas por esses trabalhadores. Destaca-se a sistemática de fixar-se em pontos de grande circulação com sacos tipo *big bags* (Figura 4.8A e B), promovendo o descarte adequado em que os catadores cuidam apenas para que não se misture outros materiais.

Tal prática, observada pontualmente em São Paulo e no Rio, além de aumentar a qualidade da sucata, diminui o contato direto do catador com os resíduos e evita os longos trajetos, o descarte e coleta de recicláveis no chão (Figura 4.8 C).

Figura 4.8: Sistema de coleta seletiva informal e formas de descarte



**A.** Latas de alumínio descartadas em bag cuidada por catador informal - Carnaval de rua Rio 2017  
**B.** Latas de alumínio descartadas em bag cuidada por catador informal - Carnaval de rua de São Paulo 2017  
**C.** Latas de alumínio descartadas no chão – Carnaval de rua de São Paulo 2018

**Fonte:** Os autores.

#### 4.4 A SUSTENTABILIDADE DOS MEGAEVENTOS: ENTRE A REGULAÇÃO, A AUTORREGULAÇÃO E A JUSTIÇA AMBIENTAL

Em uma primeira análise, observa-se no Brasil uma maior normatização do setor de eventos no período posterior ao ciclo dos megaeventos mundiais (2007-2016), com a publicação de um conjunto de normas técnicas sobre classificação e terminologia, perfil do organizador, segurança e diretrizes para boas práticas (ABNT, 2016, 2016b, 2016c, 2018) voltadas para eventos.

Apesar da ausência de tais normas no pré-evento do ciclo dos megaeventos mundiais, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), publicada em 2010, e a NBR ISO 20121, publicada em 2012, se deram no período de plena preparação da Copa do Mundo Masculina da FIFA (2014), e dos Jogos Olímpicos (2016), megaeventos de maior impacto e visibilidade.

No entanto, o não enquadramento dos resíduos de eventos na PNRS no contexto da festivalização, é uma lacuna que merece ser investigada, pois acaba por não estabelecer obrigatoriedade para o setor e tampouco oferecer instrumentos que garantam sua efetivação, com rebatimento nas próprias normas técnicas do setor. Especialmente, se considerar sua tramitação por 20 anos no Congresso Nacional, no qual o ciclo dos megaeventos mundiais pode ter contribuído para impulsionar sua aprovação.

No caso brasileiro, as políticas para resíduos de eventos ficam restritas ao poder público local apesar da abrangência regional, nacional, internacional ou mundial dos eventos, que acabam por reforçar o processo de festifavelização, no qual, *“Despite the mantra-like ‘legacy and sustainability’ rhetoric (...) the actual priority in this phase is primarily orientated towards (short-term) global staging and ‘neo-liberal dreamworlds’ (Davis and Monk 2007) and not to the objectives of socially integrative city development”* (STEINBRINK, 2013, p. 131).

Para Hall (2012), megaeventos não são sustentáveis por definição, na medida que permitem benefícios corporativos substanciais no curto prazo, com os custos coletivos no longo prazo, indicando fraca contribuição à equidade econômica e social e à manutenção e valorização do capital natural. Do mesmo modo, para Horne (2010, p. 1550), megaeventos são indicadores da globalização, do aumento da mercantilização e da crescente desigualdade, e que acabam por fazer das festas populares 1. conteúdo de mídia e tempo-espaço publicitário de corporações; 2. superfície comercial de bebidas industrializadas; 3. fonte geradora e depósito temporário de resíduos em grande quantidade e volume e 4. canal

reverso de embalagens descartáveis de bebidas (canal consolidado de alumínio e em consolidação dos plásticos).

Nas festas observadas, são os catadores, sejam avulsos ou em cooperativas, que realizam efetivamente a coleta seletiva, de acordo com os padrões modernos de gestão de resíduos com a separação na fonte geradora, enquanto o serviço público realiza a gestão tradicional, no modelo coleta e descarte (FIGUEIREDO, 2012, p. 3).

De modo que o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos se dá, contraditoriamente, pelo trabalho precário e insalubre, no que pesem as ações recentes de inclusão de cooperativas, que apesar de melhor estrutura e proteção para o trabalho, mantém a coleta seletiva no chão e nas sarjetas, em face do descarte inadequado e a insuficiência de lixeiras.

Como maior e “tradicional” contingente de catadores de materiais recicláveis em eventos por quase três décadas, os catadores de latinha indicam as dificuldades de “integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (Brasil, 2010).

Tal dificuldade se expressa, por exemplo, no pagamento pelo serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos para as empresas de limpeza urbana (terceirizada no caso de Belém e São Paulo), na ordem de 2,5 milhões de reais gastos com varrição em São Paulo no Carnaval 2017 (SÃO PAULO, 2017) e a média de 800 mil reais para a limpeza urbana e manejo de resíduos em Belém para Círio em 2018<sup>113</sup>, e na ausência de políticas de integração social de catadores, que recebem pelo serviço de limpeza das festas apenas pelo material coletado nas sucaterias, realizando também o transporte e comercialização das latas de alumínio, que variam entre R\$ 2,90 e R\$ 3,50 o quilo<sup>114</sup>, equivalente a 74 latas de 350ml (ABRALATAS, 2006, p.18).

Assim, apesar da participação direta de setores públicos e privados na organização de megaeventos, como atribuir responsabilidade individualizada e encadeada sobre o ciclo de vida de produtos transformados em resíduos no ambiente festivo? E a quem caberiam, em um contexto de parceria público-privada, as ações de integração social desses catadores? Quando “o Estado concorrencial não é o Estado árbitro de interesses, mas o Estado parceiro dos interesses oligopolistas na guerra econômica mundial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.

---

<sup>113</sup> Informação concedida pelo Departamento de Resíduos Sólidos da Secretaria Municipal de Saneamento de Belém (SESAN).

<sup>114</sup> Conforme os catadores de Belém, Rio e São Paulo e sucaterias do Rio e de São Paulo visitadas entre 2018 e 2019.

283) a aplicação dos princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebido previsto no marco regulatório nacional pode se apresentar como tarefa de difícil execução.

Além do alto grau de complexidade de organização dos megaeventos, com a miríade de atores e papéis sobrepostos (patrocinador-fornecedor-fabricante; patrocinador-transmissor), há ainda o problema da representação social da reciclagem e da legislação, que privilegia a integração de cooperativas e não apresenta instrumentos para a integração dos catadores avulsos e informais.

No caso das “latinhas”, ícone da reciclagem no país, acabam por refletir o processo mais amplo de naturalização do trabalho precário, não percebido socialmente como violações de direitos de grupos vulneráveis e práticas trabalhistas abusivas, mas como benefício social.

Inserindo-se na limpeza da festa como “empresa de si mesmo”, os catadores de latinha refletem “uma nova regra do jogo que muda radicalmente o contrato de trabalho, a ponto de aboli-lo com relação salarial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 335).

Especialmente no setor de eventos, em que o trabalho autônomo, temporário e/ou informal é favorecido por sua própria excepcionalidade. No caso brasileiro, a média de empregados diretos por empresa de evento é de 15 funcionários, enquanto a de terceirizados é 477 (ABEOC, 2013, p. 10).

Motivados pela sobrevivência, realizando um tipo de coleta-transporte-comercialização imediato ao descarte, produzindo uma sucata pouco contaminada que aumenta a qualidade do material, os catadores de latinha, desprovido de direitos trabalhistas, e tampouco capaz de atuar sobre o preço do metal, sem equipamentos de proteção e realizando a coleta, sobretudo, no chão, promovem um tipo de coleta tão ambientalmente eficiente, como socialmente precário e economicamente injusto, fazendo das grandes festas *locus* de injustiça ambiental e da sua própria naturalização, ao transferir para a população vulnerável o custo da poluição.

Considerando que “o maior custo da reciclagem do lixo é sua coleta, seleção e transporte” (DIAS; TEODÓSIO, 2006, p. 433), o trabalho “voluntário” dos catadores de latinha torna-se mecanismo de reprodução da pobreza e de exclusão social institucional, pois “Quando o Estado se torna o principal guardião da apropriação privada de uma produção social (...) da legitimação da redução do valor do trabalho, ele é também o feitor de excluídos sociais” (SILVEIRA, 2004, p.70).

Tão importante para os catadores de latinha como para sua cadeia produtiva, a reciclagem mostra que mesmo produtos de alta reciclabilidade no contexto da modernização ecológica “não representam necessariamente uma solução para o conflito entre a economia e o meio ambiente. Pelo contrário, perigos desconhecidos incorporados às novas tecnologias engendram em muitos momentos conflitos de injustiça ambiental” (MARTINEZ-ALIER, 2017, p. 36).

Como inovação tecnológica no setor de bebidas na década de 1990, o alumínio UBC inverte não apenas os resíduos em insumo da cadeia produtiva, mas também a hierarquia dos resíduos, substituindo a reutilização pela reciclagem e gerando resíduos até então inexistentes. Inverte também os danos ambientais dos novos resíduos em benefício social da população pobre e vulnerável, garantindo a aceitação e valorização do produto - econômica, social e ambiental.

Especialmente quando “não se trata mais de apenas desenvolver artes industriais de qualidade (...) mas de conceber produtos portadores de valores que o transcendam: respeito pela biosfera, imperativo do coletivo, ecocidadania responsável” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 259).

Assim é que se dá a invisibilização seletiva dos catadores de latinha, amparada no estigma social histórico do trabalho associado ao lixo (VELLOSO, 2008, p. 1957) e na “manutenção de práticas coloniais de subalternização do outro”, que estrutura a histórica desigualdade racial e social brasileira, fazendo com que “não existam nem como relevantes nem como compreensíveis” (SILVA, 2012, p. 9) nas políticas de resíduos e dos eventos.

Em um processo de valorização dos resíduos pelo catador e desvalorização do catador pelos resíduos, aponta um tipo de racismo ambiental, de onde deriva a própria noção de justiça ambiental. Definido originalmente como a imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades de cor (MARTÍNEZ-ALIER, 2017, p. 232), o racismo ambiental pode ser entendido no Brasil como:

(...) conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (HERCULANO, 2008 *apud* SILVA, 2012, p. 106).

Mais do que fator de geração de trabalho e renda, a coleta seletiva do alumínio UBC nas festas populares se apresenta como indicador de vulnerabilidade social, associados a setores modernos e dinâmicos da economia, como alumínio, embalagens, bebidas e megaeventos, indicando que “enquanto os males ambientais puderem ser transferidos para os mais pobres, a pressão geral sobre o ambiente não cessará” (ACSELRAD, 2010, p. 114).

Na ausência de políticas públicas de eventos, diluídas entre política urbana, cultural e de turismo, a NBR ISO 20121 oferece um panorama da complexa estrutura e organização de eventos pela perspectiva da sustentabilidade.

No entanto, não se pode concordar com Flores, que mesmo considerando “as lacunas no relacionamento das grandes empresas patrocinadoras com o COI no que concerne à sustentabilidade” (FLORES, 2014, p. 74), assume que instrumentos como a ISO 20121, “desenvolvidos na face empreendedora para o legado dos jogos são um bem comum, pois são de grande importância para o setor de eventos” (*op. cit.*, p. 76).

Nesse contexto, deve-se considerar o processo que “outorga ao setor privado a capacidade de produzir normas de autorregulação no lugar da lei (...) a fabricação da norma internacional e a uma normatização privada necessária à coordenação das trocas de produtos e capitais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 278), e que faz dos Jogos Olímpicos, no seu modelo atual, estabelecer padrões para a sustentabilidade para todo o setor de eventos.

A falência econômica do estado do Rio decretada pouco antes do início dos Jogos de 2016 (RIO DE JANEIRO, 2016) após protagonizar megaeventos mundiais por uma década, coloca em questão a capacidade dos megaeventos de promover a sustentabilidade nos locais em que se realizam.

Como observado, os resíduos perpassam a norma de diferentes maneiras, seja como exemplo, abordagem ou questão. Porém, a definição de sustentabilidade como “grau de desenvolvimento sustentável no contexto da organização ou evento” (ABNT, 2012, p. 2), expressa talvez a essência da norma: a definição, de acordo com o porte e o papel da organização, de objetivos mensuráveis, alcançáveis e monitoráveis, sua documentação e comunicação.

Para Leff (2009, p. 196) “não existe uma medida quantitativa e homogênea que possa dar conta dos processos diferenciados dos quais depende o potencial ambiental para o desenvolvimento sustentável, ou de seus efeitos na qualidade de vida definida pelas diferentes normas e valores culturais”, o que objetivos mensuráveis, alcançáveis e monitoráveis podem acabar por reduzir a sustentabilidade a um custo de produção e a excluir

problemas de maior complexidade, tal como os resíduos, que envolvem a responsabilidade compartilhada de todo o ciclo de vida dos produtos.

Além disso, a organização e estrutura de megaevento transposta para as festas populares, coloca em risco, além da saúde pública, o saneamento e a qualidade ambiental dos festejos, o seu próprio sentido e significado.

Em um quadro em que “a lógica exponencial do espetáculo, do divertimento, do lazer e do consumo comercial (...) invade e reestrutura o espaço urbano” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 316), fazendo das cidades e suas festas, máquinas de crescimento econômico, o Bloco Fluvial do Peixe Seco (2017), agremiação carnavalesca paulistana, remete ao megaevento a “segunda morte do Carnaval de rua”, depois da primeira, com a construção do sambódromo:

Na cidade-espetáculo, os espaços públicos são cada vez mais esquadrihados para produzir subjetividades e comportamentos, com todas as publicidades vendendo um mesmo “produto”: o comportamento consumista. Sabemos que as produções artísticas e culturais de determinado lugar podem ser utilizadas como facilitadoras das estratégias de marketing, uma vez que a relação poética, estética e lúdica promove um acesso às subjetividades através daquilo que é mais precioso numa sociedade: suas memórias, histórias, festas, imaginações e tradições. E o carnaval de rua é uma grande oportunidade para as agências de marketing. Nesse contexto, urge um apelo à dimensão ética dos articuladores de festas populares: proteger suas memórias e sua ancestralidade dos sequestros operados pelas estratégias de mercantilização de todas as esferas da vida. (BLOCO FLUVIAL DO PEIXE SECO, 2017).

Neste sentido, as embalagens descartáveis e recicláveis se transformam em dispositivo que permite a exploração em cadeia da cultura, do espaço público e do trabalho precário de vendedores ambulantes de bebidas e catadores, fazendo também das grandes festas “zonas de sacrifício”, depósitos temporários de resíduos que comprometem o saneamento das festas e o bem-estar da comunidade festiva em benefício do poder econômico.

O contexto da festifavelização (STEINBRINK, 2013), com a emergência de normas tanto no âmbito da regulação como da autorregulação, aponta mudanças que, no entanto, não se mostram capazes de responder ao problema da grande quantidade e volume de resíduos gerados, do descarte inadequado, da invisibilização do maior contingente de catadores, os catadores de latinha e, sobretudo, da responsabilidade sobre os resíduos pelos atores e setores econômicos que se beneficiam da sua geração.

Nesses termos, ao paradigma sustentável e responsável para eventos e festivais proposto por Getz (2009) pode-se ainda adicionar mais um termo: “justo”, no qual a injustiça



ambiental como “lógica que faz que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos” (ASCELRAD, 2010, p. 110) seja frontalmente combatida.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – código de financiamento 001.

**CAPÍTULO 5.** A cadeia produtiva da lata de alumínio na rede de festas populares brasileiras: conflitos distributivos e de injustiça ambiental

*Ninguém ouviu  
Um soluçar de dor  
No canto do Brasil*

*Um lamento triste  
Sempre ecoou  
Desde que o índio guerreiro  
Foi pro cativoiro  
E de lá cantou*

*Negro entoou  
Um canto de revolta pelos ares  
No Quilombo dos Palmares  
Onde se refugiou*

*Fora a luta dos Inconfidentes  
Pela quebra das correntes  
Nada adiantou*

*E de guerra em paz  
De paz em guerra  
Todo o povo dessa terra  
Quando pode cantar  
Canta de dor*

*Ô, ô, ô, ô, ô, ô  
Ô, ô, ô, ô, ô, ô*

*Ô, ô, ô, ô, ô, ô  
Ô, ô, ô, ô, ô, ô*

*E ecoa noite e dia  
É ensurdecedor  
Ai, mas que agonia  
O canto do trabalhador*

*Esse canto que devia  
Ser um canto de alegria  
Soa apenas  
Como um soluçar de dor*

**Canto das três raças, Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro**

## 5 A CADEIA PRODUTIVA DA LATA DE ALUMÍNIO NA REDE DE FESTAS POPULARES BRASILEIRAS: CONFLITOS DISTRIBUTIVOS E DE INJUSTIÇA AMBIENTAL

### 5.1 O LIXO DE EVENTO E AS FORMAS DE GERAÇÃO E GERENCIAMENTO

A observação da geração e do gerenciamento dos resíduos no circuito das festas de Carnaval de rua do Rio de Janeiro e de São Paulo e do Círio de Nazaré de Belém indica que apesar de diferenças no modo de geração, são as embalagens descartáveis para bebidas os principais resíduos gerados nas festas, e os catadores (formais ou informais) que realizam a coleta seletiva do material, cabendo ao serviço público de limpeza urbana (realizado por empresas concessionárias em Belém e São Paulo), o modo tradicional de coleta e disposição final. Tanto na forma de geração de resíduos dos eventos religiosos do Círio, com a distribuição de água para o pagamento de promessas, que se pode categorizar como uma forma de **geração ritualizada**, baseada na doação, como na forma do Carnaval de rua carioca e paulistano, com o cadastramento e uniformização dos vendedores ambulantes e o uso generalizado de pagamento eletrônico, como uma forma de **geração racionalizada**, baseada na comercialização, são os resíduos recicláveis de embalagens de bebidas que predominam na massa de resíduos gerados nas festas.

Tal resíduo (Fig. 5.1), composto por latas de alumínio, garrafas e copos de plástico dos mais diferentes tipos e cores e garrafas de vidro, é formado também pelo descarte dos fardos de bebidas (embalagens secundárias utilizadas para seu transporte e distribuição), bem como pelo descarte dos sacos de gelo, utilizados para sua refrigeração. Tais resíduos integram a massa do **lixo de evento**, o “lixo oriundo de eventos realizados em áreas públicas, nomeadamente parques, praias, praças, sambódromo e demais espaços públicos” como classificado na Lei Municipal 3.273/01, que dispõe sobre a gestão do sistema de limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro. Epicentro do Carnaval brasileiro e do ciclo dos megaeventos mundiais, o Rio é a única cidade, do circuito festivo analisado, que possui enquadramento para resíduos gerados em eventos, sendo a lei municipal publicada em 2001, no período de candidatura da cidade aos Jogos Pan-Americanos de 2007, candidatura aceita em 2002.

Figura 5.1: Lixo de evento



- (a) monturo de varrição, lama e água de escoamento superficial na sarjeta no Carnaval de rua do Rio de Janeiro 2019 - em destaque lacres de lata de alumínio (b) monturo de varrição no Círio de Belém de 2018

Fonte: autora

Com o predomínio dos plásticos nos resíduos de varrição, tendo em conta sistema de coleta imediata ao descarte dos catadores de latinha, os resíduos recicláveis se misturam facilmente à poeira e à lama, causada pelas chuvas e também pelo descarte do gelo derretido pelos vendedores ambulantes de bebida, que se movendo junto à multidão, predominam na comercialização de bebidas no ambiente festivo. Tal comércio ambulante de bebidas predomina também sobre o comércio ambulante de alimentos, como os típicos da gastronomia festiva, milho cozido, algodão-doce, pipoca e churrasquinho, apresentando, comparativamente, maior facilidade de locomoção. “Olha o pesado!”, a expressão, ouvida frequentemente no Carnaval de rua carioca e paulistano, indica a passagem de vendedores ambulantes de bebidas, carregando grandes caixas de isopor com gelo e bebidas em meio à multidão. Utilizando os mais diferentes equipamentos adaptados, como carrinhos de bebê, de mão, de carga ou de supermercado, podem ainda portar guarda-sóis, cadeiras e banquetas.

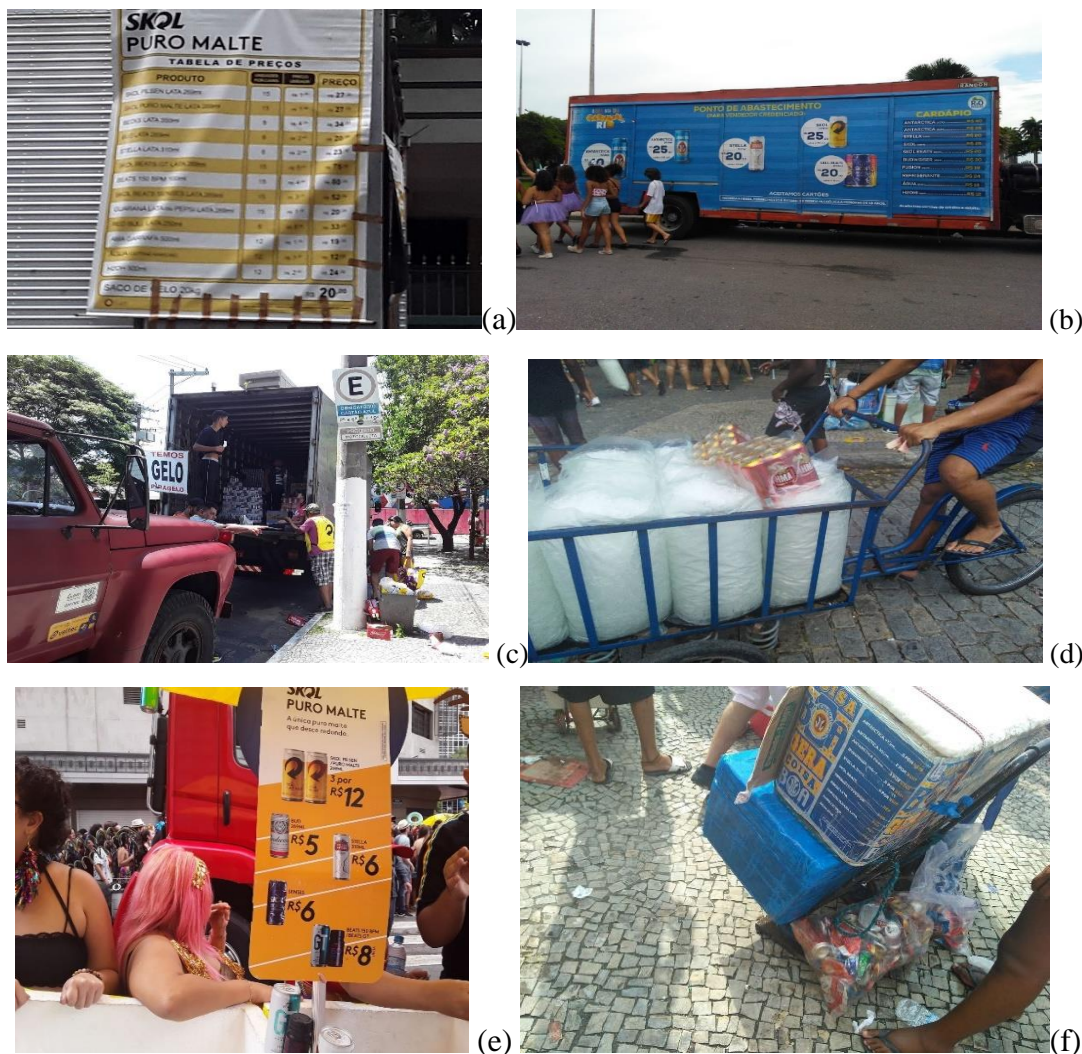
O lixo de evento mostra tanto as singularidades da geração dos resíduos das festas, como a doação de água nos eventos religiosos do Círio, onde predomina o consumo de bebidas não alcólicas, como os impactos negativos das embalagens descartáveis e recicláveis de bebidas, em que “o mesmo sistema que “limpa” é também aquele que “suja”” (SOUZA; FETZ; CAVALCANTE, 2020, p. 14). Tal processo pode ser bem observado na forma racionalizada de geração de resíduos do Carnaval de rua carioca e paulistano, em que predomina o consumo de latas de alumínio com um sistema consolidado de logística reversa. Mesmo frequentemente ausentes no resíduo de varrição, dada a forte presença dos catadores de latinha, as latas de alumínio se manifestam no lixo de evento nos seus lacres, fardos e embalagens de gelo para sua refrigeração, que não coletados pelos catadores de latinha, acabam manejados pelo serviço público de limpeza urbana. De modo que, apesar de seus altos índices de reciclagem, as *latinhas* no ambiente festivo criam um sistema que “limpa ao mesmo tempo que suja”.

Como observado nos capítulos anteriores, a geração de resíduos no Carnaval de rua carioca e paulistano se dá pela organização do comércio de rua ambulante, que garante condições de monopólio para a comercialização das bebidas por meio da política de patrocínio. É desse modo que os vendedores ambulantes se transformam em promotores de venda nos editais de patrocínio<sup>115</sup>, que permitem o credenciamento e uniformização de até 10 mil vendedores ambulantes de bebidas (RIO DE JANEIRO, 2017; SÃO PAULO, 2016c). Nesse sistema, o preço das bebidas é tabelado tanto para os foliões/consumidores, como para os vendedores ambulantes, que contam com uma rede de abastecimento credenciada, em que se inclui adegas e supermercados, além dos postos de abastecimento móvel, caminhões situados próximos aos locais dos desfiles (Fig. 5.2). Tais postos de abastecimento móveis, que podem ser de distribuidores credenciados ou da própria indústria, são também pontos de comercialização do gelo, que contam frequentemente com caminhões próprios, sendo também distribuído por carrinhos ou bicicletas de carga (Fig. 5.2 d).

---

<sup>115</sup> No Rio, o documento que estabelece a política de patrocínio é o **Caderno de Encargos e Contrapartidas do Carnaval de Rua**, e em São Paulo é o **Edital de Chamamento Público para o Carnaval de Rua**. No Rio, é elaborado pela Riotur e em São Paulo, pela secretaria que estabelece as diretrizes gerais da festa, definida nos decretos de regulamentação do Carnaval de rua publicados periodicamente e podendo variar conforme as gestões municipais.

Figura 5.2: Distribuição de bebidas e do gelo e controle de preço no Carnaval de rua carioca e paulistano



(a) Tabela de preço para os ambulantes de posto de abastecimento móvel SP/2020 (b), Posto de abastecimento móvel, RJ 2019 (c) Posto de abastecimento móvel de gelo e bebidas, SP/2020 (d) distribuição móvel de gelo e fardos de lata de alumínio, RJ/2019; (e) Tabela de preço para consumidor final em passagem de bloco carnavalesco, SP/2020; (f) Tabela de preço para o consumidor final e uso de saco de gelo para coleta seletiva das latas de alumínio por vendedora ambulante, RJ/2017

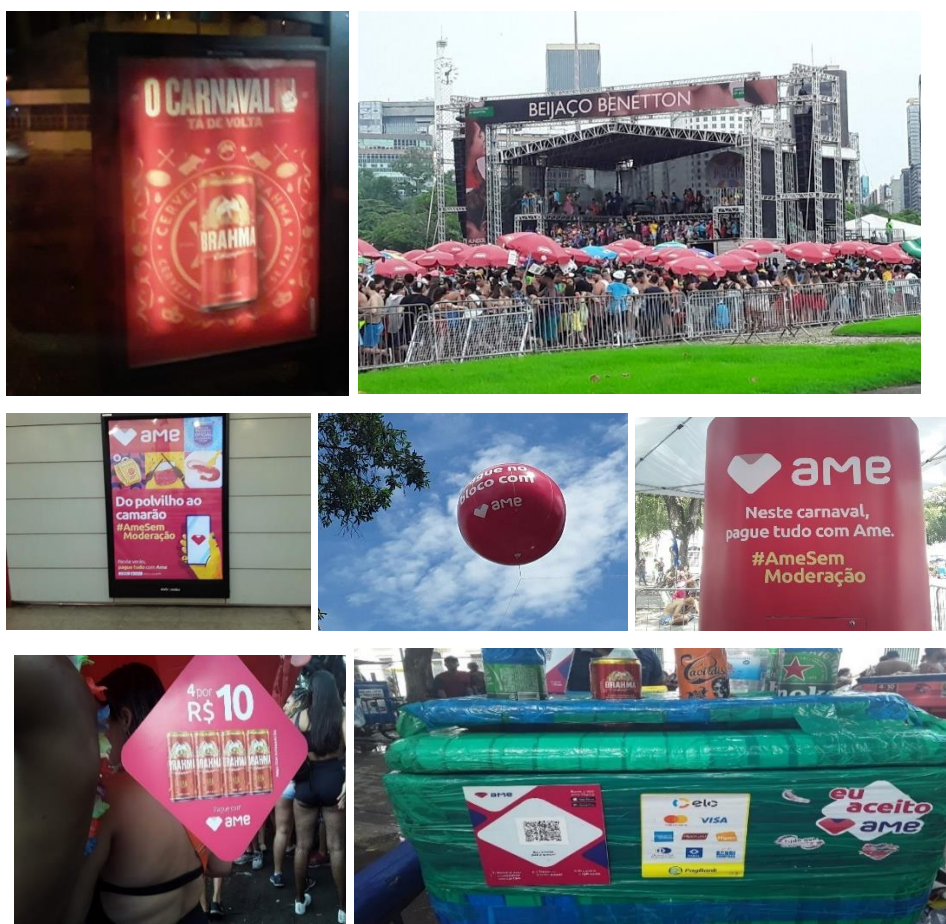
Fonte: O autor.

Neste sistema racionalizado, além das condições de monopólio e controle dos preços, a comercialização das bebidas é realizada também por meio de pagamento eletrônico (Fig. 5.3), em que se destaca o lançamento, no Carnaval de rua carioca de 2020, do aplicativo AME<sup>116</sup>, que já dispensa as máquinas de cartão, com o pagamento via celular. Neste mesmo

<sup>116</sup> “A Ame Digital é uma plataforma de pagamento digital que traz como benefício ao usuário o cashback. A empresa faz parte do portfólio de marcas da B2W, também proprietária das Lojas Americanas, Shoptime, Submarino, Sou Barato” (ESPINHO, 2021, p. 3).

ano, o Carnaval de rua do Rio mudou de cor pela primeira vez, com a ativação da marca Brahma, após a “onda azul” da marca Antarctica no patrocínio da festa desde 2010, ambas marcas do portfólio da AB-Inbev. A ação combinada do aplicativo AME com a Brahma, a “número 1” de velhos carnavais no sambódromo<sup>117</sup>, avermelhou o Carnaval de rua carioca em 2020, em que se destaca também a presença da *latinha* nas propagandas da festa (Fig. 5.3).

Figura 5.3: A onda vermelha no Carnaval de rua carioca - 2020



<sup>117</sup> A AB-Inbev não patrocina mais o Carnaval do sambódromo da Marquês de Sapucaí, ícone dos camarotes reproduzidos em diversas festas, deixando o famoso camarote Número 1 em 2014. Segundo Bonin (2014), o camarote tinha ficado caro e já não atraía mais a atenção, com retorno cada vez menor, porém destaca que “a Ambev não sairá do Sambódromo. Fará um camarote da Antarctica, hoje a cerveja mais vendida do Rio”.



- (a) Apresentação de bloco carnavalesco em palco de Led no Aterro do Flamengo com propagandas diversas (b) ponto de ônibus (c) estação de metrô (d) marketing aéreo com balão (e) totem “AME sem moderação” (f) promoção combinada do aplicativo e da cerveja em guarda-sol de vendedora ambulante (g) caixa de isopor de vendedor ambulante “credenciada” (g) monturo espontâneo com papeleira

Fonte: O autor.

Não são poucas as tecnologias e as ações de marketing para promover o consumo de latas de cerveja no sistema de geração de resíduos racionalizado. Cabe também destacar que enquanto no Rio a AB-Inbev fazia o Carnaval de rua carioca mudar de marca de cerveja e de cor, na cidade de São Paulo, o grupo marcava o Carnaval paulistano de 2020 com o “aviãozinho da Skol”, tecnologia agrícola de deslocamento de nuvem<sup>118</sup> utilizada para fazer o “Giro da chuva” e manter o sol raiando no centro da cidade. A marca, também do portfólio do grupo AB-Inbev, é ativada no patrocínio da festa desde 2017, quando instalou uma roda gigante amarela no Largo da Batata. Conforme Castilho (2020), “Do ponto de vista ético (...) pode uma cervejaria, com interesses diretos em gestão das águas, fazer marketing nas nuvens e desviar o curso natural das chuvas?”. No que se pode completar, pode esta mesma cervejaria, com interesse direto no consumo do seu produto, obter condições de monopólio via patrocínio, que pode ser obtido com isenções fiscais, e controlar o preço das bebidas?

<sup>118</sup> Conforme Castilho (2020), “A notícia apareceu em três veículos de marketing e passou um tanto despercebida: a Ambev quer fazer chover. Ou, mais precisamente, evitar chuvas durante a folia em São Paulo, do ponto de vista mercadológico o maior carnaval do Brasil. Para isso, simples assim: fazer chover fora do centro. Como? Induzindo chuva em nuvens. Pode isso, Arnaldo? Do ponto de vista técnico, a polêmica está no ar: a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) utilizou, entre 2007 e 2016, o mesmo sistema a ser adotado pela cervejaria. E ele não é um consenso (...) A empresa responsável pela indução das chuvas, a ModClima, disse ao De Olho nos Ruralistas que isso pode ser positivo e até ajudar a salvar florestas. O anúncio de que a Ambev quer fazer chover para beneficiar foliões foi publicado na sexta-feira (...). Um deles, o tradicional Meio&Mensagem: “Skol desloca chuva e mantém sol no Carnaval paulistano“. O texto informa que a agência Gut foi responsável pela ação de marketing chamada Giro na Chuva. A notícia tinha sido divulgada antes pelo Propmark: “Skol usa tecnologia para evitar chuvas no Carnaval de São Paulo”.



Pode esta cervejaria controlar o comércio de rua ambulante, padronizar a paisagem festiva com cores do seu produto, e gerar toneladas de lixo sem oferecer nenhuma infraestrutura, tanto para vendedores ambulantes como para catadores de latinha?

No Brasil, a indústria de bebidas pode ser representada basicamente por cervejas e refrigerantes, que correspondem à 82% do volume produzido e 76% do valor total de vendas do setor, sendo o Brasil atualmente o terceiro maior produtor e consumidor de cervejas e refrigerantes do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China (CERVIERI JÚNIOR, 2017). De modo que o Brasil é o terceiro maior mercado mundial de embalagens para cervejas e refrigerantes, cuja possível ameaça ao crescimento de longo prazo do setor é o “fato de que bebidas alcoólicas e refrigerantes são cada vez mais associados a hábitos não saudáveis de consumo. É pouco provável, no entanto, que tais mercados sejam submetidos a ações restritivas severas, a exemplo do que ocorre com o tabaco” (CERVIERI JÚNIOR, 2017, p. 77).

Em 2020, o patrocínio do Carnaval de rua de São Paulo foi de 21,9 milhões (CARNAVAL, 2021), e no Rio, o investimento privado foi de 27 milhões (GI, 2020), sendo o grupo AB-Inbev o principal patrocinador nas duas festas. O setor de bebidas é intensivo em marketing e publicidade, “ocupando a oitava posição do *ranking* setorial de investimentos em publicidade no Brasil, enquanto a Ambev se posicionou no quarto lugar no *ranking* empresarial (CERVIERI JÚNIOR. *et al.*, 2014, p. 116), e como já destacado, suas estratégias de marketing tendem a ser globalmente pensadas e aplicadas (VENDRAME; PINSK, 2011).

No sistema de geração ritualizado do Círio, não há cadastramento de vendedores ambulantes e tampouco o uso de pagamento eletrônico, tendo como seus principais patrocinadores a Vale e o Bradesco, não havendo a comercialização direta de seus produtos no ambiente festivo. No Círio, além dos vendedores ambulantes de bebidas “tradicionais”, há também a prática da doação de água com os Promesseiros d’água. Com diferentes usos e significados na festa, a água é usada tanto para o consumo como para aplacar o calor, sendo também lançada aos Puxadores da Corda na Procissão do Círio. Já distribuída em potes de barro, mangueiras e saquinhos de plástico, atualmente a água é doada em copos de plástico PP, formando os “rios de plástico” ao longo das sarjetas de Belém. No entanto, a doação de água é restrita aos eventos religiosos, e os resíduos dos eventos profanos do Círio, como o Arraial do Boi da Pavulagem, o Auto do Círio e a Festa da Chiquita, não se diferenciam, em qualidade, dos resíduos de varrição do Carnaval.

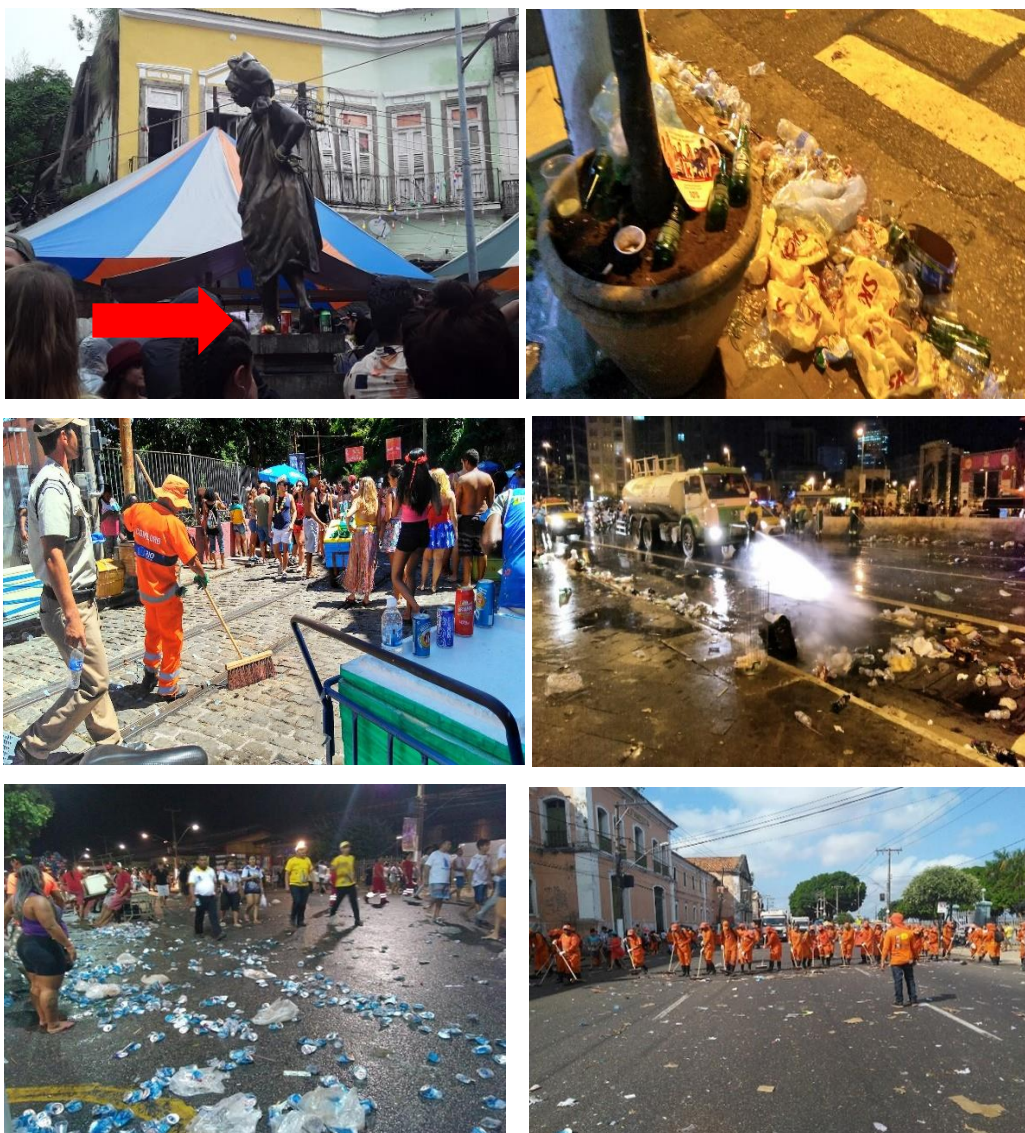
No Círio, cabe também destacar outro elemento de simbolização da festa, associado ao comércio ambulante. Os vendedores de brinquedos de miriti, que circulam pela festa com os brinquedos expostos em cabides feitos também de miriti, uma madeira leve e macia de palmeira nativa, o miritizeiro, que dá forma à serpentes, passarinhos, namorados, barcos, casas, representando a natureza e a cultura da Amazônia, e também utilizados como ex-voto (IPHAN, 2006). Produzidos por ribeirinhos da região metropolitana de Belém, a chegada dos Brinquedos de Miriti na cidade já se transformou em mais uma atração a festa (AMARAL, 1998). Como parte da paisagem festiva do Círio, os brinquedos de Miriti indicam a forte ligação do comércio ambulante com as festas populares. No entanto, enquanto os vendedores ambulantes dos brinquedos de miriti estão ligados à produção artesanal local, em que dificilmente se encontra um brinquedo descartado nas lixeiras e pelo chão, os vendedores ambulantes de bebidas já estão ligados à corporações globais, como fabricantes de cerveja e refrigerantes<sup>119</sup>, cujos produtos integram a massa do lixo de evento que polui o ambiente festivo.

O lixo de evento, nas três festas, com o predomínio de embalagens descartáveis e recicláveis de bebidas, em que “o mesmo sistema que limpa é aquele que suja”, depende assim de operações especiais de limpeza urbana e manejo de resíduos, envolvendo um grande número de máquinas e equipamentos (Fig. 2.2; 3.9; 3.10; 4.3). Tais operações, realizadas pelo serviço público de limpeza urbana, são concentradas após a passagem de blocos e procissões, quando é necessário limpar os canteiros, os monumentos e todo o mobiliário urbano (Fig. 5.4). Trata-se de varrer a rua, tirar os lacres de cerveja entre as pedras da calçada, e remover toneladas de lixo em um só dia, realizando a lavagem e higienização das ruas para que no dia seguinte sejam produzidas novas toneladas de resíduos.

---

<sup>119</sup> Em Belém, há a cervejaria Cerpa, empresa local cujo segmento de refrigerante é também patrocinador do Círio. Desde 2014 a empresa possui um contrato de extensão com a AB-Inbev para a produção de cervejas por encomenda (AYRES, 2014).

Figura 5.4: Mobiliário urbano e operação especial de limpeza urbana



(a) Latas de alumínio e copo de plástico em escultura em homenagem à Mercedes Batista, primeira bailarina negra do Teatro Municipal do Rio, RJ/2020; (b) garrafas de vidro, copos de plástico e leque promocional em vaso de planta e monturo espontâneo de lixo na sarjeta, SP/2017; (c) Gari com varrição manual, RJ/2017; (d) Garis com varrição hídrica e manual (e) Resíduo de copos e fardos na Procissão da Trasladação, PA/2018 (e) Garis em varrição manual na Procissão do Círio, PA/2018

Fonte: O autor.

Além das máquinas e equipamentos do serviço público de limpeza urbana, que são muitos e diversos - como máquinas de varrição mecânica e equipamentos de varrição com jato de ar -, destaca-se a mobilização de um grande efetivo para a limpeza das festas. No caso do Círio, a Procissão da Trasladação, realizada no sábado à noite, e a Procissão do Círio, no domingo de manhã, realizadas no mesmo percurso ao contrário, reproduzindo o mito das

“fugas” da imagem<sup>120</sup>, coloca grandes desafios para a limpeza urbana, sendo necessário em um curto período de tempo entre as duas procissões, garantir um percurso de 3,6 km limpo e higienizado, o que segundo o chefe de operações da limpeza urbana do Círio, mobiliza a maior parte de todo o efetivo. Do mesmo modo, o técnico responsável pelas operações especiais da Companhia Municipal de Limpeza Urbana da cidade do Rio de Janeiro (COMLURB) destaca:

Por exemplo, nos megabloco, que são esses blocos que acontecem no centro da cidade, Preta Gil, Monobloco, Bola Preta, que é o maior do mundo, a gerência local, ou a superintendência local, não tem condições de atender, porque são muitas ruas, um milhão de pessoas, e aí o que a gente faz é trazer gente da Zona Oeste, da Zona Norte da cidade, para dar apoio aqui. E nesse período do ano a gente não tem férias, a gente trabalho com 100% do nosso efetivo. As férias aqui são só dadas de final de março até novembro. No período de alta temporada, 100% do efetivo está disponível para a cidade, não só em função do Carnaval, mas em função do verão, em função das férias escolares, dos turistas que frequentam a cidade.

Assim, o serviço público de limpeza urbana, quando combinado exclusivamente com a coleta informal dos catadores de latinha, é o que denominamos de **modelo tradicional**, representado no circuito festivo analisado pelo Carnaval de rua de São Paulo. Esse modelo é o mais comum, dada a própria estrutura do sistema de logística reversa de grande escala da lata de alumínio, com a prática da catação de lata realizada em todo o país. Porém, desde 2018 o lixo de evento da festa é destinado às duas centrais mecanizadas de triagem da cidade (SÃO PAULO, 2019). Considerando que os resíduos de limpeza urbana da cidade de São Paulo são regularmente dispostos em aterro<sup>121</sup>, indica a excepcionalidade do lixo de evento, com a grande quantidade de resíduos recicláveis. Porém, a qualidade do resíduo destinado às centrais mecanizadas é muito baixa<sup>122</sup> e em 2020, se dá a entrada formal de cooperativas no ambiente festivo (Fig. 5.5), com a coleta seletiva realizada na fonte geradora, reproduzindo em seus contornos, o modelo de coleta seletiva do Carnaval do Rio.

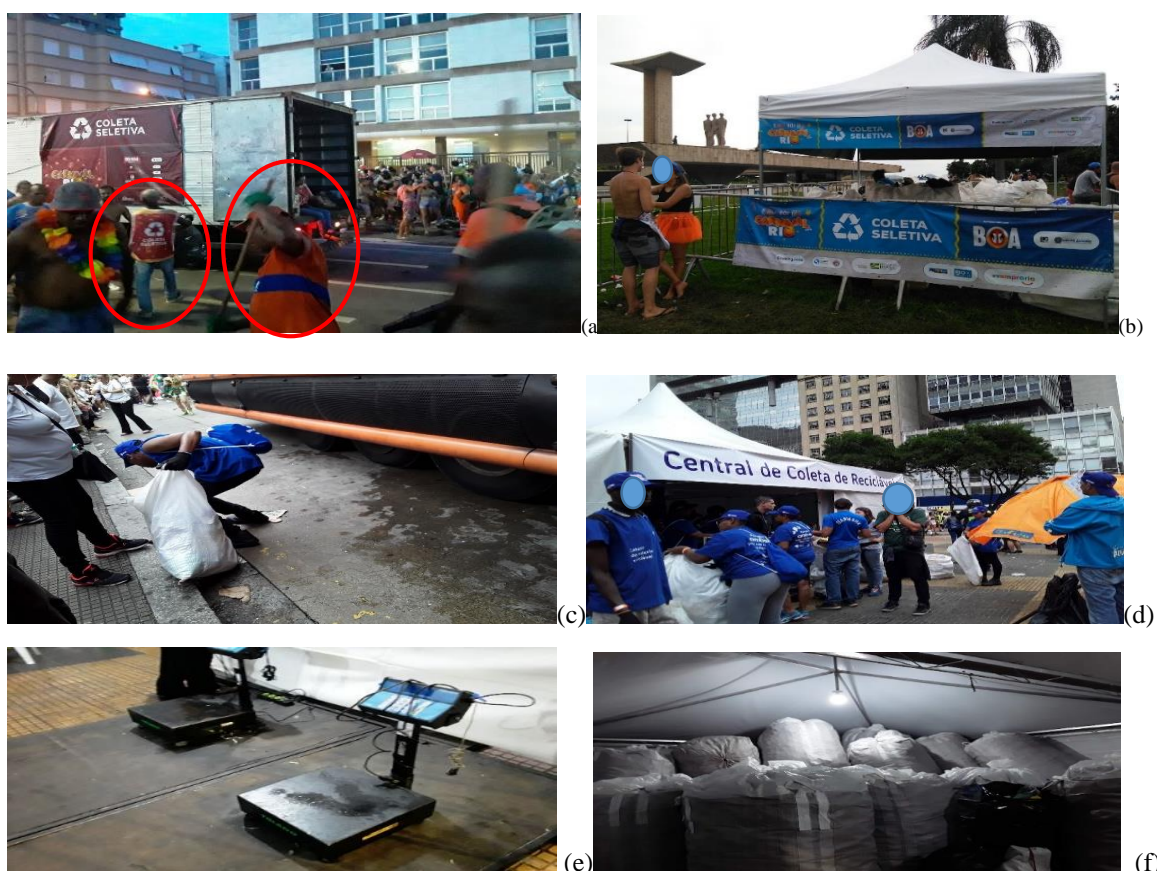
---

<sup>120</sup> “Por volta de 1700, reza a tradição, caminhava nas matas da então tortuosa estrada do Utinga, hoje avenida Nazaré, em Belém do Pará, um caboclo agricultor descobrindo entre pedras cobertas de trepadeiras, às margens do igarapé Murutucu (localizado atrás da atual Basílica de Nazaré), uma espécie de nicho natural com uma pequena imagem da Virgem de Nazaré (a imagem, hoje tida como a *original*, tem 38,5 centímetros de altura). Plácido levou-a para casa e, no dia seguinte, ao acordar, viu que havia desaparecido. Assustado, correu até o local onde a encontrara e percebeu que a imagem havia “voltado” para o mesmo lugar. O fenômeno repetiu-se várias vezes, até que o governador da época (a lenda não esclarece o seu nome) mandou que a imagem fosse levada para a capela” (IPHAN, 2006, p. 11).

<sup>121</sup> Conforme visita à Central da Ponte Pequena em março de 2020.

<sup>122</sup> Conforme o presidente da Cooperativa Vira-Lata de São Paulo em entrevista, que também destaca que se houvesse estrutura para coleta seletiva efetiva no Carnaval de rua, seria possível até reciclar o vidro.

Figura 5.5: Catadores e estrutura da coleta seletiva formal na limpeza urbana do Carnaval de rua carioca e paulistano



(a) catador de cooperativa e serviço público de limpeza urbana após desfile de bloco no primeiro ano da “onda vermelha”, RJ/2020 (b) Tenda para o armazenamento dos resíduos coletados pelo programa de coleta seletiva no último ano da “onda azul”, RJ/2019 (c) Catador realizando coleta seletiva na sarjeta em passagem de bloco, SP/2020 (d) Tenda da Central de coleta de recicláveis e catadores para a pesagem do material, SP/2020 (e) balança da Central de coleta de recicláveis, SP/2020 (f) armazenamento do resíduo na Central de coleta de reciclável, SP 2020

Fonte: O autor.

Assim, no circuito das festas analisado no período, são duas formas distintas de inserção formal das cooperativas na prestação do serviço de coleta seletiva na fonte geradora, que denominamos de **modelo institucional-unitário** do Círio, e **modelo espetacular** do Carnaval do Rio de Janeiro, reproduzido em São Paulo<sup>123</sup>. No caso do Círio, com a participação formal de cooperativas desde 2007<sup>124</sup>, o **modelo institucional-unitário** se refere ao PSAU por meio da contratação direta de uma cooperativa pelo poder público, em virtude do encerramento do Lixão do Aurá em 2015 (BELÉM, 2015). A partir de um

<sup>123</sup> Há diferenças, como as tendas para o armazenamento do material no Rio, em que não foi identificado balanças, indicando formas distintas de pesagem do material.

<sup>124</sup> Informação obtida por meio de ofício encaminhado a Secretaria de Saneamento (SESAN) da Prefeitura Municipal de Belém.

“modelo misto de coleta seletiva”, que prevê educação ambiental, segregação na fonte e a execução dos serviços de coleta nas residências (BELÉM, 2015), é realizado regularmente e também nos dias excepcionais de festa. Executado pelo poder público, o Círio apresenta o melhor modelo de integração social de cooperativas, que se reflete nos próprios uniforme completos garantidos para os catadores cooperativados (Fig. 3.8; 4.4), não observado no modelo espetacular do Carnaval de rua oficial do Rio, reproduzido em São Paulo (5.4), onde os catadores cooperativados contam apenas com luvas, camisetas ou coletes, chapéus e bonés promocionais.

Porém, o modelo do Círio, com o pagamento pelo serviço ambiental da coleta seletiva não consegue ser universalizado. Como destacou em entrevista um catador de uma das cooperativas atuantes na festa, o PSAU é restrito apenas à cooperativa contratada, sendo as demais apenas apoiadas pela prefeitura. Isso significa que apesar do mesmo suporte e infraestrutura para a coleta seletiva na festa, como treinamento, uniformes, materiais para a coleta e caminhões para o transporte do material, as cooperativas apoiadas recebem o pagamento apenas com a comercialização do resíduo coletado. Além disso, o Círio conta também com grupos sem vínculo institucional, como um grupo de egressos do Lixão do Aurá, entrevistado na Procissão do Círio de 2018. Com dificuldades para o transporte do material (Fig. 5.5) e com a própria alimentação, esses catadores apontam as dificuldades do poder público para a integração de catadores com o encerramento dos lixões. E até com o próprio encerramento dos lixões. Conforme o Atlas Global de Justiça Ambiental (EJA ATLAS, 2019), o Aurá já foi o segundo maior lixão do Brasil em número de catadores, e apesar do seu encerramento em 2015, que afetou mais de 1.800 catadores, voltou a receber resíduos domésticos em 2019<sup>125</sup>. Na operação especial de limpeza urbana do Círio, apesar das ações de integração social dos catadores, não há nenhum tipo de ação de responsabilidade compartilhada pelos resíduos gerados na festa<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> O conflito, iniciado na década de 1990 com a instalação do aterro, é categorizado como conflito decorrente do desenvolvimento urbano, da privatização de resíduos e problemas de acesso dos catadores ao saneamento básico, bem como de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, com biogás, e indicam que “Las experiencias de los vertederos Aura y Marituba muestran una serie de fracasos políticos en la gestión de residuos, lo que ha provocado la contaminación del medio ambiente por décadas y por lo tanto afectado especialmente a la población local. Las personas que dependen de los residuos-cosecha permanecen entre los más desfavorecidos y se enfrentan a una lucha constante por los derechos sociales y la dignidad (EJA ATLAS, 2019).

<sup>126</sup> Informação obtida por meio de ofício encaminhado à Secretaria de Saneamento (SESAN) da Prefeitura Municipal de Belém.

Figura 5.6: Materiais recicláveis coletados por grupo de catadores informais egressos do Lixão do Aurá na Procissão do Círio – 2018



(a) bag aberto com materiais recicláveis – plásticos diversos e papelão (b) armazenamento do material coletado na calçada

Fonte: O autor.

Diferente do modelo institucional-unitário do Círio, o modelo espetacular da coleta seletiva do Carnaval do Rio se dá por meio do Caderno de Encargos e Contrapartidas, edital de patrocínio da festa, com a entrada de cooperativas a partir de 2013 conforme informações obtidas em entrevista. É mediado por uma empresa de gestão ambiental, que organiza a estrutura da coleta seletiva no evento. Neste modelo, que envolve em média de 10 a 12 cooperativas, conforme entrevista com técnica da empresa, os catadores recebem pelo serviço de coleta seletiva, além da comercialização dos resíduos coletados. O pagamento pelo serviço se dá por meio de diárias, e os catadores também recebem vale transporte e alimentação, envolvendo ainda também treinamento, EPI e materiais para a execução do serviço. Assim como no Círio, as cooperativas coletam também diferentes materiais recicláveis, exceto o vidro, que posteriormente são triados nas instalações da cooperativa.

Aqui, a problemática do lixo de evento, composto também por embalagens secundárias de bebidas e de gelo, ganha destaque. Como observado no Caderno de Encargos e Contrapartidas do Carnaval de 2018<sup>127</sup>, com a expectativa de 600 desfiles de blocos de rua, o edital estabelece que o serviço de coleta seletiva deve contemplar, no mínimo: 15 pontos de venda de bebidas (supermercado, distribuidoras, depósitos); 30 postos de abastecimento móveis credenciados a abastecer os ambulantes; e 40 desfiles de blocos de rua, levando em consideração o público por bloco e bairros com grande incidência de desfiles (RIO DE JANEIRO, 2017). Trata-se da infraestrutura para os maiores blocos como destaca Machado

<sup>127</sup> O único edital para consulta do Carnaval de rua disponível no portal da Riotur.

(2017), que analisa o Carnaval de rua não oficial do Rio de Janeiro, os blocos não cadastrados na prefeitura que não participam da programação oficial da festa<sup>128</sup>. Sem licença para desfilar, o Carnaval de rua não oficial explicita os conflitos sobre o uso do espaço público e as formas de controle e apropriação privada da festa, colocando em questão a própria livre circulação. Para esses blocos, conforme o técnico da COMLURB:

A gente procura as redes sociais, vai na internet, quando a gente fica sabendo antes é melhor, senão, como a gente tem uma amplitude que pega a cidade toda, em algum momento alguém vê o bloco se formando, aí liga, “Ó, tá formando um bloco aqui assim”, “Mais ou menos qual tamanho?” aí a gente pega dois garis daqui, três de lá e faz essa movimentação toda.

No Rio, o serviço formal de coleta seletiva assiste assim apenas aos 40 maiores desfiles<sup>129</sup>, de um universo de aproximados 600 desfiles oficiais, além dos não oficiais, indicando sua cobertura parcial. Seu foco são **os canais de distribuição de bebidas**, com a cobertura de 45 pontos de venda, especialmente, os postos de abastecimento móvel. São nesses pontos de venda que se concentram os resíduos de fardos e embalagens de gelo (Fig. 4.7 f), não coletados pelos catadores de latinha, apontando mais uma vez a especialização das cooperativas na coleta seletiva dos plásticos, com um tipo de divisão do trabalho por materiais, que apresentam dinâmicas distintas de geração, manejo e comercialização.

Cabe destacar que, de acordo com conversas com os catadores do serviço formal de coleta seletiva, tanto no Rio em 2017, como em São Paulo em 2020, alguns desses trabalhadores não fazem parte de cooperativa de catadores, e também não atuam no cotidiano com a coleta seletiva, tendo em comum serem pessoas atendidas por programas de assistência social, como para refugiados e moradia social. Destaca-se ainda, que no caso de São Paulo, o serviço formal de coleta seletiva implantado em 2020 foi mediado por organização de catadores (Fig. 5.7), a ANCAT - Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis<sup>130</sup>, resultado de um processo de luta dos catadores, conforme entrevista junto ao MNCR em sua sede em São Paulo. Trata-se do movimento

<sup>128</sup> A autora identifica cinco tipos de blocos carnavalescos do Carnaval de Rua Não Oficial: os **blocos estruturados**, que possuem estrutura organizacional e os **blocos espontâneos**, cuja formação se dá ao acaso; os **blocos secretos**, cuja divulgação de data e horário da concentração é feita no dia, para poucas pessoas; os **blocos temáticos**, associados a algum tema ou estilo musical e os **blocos políticos**, associados a alguma pauta política, podendo o bloco ter uma ou mais dessas características (MACHADO, 2017).

<sup>129</sup> Diferente de São Paulo, que os blocos desfilam apenas uma vez, no Rio, muitos blocos desfilam oficialmente duas vezes.

<sup>130</sup> “A ANCAT é uma associação sem fins lucrativos formada por profissionais da catação. Iniciativa criada pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a ANCAT desenvolve projetos de logística reversa com focos primordiais: a eficiência na recuperação de embalagens e a capacitação produtiva e econômica dos trabalhadores organizados em cooperativas e associações, além dos catadores que ainda atuam nas ruas e em lixões de todo o Brasil” (ANCAT, 2021).



“Carnaval sem catador e catadora é lixo” (Fig. 5.7) com a criação de um “Bloco da Reciclagem - um bloco de trabalho e protesto para denunciar a situação precária de trabalho dos Catadores na maior cidade do país” (MNCR, 2018).

Figura 5.7: lutas e parcerias da coleta seletiva formal no Carnaval rua de São Paulo



Catador do movimento “Carnaval sem catador e catadora é lixo” no Carnaval de 2018; Parceria da Prefeitura Municipal de São Paulo, Ambev, ANCAT e Cataki (aplicativo para retirada de material reciclável) no Carnaval de 2020

Fonte: O autor.

Assim, enquanto no Rio, a coleta seletiva formal é implantada em 2013, já às portas da Copa da FIFA e dos Jogos Olímpicos, contando com uma empresa especializada em gestão ambiental para sua implantação, no Carnaval de rua de São Paulo, com o mesmo patrocinador desde 2017, a coleta seletiva formal é implantada apenas em 2020, a partir da luta dos catadores organizados do MNCR, indicando ações de duplo padrão (ACSELRAD, 2010), com a obtenção de vantagens locacionais pela indústria.

Como um fenômeno recente, ainda a ser melhor compreendido, a entrada das cooperativas marca a criação de um serviço formal de coleta seletiva no ambiente festivo, que se dá sob a emergência da PNSB e da PNRS no contexto dos megaeventos mundiais. Um serviço ainda de pequena escala, com cobertura parcial das festas, apontando que a limpeza urbana e manejo de resíduos dos megaeventos nas metrópoles brasileiras está ainda em franca transformação. Destaca-se aqui a Lei Municipal Complementar 204/19 da cidade do Rio de Janeiro, que prevê plano de gerenciamento de resíduos e coleta seletiva para todos os eventos com mais de 1.000 pessoas realizados no espaço público, bem como a contratação de cooperativas de catadores para a prestação dos serviços de coleta seletiva, triagem, armazenamento e destinação adequada<sup>131</sup>.

<sup>131</sup> A referida lei dispensa o plano de resíduos para eventos com a previsão de público entre quinhentas e mil pessoas, desde que os realizadores do evento sejam responsáveis pela coleta de material reciclável, contratando a cooperativa mais próxima ao evento.

Considerando que o déficit de trabalho decente se manifesta “em diversos problemas, como a oferta de empregos insuficiente e de má qualidade, a baixa cobertura e inadequação da proteção social, a frequente negação dos direitos no trabalho e a debilidade dos processos de representação, organização e diálogo social” (OIT, 2015, p. 49), a entrada formal das cooperativas oferece, comparativamente, melhores condições de trabalho para a coleta seletiva no ambiente festivo. Mesmo com diferenças nas formas de integração social dos catadores, contam com EPI, materiais e infraestrutura para coleta, como sacos, bags e tendas provisórias, transporte e alimentação, bem como ações de PSAU, com o pagamento pelo serviço de coleta seletiva que vai além dos resíduos coletados. Embora incipiente e com diferenças entre si, destacam as condições mínimas necessárias para a realização do serviço de coleta seletiva no ambiente festivo, ausente no sistema informal realizado pelos catadores de latinha, com cobertura integral do ambiente festivo, operando sem nenhum tipo de apoio ou infraestrutura.

No entanto, apesar das melhores condições de trabalho dos catadores cooperativados, a coleta seletiva nas grandes festas se dá, sobretudo, no chão e nas sarjetas, com a má qualidade do trabalho mesmo em melhores condições, associada diretamente à infraestrutura de saneamento das festas, como lixeiras e banheiros, cuja insuficiência induz ao descarte no chão e a defecação a céu aberto. Não por acaso, a “lei do xixi” no Rio e em São Paulo no contexto dos megaeventos mundiais, e as multas, que acabam por se transformar em mecanismo de arrecadação das prefeituras sem resolver o problema<sup>132</sup>. Como destacaram as associações e bloco carnavalescos entrevistados, trata-se da própria ausência de banheiros públicos nas cidades brasileiras. Ainda conforme o técnico da COMLURB:

No caso a gente usa o inibidor de odores. Porque se for esperar o bloco todo passar para fazer a lavagem, fica um cheiro ruim durante o bloco, aí a gente faz isso. É basicamente para jogar nesses locais de urina, onde o

---

<sup>132</sup> Conforme matéria da Folha de São Paulo “O tradicional bloco dos apertados, onipresente no Carnaval de rua, terá motivos neste ano para desfilar em descompasso pelos cantos, muretas e árvores da cidade onde costuma se concentrar. Estes serão os primeiros dias de folia após aprovação de lei na cidade de São Paulo que multa em R\$ 500 quem for pego fazendo xixi na rua. A punição está valendo desde novembro do ano passado, quando foi regulamentada pelo prefeito João Doria (PSDB), e poderá ser alvo de fiscalização pelos agentes da prefeitura durante os dias de desfiles dos blocos (...) No Rio, onde a mesma lei vale desde agosto de 2015, 235 fiscais irão trabalhar no Carnaval para multar quem insistir em esvaziar a bexiga na rua. Considerada bem-sucedida na capital fluminense, a norma já resultou em 14.636 multas aplicadas. Somente durante o período de Carnaval do ano passado foram 2.214 autuações registradas, segundo a Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro. A multa no Rio é de R\$ 510. O “case” carioca, inclusive, serviu de inspiração para Miranda criar a “lei do xixi” paulistana. “Em época de crise, a Prefeitura do Rio conseguiu arrecadar mais de R\$ 1 milhão”, diz o vereador” (ZYLBERKAN, 2018).

peçoal urina, defeca. Na rua, no Carnaval, o cara faz de tudo, tudo que você possa imaginar ele faz.

São nessas condições que a coleta seletiva é realizada, sobretudo, no chão e nas sarjetas, para onde tudo converge, desde o gelo derretido dos ambulantes à urina dos foliões. É na sarjeta que se concentra a lixo de evento distribuído por todo o ambiente festivo, *locus* principal onde operam os catadores, formais ou informais. No caso dos catadores de latinha, massivamente sem luvas e sapatos fechados, muitas vezes não contam sequer com os sacos para realizar a coleta, os retirando da própria rua e criando novos problemas para a limpeza urbana com o seu esvaziamento. Em alguns locais do Rio e de São Paulo, os sacos de lixo são rasgados nas pontas para que não sejam reutilizados por catadores. Os “resíduos de saco de lixo esvaziado” também podem ser observados no chão da festa (Fig. 5.8).

Figura 5.8: Resíduos de sacos de lixo esvaziados



(a) Círio de Belém, 2016; (b) Carnaval de São Paulo, 2018; (c) Carnaval do Rio 2020

Fonte: O autor.

A entrada formal de cooperativas no serviço de coleta seletiva das operações especiais de limpeza urbana dos megaeventos festivos, mesmo incipiente e com baixa cobertura, cria assim diferentes categorias de catadores em uma mesma festa, como os catadores formais e os informais, podendo até apresentar diferentes níveis de formalização, como é o caso do Círio, com cooperativa contratada e apoiada. No caso dos catadores de latinha, é possível observar sua presença nas três festas, praticamente em todo lugar e a qualquer horário, no sistema “**coleta imediata ao descarte**”. Tal cobertura total do ambiente festivo não é garantida nem mesmo pelo serviço público de limpeza urbana. Como observa Machado (2017, p. 123), há duas questões essenciais sobre o Carnaval de rua, que também pode ser observado nas procissões do Círio:

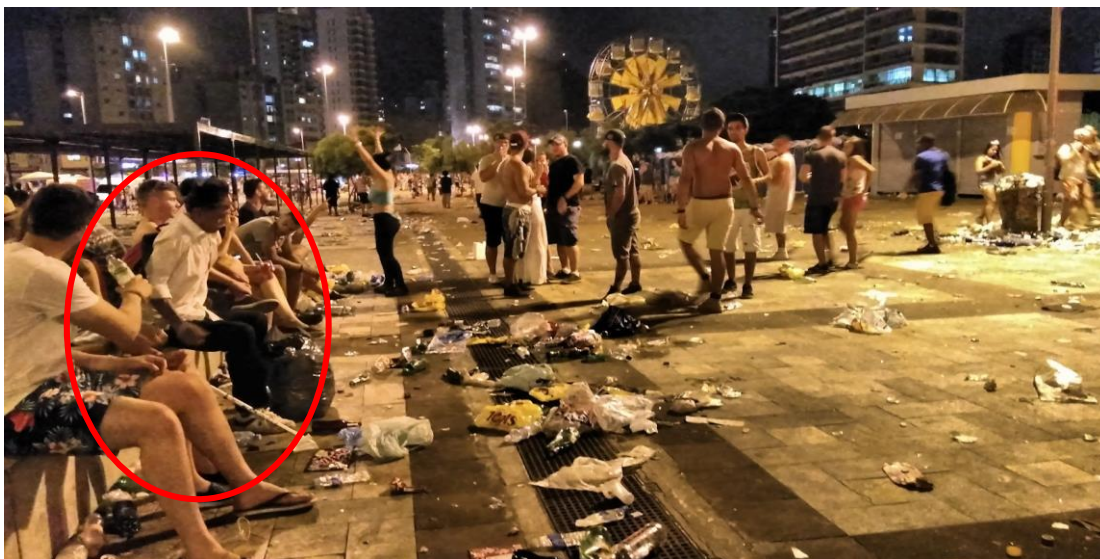
- (i) os espaços comuns, apropriados socialmente durante a festa, não são esvaziados após o término dos blocos; e (ii) a circulação e a permanência

das pessoas nas ruas da cidade extrapolam, e muito, as áreas apontadas pelo poder público, restritas ao percurso dos desfiles e as suas “proximidades”

No Círio, o aumento da circulação e permanência das pessoas no espaço público no período festivo é também percebido, como no entorno do Arraial do Círio (Fig. 3.1), no bairro de Nazaré, e da Feira dos Brinquedos de Miriti, no centro da cidade, ativos ao longo de toda a quinzena festiva e onde ocorrem diversos eventos, religiosos e não religiosos. A metrópole em festa, concentrada nas suas áreas centrais, contando com uma maior circulação de pessoas entre turistas, visitantes, trabalhadores e a população local, é o que denominamos neste trabalho de **ambiente festivo**, que vai além do tempo-espaço das procissões e dos blocos carnavalescos, que como observa Machado (2017), envolve o espaço público como um todo. Tais áreas nem sempre são assistidas pelo serviço público (Fig. 5.9), e enquanto uma avenida pode ser limpa e higienizada imediatamente após a passagem de um megabloco para garantir a circulação dos carros, uma praça ou uma rua interditada podem receber o mesmo tratamento apenas no final do dia ou da madrugada, o que se destaca, sobretudo, no Carnaval de rua do Rio e de São Paulo, com a forma de geração racionalizada e a superprodução de resíduos distribuída por todo o ambiente festivo. Nesse sistema, o forte investimento para a promoção do consumo de bebidas, é inversamente proporcional ao investimento no descarte e manejo adequado das embalagens, e enquanto nem sempre é possível identificar a presença do serviço público de limpeza urbana, é sempre possível identificar os catadores de latinha.

Figura 5.9: Catador de latinha e a cobertura da coleta seletiva informal no ambiente festivo





(a) comércio de gelo, vendedor ambulante de alimentos e bebidas, grupos de foliões e catador de latinha em destaque na “onda vermelha” no chão da festa no centro da cidade - Carnaval de rua do Rio de Janeiro, 2020 (b) Foliões e catador de latinha em destaque na “onda amarela” no Largo da Batata na região de Pinheiros - Carnaval de rua de São Paulo, 2017

Fonte: O autor.

A entrada formal de cooperativas aponta uma maior competição pelas latas de alumínio, na medida que as cooperativas coletam recicláveis diversos. Mas no quadro atual de sua baixa cobertura, aponta mais um tipo de especialização da coleta seletiva dos plásticos, cujos resíduos gerados no chão da festa demandam maior tratamento para sua comercialização. Diferente dos plásticos, no seu grande volume e diversidade que exige a segregação na cooperativa por tipos e cores, as latas de alumínio podem ser comercializadas imediatamente nas sucateiras, que podem funcionar diuturnamente no centro das cidades no período festivo, assim como aos finais de semana. No Carnaval do Rio, também se pode encontrar os sucateiros móveis (Fig. 5.10), com a compra exclusiva do alumínio UBC em diferentes pontos da cidade.

Figura 5.10: sucataria móvel no Carnaval do Rio de Janeiro



(a) Sucataria móvel nos arredores do sambódromo – Carnaval 2017 (b) sucataria móvel próxima aos Arcos da Lapa - região central, 2020. Fonte: O autor.

Além das formas distintas de manejo dos materiais, há também uma diferença substancial de preço da sucata de alumínio e dos plásticos (IPEA, 2010). Nesses termos, as ações de PSAU, focadas nas cooperativas, acabam por incidir na coleta seletiva dos plásticos, como um tipo de compensação, que viabiliza a estruturação da sua logística reversa no ambiente festivo. De modo que considerando as dinâmicas distintas de geração, manejo e comercialização de tais materiais, se pode identificar dois processos distintos da coleta seletiva no circuito festivo analisado: um **sistema informal e consolidado da logística reversa das latas de alumínio**, operado pelos catadores autônomos de latinha com cobertura integral das festas, e um **sistema formal e em consolidação da logística reversa dos plásticos**, operado pelas cooperativas e com cobertura parcial das festas. Aos catadores, que efetivamente realizam a coleta seletiva no ambiente festivo, cabe a inserção na logística reversa da lata de alumínio, de maior valor de mercado, apresentando as piores condições de trabalho, ou na logística reversa dos plásticos, de menor valor de mercado, e comparativamente, com melhores condições de trabalho. Nesses termos, não parece haver ganhos efetivos para a categoria dos catadores.

Para o mercado de sucata e fabricantes de matéria-prima secundária, os recicladores, trata-se de maior volume de materiais recicláveis, e para fabricantes de bebidas, bem como realizadores, patrocinadores e organizadores dos eventos, trata-se de ganhos simbólicos, reproduzindo o discurso da lata como moeda social, que assume sua melhor expressão no Carnaval de rua oficial do Rio de Janeiro. Denominado de espetacular, o modelo do Rio apresenta também uma imagem técnica<sup>133</sup> da reciclagem, focada no catador de latinha, tendo na prática um programa de coleta seletiva focado nas cooperativas e na estruturação da logística reversa dos plásticos. Como discutido no capítulo anterior, demonstra a invisibilização seletiva dos catadores de latinha, ausentes nas políticas públicas de gestão de resíduos, e presentes na sua publicidade, como um tipo de invisibilização por superexposição como analisado por Steinbrink (2013) na noção de festifavelização.

Forjado no ciclo dos megaeventos mundiais, o programa de coleta seletiva do Carnaval de rua oficial do Rio de Janeiro contou, na sua origem em 2013, com ação conjunta da AB-Inbev com o Jornal O Globo. Conforme Santos (2014), que analisa o Carnaval carioca a partir da cobertura do Jornal O Globo nos anos de 1993, 2003 e 2013, o Carnaval de rua passou de uma festa esvaziada em 1993, para uma festa com um número indecifrável de

---

<sup>133</sup> Para Flusser (1985) todas as imagens produzidas por aparelhos, tal como fotografias e filmes.

foliões em 2013, ocupando diversas regiões da cidade, invadindo o tráfego, interditando vias e exigindo a reengenharia do trânsito. Sobre a questão dos resíduos, o autor oferece um registro do início do programa em 2013, em que:

outro problema que estampou as capas na segunda-feira foi o excesso de lixo produzido em apenas dois dias de carnaval. Garrafas e copos plásticos eram os maiores vilões, uma vez que as latas de refrigerante e cerveja já possuíam destino certo: a coleta seletiva através de uma parceria público-privada. Através do projeto Limpeza da Boa, uma estratégia de marketing firmada entre o Jornal O Globo e a empresa de bebidas Antártica decidiu pelo cadastramento de catadores filiados a 16 cooperativas a fim de realizar a separação dos materiais recicláveis (SANTOS, 2014, p. 112).

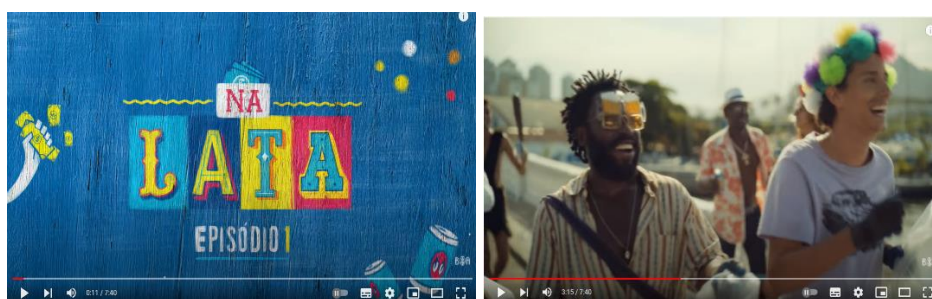
Como se não existissem catadores de latinha. Aqui já se observa seu processo de invisibilização, posto que as latas de alumínio já teriam destino certo com a “Limpeza da Boa”, sendo os “vilões” copos e garrafas de plástico. Em 2017, a campanha da festa, “Coisa Boa Gera Coisa Boa”, envolveu diversas ações, com um concurso para blocos com iniciativas sociais, um bloco de Carnaval em homenagem aos catadores e vendedores ambulantes (NA LATA, 2017b), além da websérie protagonizada por um catador de latinha (NA LATA, 2017a) e por um vendedor ambulante (NO GOGÓ, 2017). Assim é que o catador de latinha vira o “herói do Carnaval”:

*Cata, cata, cata, catador, eô  
 Você é o herói do Carnaval  
 Vá, vá, vá, catando amor  
 Catando lata para salvar geral  
 Você é pessoa de responsa  
 E isso todos podem ver  
 Enquanto o bloco tá na dança  
 Quem trabalha na festa com amor é você  
 Cata, cata, cata, catador, eô  
 Você é o herói do Carnaval  
 Vá, vá, vá, catando amor  
 Catando lata para salvar geral  
 Coisa boa gera coisa boa  
 Isso a gente aprende com você  
 Sempre reciclando alegria  
 E por isso a gente quer te agradecer (NA LATA, 2017b)*

Aqui, trata-se já dos domínios do capitalismo artista, da reciclagem como fábula, com catadores de latinha com luvas (Fig 4.5) e sapatos fechados, catando lata, brincando o Carnaval e comprando até uma cerveja. No entanto, o que faz os catadores de latinha protagonizarem uma websérie, ganharem marchinha e bloco de Carnaval, ao mesmo tempo

que passam ao largo das políticas de integração social de catadores? Tanto a PNSB como a PNRS privilegiam a integração social dos catadores por meio de cooperativas ou associações formadas por pessoas de baixa renda, embora na própria PNRS, nos seus instrumentos, esteja previsto no inciso IV do Artigo 8º o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Assim, reformulando a questão, considerando que a catação de latas é uma situação ocupacional da população vulnerável, porque não há incentivo à criação de associação ou cooperativas de catadores de latinha nas grandes festas populares brasileiras?

Figura 5.11: Websérie protagonizada por catador de latinha em campanha de comunicação do Carnaval de rua do Rio de Janeiro – 2017



Abertura da websérie lançada na campanha “Coisa boa gera coisa boa” associando as latas à geração de renda e o protagonista Vavá (Douglas Silva) e seu amigo Marcelão (Rafael Portugal) catando lata no Carnaval

**Fonte:** Antártica BOA (2017).

Também em 2020, quando o Carnaval de rua do Rio após 10 anos muda de marca de cerveja patrocinadora e de cor, e o modelo espetacular da coleta seletiva é implantado em São Paulo pela força dos catadores organizados, a lata de alumínio assume um acordo setorial próprio, o **Termo de Compromisso para o Aperfeiçoamento do Sistema de Logística Reversa de Latas de Alumínio para Bebidas** (SINIR, 2020). Instrumento da PNRS, o acordo setorial da lata de alumínio “ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto” (BRASIL, 2010), é a própria institucionalização do discurso da moeda social. Pode explicar a ausência de ações de integração social dos catadores de latinha concentrados no tempo-espço festivo, bem como a ausência de ações de responsabilidade compartilhada, individualizada e encadeada, da indústria do alumínio.



## 5.2 OS CATADORES DE LATINHA E O ACORDO SETORIAL PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DAS LATAS DE ALUMÍNIO

Quem são os catadores de latinha? Como uma atividade informal de manejo de resíduos com características próprias de organização do tempo e do espaço do trabalho, os catadores de latinha são invisíveis até mesmo nas tipificações de catadores, apesar da sua forte exposição de imagem promovida pelo discurso da moeda social. Conforme Siqueira e Moraes (2009, p. 2120):

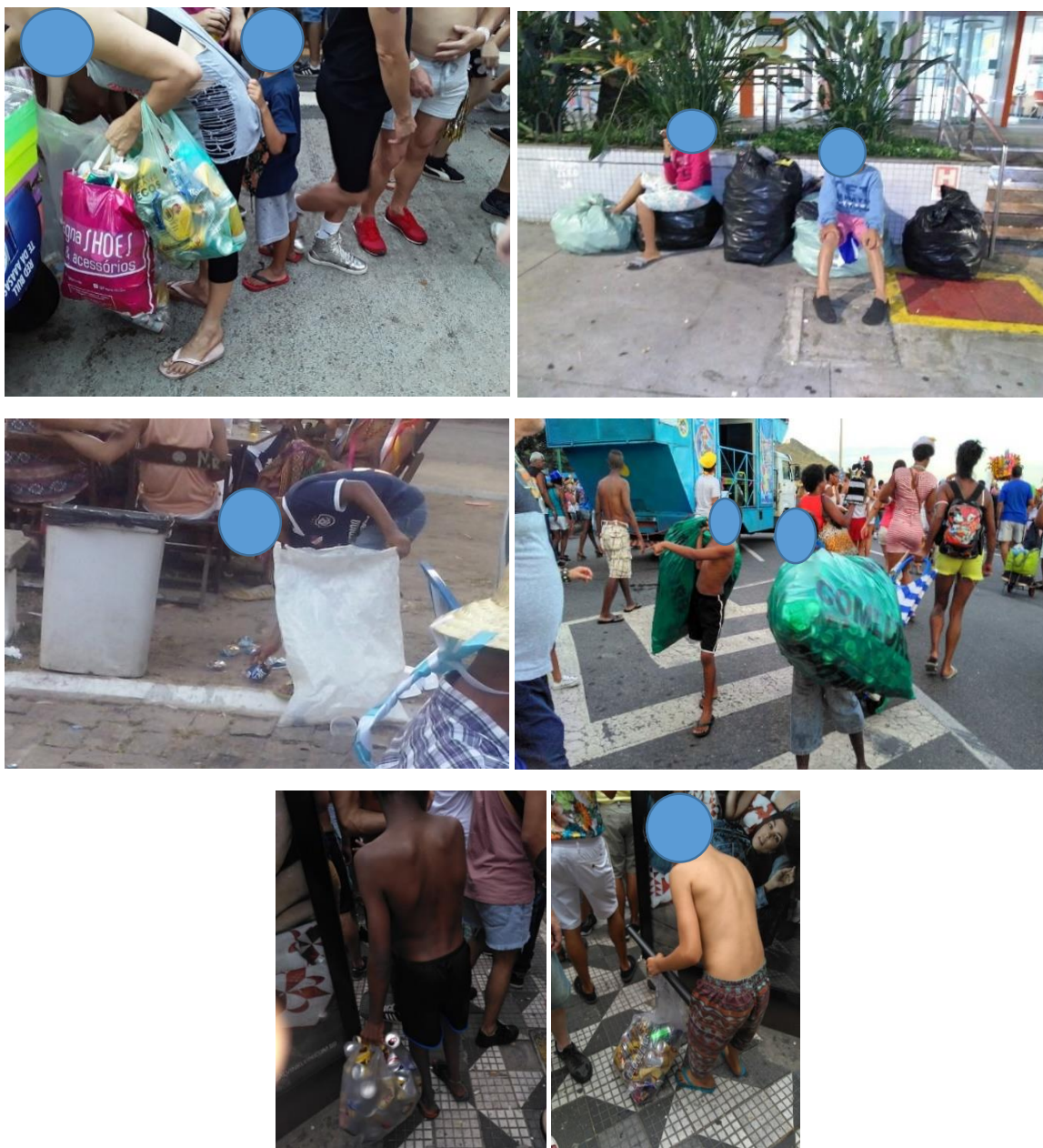
Os estudos realizados apontam para um perfil de catadores, subdivididos em três categorias: catadores de rua, catadores cooperados e catadores de lixão. Denomina-se catador de rua a categoria que coleta em sacos de lixo colocados pela população na rua, pelo comércio local ou pelas indústrias, tendo sua própria carroça ou qualquer outro transporte adaptado para carga. Os catadores cooperativados e autogestionários são aqueles que prestam serviço de coleta seletiva de qualidade, de forma articulada e organizada, gerando trabalho e renda. Estes se organizam nacionalmente no Movimento Nacional dos Catadores, têm apoio de diversas organizações não governamentais e estão articulados em fóruns, buscando consolidar a sua participação nos programas municipais de coleta seletiva. Os catadores de lixão encaixam-se na relação direta de exclusão social, são aqueles que fazem a catação diretamente nos lixões dos municípios e que estão desvinculados de qualquer assistência e organização.

Por essa tipificação, que considera os locais de catação, as relações institucionais e a organização do trabalho, a atividade dos catadores de latinha apresenta-se como um híbrido entre catadores de rua e catadores de lixão. Embora catadores de rua, os catadores de latinha frequentemente não utilizam carroça ou qualquer outro transporte adaptado para carga, e tal como catadores de lixão, situam-se na relação direta de exclusão social, desvinculados de assistência e organização, fazendo a catação direta em lixões temporários e espetaculares no centro das cidades. Especializados no manejo do lixo de evento, associados mais aos resíduos de limpeza urbana do que aos resíduos domiciliares, os espaços privilegiados dos catadores de latinha são os espaços públicos de uso comum, especialmente, os espaços de cultura, turismo, diversão e lazer nas cidades.

Apesar dos altos índices de reciclagem da lata de alumínio, são poucos os estudos sobre catadores de latinha e a atividade, e sua vulnerabilidade institucional, percebida na ausência de estudos e políticas públicas, pode ser ainda observada na própria ausência do setor de eventos na classificação de resíduos da PNRS, tempo-espaço privilegiado desses trabalhadores. Ao deixar de enquadrar o lixo de evento, a PNRS, aprovada sob ciclo dos megaeventos mundiais, deixa de estabelecer uma política nacional para o setor, tanto no que

se refere à integração social dos catadores como à responsabilidade compartilhada. Como demonstra Pinho (2011) em alguns municípios da Amazônia, a presença de catadores e do trabalho infantil no lixo só é verificada em festas e eventos, dada a forte concentração dos recicláveis, o que reforça a necessidade de políticas específicas para o lixo de evento, que ausente na PNRS fica ao cargo dos municípios. Embora ações de combate ao trabalho infantil estejam previstas nos materiais de divulgação das três festas, pode ser observado na catação de *latinha*, realizado direta ou indiretamente (Fig. 5. 12).

Figura 5.12: Trabalho infantil na coleta seletiva do lixo de evento



No sentido horário mulher coletando lata acompanhada de criança no Carnaval de rua de São Paulo 2019; Menina e menino cuidando das latas enquanto os pais realizam a coleta no Carnaval de rua de

São Paulo 2018; dupla de meninos coletando latas com sacos do serviço público de limpeza urbana no Carnaval de rua do Rio de Janeiro 2017; dupla de meninos coletando latas no Carnaval de rua de São Paulo 2018; Menino amassando e coletando lata ao lado de lixeira no Círio de Belém de 2016

Fonte: O autor.

O trabalho infantil associado às latas nas festas, também é identificado entre os vendedores ambulantes de bebidas, com um aumento crescente da participação de mulheres na atividade, que também podem exercer a dupla função de vender as bebidas e fazer a coleta das latas, contando com a ajuda dos filhos. Queiroz (2017), que analisou o comércio de rua ambulante em espaços públicos na cidade de Salvador no período de 2012 a 2016, acompanhando o cotidiano de ambulantes na Avenida Sete de Setembro – um dos circuitos do Carnaval soteropolitano -, relata:

Durante a pesquisa de campo, observamos a situação das mulheres com mais atenção. Presenciamos cenas de trabalho feminino marcado pela extrema precariedade, mas realizado com criatividade e habilidade. A cena marcante de uma vendedora de lanche que arrastava um carrinho de bebê adaptado para funcionar como suporte móvel para lanche vale a pena ser logo relatado. O filho ainda pequeno, que provavelmente era o dono do carrinho, andava ao lado, segurado por uma das mãos, enquanto com a outra mão a mulher empurrava o equipamento e levava uma sacola plástica cheia de latinhas de alumínio para reciclagem. Aquela mãe conduzindo uma criança e o carrinho de bebê adaptado depois de uma “jornada” que provavelmente tinha começado muito cedo cortava o coração. Na estrutura do antigo carrinho transportava um isopor para bebida e em cima dele havia um vasilhame plástico retangular usado para transportar os salgados. Com habilidade, ao mesmo tempo, comercializava lanches, catava latas e cuidava do filho. A criança provavelmente cansada do percurso e do desconforto daquela vida, caminhava sem reclamar ao lado da mãe, mulher madura que pelo perfil transparecia as dificuldades que enfrentava com aparente força e determinação. (QUEIROZ, 2017, p. 34-35)

Por algumas vezes presenciamos situações como essa, especialmente, no Carnaval de rua do Rio e de São Paulo, inclusive, com bebês enquanto seus carrinhos transportavam caixas de isopor com gelo e cerveja. Reafirma a observação da autora de que “A transformação de carrinhos de bebê em tecnologia adaptada para o trabalho tem sido muito comum na cidade, a estrutura leve e móvel desses carrinhos serve para transportar recipientes diversos” (QUEIROZ, 2017, p. 34). Como já observado, as catadoras e catadores de latinha podem ser também as vendedoras e vendedores ambulantes de bebidas, ao mesmo tempo ou em horários e dias diferentes. Como nos relatou um catador de latinha no Rio de 57 anos - enquanto amassava dois grandes sacos de latas de alumínio na orla da praia após a apresentação de um bloco carnavalesco parado -, costuma realizar a catação de lata para

comprar queijo coalho ou mate para vender na praia. Morador de uma favela do entorno, disse que nos dias mais frios, compra o queijo para vender, e nos dias mais quentes, o mate.

Como lembra Santos (2004 *apud* Hagen, 1968, p. 255) “Não é por ser emocionante que se muda de atividade no decorrer de um ano, ou mesmo de uma semana, ou de um dia”, e fatores como oportunidades de emprego, estabilidade e segurança no trabalho, rendimento adequado, jornada de trabalho decente, conciliação entre o trabalho, vida pessoal e familiar, ambiente de trabalho seguro, entre outros, que conformam a noção de trabalho decente (OIT, 2015), não são garantidos para catadores de latinha. Dos 27 catadores entrevistados no Carnaval de rua de São Paulo de 2017, apenas 7 catadores declaram não ter outra ocupação, realizando outras atividades como servente, diarista, garçom, chapeiro, montador de palco, cuidador de carro, encanador, pintor, vendedor ambulante (de bala, de pano de prato). Apenas 5 declaram realizar a atividade por menos de 3 anos e 6 catadores por mais de 10. Quanto à moradia, 13 catadores declaram viver na rua, no centro da cidade, sendo também moradores da periferia e da região metropolitana, como Taboão da Serra, Guarulhos e Franco da Rocha. Perguntado se já haviam se machucado realizando a atividade, 10 responderam que sim, com relatos de cortes nas mãos e nas pernas. A maioria entrevistada foi de homens (23) na faixa de 46 a 55 anos (15) sendo o mais jovem de 18 anos e o mais velho de 67 anos. As entrevistas foram realizadas aleatoriamente, de acordo com a oportunidade, pois na efervescência festiva, nem sempre é possível encontrar um catador de latinha parado em descanso e com disponibilidade para realizar uma breve entrevista.

Não parece ser possível garantir o sustento, exclusivamente, com a coleta de latas de alumínio, no entanto, pode ser uma atividade realizada por longos períodos pelos catadores, como dupla jornada. Cabe destacar a ligação dos catadores com a população em situação de rua, expressa na Carta de Brasília (Anexo 1). Publicada em 2001, expressa a relação histórica entre os catadores de materiais recicláveis e a população em situação de rua (MAGNI; GUNTER, 2014; MACHADO, 2020). Tanto a ASMARE de Belo Horizonte, a COOPERGLICÉRIO e COOPAMARE de São Paulo, que se tornaram referência na organização nacional das cooperativas de catadores, foram originadas da articulação entre a população de rua e organizações da sociedade civil, sobretudo, religiosa. A mais antiga, a COOPAMARE, foi criada em 1989 - no mesmo ano em que se iniciava a produção da *latinha* no Brasil -, e a partir de uma festa: A Missão, realizada pela Organização de Auxílio Fraternal, em que “foram solicitadas doações da população de rua participante do evento e, aquela realizada pelos catadores de papel, foi a mais vultuosa” (MAGNI; GUNTER, 2014,

p. 153). Tal fato afirma o caráter de ação coletiva das festas, que conforme Amaral (1998), podem surgir da necessidade de superação das dificuldades de um grupo ou região. Este é o caso da Oktoberfest de Blumenau-SC no circuito das grandes festas. Como um projeto antigo do município, sua primeira realização, em 1984, foi impulsionada pelas enchentes do rio Itajaí-Açu de 1983 e 1984 que destruíram a cidade, sendo a festa um fator importante da sua reconstrução (AMARAL, 1998).

A Carta de Brasília (Anexo 1) apresenta um conjunto de propostas relacionadas ao poder executivo, à cadeia produtiva e a cidadania dos moradores de rua, traçando um modelo distributivo para a logística reversa a partir das necessidades dos catadores. Inserem-se no que Martínez-Alier (2017) chama de ecologismo dos pobres, um ecologismo popular, cujo ambientalismo é motivado pela sobrevivência e que nem sempre se reconhece tal. Para Martínez-Alier (2017, p. 37), originado de “um vínculo entre os movimentos camponeses de resistência e a crítica ecológica para o enfrentamento da modernização agrícola assim como da silvicultura “científica”, o ecologismo dos pobres se apresenta como uma noção rural terceiro-mundista, que converge com a noção urbana de justiça ambiental originada nos Estados Unidos.

Urbanos e terceiro-mundistas, os catadores no Brasil, apesar da formação das cooperativas e da criação de um movimento nacional que se reconhece como ambientalista e atua sobre a pauta ambiental, encontram-se ainda em sua maior parte sem organização (IPEA, 2010), não havendo na PNRS instrumentos efetivos voltados para os catadores autônomos, como denominados no acordo setorial da lata de alumínio (SINIR, 2020). Muitas das propostas da Carta de Brasília foram incorporadas na PNRS, como o reconhecimento dos catadores, o modelo de gestão integrada, o fim dos lixões e o apoio às cooperativas. Embora a Carta de Brasília (ANEXO 1) também tenha se apresentado como um evento importante na criação, em 2004, do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), na construção da Política Nacional da População de Rua (PNPR), aprovada em 2009, contando com o forte apoio do MNCR (MACHADO, 2020), não foi identificada relação direta entre a PNPR e a PNRS.

Conforme o acordo setorial da lata de alumínio, 54% das latas de alumínio circulam na região Sudeste, 19% na região Nordeste, 14% na região Sul, 10% na região Centro-oeste e 3% na região Norte (SINIR, 2020). As *latinhas*, concentradas fortemente no Sudeste, seguida do Nordeste, onde demandam um maior número de catadores para a realização da

logística reversa, podem envolver, em números, 170 mil trabalhadores, mais que o dobro dos empregos diretos gerados pela indústria do alumínio. Conforme Quaresma (2009, p. 4):

A ABAL avalia o número de empregos diretos da cadeia de alumínio no país (inclusive transformação) em 63 mil empregos diretos, a se considerar os indiretos, o número sobe para cerca de 130 mil empregos, ou ainda, para mais de 300 mil empregos, se considerados os postos gerados pela atividade de reciclagem (inclusive os catadores).

É importante destacar que os catadores de latinha estão inseridos no setor de maior aplicação do alumínio no país (QUADRO 5.1). Foi o setor de embalagem que apresentou o melhor efeito de *linkage*<sup>134</sup> para frente das políticas de desenvolvimento regional do período da ditadura militar (1964-1985), que transformam o Brasil em grande exportador do metal na década de 1980, com a exploração das jazidas de bauxita de Oriximiná-PA na Amazônia (MONTEIRO, 2005; CARVALHO; CARVALHO, 2011). Em 2016, as *latinhas* representaram 61% do consumo do setor de embalagem, 23% do consumo total de alumínio e 48% da sucata recuperada (ANEXO 2), indicando sua importância tanto no consumo como no suprimento do metal.

Quadro 5.1 - Consumo de alumínio por setor – Brasil anos selecionados (%)

	Construção civil	transporte	Indústria de eletricidade	Bens de consumo	embalagens	Máquinas e equipamentos	outros
1972	18,8	17,1	29,5	18,1	8,2	2,3	5,9
1982	23,2	15,8	18,8	17,3	9,7	5,1	10,6
1992	20,3	26,0	11,2	9,7	14,2	5,7	12,8
2002	13,8	20,1	14,9	8,4	29,6	3,6	9,6
2012	15,6	19,3	11,8	10,3	28,8	4,7	-
2018	10,4	16,8	11,7	8,6	40,2	3,4	8,8

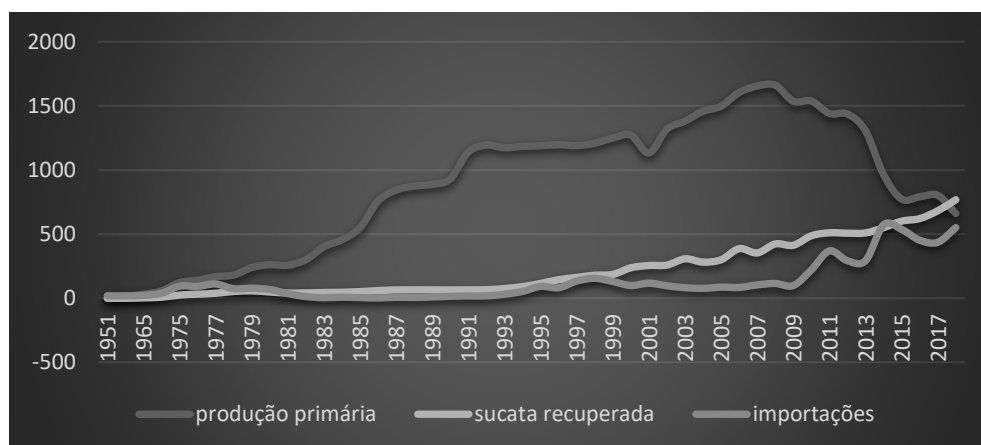
Fonte: ABAL, 2005, 2018

Apesar de toda a infraestrutura criada pelo Estado brasileiro, por meio de *joint venture* com a indústria internacional do alumínio, o que contou com vultuosos financiamentos e subsídios fiscais, assim como impactos ambientais, para a instalação de um parque industrial para a produção integrada do alumínio primário na Amazônia (MONTEIRO, 2005; CICCANEL; 2006; HENRIQUE; PORTO, 2013), a partir de 2008, com a crise financeira internacional e início da realização dos megaeventos mundiais, há um

<sup>134</sup> Conforme Carvalho e Carvalho (2011, n. p.), o efeito de *linkage* (ligação) para frente e para trás se insere na teoria do mecanismo indutor do desenvolvimento, construída no pós II guerra mundial, e que orientou os grandes projetos de desenvolvimento do período militar.

forte processo de desindustrialização. Após o ápice da sua produção em 2008, passa a ocorrer o encerramento paulatino de unidades produtivas<sup>135</sup>, e partir de 2007, com o reconhecimento do monopólio da Novelis na produção de chapas para latas<sup>136</sup>, a redução das alíquotas de importação, de modo que o Brasil se transforma em importador do metal e seus transformados. Tal “reposicionamento” do Brasil no mercado mundial do alumínio, faz da sucata recuperada o principal suprimento de alumínio do país (Fig. 5.12), ficando a produção do alumínio primário restrita à ALBRAS (Alumínio do Brasil) em Barcarena-PA, na região metropolitana de Belém, e à CBA (Companhia Brasileira do Alumínio), do grupo Votorantin, em Alumínio-SP (ABAL, 2018), na região metropolitana de Sorocaba-SP.

Gráfico 5.1: Suprimento de alumínio - Brasil anos selecionados - 1000 t



Fonte: Abal, 2005; 2011; 2018

<sup>135</sup> “Em função dos altos preços da energia elétrica, ocorreram os seguintes fatos: a planta da Novelis, em Ouro Preto, paralisou 45% de sua capacidade de produção de alumínio primário no início de 2008, e encerrou a produção de alumina a partir de maio de 2009; a planta de alumínio primário da Valesul, no Rio de Janeiro, foi totalmente desativada em abril de 2009; e a planta da Alcoa, em Poços de Caldas, teve sua produção de alumínio primário reduzida em 30% desde o início de 2009” (CARDOSO et al., 2011, p. 72). Em adição, Pizon et al. (2017, p. 12) destaca que o “fechamento da usina da Alumar, em março de 2015, é um símbolo da crise do setor. Inaugurada em 1984, a empresa controlada pela Alcoa era um dos maiores complexos de produção de alumina e alumínio primário do mundo. Com o fechamento da unidade, a Alcoa encerrou a produção de alumínio primário no país”.

<sup>136</sup> “A luta da Abralatas contra o monopólio da fabricação de chapas de alumínio foi reconhecida, em agosto de 2007, pelo órgão máximo da defesa da concorrência no Brasil. Na discussão sobre a aquisição da **Novelis** pela indiana Hindalco, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, por unanimidade, relatório do conselheiro Paulo Furquim de Azevedo que constatou indícios de exercício de poder de monopólio por parte da Novelis no fornecimento de chapas de alumínio para a fabricação de latas. Provocado por requerimento da Abralatas, o CADE reconheceu o problema e recomendou à Câmara de Comércio Exterior (Camex) a diminuição da tarifa de importação do produto (12%) como forma de inibir o exercício do poder de monopólio. O conselheiro desmontou os argumentos apresentados pela Novelis – única fabricante deste tipo de chapa no país – que vinham sendo aceitos pela Secretaria de Acompanhamento. Na sua análise, o relator chegou à conclusão que a redução da tarifa não implicará aumento do volume importado. Segundo ele, diante da ameaça de um novo fornecedor competitivo externo, a Novelis passaria a praticar preços menores, pelo menos iguais ao preço de importação, continuando assim a ter a quase totalidade do mercado” (ABRALATAS, 2009).

De modo que no contexto atual, há um acirramento na disputa pelo alumínio UBC, percebida não apenas no chão da festa, com a entrada formal de cooperativas, mas também no nível das recicladoras. No berço do tecnociclo, que realizam a refusão do metal na cadeia produtiva da lata de alumínio: **Novelis e Latasa**, o oligopsônio que controla o preço do material. A **Novelis** (Figura 5.13), que até o presente possui o monopólio das chapas para latas no Brasil (LACERDA, 2013), realizando as etapas de reciclagem, lingotamento e laminação na sua unidade de Pindamonhangaba-SP (FACO, 2013), até 2006 comprava sucata apenas das grandes sucatarias<sup>137</sup>. Porém, “desde 2011, a empresa conta com uma unidade de negócios exclusivamente focada na expansão da compra de latas de alumínio pós-consumo” (ABERJE, 2015). Contando com 14 centros de coleta distribuídos pelo país, comprando a sucata em qualquer quantidade, busca “aproximar os pequenos fornecedores e cooperativas” (REVISTA ALUMÍNIO, 2020). Já a **Latasa**<sup>138</sup> (Fig. 5.13), primeira fabricante de latas de alumínio no Brasil e responsável pela implantação do programa de coleta seletiva, criado em 1991 (LAYRARGUES, 2002; GIOSA, 2010), possui atualmente 4 fundições e 25 centros de coleta<sup>139</sup>, comprando a sucata em qualquer quantidade desde o início da implantação do programa (GIOSA, 2010).

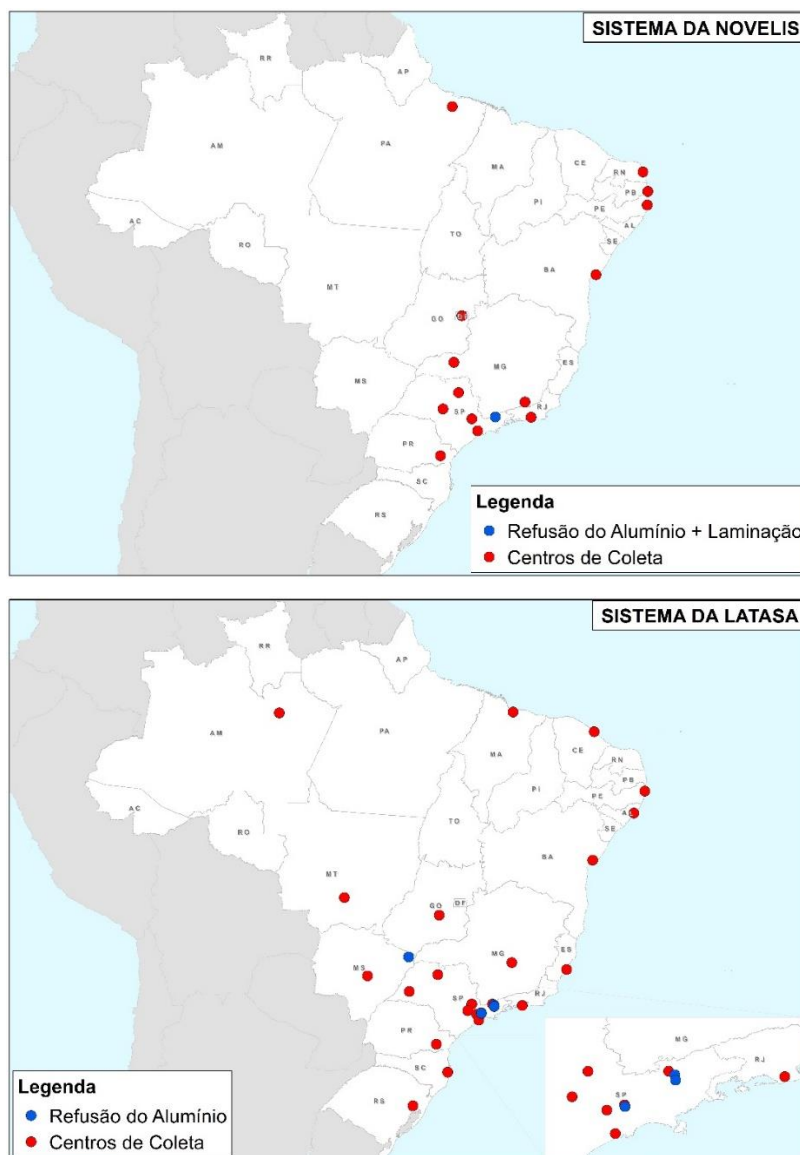
---

<sup>138</sup>Conforme Andrade (1998), a Latasa foi criada por uma associação da Reynolds (33,6%) Bradesco (33,6%); J. P. Morgan (11,8%) e do público em geral (21%) (ANDRADE, 1998, p. 36). Fabricante de latas, com a primeira unidade em Pouso Alegre –MG, deu início ao programa de coleta seletiva em 1991, criando uma rede de coleta junto às escolas (trocando latas por computadores e impressoras), supermercados, clubes e condomínios, contando com 15 depósitos em 8 estados em 2001 (GIOSA, 2010).

<sup>139</sup> Conforme informações do portal <https://clicklatasa.com.br/> canal de compra online de sucata de alumínio, são 25 centros de coleta. Neste portal é possível vender diretamente a sucata para a Latasa. Porém, nesta pesquisa, só foram localizados 23 centros de coleta, com informações coletadas na página do facebook da empresa [postado em 2020.](https://www.facebook.com/LatasaReciclagem/photos/pcb.4224357124304645/4224356957637995)



Figura 5.13: Organização industrial da reciclagem de lata de alumínio no Brasil



Fonte: ABAL, 2020; NOVELIS, 2014; 2021; LATASA, 2020.

Como pode ser observado, os centros de coleta das recicladoras, que podem comprar a sucata em qualquer quantidade, se concentram nas principais regiões geradoras da sucata, a região Sudeste (54%) e Nordeste (19%), eixo do Carnaval espetáculo transformado em indústria. Cabe destacar que a Latasa, única fabricante de latas no Brasil até 1996, dividiu suas operações de produção de lata e de reciclagem em 2001 (ABRALATAS, 2006; GIOSSA, 2010). Suas operações de reciclagem, após passar pelos grupos Reynolds (EUA), Tomra (Noruega) e Aleris (EUA), se torna uma empresa brasileira em 2013, incorporada ao Grupo ReciclaBr/Garimpeiro Urbano (CLIKLATASA, 2021). Assim, atualmente, enquanto a Novelis (2021) “maior produtora de chapas para latas de bebidas em alumínio e a maior

recicladora de latas de bebidas do mundo” possui um **sistema integrado de coleta, fundição e laminação** do alumínio UBC, mantendo o monopólio da produção de chapas para latas, a Latasa possui um **sistema integrado de coleta e fundição do metal**, com duas plantas em Pindamonhangaba, tornada capital nacional da reciclagem de alumínio.

A Novelis, surgida da divisão internacional da ALCAN<sup>140</sup> em 2005 e adquirida pelo grupo indiano Hindalco em 2007 (FACO, 2013), é assim o berço estruturante da produção circular da lata de alumínio, sendo a única empresa capaz de transformar o metal fundido em produto acabado (LINO, 2011). Junto com a Latasa, empresa concorrente na captação de latas e complementar na produção de chapas, são as grandes compradoras, que estabelecem a estrutura oligopsônica do mercado de *latinha* no país. Tal complementaridade pode também ser observada na região Norte, de menor circulação do alumínio UBC, com o centro de coleta da Novelis em Belém e o da Latasa em Manaus (Fig. 5.13). Como destaca Pereira *et al* (2016, p. 292) sobre a cadeia da reciclagem da lata de alumínio:

o mercado de reciclagem comporta-se de forma oligopsônica, exercendo grande pressão sobre os catadores. A economia de escala constitui um fator importante para o setor e esse fato dá às empresas recicladoras, que em geral são poucas e de grande porte, um grande poder de negociação. Esse poder vai diminuindo à medida que se aproxima da base da cadeia, em que se situam os catadores. Desta forma, a grande empresa compradora de material secundário pressiona a empresa da qual ela compra a sucata, que pressiona empresas menores e, assim, a margem de lucro de cada estágio vai diminuindo e pressionando os catadores a venderem a sucata recolhida a preços muito baixos.

Embora muitos catadores possam dizer que o preço da *latinha* segue de acordo com o preço do mercado internacional, e muda do “dia para a noite”; e mesmo considerando que a conjuntura mundial, como a crise de 2008, possui influência no mercado da *latinha*, como demonstra Pereira *et al.* (2016), nem sempre os preços das sucatarías seguem o preço do mercado internacional, seguindo até ao seu contrário (PAULA, 2016). Obviamente que organizar os catadores de *latinha* em associações e cooperativas não interessa para a

---

<sup>140</sup> A Aluminium Company of Canada (ALCAN), uma das “seis irmãs do alumínio” (CICCANTELL, 2005), foi a empresa de maior influência no Brasil e no sistema de produção das latas de alumínio. Foi a Alcan, ainda como subsidiária da Alcoa (Aluminium Company of America), que abriu um escritório de semimanufaturados no país em 1915; já como empresa independente, adquiriu duas transformadoras, a Rochedo e Caravelas, em 1947, e uma usina integrada, a Elquisa em 1950 (MANSO, 1985 *apud* LIMA, 2007). Foi também a Alcan, na década de 1960, por meio de sua subsidiária, a Bauxita Santa Rita Ltda., que descobriu as jazidas de bauxita em Oriximiná-PA, nas proximidades do rio Trombetas, cujo projeto de exploração foi liderado pelo Estado brasileiro na década seguinte (MONTEIRO, 2005). Por fim, foi também a Alcan que instalou o primeiro e único laminador de chapas para latas em Pindamonhangaba-SP na década de 1980, cujo monopólio foi reconhecido em 2007 (ABRALATAS, 2009) quando a empresa é adquirida pelo grupo Hindalco.

indústria, o que poderia implicar em dividir algum controle sobre o preço da sucata com os catadores.

Nesse quadro, os centros de coleta, “locais destinados à compra das latas de alumínio usadas e encaminhamento à indústria para serem reaproveitadas mediante reciclagem” (SINIS, 2020), se tornam estratégicos para o sistema da lata. Não apenas por criar uma estrutura para a captação de latas e garantir o suprimento do metal, mas também porque se apresentam, no acordo setorial da lata de alumínio, como ações de responsabilidade compartilhada da indústria, de modo a se “aproximar” dos catadores. Isto porque com o **Termo de Compromisso para o Aperfeiçoamento do Sistema de Logística Reversa de Latas de Alumínio para Bebidas** (SINIR, 2020), o principal compromisso da indústria é comprar a sucata da *latinha*, desde que pelo preço de mercado, estabelecido por ela própria.

Assim é que em 2020, a indústria do alumínio deixa a “**Coalização da Indústria de embalagem**”, resultando do Acordo Setorial para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral (SINIR, 2015), firmado em 2015. Sob a justificativa dos seus altos índices de reciclagem, cria o seu próprio acordo setorial, e como já possui logística reversa estruturada, trata-se apenas do seu aperfeiçoamento. Conforme o documento, assinado no final de 2020 entre a União, a ABRALATAS e a ABAL (Associação Brasileira do Alumínio):

Essa posição de liderança do Brasil é fruto do expressivo percentual de reciclagem do produto alcançado pelo país, cuja média nacional, nos últimos 20 anos, tem sido superior a 90% das Latas comercializadas, com todos os ganhos e benefícios que isso proporciona à economia do País, à preservação dos recursos naturais e à melhoria da condição de vida de **milhares de famílias (principalmente catadores), que vivem da reciclagem de Latas de alumínio, razão pela qual esse setor já cumpre a PNRS a contento**, a justificar, portanto, a celebração de um Termo de Compromisso específico; 4) essa singularidade justificou o pedido da ABRALATAS e da ABAL, de exclusão das suas associadas da organização conhecida por “Coalização da Indústria de embalagens” (SINIR, 2020).

Assim, para a indústria do alumínio, ela já cumpre a PNRS a contento, e por essa razão, as grandes festas e os catadores de latinha não contam e não contarão com nenhum tipo de ação de responsabilidade compartilhada do setor. Conforme a nota técnica da Associação Brasileira dos Membros de Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), em resposta à consulta pública do documento:

A participação e inclusão das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis não foi definida de forma adequada, nem foram apresentadas contrapartidas mais condizentes

com a importância do papel desempenhado pelos catadores de materiais recicláveis (...) Não foram estabelecidos investimentos e mecanismos de incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como a prioridade de sua contratação, em consonância com os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (ABRAMPA, 2020, p. 21).

Mesmo assim o acordo setorial da lata de alumínio foi assinado. Ainda conforme a nota, com a saída da ABAL e ABRALATAS do acordo setorial de embalagens em geral, “diversas empresas associadas deixaram de integrar o presente compromisso, que é proposto por pessoas jurídicas diversas daquelas que constavam anteriormente no Acordo Setorial *de embalagens em geral*” (ABRAMPA, 2020, p. 3 – grifo nosso). A Nota destaca ainda que:

Diversamente da situação quando do acordo setorial, o Termo de Compromisso proposto possui como ESCOPO APENAS O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE LATAS DE ALUMÍNIO PARA BEBIDAS, NÃO INCLUINDO OUTRAS EMBALAGENS E RESÍDUOS DE ALUMÍNIO. Devem ser analisados e esclarecidos, portanto, eventuais prejuízos decorrentes da desvinculação das Associações e de suas associadas do acordo setorial, sobretudo em relação à ABAL que se trata de entidade representativa de outras embalagens de alumínio, além das latas de alumínio destinadas ao acondicionamento de bebidas. Se não houver previsão expressa, tais embalagens poderão ficar sem o necessário estabelecimento de metas, ações e responsabilidades e de outros aspectos que já vinham sendo acordados visando à estruturação do sistema de logística reversa do setor, sujeitando-se apenas ao Decreto (ABRAMPA, 2020, p. 5).

Vedete da reciclagem do alumínio, as *latinhas* permitem assim a redução do número de empresas participantes tanto do acordo setorial da lata de alumínio como do acordo setorial de embalagens em geral, que como se viu no Quadro 5.1, é o setor de maior aplicação do metal no país<sup>141</sup>. O alumínio no setor de embalagem pode ser empregado, puro ou composto, em embalagens cartonadas de longa vida, cápsulas de café, blisters de remédios, aerossóis de desodorantes, bisnagas para cremes e pomadas, sachês para molho de tomate, comida de gato ou creme hidratante, tampa seladora, bandejas de “quentinha”, folhas de alumínio para chocolate, entre outros, presente em diferentes embalagens de produtos farmacêuticos e químicos, cosméticos, de higiene e limpeza, de bebidas e produtos alimentícios. Nenhuma dessas embalagens produzidas com alumínio chega aos níveis de reciclagem da *latinha*, que como um dispositivo, que “tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder” (AGAMBEN, p. 2009, p. 29), sugere

<sup>141</sup> O Brasil apresenta um perfil de consumo de alumínio distinto do perfil mundial, cuja principal aplicação é no setor de transportes (27%), construção civil (25%) e embalagens (15%) (ABAL, 2018).

assim uma “carona” aos demais fabricantes do setor listados pela ABRAMPA (2020). Este é o caso da CBA, fabricante de alumínio primário, que deixa de participar ao mesmo tempo do acordo setorial da lata de alumínio e das embalagens em geral.

Aqui é importante destacar que a Novelis também utiliza alumínio primário na produção de chapas para latas de alumínio, sendo sempre necessário adicionar uma quantidade de alumínio primário para o balanceamento da produção do alumínio secundário<sup>142</sup>. Conforme Faco (2013, p. 122) “O material destinado à reciclagem é adicionado ao alumínio puro no forno de fusão, a uma temperatura de 700° C (...) o material resultante é composto por sucata de alumínio (em torno de 40%) e por resíduos do processo somados ao alumínio líquido (60%)”. Pinzon (2012) aponta que o processo compreende 70% de latas, 20% de refugo de alumínio e 10% de outros. De qualquer modo a indústria é capaz de saber, com precisão, a sua proporção, que conforme Faco (2013, p. 122):

as porcentagens de quanto representa cada componente no material final da refusão (alumínio derretido) são controladas por sistemas computadorizados e softwares específicos da empresa, que medem as quantidades dos elementos, de acordo com a liga de alumínio pretendida, e indicam o quanto deve ser adicionado ou subtraídos.

Intensivo em tecnologia, o alumínio é produto do conhecimento científico, com método desenvolvido em laboratório no final do século XIX, marcando até o presente uma estreita ligação entre pesquisa científica e desenvolvimento industrial (LE ROUX, 2016). Nascido como patente, produzido inicialmente por quilograma com preço equivalente ao da prata (TESSIER, 2006), o alumínio é intensivo em capital e tecnologia, o que conforma sua estrutura oligopolista (CICCANTEL, 2005). No entanto, a precisão técnica para a produção do metal, suas múltiplas ligas e processos, não é a mesma para definir a responsabilidade da sua produção, no caso, a responsabilidade individualizada e encadeada para o aperfeiçoamento da logística reversa da *latinha*. Ainda conforme a ABRAMPA (2020, p.10):

O encadeamento de etapas, o compartilhamento e a divisão de responsabilidades, a avaliação de impactos econômicos e sociais, as metas e detalhamentos das ações a serem implementadas, as informações necessárias à regularidade deste Termo de Compromisso (...) diversamente do alegado, não houve o adequado detalhamento ou mesmo a apresentação da sistematização e da operacionalização da logística reversa das latas de alumínio para bebidas, nem o encadeamento de etapas.

---

<sup>142</sup> Informação obtida em visita técnica à empresa em 2006, que na ocasião informou que utiliza de 40 a 60% de sucata de latinha na produção de chapas (LIMA, 2007).

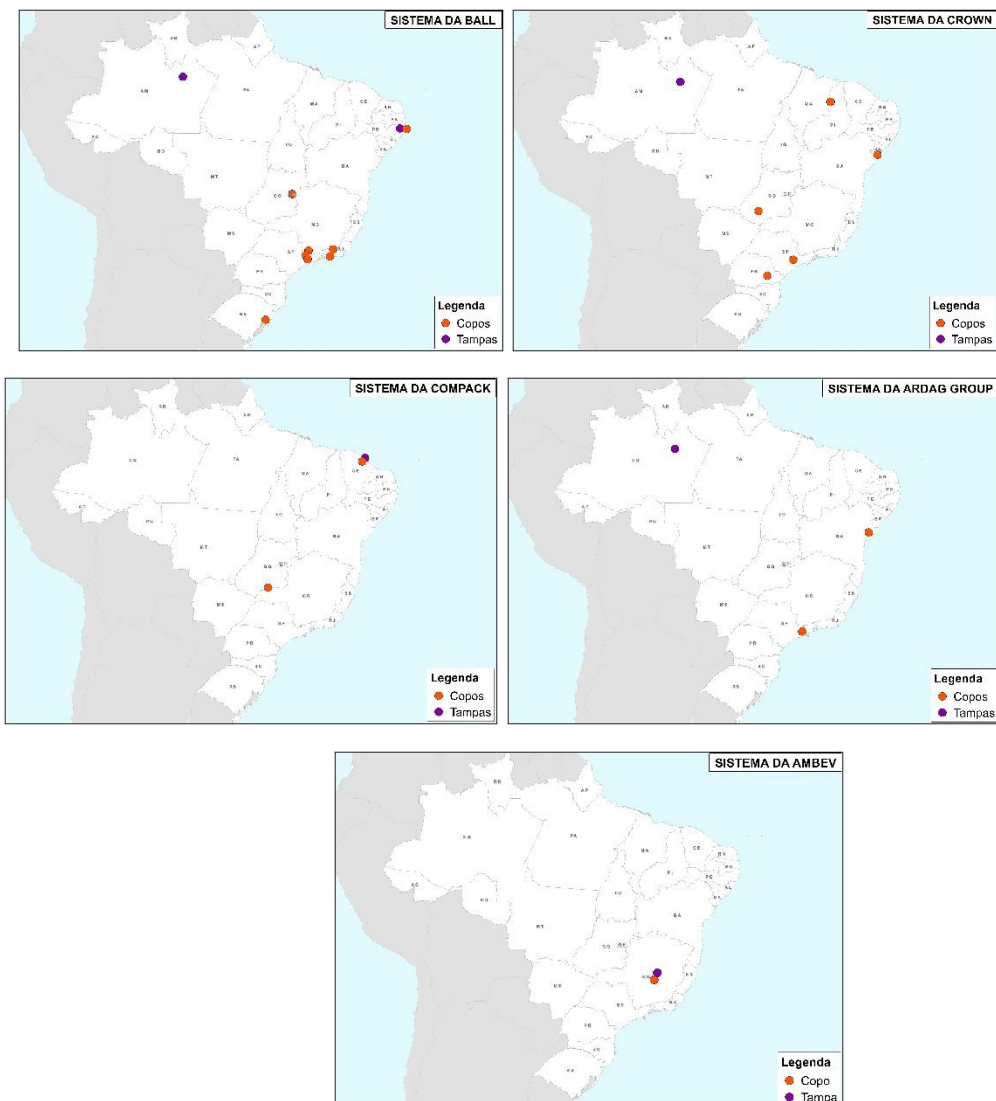
A produção circular da lata de alumínio envolve um pequeno número de grandes corporações. Além da Latasa e da Novelis, na refusão e laminação do metal, conta ainda com os fabricantes de embalagem, de copos e tampas de alumínio, e com a indústria de bebidas, “onde o copo encontra a tampa” e se completa a lata de alumínio. Há atualmente no Brasil 5 fabricantes de latas de alumínio: as estadunidenses **Crown** e **Ball**, que atuam no país desde a década de 1990 com o maior número de unidades industriais, a polonesa **Canpack** e o **Ardagh Group**, com sede em Luxemburgo, ambas com entrada em 2016 - a primeira adquirindo a fábrica de latas de aço de Maracanaú-CE, fazendo a reconversão para o alumínio<sup>143</sup>, e a segunda com espólio Rexam, incorporada pela Ball<sup>144</sup> -, e por último a **AB-Inbev**, com sede em Lovaina, na Bélgica, por meio de sua subsidiária, a AMBEV, com a inauguração de sua primeira fábrica de latas em 2020 (Fig. 5.14). Com maior facilidade de transporte, pode-se observar uma concentração da produção de tampas em Manaus-MA, cujos incentivos fiscais vão além da indústria de bebidas, com a produção de copos mais próximo aos grandes centros consumidores. No caso da AB-Inbev, única fabricante de bebidas, a produção de copos e tampas se dá na mesma localidade, estabelecendo a primeira unidade de produção de tampas na região Sudeste.

---

<sup>143</sup>Conforme a empresa “Estamos trabalhando fortemente para sermos o líder mundial na redução da espessura da embalagem (down gauging), onde latas com as mesmas características técnicas serão produzidas com o uso de menos alumínio (...) Todos os grandes clientes já haviam decidido comprar apenas latas de alumínio, não mais de aço. Além disso, a produção dessa embalagem em alumínio é o maior negócio global da CanPack, uma de nossas maiores competências. Acreditamos também que os atributos do alumínio relacionados a sustentabilidade vão levar a um crescimento contínuo do mercado” (ABRALATAS, 2018).

<sup>144</sup> Conforme a Abralatas (2016) o “Brasil ganha um novo player nos próximos meses, a Ardagh Group. A entrada da fabricante de embalagens, baseada em Luxemburgo, na Europa, atende a uma exigência dos órgãos reguladores em todo o mundo para a aprovação da aquisição da Rexam pela Ball. No Brasil, o acordo julgado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) envolve duas plantas de fabricação de corpo de latinhas de alumínio da Latapack-Ball, em Alagoinhas (BA) e Jacareí (SP). O acordo comercial entre a nova Ball e a Ardagh foi anunciado em abril e está avaliado em 3,42 bilhões de dólares. Inclui cerca de 20% das fábricas de produção de latas e tampas para bebidas da Ball/Rexam na Europa, no Brasil e nos Estados Unidos. A aquisição transformará a Ardagh na terceira maior fabricante de embalagens para bebidas do mundo”.

Figura 5.14: Produção de latas e tampas



Fonte: Abralatas [2021].

Curioso observar que com entrada da lata de alumínio no Brasil, enquanto o processo de refusão do alumínio foi lentamente nacionalizado – após a Reynolds Latasa, Tonra Latasa e Aleris Latasa, a Latasa passa a integrar o grupo ReciclaBR em 2013; a indústria cervejeira foi rapidamente internacionalizada, com a primeira fusão internacional com a belga Interbrew em 2004 e a criação da Inbev (CERVIER JUNIOR *et al.*, 2014). Curioso também observar que mesmo tornando-se diretamente fabricante de latas e tampas, a AB-Inbev não consta entre as empresas integrantes do acordo setorial da lata de alumínio, tendo o registro da sua presença no documento em virtude da expansão do mercado de latas, no que “A Ambev, por sua vez, anunciou recentemente que irá começar a produzir água mineral em Latas, dada a preocupação com a sustentabilidade das embalagens” (SINIR, 2020, Anexo 3,

p. 6). A água mineral no Carnaval de rua carioca e paulistano pode custar mais caro que a cerveja, também não sendo incomum catadores de latinha pedirem as garrafas com água dos passantes para aplacar a sede. Diferente da geração ritualizada do Círio, que a água é garantida para todos com as doações dos Promesseiros d'água, na geração racionalizada do Carnaval de rua do Sudeste, a água em meio à multidão é obtida somente mediante a compra. Excepcional, a única observação de distribuição gratuita de água foi no Carnaval de rua paulistano de 2018, na periferia da cidade, no Campo Limpo, zona Sul, ainda com baixa concentração de pessoas, com uma tenda da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (Fig. 5.15).

Figura 5.15: Distribuição gratuita de água no Carnaval de rua de São Paulo (2018)



Tenda da Sabesp com bebedouro e copos descartáveis e a padronização do Carnaval na periferia da cidade

Fonte: O autor.

Outro elemento importante no acordo setorial da lata de alumínio é a operacionalidade da logística reversa, que se comparada ao acordo setorial das embalagens em geral, pode também explicar as ações de responsabilidade compartilhada voltadas para as cooperativas e para a coleta seletiva dos plásticos. Do acordo setorial de embalagens em geral, participam diversas associações empresariais associadas aos resíduos gerados nas festas<sup>145</sup>, e a operacionalidade da logística reversa é prevista:

<sup>145</sup> Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD); Associação Brasileira de Indústria de Águas Minerais (ABINAM); Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST); Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas Associação Brasileira de Bebidas (ABRABE), Associação Brasileira da Indústria do PET (ABIPET); Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (ABRAFATI), a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), e o Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (SINDICERV) (SINIR, 2015).



mediante a implementação e o fomento de ações, investimentos, suporte técnico e institucional pelas empresas no âmbito a responsabilidade compartilhada pelas embalagens contidas na fração seca dos resíduos sólidos urbanos ou equiparáveis, prioritariamente em parceria com Cooperativas, bem como a promoção de campanhas de conscientização com o objetivo de sensibilizar o consumidor para a correta separação e destinação das embalagens (SINIS, 2015)

Já no Termo de Compromisso para o Aperfeiçoamento do Sistema de Logística Reversa de Latas de Alumínio para Bebidas:

A operacionalização do aperfeiçoamento do sistema de logística reversa da Lata de alumínio se dará mediante a implementação e o financiamento de ações as responsabilidades compartilhadas de todos os agentes relacionados com o ciclo de vida da referida embalagem, segundo enumeradas no documento específico citado (...). Dessa forma, e em consonância com os respectivos objetivos definidos no mesmo dispositivo supracitado, as seguintes obrigações serão executadas para o cumprimento do objetivo do presente Termo: (a) implementação do Programa “Cada lata Conta”, mediante criação de pessoa jurídica constituída pelas Associações para figurar como entidade gestora do Programa; (b) Manutenção do percentual histórico médio nacional da reciclagem de Lata, uma vez mantida a mesma condição de mercado que a Lata detém na assinatura do Termo; (c) **Garantia da compra da Sucata de Lata disponível no mercado, nas condições previstas nesse Termo** (d) Investimento em educação ambiental. (SNIR, 2020).

Assim, na operacionalidade do sistema de logística reversa da latinha, não há nenhuma referência aos catadores, embora as empresas se comprometam a comprar a sucata da lata, que nas condições previstas no acordo, se refere ao preço de mercado. Para além da compra, propõe a criação de uma agência para o programa “Cada Lata Conta” e ações de educação ambiental, voltadas para gestores públicos (por meio de educação à distância), e para cooperativas (por meio de um “Guia de Boas Práticas” com distribuição eletrônica); e duas campanhas por ano voltada para os consumidores (SINIR, 2020). Efetivamente, a indústria do alumínio se propõe a comprar a sucata pelo preço de mercado, que conforme o estudo que embasa o documento, é o que garante os altos índices de reciclagem. Como se não precisasse da sucata da latinha, material e simbolicamente, ou ainda, com se não fosse efetivamente obrigatório a estruturação e implementação da logística reversa para o setor de embalagem, como bem lembra a nota técnica da ABRAMPA (2020).

Com a singularidade de sua antecipação à legislação, capaz estruturar um sistema de logística reversa de grande porte, para as empresas participantes do acordo setorial da lata de alumínio, é o mercado que garante sua bem-sucedida logística reversa, pois “Essas taxas de reciclagens são alcançadas devido ao trabalho de diversos agentes que atuam na LR, que

se estruturou graças às características das Latas, que geram incentivos econômicos para a sua coleta e reciclagem” (SINIR, 2020, p. 18). O design do produto e seus incentivos econômicos são assim os responsáveis por seus altos índices de reciclagem, no qual conclui:

Vistos os resultados alcançados pela cadeia de logística reversa das Latas de alumínio, é possível afirmar que **a estrutura existente atualmente de coleta e reciclagem e a dinâmica do mercado tornam viável tecnicamente e economicamente a reciclagem dos resíduos de Latas de alumínio para bebidas em altíssimo nível**. Isto é, a estrutura disponível hoje e a capacidade dos agentes da cadeia, tanto da etapa de coleta como de reciclagem, e **a qualificação desses agentes são suficientes para garantir a manutenção desse nível de reciclagem**. É importante ressaltar: o que torna a LR das Latas viável economicamente são os próprios mecanismos de mercado. O preço atual da Sucata de Lata gera incentivos suficientes para sua coleta, viabilizando a recuperação de, praticamente, a totalidade do produto (97%) (SINIR, 2020).

Assim, a questão central do acordo setorial da lata de alumínio é garantir os mecanismos de mercado, que na prática, refere-se ao controle sobre o preço pago aos catadores autônomos e informais. De modo que para as empresas, elas já cumprem a PNRS, pois milhares de famílias “vivem” da reciclagem de Latas de alumínio e a qualificação desses agentes é suficiente para garantir a manutenção desse nível de reciclagem. No entanto, se o *design* da lata e seus incentivos econômicos são os responsáveis pelas altas taxas de reciclagem do produto no acordo setorial da *latinha*, os catadores autônomos não deixam de ser reconhecidos como os principais agentes responsáveis pela coleta das latas de alumínio, que junto com as sucatarias e os centros de coleta, formam o sistema mais relevante da logística reversa da lata de alumínio (SINIR, 2020). Porém, no ápice da instrumentalização da pobreza, tal reconhecimento serve para deixar de pagar ao poder público pela coleta seletiva, e conseqüentemente às cooperativas, pois:

Vale reforçar que o sistema da LR de Latas já está bastante estruturado, com agentes organizados e remunerados para sua atividade (...) **Isso implica que a remuneração dada ao sistema já incentiva corretamente a coleta em todas as suas vias (catadores autônomos, cooperativas, e outros)**. Dessa forma, o apoio dado pelos governos municipais para empresas contratadas e catadores/cooperativas não deve ser entendido como uma forma de viabilizar a coleta de Sucata de Latas. Esse incentivo está ligado aos demais materiais que apresentam sistemas de LR menos desenvolvidos. Portanto, para avaliar a relevância das Latas no custo da coleta realizada pelas prefeituras, deve-se considerar apenas o volume coletado diretamente pelas prefeituras (...) Pode-se concluir assim, que o sistema de LR das Latas não depende da coleta seletiva pública, **o que confirma que a coleta e consolidação de volumes de Sucata é feita principalmente por catadores autônomos e sucateiros**. (SINIR, p. 16)

Assim, com o sistema da lata que “limpa ao mesmo tempo que suja”, as associadas da Abal e da Abralatas que assinam o acordo setorial da *latinha*, deixam de pagar ao erário público, ao mesmo tempo que deixam de garantir a mínima infraestrutura ao catador autônomo e informal, controlando o preço de mercado que muda “do dia para a noite”. De modo que para a indústria da lata de alumínio, é o mecanismo de mercado que garante os altos índices de reciclagem da latinha, com qualificação e remuneração suficientes que já incentivam corretamente a coleta seletiva. No entanto, longe dos mecanismos de mercado, cabe observar as questões de Giosa (2010, p. 21; 23), que participou diretamente da implantação da logística reversa da latinha no Brasil:

Muitas respostas sobre a reciclagem parecem óbvias hoje (...) Mas no início até as perguntas eram difíceis de serem formuladas. Afinal, como me alertaram (...) num país que jogava (e ainda joga) comida e água fora, **quem iria catar latinha na rua?** E a vergonha de ser visto por algum conhecido? O preconceito das pessoas por se envolver com qualquer coisa associada ao lixo era enorme. Por onde começar? Como convencer os futuros parceiros a montar um círculo virtuoso que só existia na nossa cabeça? **E quem iria ajudar a ratear os custos de cada etapa da cadeia da reciclagem?** (...). Divagando um dia após o expediente, algumas ideias começaram a aparecer - “adulto tem preconceito, é difícil começar com eles. Talvez com crianças, mas como? E onde? Como coletar? Como atrair as pessoas? (...) A ideia de envolver crianças ganhou corpo porque poderíamos começar pelas escolas públicas, tão carentes de atenção quanto de recursos (...) concentrando nosso esforço e principalmente transformando a sucata em valor para as escolas. Descartamos pagar em dinheiro pelas latas usadas, dados os riscos óbvios. Ter supermercado como ponto de coleta bateu com a experiência da Reynolds lá fora, mas estávamos convencidos de que o modelo de lá, com imensas carretas no estacionamento, não iria funcionar aqui – afinal, o investimento era proibitivo (...). Assim foi-se moldando um embrião de ação. Associar escolas, para atingir o público infantil e arrastar pais e professores, e supermercados, para massificar a comunicação e tentar ganhar tempo e informações que permitissem dar os próximos passos”.

Como o investimento era proibitivo, para além do sistema “*cash for can*” e das ações de marketing nos supermercados criados pela indústria da lata de alumínio nos Estados Unidos, desde a década de 1960 (FULLER, 1978), a difícil tarefa de criar valor para a sucata da *latinha* no Brasil envolveu as escolas públicas. Como uma inovação, o Projeto Escola da então Reynolds Latasa<sup>146</sup> envolvia a troca de equipamentos, como computadores e

---

<sup>146</sup> Conforme Layrargues (2002, p. 7) “Em 1993, com a criação do Projeto Escola, a empresa insere-se com vigor no ambiente escolar. Voltado inicialmente para o público escolar, o Projeto Escola que, segundo Almeida Jr. (1997), está sendo adotado nos principais municípios brasileiros, conta atualmente com mais de 16.000 estabelecimentos associados, de escolas, restaurantes, igrejas, associações de moradores, condomínios, hospitais a unidades militares. O Projeto Escola consiste no estabelecimento de parcerias para o

impressoras, por latas descartadas. Discutindo a naturalização do trabalho precário e o papel do Estado na sua conformação, Lacerda (2014, p. 92) observa que:

A escola (pública) foi o meio necessário para a entrada do país no processo de massificação, ou melhor, a redução de custos, pois com a disseminação entre os alunos de que a lata de alumínio poderia ser trocada por outros produtos necessários e que isso contribuía com o meio ambiente, os pais desses estudantes passaram a “ajudar” na coleta e armazenamento desse material na escola. Assim, a consciência de que a lata de alumínio resguardava certo preço já estava posta e o ambiente escolar público é que foi um dos espaços fundamentais para se constituir o trabalho de coleta, armazenamento e venda desses resíduos aos depósitos maiores (...) Chega a ser bizarro o comentário de que os alunos gostavam de amassar com os pés as latinhas, realizando um trabalho para a indústria no interior de uma instituição pública e consentida pelos seus responsáveis (...) Não fosse a inserção dessa empresa em um meio em que há grande presença de filhos de trabalhadores que, normalmente, precisam de uma complementação de renda para se constituir enquanto força de trabalho, provavelmente o processo de constituição da coleta de recicláveis teria dificuldades.

De modo que sem o desemprego e os baixos salários que induzem à dupla jornada, não haveriam catadores de latinha, e a logística reversa da lata de alumínio teria que encontrar outros meios para a sua implantação. Afinal, quem iria catar lata na rua? E quem iria ajudar a ratear os custos de cada etapa da cadeia da reciclagem? Ainda conforme Giosa (2010, p. 39), sobre o grande salto do Projeto Escola:

Com as coisas andando bem, chegamos num impasse. Não dava para aumentar muito mais a rede de coleta em supermercados por conta dos custos com transporte, manutenção dos postos, sacos plásticos, material de decoração e limpeza. Precisávamos de algo para massificar ainda mais a reciclagem, reduzindo os custos com a logística.

É desse modo que os catadores de latinha não contam sequer com sacos para realizar a coleta, gerando também o “resíduo de saco esvaziado” observado eventualmente no Círio de Belém, e frequentemente no Carnaval de rua carioca e paulistano. Quem iria catar lata na rua, seriam os mesmo que iriam ratear os custos ali mesmo na fonte geradora, sem necessidade de nenhum material para a coleta ou EPI, nem de infraestrutura para o descarte, armazenamento, transporte, sem água e alimentação, coletando as latas no chão e nas sarjetas aos finais de semana, feriados, sob o sol a pino ou na chuva, nas madrugadas, durante ou

---

desenvolvimento de programas de educação ambiental e na troca de latas de alumínio vazias, limpas e prensadas por equipamentos como ventiladores de teto, computadores, bebedouros e máquinas copiadoras. Desde seu início, a Latasa já trocou latas de alumínio vazias por mais de 35.000 equipamentos com as instituições participantes do projeto. Segundo a empresa, essa troca constitui uma ótima oportunidade para a modernização desses estabelecimentos, carentes de recursos financeiros para a aquisição de tais equipamentos”.

após o trabalho, nos dias comuns e de festas, atualizando o paradoxo dos negros saneadores sem saneamento da história colonial brasileira, que Jesus (2017) denomina de cheiro do racismo. Sintetizado por Carolina Maria de Jesus na obra *Quarto de Despejo*, destacada pelo autor, trata-se da ausência do saneamento básico que confere “o odor da favela, cujo único perfume a exalar é o cheiro de lama podre, excrementos e pinga nas palavras dela” (JESUS, 2017, p. 76).

### 5.3 O CHEIRO DO RACISMO E A INJUSTIÇA AMBIENTAL DA RECICLAGEM DO ALUMÍNIO NA REDE DE FESTAS POPULARES BRASILEIRAS

Considerando que o termo “design industrial”, nos dias atuais, não é aplicável somente ao produto físico, mas se estende ao sistema do produto, que compreende o produto, o serviço e a comunicação” (FACO, 2013, p. 52), tanto os catadores de latinha como a rede de festas populares brasileiras se apresentam como uma rede de prestação de serviços e comunicação estratégica para o **sistema da lata de alumínio**. A indústria de bebidas é seu principal agente, transformada cada vez mais em animadora cultural e promotora de eventos<sup>147</sup>. Conforme Santos e Silveira (2006, p. 161), os avanços técnicos da indústria de embalagem, são “processos industriais que estabelecem solidariedades técnicas e organizacionais e que, por essa razão, aparecem amiúde em uma única indústria”. No Carnaval de 2020, somente a marca Skol, teve ativação da marca em 30 cidades (LARA; REIS; RODRIGUES, 2020), entre elas a cidade de São Paulo, cuja vocação empresarial alcança no pós-evento dos megaeventos mundiais o status de maior Carnaval do Brasil.

Assim como as demais etapas do ciclo de vida da lata de alumínio desde o alumínio primário, o setor de bebidas apresenta alto nível de concentração<sup>148</sup> e internacionalização, e conforme Cervieri Junior *et al* (2014, p. 94), “deve seu peso econômico à atuação das grandes empresas, que se dedicam à produção em larga escala de *semicommodities*

---

<sup>147</sup> A Dream Factory Comunicação e Eventos foi a empresa organizadora do Carnaval de rua oficial do Rio e também de São Paulo. Organiza o Carnaval do Rio até o presente, e com exceção do primeiro edital de patrocínio da festa, em que participaram 31 empresas, nos anos seguintes a Dream Factory foi a única empresa participante do edital (MACHADO, 2017). Em São Paulo, a morte de um folião em 2018 em decorrência da instalação de uma câmera de segurança irregular (ZYLBERKAN, 2018), bem como uma ação do Ministério Público contra a empresa e os ex-prefeitos João Dória e Bruno Covas, indicando irregularidades que “ficou evidente a ausência da livre competição, da possibilidade de participação de outros interessados” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO NOTÍCIAS, 2018), a Dream Factory deixou de organizar o Carnaval de Rua paulistano. Seu lugar foi ocupado pela Arosuco, fabricante de bebidas controlada pela Ambev em um processo também permeado de irregularidades (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2021).

<sup>148</sup> No segmento de refrigerantes, a Coca-Cola possui 61% e a AB-Inbev 19%, com 80% do mercado. No setor de cerveja, a AB-Inbev possui 67%, Heineken 18% e Grupo Petrópolis 13%, com 98% do mercado (CERVIERI JR, 2017).

competindo via marca e aumentando as margens de lucro por meio de ganhos produtividade”. Considerando o estágio tecnológico maduro do setor, o padrão de concorrência entre as líderes tem como variáveis mais importantes os maciços investimentos em marketing e o controle de canais de distribuição (CERVIERI JUNIOR *et al.*, 2014). É nesse quadro que os eventos de grande porte e megaeventos ganham importância estratégica para a indústria de bebidas e o sistema da lata, na medida que se tornam “momentos cruciais de venda, unindo pessoas e elevando experiências como Festas de São João, festas regionais e os Jogos Olímpicos. Estas são as principais oportunidades para ativar demanda e construir marcas” (AMBEV, 2016, p. 3). Seja como eventos proprietários, como o Skol Sensation, ou patrocinado, como o Carnaval, além da forte exposição de marca, megaeventos podem garantir a distribuição direta do produto e seu monopólio na comercialização.

Assim, já nos domínios da economia da experiência de Pine e Gilmor<sup>149</sup>, e da sociedade do sonho de Jensen, as emoções promovidas por experiências marcantes e memoráveis transformam-se em estratégia de venda, mobilizando serviços de lazer, turismo e entretenimento (TONINI, 2009), nos quais se insere a rede de festas populares brasileiras. É neste contexto que a arte e a cultura não se apresentam apenas como “instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio” (ARANTES, 2002, p. 48), fazendo das emoções peça-chave do modo de produção estético do capitalismo artista (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). De acordo com Hanson (2005), no campo do marketing, a economia da experiência se dá no âmbito do marketing de relacionamento, personalizado e direcionado ao indivíduo. É voltado tanto para o ambiente interno como externo, sendo o marketing interno (endomarketing) pré-requisito para o marketing externo. Ainda segundo o autor, surge da percepção de que conquistar novos clientes custa muito mais caro do que mantê-los, se caracterizando pelo “diálogo centrado nas necessidades do cliente e nos benefícios que podem ser auferidos pelo consumo de determinado produto ou serviço em contraste com o monólogo da propaganda centrada no produto e suas características” (HANSON, 2005, p. 940). Assim, não se trata mais do objeto, do produto, mas do sujeito, do consumidor e da sua subjetividade, capaz de garantir a retenção da clientela, cuja “recompensa, por sua vez, não precisa ter um custo elevado, bastando que represente algo que o cliente entenda como um valor” (HANSON, 2005, p. 941).

---

<sup>149</sup> B. Joseph Pine e James H. Gilmore, *The Experience Economy: Work is Theatre and Every Business a Stage*. Boston: Harvard Business School Press, 1999.

Qual o valor do Círio de Belém para os paraenses? Qual o valor da Oktoberfest em Blumenau? Qual o valor do Boi-bumbá em Parintins, em São Luís do Maranhão ou no Morro do Querosene, em São Paulo? E da Festa do Peão de Boiadeiro em Barretos? E das festas juninas no Nordeste e no Brasil? Qual o valor do Carnaval no País do Carnaval? Amor, paixão, devoção, identidade, pertencimento, memória, e tantos outros sentidos e significados que o “estado de efervescência coletiva”<sup>150</sup> das festas pode oferecer. Assim vai se delineando a economia do simbólico (FARIAS, 2005; LIPOVETSKY; SERROY, 2015), naquilo que não precisa ter custo elevado para conquistar o cliente, cujos gastos com patrocínio pela indústria, podem ainda ser abatidos por isenções fiscais via Lei Rouanet (ARRUDA, 2003; SANTOS, 2010). Assim é que o tempo-espaço extraordinário e espetacular das grandes festas populares brasileiras se transforma em reserva de mercado de grandes corporações.

Este é o caso do Carnaval de rua do Rio de Janeiro, patrocinado pela Ab-Inbev desde sua primeira edição, em 2010 (MACHADO, 2017), reproduzindo-se mais recentemente no Carnaval de rua paulistano desde 2017. É também do Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Belém, tendo como um de seus principais patrocinadores a Vale e o Bradesco, desde 2003 (MATOS, 2010). São patrocínios de longo prazo, “fidelizados”, como também de outras grandes festas, como o Boi-bumbá do Festival Folclórico de Parintins, patrocinado pela Coca-Cola desde 1995 (SIMON, 2010). A festa assume grande porte nas cidades de Parintins-AM e também em São Luís do Maranhão-MA, ambas registradas como complexos culturais no livro de celebrações do IPHAN. No entanto, é em Parintins, que se pode encontrar uma Coca-Cola azul (Fig. 5.16) para celebrar o Caprichoso, o boi da estrela azul, ao mesmo tempo que o Garantido, o boi do coração vermelho. Conforme Vieira (2014, p. 197), “A estratégia realizada pela Coca-Cola é uma saída oportuna para fazer uso de uma identidade que naturalmente não lhe pertence (...), mas que passa a ser apropriada a partir da “simpatia” e importância que a marca e suas ações conferem ao Festival”, que ao patrocinar igualmente o Boi Caprichoso e o Boi Garantido, confere valor adicional ao produto e a sua imagem institucional. Conforme Almeida (2020, n.p.), Coca-Cola e Ambev com “lucros bilionários e trabalhadores explorados, causam impactos negativos de todos os tipos e tamanhos no Amazonas e no Brasil”, que vai desde o plantio do guaraná e da cana de açúcar até seus vultuosos benefícios fiscais, que poderiam ser dirigidos aos cofres públicos.

---

<sup>150</sup> Conforme Amaral (1998, p. 25-26), para Durkheim e outros depois dele, “as principais características de todo tipo de festa são 1. a superação das distâncias entre os indivíduos 2. A produção de um estado de efervescência coletiva e 3. A transgressão das normas coletivas”.

Figura 5.16: Coca-Cola azul no Festival Folclórico de Parintins-AM



Fonte: Simon (2010).

É desse modo que as festas populares passam a estampar as latas de alumínio para bebidas, que diferente da FIFA ou dos anéis olímpicos do COI, são bens coletivos que não necessitam de licenciamento, contando frequentemente com edições especiais e comemorativas de latas de refrigerantes e cervejas. Face uma produção cada vez mais padronizada, a arte e a cultura, são chamadas para criar sua diferenciação e personalização, promovendo a diversidade homogênea, “a repetição na diferença, o mesmo na pluralidade” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 54). Além disso, ao vincular suas marcas às festas populares, os ganhos para a imagem institucional das empresas se dão de diferentes maneiras. Conquistando a simpatia da população local, bancos, mineradoras, telefonias, e fabricantes de bebidas, entre outros, podem garantir a aprovação de seus projetos e a ampliação do diálogo da marca com o público, visando sua legitimação (MATOS, 2010). Trata de conquistar “o coração” de consumidores, visitantes e da população. Assim, o marketing da emoção ou da experiência, conforme Hanson (2005, p. 995):

“É uma nova linha de atuação que tem sido o segredo do sucesso em um período em que a globalização transformou produtos e serviços em commodities, ou seja, em mercados maduros, onde produtos e serviços têm pouco a oferecer em termos de diferencial intrínseco, **o diferencial que resta está no íntimo do consumidor e a conquista de seu coração torna-se uma necessidade estratégica** (...) não há como falar de marketing de emoção sem mencionar o norueguês Rolf Jensen e seu livro *A sociedade do sonho* no qual ele afirma que: “Estamos no limiar de uma sociedade baseada em dados. **Enquanto a informação e a inteligência se tornam domínio dos computadores, a sociedade passará a dar um maior valor para a única habilidade humana que não pode ser automatizada: a Emoção**” (JENSEN, 1999). Ainda segundo ele, “Na nova Sociedade do Sonho, as empresas passarão a vender suas histórias. Quanto mais cativantes elas forem, melhor. É preciso arrebatar a emoção, além da razão... Para ter sucesso na sociedade do sonho é preciso ter



autenticidade... Mais do que contar uma boa história, é preciso ser uma boa história... Quando o cliente compra a história e o sonho, ele compra a marca que mexeu com a sua emoção”. O prosseguimento natural da busca da emoção no relacionamento comercial é o que os especialistas passaram a chamar de a experiência da marca.

Populares, únicas e irreprodutíveis, oferecendo a experiência da marca e a ocasião para o consumo de bebidas, a rede de festas populares brasileiras torna-se canal de distribuição estratégico para o sistema da lata de alumínio, superfícies comerciais onde a emoção é garantida, assim como o serviço de coleta seletiva dos catadores de latinha. Como embalagem, as latas de alumínio são veículo de vendas, “vendedor silencioso” que emerge com o supermercado<sup>151</sup> na aurora da sociedade de consumo e da “Grande Aceleração” do Antropoceno. Modelando a sociedade de consumo, entre miríades de embalagens descartáveis dos mais distintos materiais, as latas de alumínio se apresentam como a embalagem de bebida mais reciclada do mundo (FACO, 2013). Na “Grande Aceleração” do Antropoceno, além da função de acondicionamento, transporte, armazenagem, as embalagens passam também a vender o produto (ALBAC; RAZERA; ALVES, 2016), acompanhando “tendências sociais e culturais, incorporando aspectos do marketing ao design” (FACO, 2013, p. 111).

Os gastos da indústria de bebidas com embalagens descartáveis e recicláveis não são poucos. Para a indústria cervejeira, representa o maior custo de *commodities* sobre o produto vendido (Fig. 5.17), o que pode explicar seu avanço na cadeia produtiva nas duas pontas, com a produção direta das *latinhas* de um lado, e na promoção de eventos para a comercialização da bebida do outro. Assim como a Novelis na produção de chapas para latas, a AB-Inbev busca também garantir suas condições de monopólio. Participando tanto do mercado de cerveja como de refrigerantes, o alumínio representa 44% do custo em *commodities* do setor de bebidas, mais que o dobro dos custos com PET.

---

<sup>151</sup> Conforme Albac; Razera; Alves (2016 p. 49) a expressão vendedor silencioso “cunhada na década de 1960 pelo americano James Pilditch, autor do livro homônimo”, refere-se a substituição do balconista pela embalagem com o advento dos supermercados e a criação do sistema de autosserviço, que marca a relação direta do consumidor com o produto, sem intermediação de um vendedor.

Quadro 5.1: Participação de commodities no custo do produto vendido (CPV) de cervejas e refrigerantes - Brasil

	Mão de obra	Custos fixos e depreciativos de ativos industriais	Malte	Açúcar	PET	Alumínio	Outros
Cerveja	6%	20%	22%	-	-	32%	20%
Refrigerante	6%	20%	-	20%	20%	12%	22%

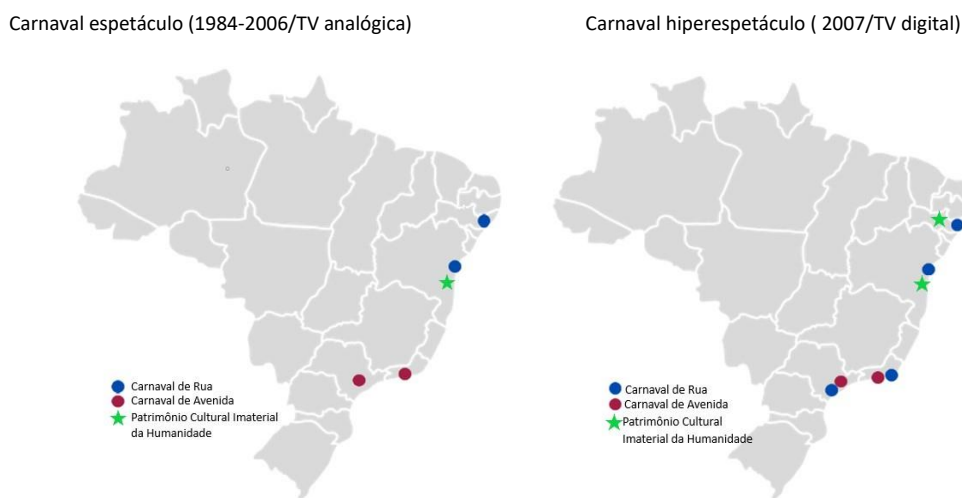
Fonte: Cervieri Júnior, 2017

Cabe destacar que a participação do alumínio no envase de bebidas é significativamente menor, e o seu alto custo, pode ser observado no setor de refrigerantes: enquanto o alumínio representa 12% dos custos e participa do envase de 16% da produção de refrigerantes, o PET representa 20% dos custos, participando do envase de 77% da produção (CERVIERI JUNIOR *et al.*, 2014). Assim, pode-se considerar que o alto custo do alumínio, que se expressa também nas sucatarias - servindo de justificativa para a ausência de ações de responsabilidade compartilhada e de integração social de catadores no acordo setorial da *latinha* -, implica em uma maior participação da indústria do alumínio nos ganhos do setor de bebidas brasileiro, terceiro maior do mundo, o que deveria aumentar a sua responsabilidade pelo ciclo de vida da *latinha*. Isso porque sob o princípio do poluidor-pagador, o impacto ambiental gerado pela produção e consumo deve ser suportado pelos agentes diretamente beneficiados pela atividade produtiva (LEMOS, 2011). Não por acaso, a AB-Inbev instala sua própria fábrica de copos e tampas de alumínio em Minas Gerais dado seus gastos com embalagem.

E quem se beneficia da atividade produtiva da lata de alumínio, um sistema que além do produto, compreende o serviço de coleta seletiva e forte esquema de comunicação? Além de fabricantes de alumínio primário e secundário, de embalagens, de bebidas, também não haveria responsabilidade nas grandes festas de produtores de eventos, dos meios de comunicação (que comercializam as imagens da festa e promovem a publicidade da lata) além dos patrocinadores? Como discutido neste trabalho, a responsabilidade sobre o lixo de evento, além de envolver um grande número de atores, esses também assumem muitas vezes papéis sobrepostos, como o patrocínio dos meios de comunicação (patrocinador-transmissor) e do setor de bebidas (patrocinador-fabricante-distribuidor-vendedor), o que também deveria ser considerado para efeito de responsabilidade compartilhada, individualizada e encadeada, pelo ciclo de vida do produto.

A questão que se coloca é de quem é a responsabilidade sobre o lixo de evento gerado nas grandes festas, formado em grande parte por embalagens descartáveis e recicláveis para bebidas e que é assumida pelos catadores de latinha no chão da festa, maior contingente de trabalhadores no serviço de coleta seletiva das grandes festas. No acordo setorial da lata de alumínio, os eventos são reconhecidos como fonte geradora da sucata, no entanto, não há nenhuma ação voltada para o setor. Considerando que são aproximados 170 mil catadores avulsos e informais em todo o país, concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste, polos regionais de turismo e de produção de imagem do Carnaval brasileiro (Fig. 5.17), cabe considerar o novo formato de Carnaval de rua que emerge no Rio de Janeiro. A “PPP carnavalesca”, que se reproduz em São Paulo e pelo país, com a disseminação da forma racionalizada de geração de resíduos, uma superprodução de lixo ativada por embalagens descartáveis, pelo credenciamento do comércio ambulante, pelo pagamento eletrônico e por forte esquema de publicidade que padroniza a paisagem festiva.

Figura 5.17: Polos regionais de turismo e de produção de imagem do Carnaval brasileiro



Fonte: A autora

Conforme Machado (2017, p. 5), “reinventado” pelo Poder Público, o Carnaval de Rua Oficial do Rio de Janeiro foi a intervenção cultural de maior valor no projeto da Cidade Olímpica Global, “extremamente funcional para a construção de uma localidade de consumo”. No entanto, suas bases encontram-se no Carnaval de Salvador, que junto de Recife e Olinda, conformaram o Carnaval de rua de grande porte na década de 1990, marcando o período do folião-telespectador e da complementaridade do Carnaval de rua do Nordeste e do Carnaval de avenida dos sambódromos no Sudeste. Como observado por

Santos (2010) entre 2003 e 2007, as condições de monopólio da cerveja, por meio de patrocínio amparado em isenções fiscais via Lei Rouanet, “ganhando nas duas pontas”, na promoção da imagem e na comercialização do produto, já são práticas da Ambev no Carnaval soteropolitano. Como elemento de diferenciação, a proibição do uso de cordas e venda de camisetas e abadás do Carnaval de rua “livre e gratuito” do Sudeste, marca já o período de competição entre as cidades e regiões pelo público e investimentos do Carnaval. Neste processo, o Carnaval de grande porte brasileiro vai se reconfigurando, com a patrimonialização de suas formas de expressão no Nordeste, com o tombamento do samba de roda do Recôncavo em 2006 e do frevo em 2012, e sua hipermercantilização com a “PPP carnavalesca” marcando o renascimento do Carnaval de rua no Sudeste.

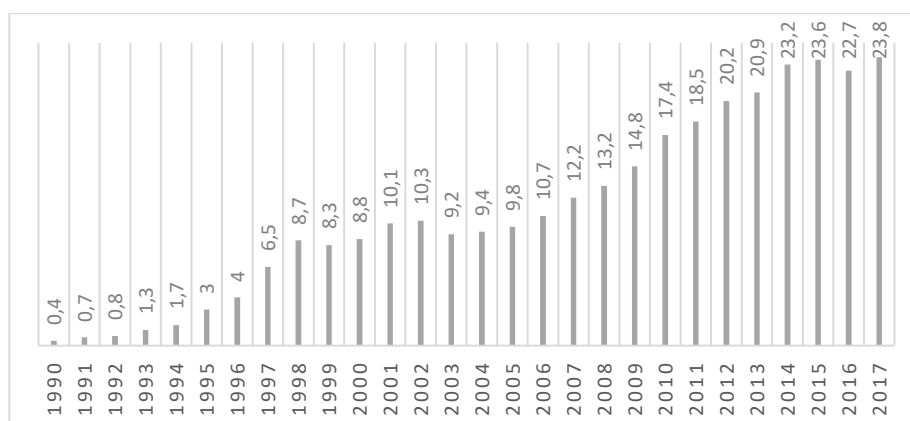
Como destacou a representante da Sebastiana (Associação de Blocos de Carnaval de Rua da Zona Sul, Santa Teresa e Centro da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro), enquanto o sambódromo tem capacidade para 32 mil pessoas, atualmente o Carnaval de rua reúne 4 milhões. Neste novo formato da festa, para Machado (2017) não cabe falar de privatização do espaço público, mesmo que temporariamente, como no formato do Carnaval de Salvador, mas de uma apropriação privada de outro tipo, destacando que sob uma lógica violadora de direitos, prevalece o interesse privado e especulativo sobre o interesse social com o suporte do próprio poder público. Para a autora, trata-se de uma normatividade ilegítima, de um “antidireito regulador”, em que a própria regulamentação da festa via decreto, não passa sequer pela participação da Câmara Municipal. Da ornamentação carnavalesca antes utilizada como forma de resgate dos espaços públicos, transformada em espaço publicitário do parceiro privado, com impacto de ordem visual e na identidade dos blocos, bandas e cordões, até o seu controle e organização, com a necessidade de cadastramento e prévia autorização para desfilas, regulando tempo e espaço dos blocos, para a autora trata-se da violação da liberdade de expressão cultural, da liberdade de reunião e manifestação no espaço público, e que sob o planejamento estratégico urbano com suas ações pontuais, a “infraestrutura que deveria ser pensada para atender a cidade como um todo fica restrita aos desfiles de blocos específicos e em partes específicas da cidade” (MACHADO, 2017, p. 123).

No Rio, nem mesmo o combativo Carnaval de rua não oficial consegue muitas vezes escapar do monopólio da cerveja e da padronização da paisagem festiva que emergem com a “PPP carnavalesca”. Isto porque que se dá um processo de “expropriação do território de trabalho” dos vendedores ambulantes de bebidas, a retirada do direito de uso do espaço

ocupado utilizado para o trabalho (QUEIROZ, 2017), ferindo também o princípio da livre concorrência, que “visa a proteger a economia dos oligopólios e monopólios que ameaçam o crescimento econômico e a realização da justiça social” (MACHADO, 2017, p. 122). Apesar do credenciamento de até 10 mil vendedores ambulantes, já transformados em representantes de venda nos editais de patrocínio da “PPP carnavalesca”, não há uma só estrutura no Rio ou em São Paulo capaz de atender esses trabalhadores para além da rede credenciada de distribuição das bebidas - que pagam pelo gelo que consomem, pelas taxas dos serviços financeiros das máquinas de cartão e podendo até pagar pelos guardas-sóis que padronizam a paisagem festiva, movimentando também um vigoroso comércio de “quentinhas”, observado, sobretudo, no Rio de Janeiro. Tais trabalhadores podem ainda tornarem-se moradores de rua ocasionais, dormindo no próprio local da festa, no centro da cidade, em virtude das longas distâncias de seu local de moradia, e não raro, encontram problemas com o transporte de carrinhos e caixas de isopor no transporte público, que pode ainda conter a mercadoria sobrando do final do dia.

Assim o “Carnaval negócio”, que emerge no ciclo dos megaeventos mundiais no eixo Rio-São Paulo, metrópoles globais da rede urbana brasileira, “foco de irradiação das decisões tomadas em escala global para as demais cidades do sistema” (IPEA; IBGE; UNICAMP, 2001, p. 106), aponta uma forte tendência de retomada das ruas e do espaço público pelas festas populares a partir da olímpica “PPP carnavalesca” com interesse direto da indústria de bebidas e suas estratégias de marketing globalmente pensadas e aplicadas. *País do Carnaval e Pátria de Chuteiras*, terceiro maior mercado mundial de cerveja e refrigerantes, a relação direta da festivalização com o aumento do consumo de bebidas e de latas de alumínio no Brasil pode ser observada nos anos de Copa do Mundo da FIFA, nas Copas da França (1998), do Japão-Coréia do Sul (2002), em que se destaca a conquista do pentacampeonato da seleção brasileira, e da Alemanha (2006), bem como o seu crescimento vertiginoso no período de realização dos megaeventos mundiais, iniciado em 2007 com os Jogos Pan-Americanos (Gráfico 5.2):

Gráfico 5.2: Vendas de latas de alumínio para bebidas – Brasil (bilhões de unidades)



Fonte: Abralatas (ANEXO 2)

É desse modo que as latas de alumínio no segmento de cerveja superam o vidro retornável alcançando 51% apenas recentemente (ABRALATAS, 2020), no pós-evento do ciclo dos megaeventos mundiais, diferente do PET, que rapidamente superou o sistema de embalagem retornável de vidro no segmento de refrigerantes (ABRALATAS, 2006). Apesar da entrada simultânea das embalagens descartáveis de alumínio e PET no mercado de bebidas no final da década de 1980, comparativamente, enquanto a entrada da lata de alumínio se deu de forma lenta, com rápida estruturação da logística reversa, com o PET se deu o contrário, com rápida entrada no mercado e lenta estruturação da logística reversa<sup>152</sup>. Tal fato pode estar relacionado ao alto custo do alumínio para a indústria cervejeira<sup>153</sup>, apontando também uma maior necessidade da reciclagem para a indústria de lata de alumínio, diferente do PET. Como destaca Steudevill (1993) o alumínio não poderia competir com o aço no segmento de latas com base nos custos do alumínio primário, sendo a reciclagem fundamental para a sua reprodução.

<sup>152</sup> O quadro atual da reciclagem do PET é de 51% (ABIPET, 2016), índice alcançado pelas latas de alumínio em 1994 (ABRALATAS, 2006).

<sup>153</sup> Conforme Palhares (2003 *apud* LIMA, 2007) o Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (SINDICERV), chegou a apoiar um projeto de lei para limitação das embalagens descartáveis no setor, de modo a garantir 80% do envase em garrafas de vidro (utilizadas ao ano em média de 4 vezes, com vida útil média de 7 anos). Conforme o autor “O fato é que de acordo com cálculos do Sindicerv, a embalagem retornável, no caso da cerveja, reduz o preço final do produto a ser pago pelo consumidor em até 25%, acervo de garrafas retornáveis de vidro em circulação no mundo. O Sindicerv estima em cerca de 5 bilhões de garrafas (de cerveja e refrigerante) retornáveis no mercado brasileiro e lamenta a pressão dos supermercados em favor de embalagens descartáveis, que elimina a necessidade de que se mantenham estoques para embalagens vazias nas lojas. O setor apóia medidas similares às adotadas em alguns países europeus, como a Alemanha, que possuem regulamentações favoráveis ao uso de garrafas retornáveis para bebidas. (Palhares, 2003, p.29 *apud* Lima, 2007, p. 56)

De modo que no sistema da lata de alumínio, o circuito das grandes festas se apresenta como uma rede de canais de distribuição direta das bebidas e de distribuição reversa das embalagens descartáveis de alumínio. Criando novos circuitos ideológicos, cuja inserção já não é mais possível como as concebidas no *Projeto Coca-Cola*<sup>154</sup> e no *Projeto Cédula*<sup>155</sup> do artista plástico Cildo Meirelles. Em sua obra *Inserções em Circuitos Ideológicos*<sup>156</sup> da década de 1970, o artista destaca que “Existem vários tipos de circuitos. Circuitos de controle centralizado, como a televisão, por exemplo, e circuitos de controle descentralizado. Entre esses, o que me interessa particularmente é o circuito de refrigerantes e bebidas, vendidos em garrafas de vidro” (ALVARENGA, 2019, p. 142). No período atual ocorre uma inversão, com o controle descentralizado da TV, na profusão de imagens técnicas da tela global, multiforme e multimídia do hiperespetáculo (LIPOVETSKY; SERROY, 2015) e o controle centralizado das embalagens de bebidas e também do dinheiro, já de alumínio e plástico. As embalagens retornáveis tornam-se descartáveis e recicláveis e o “dinheiro de plástico” dos cartões de crédito e débito, já se transformando em QRcode.

Figura 5.18: Inserções em circuitos ideológicos – Cildo Meirelles



Fonte: Alvarenga (2019)

<sup>154</sup> “Projeto Coca-Cola, realizado em 1970, consistia em coletar garrafas retornáveis de Coca-Cola, escrever nelas mensagens subversivas com teor político, e devolvê-las para circularem no meio comercial (...) são escritas mensagens como: Yankees, go home!; Qual o lugar do objeto de arte?; Projeto Coca-Cola – Gravar nas garrafas informações e opiniões críticas e devolvê-las à circulação; além de ilustrações explicativas de como confeccionar um coquetel molotov” (ALVARENGA, 2019, p. 137-138)

<sup>155</sup> “Em 1975, ele volta às Inserções em Circuitos Ideológicos com o Projeto Cédula, onde ele carimbava mensagens políticas nas notas de dinheiro. A frase mais famosa do trabalho foi: QUEM MATOU HERZOG?” (ALVARENGA, 2019, p. 148).

<sup>156</sup> “como diz Artur Freitas, é uma obra que “não é exatamente um objeto com margens precisas, mas uma proposta de ação” (ALVARENGA, 2019, 137).

Nestes novos circuitos ideológicos da acumulação do capital, circuito do controle centralizado do dinheiro e dos novos materiais, nos quais a lata de alumínio se torna “moeda” assumindo a própria “encarnação do valor” (LACERDA, 2014), a reciclagem da lata de alumínio pode ser entendida como um tipo de semiformalidade, na qual os catadores de latinha são reconhecidos na sua função, mas não nos seus direitos sociais e trabalhistas, já institucionalizado no acordo setorial da lata de alumínio (SINIR, 2020). Em última análise, não são reconhecidos nos seus direitos humanos, reproduzindo o paradoxo do negro saneador sem saneamento ou o “cheiro do racismo” (JESUS, 2017), realizando a coleta seletiva manual das *latinhas* nas sarjetas das grandes festas, em meio à “lama podre, excremento e pinga” e sem nenhum tipo de proteção, física ou social. Conforme Jesus (2020, p. 2) “desde o Brasil Colonial há um continuum de vivências sanitárias da população negra marcado pelo não acesso aos serviços de saneamento e seu consequente impacto na saúde ambiental dessa população”, em que historicamente, coube à população negra executar os serviços de saneamento que lhes são sistematicamente negados. O racismo ambiental, que pode ser intencional ou não (ASCELRAD, 2002), manifesto também no “cheiro do racismo”, na dimensão subjetiva do racismo brasileiro (JESUS, 2017), pode ser ainda percebido na transferência da responsabilidade da coleta seletiva da *latinha* para os pobres urbanos já na escola pública, considerada “carente de tudo” dando origem ao Projeto Escola da Reynolds Latasa. Conforme Giosa (2010, p. 42):

A escola vivia uma emoção que marcou cada um de nós. A todo momento, chegavam alunos, professores, funcionários, pais trazendo sacos e mais sacos cheios de latinhas usadas. O barulho das latas sendo amassadas e contadas não parava. O cheiro de bebida estragada e o chão sujo incomodavam, mas ninguém ligava. A comunidade deu um verdadeiro show de união, de solidariedade e de entusiasmo. Finalmente, em março, recebemos solenemente nosso primeiro computador. A escola era a primeira da América do Sul a conseguir equipamento através da troca de latas.

Da escola pública às festas populares, tornadas depósitos de resíduos na logística reversa da lata de alumínio, se dá assim o processo de exclusão planejada (JACINO, 2019), criado no Brasil desde a Abolição, na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, com a destinação sistemática das ocupações de menor status e remuneração para uma parcela da população excluída até o presente e identificada pela cor da pele. Uma dessas ocupações são os serviços de saneamento, para Jesus (2017; 2020) instrumento privilegiado de estigmatização desde o período colonial. É desse modo que Bosi (2008, p. 102) questiona



a suposta autonomia dos catadores, e as abordagens que consideram esta modalidade de trabalho como “autônomo”, uma “invenção” do próprio trabalhador, ou uma “oportunidade” em meio às reconhecidas mudanças no mundo do trabalho responsáveis pelo encolhimento do número de empregos “formais”, destacando a necessidade de “indagar quais as articulações existentes entre o trabalho dos catadores e o capital envolvido no empresariamento da reciclagem, de modo a revelar como são realizadas e reproduzidas historicamente as condições do trabalho dos catadores” (BOSI, 2008, p. 102).

Conforme Jesus (2017), tornado “coisa de escravo” e “serviço de preto” na divisão racial do trabalho, os serviços de saneamento se transformaram em marcadores de distinção social, em processos de objetificação e dejetificação do outro no qual a humilhação, a subjugação, a desumanização e a desclassificação social permitem a superexploração do seu trabalho. Assim, o autor destaca que o racismo não pode ser compreendido dissociado da superexploração econômica, atuando como fundamentação ética de relações assimétricas de poder entre os grupos beneficiados e prejudicados pela prática da discriminação. O “cheiro do racismo”, surgido já nos navios tumbeiros, com descrições de odor tão desagradável e cheiro insuportável, refere-se assim ao saneamento como produtor de estigma social que associa o odor à cor da pele, marcando o aspecto estrutural, objetivo e subjetivo do racismo brasileiro (JESUS 2017). Com base na obra de Robert Conrad, o autor observa a situação produzida pelo branco escravizador e transferida para o negro escravizado:

A insalubridade perpassava todos os lugares percorridos pelos negros, desde as condições de alojamento nos portos africanos de embarque aos depósitos e ruas de venda em terras brasileiras, onde comiam, dormiam e realizavam suas necessidades fisiológicas, e que somada às quantidades insuficientes de água (quente deteriorada) e comida (estragadas) propiciavam um estado cruelmente deplorável, prevalecendo um cheiro intolerável. É importante destacar que o Valongo (lojas e armazéns para alojá-los) como receptor dos negros escravizados surge a partir da decisão do Marquês de Lavradio de separar “essa espécie de gente” das “pessoas decentes”, para que estas ficassem longe do mau cheiro e do espetáculo terrível que aqueles propiciavam (JESUS, 2017, p. 97).

Assim é que para o autor, o saneamento como dispositivo político, tecnologia de privilégio racial, serviu para a construção do imaginário do “negro sujo e imundo” forjado pela elite branca nas suas diversas variações racistas. No entanto, destaca que “não é a falta de saneamento que produz tal cenário, mas o racismo nas suas múltiplas dimensões, que institui e naturaliza que algumas parcelas da população podem viver sem saneamento”

(JESUS, 2017, p. 125), reafirmando a colonialidade do racismo ambiental, atribuindo ao saneamento o poder/status de privilégio, e não de direito básico, até os tempos atuais.

Assim é que o discurso da moeda social, como uma “bondade cruel” (RUSSO *et al.*, 2018), inverte o trabalho precário em meio à “lama podre, excremento e pinga”, em benefício social da população vulnerável, amparado no legado da divisão racial do trabalho que faz da escravidão uma instituição total na formação histórica e social brasileira (SOUZA, 2017), valorizando a *latinha* por meio da desvalorização histórica dos serviços de saneamento. A “bondade cruel” como junção dos contrários, profanação, é uma carnavalização nos termos de Bakhtin<sup>157</sup>, que cantada na Marquês de Sapucaí pelo Grêmio Recreativo e Escola de Samba Paraíso do Tuiuti como referência à Lei Áurea, remete a própria inversão da justiça social (JACINO, 2017) quando ao final da escravatura houve a indenização dos escravizadores no lugar dos escravizados, reproduzindo até o presente a desigualdade sociorracial que marca o país:

quanto aos senhores, foram “eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos” e numa extraordinária inversão da justiça social foram indenizados pelo Estado enquanto o liberto “se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável pela sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza...”. A dificuldade de acesso a terra, o impedimento de acesso ao trabalho, a proibição à educação, a preferência dos empregadores pelos estrangeiros e a estigmatização social fez com que os ex-escravizados tivessem “que optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica incorporando-se a massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência...”. Como se não bastasse, quando conseguiam o tão almejado trabalho, pagamento dificilmente era equivalente ao pago para os demais trabalhadores devido a “propensão dos ex-senhores, mencionados, tenazmente pelos informantes negros e mulatos, se recusarem a pagar pelo serviço de negro” ou pela inclinação alternativa de lhe atribuir um valor vil, em flagrante contraste com o que sucedia, em situações análogas, no intercâmbio com os estrangeiros (JACINO, 2017, p. 56).

Assim é que se dá o processo de valorização do resíduo pelo catador e desvalorização do catador pelo resíduo, na produção sistemática de uma massa de desocupados e semi-ocupados desde a Abolição. Diferentemente dos países centrais, em que a reciclagem foi

---

<sup>157</sup> Conforme Discini (2016) o conceito de carnavalização foi desenvolvido por Mikhail Bakhtin em duas obras: *Festas Populares na Idade Média e no Renascimento* e *Problemas da Poética de Dostoiévski*. A partir do Carnaval, ritual de inversão, a carnavalização é a transposição da cosmovisão carnavalesca para a literatura, tanto como gênero, o sério-cômico, como uma categoria analisável nos textos, como na obra de Dostoiévski, indicando as inversões, ambivalências e ambiguidades.

viabilizada pela geração de grande quantidade de resíduos e estruturada por políticas públicas estabelecendo responsabilidades para fabricantes e consumidores, com o envolvimento de toda a população (FIGUEIREDO, 2012), no caso brasileiro, assim como na América Latina, a reciclagem tornou-se “possível e viável como negócio lucrativo somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores, desocupados ou semi-ocupados, convertível em catadores” (BOSI, 2008, p. 103), sendo estruturada pelo mercado e limitada aos materiais de maior rentabilidade, como é o caso do alumínio UBC. Por esse motivo a PNRS assume também dimensão social, pois “Reciclagem em níveis elevados e com inclusão social não é uma característica dos países centrais. Reciclagem que exige inclusão social sempre foi assunto e competência de territórios periféricos” (TEODÓSIO; DIAS; SANTOS, 2016, p. 33).

Assim é que a reciclagem da *latinha* se transforma em benefício social, com as inversões simbólicas do discurso da moeda social na sua “bondade cruel”. Um caso em que “interesses e arranjos de poder iníquos tem permitido que veneno dos ricos sejam oferecidos como remédios imediatos para a pobreza” (BULLARD, 2004, p. 41). Assim também como a própria extensão dos megaeventos mundiais para os países periféricos, com vistas a se integrar ao circuito das *world class cities*, para Horne (2010), uma nova forma de recolonização.

As intervenções do Estado orientadas pelo mercado, nos seus diferentes níveis, podem ser observadas no sistema da lata no Brasil desde a sua produção até o consumo. Do Estado autoritário, na instalação do parque industrial do alumínio primário na Amazônia, que garantiu ao Brasil a autossuficiência na produção do metal, fundamental para a produção de latas, até o Estado mínimo, neoliberal, com a festifavelização e a “PPP carnavalesca”. Como destaca a Abralatas (2006, p.7) sobre o início da produção de latas no Brasil:

“O estudo e o desenvolvimento da indústria de latas de alumínio foram iniciados na década de 1980, quando a Alcan Alumínio do Brasil Ltda. instalou um laminador a quente na sua unidade industrial em Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo. Tratava-se, à época, de um equipamento singular em toda a América Latina, criado para produzir chapas especiais destinadas à fabricação de latas de alumínio para bebidas gaseificadas. O laminador da Alcan representou o primeiro passo para o desenvolvimento desse produto no Brasil. Em 1982, o Brasil tornou-se autossuficiente na fabricação de alumínio primário – condição fundamental para a implantação de fábricas de chapa e, conseqüentemente, de latas de alumínio. Desde aquele ano houve um grande incentivo para o uso do metal com aplicação em diversos produtos que eram importados pelo país ou que utilizavam outras matérias-primas. Em 1988, depois de aperfeiçoadas tecnicamente, as chapas de alumínio de Pindamonhangaba

foram avaliadas em dois laboratórios no exterior: o da própria Alcan, no Canadá, e o da estadunidense Reynolds. A partir daí a Alcan deu início à produção no Brasil das chapas de alumínio específicas para latas, segmento com expressivo potencial de crescimento”.

De modo que desde as *joint venture* do planejamento regional, na associação do Estado com o oligopólio internacional do alumínio, como Alcan e Reynolds, duas das seis irmãs do alumínio (CICCANTEL, 2005), até a “PPP carnavalesca” do planejamento estratégico urbano, em parceria com a AB-Inbev, se apropriando do espaço público e simbólico em diversas cidades brasileiras, o Estado se apresenta como um agente importante na implantação e conformação do sistema da lata no Brasil. Seus resultados são os problemas socioambientais do lixão do Aurá na região metropolitana de Belém, onde também se situam Albras e a Alunorte, maior produtora de alumina do mundo (ABAL, 2018), que criadas com renúncias fiscais em nome do desenvolvimento em todas as esferas de governo (MONTEIRO, 2005), enfraquecem o poder público em favor de grandes corporações, deixando de atender as necessidades da população. São também seus resultados o próprio modelo atual da reciclagem da *latinha*, construído sistematicamente pela indústria desde a escola pública (LACERDA, 2014) e já institucionalizado com o acordo setorial.

A lata é assim um dispositivo tecnológico e de comunicação que permite a exploração em cadeia da cultura, do espaço público e do trabalho precário e informal de vendedores ambulantes e catadores de latinha, para o qual se coloca o desafio de um modelo de reciclagem para a equidade, e não para o lucro, como destacam os catadores organizados do MNCR. Um modelo capaz de alterar as regras de mercado de uma cadeia produtiva constituída sob o privilégio de monopólios, oligopólios e oligopsônios como na produção circular da lata de alumínio, na qual a concorrência só ocorre no nível da coleta entre os catadores e as pequenas sucatarias. Um novo modelo que pode surgir no chão da festa, de interesse direto da população, onde se concentram um grande número de catadores e é impossível não sentir o cheiro da “lama pobre, excremento e pinga”, sentido em seus cantos mesmo com a “lei do xixi” e inibidor de odores.

No ambiente festivo, tal modelo de reciclagem para a equidade, passa também pela criação de infraestrutura capaz de garantir o saneamento básico e o trabalho decente. No entanto, “modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados” (ODSBRASIL, 2021), não garante infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente. Especialmente, com a

eficiência aumentada no uso de recursos, tecnologias e processos industriais limpos. Como se viu no chão da festa, apesar da logística reversa consolidada das latas de alumínio, o sistema que limpa é o mesmo que suja, gerando embalagens secundárias e oferecendo aos catadores as piores condições de trabalho.

Intensiva em tecnologia, a eficiência no uso dos recursos da lata de alumínio vai além da reciclagem. Conforme Faco (2013, p. 118) “há dez anos um quilo de alumínio fazia 49 latas de refrigerante ou cerveja. Após diversas pesquisas, a utilização de espessuras mais finas da chapa de alumínio nas embalagens permitiu produzir 74 unidades com o mesmo quilo”. No modelo atual da coleta seletiva no Brasil, significa ao catador abaixar-se mais vezes no chão para obter o mesmo quilo do metal, pois assim como nas cidades coloniais, onde “o corpo negro era o próprio sistema de água, esgoto, drenagem e coleta de lixo *em que* A cidade dependia dos negros escravizados para limpar e remover a imundície” (JESUS, 2017, p. 65 – grifo nosso), o corpo do catador de latinha é o próprio sistema de logística reversa da lata de alumínio no chão das festas. Realizando a coleta seletiva, o transporte e a comercialização do material sem nenhum tipo de apoio ou infraestrutura, os catadores de latinha contam apenas com o incentivo do preço de mercado do alumínio UBC, alto se comparado aos outros materiais, mas que não é capaz de evitar o “resíduo de saco esvaziado”, não dispondo sequer dos sacos para a coleta seletiva do material.

Tal incentivo de mercado foi ainda observado, excepcionalmente, na pandemia de Covid-19, com a suspensão de eventos e aglomerações, tornados situações de risco. No período entre o Carnaval de 2017 e o 2020, o menor preço do quilo da lata foi de R\$ 2,50 e o maior de R\$ 3,50. Durante a emergência da Covid-19, o valor saltou para R\$ 6,00 reais em 2021, e R\$ 8,00 em 2022, apontando a importância dos eventos como fonte geradora da sucata, bem como o forte incentivo para a coleta seletiva, em um período em que não há consenso sobre seus riscos. Especialmente a *latinha*, que se apresenta como resíduo potencialmente contaminado, resíduo de limpeza urbana gerado no espaço público, cujo sistema de **descarte imediato ao consumo e coleta imediata ao descarte** demonstra os riscos, variações e fragilidades dos catadores, sem vínculo institucional na sua condição de trabalhador, pois enquanto o mercado é variável, as necessidades básicas não são.

De modo que a eficiência aumentada no uso de recursos se apresenta como uma nova fonte de rentabilidade econômica, uma nova forma de mercantilização da natureza (JIMENÉZ; HERNANDEZ, 2017) na qual a economia de recursos permite o aumento da produção de latas e sua capacidade de distribuição de cervejas e refrigerantes, induzindo ao

hiperconsumo de produtos reconhecidamente prejudiciais à saúde, individual e coletiva. De modo que “no se puede caer en la tentación de afirmar que un diseño, por ser natural, es sustentable y éticamente correcto (JIMENÉZ; HERNANDÉZ, 2017, p. 56). Na estreita ligação entre pesquisa científica e desenvolvimento industrial que marca a indústria do alumínio desde sua criação ao período atual (LE ROUX, 2016), haveriam laboratórios de pesquisa para promover a reciclagem para a equidade ou para mitigar os impactos socioambientais da produção do alumínio primário<sup>158</sup>, assim como os históricos laboratórios para o desenvolvimento de novas ligas e aplicações, como a redução da espessura das chapas da *latinha*?

Analisando a tecnopolítica do alumínio<sup>159</sup>, a relação entre poder e tecnologia na sua capacidade de induzir comportamentos, Arregui (2015) observa os impactos da extração da bauxita na Amazônia sobre a primeira comunidade quilombola a receber o reconhecimento legal de seu território, a comunidade de Boa Vista, situada em Oriximiná-PA. Destaca que as transformações operadas pela Mineração Rio do Norte (MRN), longe de serem interpretadas como “an intentional attack of the state and the mine on ‘quilombola culture’ (...) this process of transformation has been addressed as the consequence of the mine and the state’s seeking to ensure their social, economical and environmental control on the region (ARREGUI, 2015, p. 266). Nos grandes centros urbanos, a tecnopolítica do alumínio pode ser vista no sistema da lata, que sob o discurso da moeda social, pode mobilizar na catação mais que o dobro dos empregos diretos gerados pela indústria do alumínio, em condições de trabalho precário e insalubre, reproduzindo processos de objetificação e dejetificação que remontam o período colonial. Demonstra as limitações de setores de alto valor agregado,

---

<sup>158</sup> Cabe onforme Senra (2017), sobre a atual Hydro-Alunorte: “O governo da Noruega (...) é o principal acionista da mineradora Hydro, alvo de denúncias do Ministério Público Federal (MPF) do Pará e de quase 2 mil processos judiciais por contaminação de rios e comunidades de Barcarena (PA), município localizado em uma das regiões mais poluídas da floresta amazônica. Além de enfrentar ações na Justiça, a empresa até hoje não pagou multas estipuladas pelo Ibama em R\$ 17 milhões, após um transbordamento de lama tóxica em rios por uma de suas subsidiárias na região amazônica, em 2009. Segundo o Ibama, o vazamento colocou a população local em risco e gerou “mortandade de peixes e destruição significativa da biodiversidade”. Dono de 34,3% das ações da megaprodutora mundial de alumínio, o governo da Noruega ganhou manchetes em todo o mundo na última semana, após criticar publicamente o aumento do desmatamento na Amazônia”. Em matéria do ano seguinte, o autor completa “Além de um vazamento de restos tóxicos de mineração, que contaminou diversas comunidades de Barcarena, no Pará, a gigante norueguesa Hydro usou uma “tubulação clandestina de lançamento de efluentes não tratados” em um conjunto de nascentes do rio Muripi, aponta um laudo divulgado nesta quinta-feira pelo Instituto Evandro Chagas, do Ministério da Saúde. Após negar irregularidades, a Hydro admitiu, em nota, a existência do canal encontrado por pesquisadores” (SENRA, 2018).

<sup>159</sup> Conforme o autor “‘Technopolitics’ here refers not to a ‘political technology of the body’ nor to a ‘technology of government’ (...), but rather to a ‘politics of technology’, wherein technology is approached as something inseparable from a specific form of human-affected materiality” (ARREGUI, 2015, p. 254).

intensivo em capital e tecnologia, de promover o desenvolvimento social. Como destaca Santos (1997, p. 7-9):

Os objetos que nos servem são, cada vez mais, objetos técnicos, criados para atender a finalidades específicas. As ações que contêm são aprisionadas por finalidades que, raramente, nos dizem respeito. Vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas e das ações. É um discurso dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável à sua legitimação. Mas ambos esses discursos são, frequentemente, tão artificiais como as coisas que explicam e tão enviesados como as ações que ensejam (...). Ontem, a técnica era submetida. Hoje, conduzida pelos grandes atores da economia e da política, é ela que submete. Onde está a natureza servil? Na verdade, é o homem que se torna escravizado, num mundo em que os dominadores não se querem dar conta de que suas ações podem ter objetivos, mas não têm sentido. O imperativo da *competitividade*, uma carreira desatinada sem destino, é o apanágio dessa dissociação entre moralidade e ação que caracteriza a implantação em marcha da chamada "nova ordem mundial", onde os objetivos humanos e sociais cedem a frente da cena, definitivamente, a preocupações secamente econômicas, com o papel hoje onímodo da mercadoria, incluindo a mercadoria política. Não só a natureza é apresentada em frangalhos, mas também a Moral (...). Não basta, porém, o criticismo, para exorcizar esses perigos que nos rondam. Já em 1949, Georges Friedmann nos aconselhava a considerar que esse meio técnico "é a realidade com a qual nos defrontamos" e que, por isso, "é preciso estudá-la com todos os recursos do conhecimento e tentar dominá-la e humanizá-la".

A injustiça ambiental da reciclagem do alumínio nas grandes festas populares brasileiras, nas suas inversões materiais e simbólicas, coloca em questão os usos e intencionalidades dos novos materiais. Operacionalizada pelo dispositivo da *latinha* pela indústria cervejeira no epicentro do calendário festivo nacional e da rede de festas populares brasileiras, o Carnaval, se releva na falta de infraestrutura capaz de garantir o saneamento do ambiente festivo, induzindo ao consumo abusivo de álcool, ao descarte e à coleta seletiva no chão e à defecação a céu aberto. Orientada para o lucro, a reciclagem da lata de alumínio, reproduz a herança colonial em que "a mão escrava passava a vida limpando o que o branco sujava" (RENNÓ; GIL, 1996), apoiada no racismo estrutural e institucional que naturaliza condições de trabalho degradante, instrumentalizando a pobreza na sua "bondade cruel". Enquanto uns se divertem, outros trabalham, enquanto uns descartam o lixo no chão, outros se abaixam para recolhê-lo, e ambos sem o direito ao saneamento básico. A catação de *latinha* é um indicador de vulnerabilidade social, que ao contrário de reduzir a pobreza e a desigualdade sociorracial, atua na sua perpetuação. Para além da aplicação dos princípios do poluidor-pagador e protetor-recebido já previstos na legislação, com ações efetivas de responsabilidade compartilhada da indústria e de integração social de catadores, um modelo

de reciclagem para a equidade passa também pelo reconhecimento da perversidade do discurso da moeda social e do cheiro do racismo que exala, empestando suas ações.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como bem cultural de natureza imaterial, mecanismo operador de ligações, as festas populares se apresentam como um grande desafio para pesquisadores, “pois não se deixam capturar ou abater” (AMARAL, 2012). Sendo capazes de mobilizar multidões, se tornam também tempo-espaço privilegiado dos catadores de latinha e da logística reversa da lata de alumínio, servindo de espaço publicitário para grandes corporações, que padronizam a paisagem festiva. Especialmente, o setor de bebidas, indicando também a ineficácia da autorregulação de propagandas de bebidas alcóolicas, que nas festas populares podem ainda contar com subsídios fiscais via Lei Rouanet, aumentando seus ganhos econômicos.

Buscou-se demonstrar que, para o sistema da lata, as festas populares se configuram como uma rede privilegiada de canais de distribuição de bebidas e de distribuição reversa de embalagens descartáveis, que operados no chão da festa pelos vendedores ambulantes de bebida e pelos catadores de latinha, em condições de trabalho precário e insalubre, tornam-se *locus* de injustiça ambiental na reprodução e naturalização da degradação ambiental e a injustiça social. Como se viu, no ambiente festivo das grandes festas, se faz urgente e necessário a criação de infraestrutura decente de saneamento básico, no qual se inclui distribuição de água potável, instalações sanitárias e lixeiras capazes de suportar a superprodução de resíduos, com políticas de responsabilidade compartilhada e integração de catadores que podem se inserir nas emergentes políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial.

Ao analisar o período dos megaeventos mundiais, em que se dá a regulamentação da limpeza urbana em escala nacional, com os marcos regulatório do saneamento básico e dos resíduos sólidos, foi possível observar seus impactos com a entrada formal de cooperativas de catadores no serviço de limpeza urbana das festas, e a criação de diferentes formas de inserção de catadores, como no modelo único-institucional do Círio e o modelo espetacular do Carnaval do Rio, com ações de responsabilidade compartilhada, reproduzido recentemente em São Paulo pela mobilização dos catadores. Tal período, marca mudanças tanto nas festas como na limpeza urbana, com processos de patrimonialização e turistificação, e um novo formato de Carnaval que emerge no Rio de Janeiro, já se reproduzindo pelo país. A festivalização, impulsionada pelos megaeventos mundiais, reforça

ainda mais a necessidade de políticas de saneamento e de promoção da saúde ambiental nos espaços públicos de convivência.

A pesquisa, ao observar a reciclagem das latas de alumínio nas grandes festas pelos referenciais da ecologia política e da justiça ambiental, buscou demonstrar as inversões materiais e simbólicas do discurso da moeda social, os circuitos ideológicos que transformam o trabalho precário e insalubre em benefício social e naturalizam a injustiça social e a degradação ambiental. A pesquisa, indicando que as embalagens descartáveis e recicláveis de bebidas são os principais resíduos gerados nas grandes festas, sejam sagradas ou profanas, aponta a necessidade premente de responsabilização da cadeia produtiva pelo ciclo de vida do produto e de ações de integração social dos catadores. No caso da *latinha*, mesmo sua alta reciclabilidade amparada no sistema de **descarte imediato ao consumo e consumo imediato ao descarte**, operado por ambulantes e catadores de latinha, gera resíduos de embalagens secundárias e o “resíduo de saco esvaziado” que acabam coletados pelo serviço público de limpeza urbana. Como melhor expressão da ausência de infraestrutura para a coleta seletiva das *latinhas*, o “resíduo de saco esvaziado” gerado pelos catadores de latinha, demonstra a perversidade da reciclagem regulada pelas leis de mercado e pela economia do autointeresse. Com a entrada formal das cooperativas, a pesquisa mostra também um processo em curso de transformação das operações especiais de limpeza urbana, no qual se estrutura um sistema formal de logística reversa dos plásticos em coexistência com um sistema consolidado e informal de logística reversa da lata de alumínio. As cooperativas, comparativamente, com melhores condições de trabalho, acabam por demonstrar que apesar do maior valor residual do alumínio, a catação de latas é o sistema que oferece as piores condições de trabalho para os catadores.

Pela perspectiva da justiça ambiental, a pesquisa buscou uma aproximação com um tema ainda pouco estudado: o racismo ambiental e sua relação com as políticas de resíduos sólidos. Tais políticas, de acordo com os princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor, devem passar pela criação de um modelo de reciclagem para a equidade, como defendem os catadores, capaz de reduzir as desigualdades sociais e raciais que marcam o país. Tal modelo, que ainda está para ser inventado, pode encontrar nas festas populares seu *locus* privilegiado, para a criação de uma economia justa e solidária orientada para o desenvolvimento humano. Neste campo, há ainda tudo por fazer, pois como demonstraram as formas de geração ritualizada do Círio de Belém e a racionaliza do Carnaval de rua de

São Paulo e do Rio, há processos particulares que incidem tanto na geração como no gerenciamento dos resíduos. Nesse sentido, conhecer as festas, seus atores, bem como as formas de geração e gerenciamento de resíduos se faz necessário, o que o presente trabalho se apresentou apenas como uma aproximação. Especialmente, as associações festivas, que capazes de mobilizar um grande número de pessoas, se apresentam como atores importantes para o controle social das políticas de resíduos no ambiente festivo. Como se viu, mesmo de forma incipiente, os catadores de latinha apresentam novas formas de coleta seletiva, estabelecendo sacos em locais estratégicos que dispensam a necessidade da coleta no chão e nas lixeiras, bem como os longos percursos que marcam a forma atual da coleta seletiva nas grandes festas. O reconhecimento do seu trabalho implica também no reconhecimento dessas novas formas, que podendo ser ampliadas para outros materiais, podendo ser capazes de criar novos sistemas de descarte e manejo dos resíduos no ambiente festivo dando um grande salto civilizatório, para que ninguém mais tenha que jogar o lixo no chão e ninguém mais tenha que se abaixar para recolhê-lo.

Por último, sobre os novos materiais, os tecnofósseis, marcadores geológicos da grande aceleração do Antropoceno, cabe ainda destacar que os plásticos estão para a poluição dos oceanos o que o alumínio, metal leve, está para a poluição do espaço sideral. Face à turistificação espacial que se anuncia, e à massa de satélites artificiais que conecta a tecnosfera, o lixo espacial também é um problema ambiental que em breve, a humanidade, e quiçá, o oligopólio internacional do alumínio, terão que resolver. No sistema da lata no Brasil, Ball e Novelis, o berço do tecnociclo da *latinha*, atuam também no setor aeroespacial.

## REFERÊNCIAS

- ABAL. *Anuário Estatístico* – Edição especial 35 anos ABAL. ABAL, 2005.
- ABAL. *Anuário Estatístico*. São Paulo, ABAL, 2011.
- ABAL. *Anuário Estatístico/Statistical Yearbook*. São Paulo, ABAL, 2015. 95 p.
- ABAL. *Anuário Estatístico/Statistical Yearbook*. São Paulo, ABAL, 2018. 92 p.
- ABAL. *Novelis inaugura quatro novos Centros de Coleta no Brasil*. São Paulo, 2020.  
Disponível em:  
<https://abal.org.br/noticia/novelis-inaugura-quatro-novos-centros-de-coleta-no-brasil/>.  
Acesso em: 30 ago. 2020.
- ABEOC. *II Dimensionamento Econômico da Indústria de Eventos no Brasil – 2013, 2014*.  
Disponível em: <http://www.abeoc.org.br/wp-content/uploads/2014/10/II-dimensionamento-setor-eventos-abeoc-sebrae-171014.pdf>. Acesso em jan.2016.
- ABNT. *NBR 12980*. Coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos. 1993.
- ABNT. *NBR ISO 20121*. *Sistema de gestão para sustentabilidade de eventos – requisitos com orientação de uso*. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.
- ABNT. *NBR 16004*. *Eventos – Classificação e terminologia*. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.
- ABNT. *NBR 16513*. *Organizador de eventos – Competências pessoais*. Rio de Janeiro: ANBT, 2016b.
- ABNT. *NBR16566*. *Eventos – Sistemas de Gestão de Segurança – requisitos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2016c.
- ABNT. *NBR 16698*. *Organização de eventos – diretrizes para boas práticas*. Rio de Janeiro: ANBT, 2018.
- ABNT. *NBR 6032*. *Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas*. Rio de Janeiro: ABNT, 1989.
- ABRALATAS. *A história de sucesso da lata de alumínio no Brasil e no mundo*. Brasília: ABRALATAS, 2006. 23 p.
- \_\_\_\_\_. *CADE reconhece monopólio da chapa*. 15 ago. 2009. Disponível em:  
<http://www.abralatas.org.br/cade-reconhece-monopolio-da-chapa>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- \_\_\_\_\_. *Fabricante com presença em 11 países chega ao Brasil e trabalha pela redução da quantidade de alumínio por lata*. Brasília, DF, 2018. Disponível em:  
<https://www.abralatas.org.br/novo->

[associado/#:~:text=%E2%80%9CEstamos%20trabalhando%20fortemente%20para%20sermos,que%20o%20setor%20encara%20com](#). Acesso em: 25 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Lata ganha mercado e já envasa mais de 50% da cerveja produzida no país. Brasília, DF, 2019. Disponível em <https://www.abralatas.org.br/lata-ganha-mercado-e-ja-ensava-mais-de-50-da-cerveja-produzida-no-pais/>. Acesso em: 10 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Localizações. Brasília, DF, [2021]. Disponível em: <https://www.abralatas.org.br/>. Acesso em: 15 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Nova Fabricante. Companhia europeia acerta aquisição de unidades industriais da Ball no Brasil. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.abralatas.org.br/nova-fabricante/> Acesso em: 25 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. *Saiba a localização das fábricas de latinhas*. 2017a. Disponível em: <http://www.abralatas.org.br/#containerAbralatas>. Acesso em: 17 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. *Tributação verde valoriza a produção e o consumo de baixo impacto ambiental e orienta um modelo de desenvolvimento sustentável, defende Abralatas*. 2017b. Disponível em: <https://www.abralatas.org.br/tributacao-verde-valoriza-a-producao-e-o-consumo-de-baixo-impacto-ambiental-e-orienta-um-modelo-de-desenvolvimento-sustentavel-defende-abralatas/>. Acesso em: 17 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. *Mundo: índices de reciclagem da lata de alumínio para bebidas (1991 a 2015)*. Disponível em: <http://www.abralatas.org.br/grafico/grafico-8/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Fabricantes de cerveja, vem aí o prêmio: lata + bonita*. 2021. Disponível em: <https://www.abralatas.org.br/#containerAbralatas>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ABRAMPA. Nota técnica da ABRAMPA: sobre a proposta de termo de compromisso para o aperfeiçoamento do sistema de logística reversa de latas de alumínio para bebidas – 2020. Belo Horizonte, 18 set. 2020. Disponível em:

<https://abrampa.org.br/abrampa/uploads/images/conteudo/Nota%20Tecnica%20-%20TERMO%20DE%20COMPROMISSO%20LOGISTICA%20REVERSA.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenv. e Meio Amb.*, Curitiba, n. 5, p. 49-60, jan./jun. 2002.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Est. Avançados*, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ALBACHI, D., RAZERA, D., ALVES, J. Design para a sustentabilidade e a relação histórica das embalagens com questões ambientais. *MIX Sustentável*. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 45-52, maio 2016. Disponível em:

<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/mixsustentavel/article/view/1295>. Acesso em: 10 out. 2021.

ALMEIDA, C. Coca e Ambev: impactos negativos de todos os tipos e tamanhos no Amazonas (e no Brasil). *O joio e o trigo*, [s. l.], 25 jun. 2020. Disponível em:

<https://ojoioeotrigo.com.br/2020/06/coca-e-ambev-impactos-negativos-de-todos-os-tipos-e-tamanhos-no-amazonas-e-no-brasil/>. Acesso em: 6 jul. 2021.

ALVARENGA, J. L. de D. **Quer pagar quanto?** Intervenções em lugares comerciais. 2019. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36828>. Acesso em: 5 set. 2021.

ALVES, I. M. da S. *O carnaval devoto: um estudo sobre a Festa de Nazaré, em Belém*. Petrópolis: Vozes, 1980. 110 p. (Coleção Antropologia, 13).

AMADO, J. *O país do carnaval*. 46 ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

ANDRADE, M. L. A.; VIEIRA, J. R. M.; CUNHA, M. S. Latas para cervejas e refrigerantes: o desafio alumínio X aço. *BNDES Setorial*. n. 7, p. 3-28, 1998. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2480>. Acesso em: 10 ago. 2017.

AMARAL, R. Para uma antropologia da festa: questões metodológico-organizativas do campo festivo brasileiro. In. PEREZ, L. F.; AMARAL, L.; MESQUITA, W. F. (org.) *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

\_\_\_\_\_. *Festa à brasileira: significados do festejar no país que “não é sério”*. 1998. 380 p. Tese. (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

AMARANTE, L. Largo da Banana, onde nasceu o Memorial. *Rev. Memorial Amér. Lat.*, São Paulo, n. 48, p. 14-17, 2013. Disponível em: <http://www.memorial.org.br/wp-content/uploads/2007/03/revista48-port.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2016.

ANDRADE, M. L. A. de *et al.* Embalagens metálicas para bebidas. Gerência Setorial de Mineração e Metalurgia. BNDES. 1998.

ANCAT. *Pessoas que cuidam de resíduos, cuidam do planeta*. (2021). Disponível em: <https://www.ancat.org.br/>. Acesso em: 28 ago. 2018.

AO LADO de Bia, Dória exalta o carnaval de São Paulo: “maior do Brasil”. *Veja*, São Paulo, 23 fev. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/ao-lado-de-bia-joao-doria-exalta-carnaval-de-sao-paulo/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

APLICATIVO para iPhone localiza os blocos de carnaval do Rio de Janeiro. App conta com geolocalização dos blocos integrado ao GPS do iPhone. Gratuito, serviço facilita a vida dos foliões durante a festa. *Portal G1*, São Paulo, 23 fev. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/02/aplicativo-para-iphone-localiza-os-blocos-de-carnaval-do-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 17 ago. 2017.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In. ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). *A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, p. 11-74, 2002.

ARQUIDIOCESE DE BELÉM, BASÍLICA SANTUÁRIO DE NAZARÉ, DIRETORIA DA FESTA. Arraial de Nazaré – cartilha de orientações básicas. 2016.

ARRASTÃO DOS BLOCOS. *Manifesto Arrastão dos Blocos Carnaval*. 19 fev. 2019.

Disponível em: <https://www.facebook.com/arrastaoblocos/posts/2564348593637798>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ARRUDA, M. A. N. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. *Tempo Soc.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 178-193, 2013.

ARREGUI, A. Amazonian quilombolas and the technopolitics of aluminum. *Journal of Material Culture*, Thousand Oaks, v. 20, n. 3, p. 249-272, 2015.

AYRES, M. Cade aprova extensão de contrato da Ambev com Cerpa. *Exame*, São Paulo, 12 nov. 2014. Disponível em: <https://exame.com/negocios/cade-aprova-extensao-de-contrato-da-ambev-com-cerpa/>. Acesso em: 10 maio 2017.

AZEVEDO, A. M. Sambas, orixás e arranha-céus: a música de Geraldo Filme. *Cad. Pesq. do CDHIS*, v. 25, n.1, p. 47- 69, 2012.

\_\_\_\_\_. São Paulo Negra: Geraldo Filme e a geografia do samba paulista. *Rev. ABPN*, v. 6, n. 13, p. 313-328, 2014.

BALLARINI, H. *Carnaval de rua de São Paulo 2018*. Disponível em: <https://fotospublicas.com/blocos-de-rua-em-sao-paulo/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BAPTISTA, V. G. S. *Avaliação do legado ambiental para as cidades-sede dos jogos olímpicos e paralímpico*. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

BELO, V. L. *O enredo do carnaval nos enredos da cidade: dinâmica territorial das escolas de samba em São Paulo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BELÉM. Secretaria Municipal de Saneamento. *Projeto Executivo – Contratação direta de cooperativa para serviços de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos passíveis de reutilização, reuso e reciclagem para o bairro de Nazaré*. Maio 2015. Disponível em: <http://ww3.belem.pa.gov.br/www/wp-content/uploads/TERMO-DE-REFEFR%C3%80NCIA-BAIRRO-NAZAR%C3%89-COLETA-SELETIVA-nova-vers%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BIBLIOTECA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cerimônia de início das transmissões da TV digital no Brasil - São Paulo. 2 dez. 2017. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/audios/2007-audios-lula/02-12-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-cerimonia-de-inicio-das-transmissoes-da-tv-digital-no-brasil-sao-paulo-sp/view>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BLOCO FLUVIAL DO PEIXE SECO. *Carta aberta ao arrastão dos blocos, demais blocos e cordões de São Paulo e a quem possa interessar*. 10 ago. 2017. Disponível em: <http://zagaiaemrevista.com.br/carta-aberta-ao-arrastao-dos-blocos-demaiss-blocos-e-cordoes-de-sao-paulo-e-a-quem-possa-interessar/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BLOCOS, público, investimento, ambulantes: veja números grandiosos do carnaval de rua

pelo país. *GI*, [Rio de Janeiro], 19 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/carnaval/2020/noticia/2020/02/19/blocos-publico-investimento-ambulantes-veja-numeros-grandiosos-do-carnaval-de-rua-pelo-pais.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. *Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007*. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 2

1 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 8 jan. 2007.

BRASIL. *Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 de agosto de 2010.

BRASIL. *Objetivos de desenvolvimento sustentável: indicadores brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável*. [Brasília], 2021. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRINGHENTI, J. *Coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos: aspectos operacionais e da participação da população*. 2004. Tese (Doutorado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BOLAÑO, C.; VIEIRA, V. G. R. TV digital no Brasil e no mundo: estado da arte. *Eptic On-Line* (UFS), Aracaju, SE, v. 6, n. 2, p. 102-134, 2004.

BONIN, R. Fim de festa. *Veja*, São Paulo, 13 dez. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/fim-de-festa/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BORDALO, C. A. L. Os conflitos socioambientais pelo uso da água no Brasil na perspectiva da ecologia política. *Ambientes*, Paraná, v. 1, n. 2, p. 78-110, 2019.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, [São Paulo], v. 23, n.67, p. 101-116, 2008.

BULLARD, R. D. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68.

CARNAVAL de São Paulo recebe 867 inscrições de blocos de rua. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 nov. 2021. Cotidiano.

CABRAL, S.; KRANE, D.; DANTAS, F. A Dança dos blocos, empresários, políticos e técnicos: condicionantes da dinâmica de colaboração interorganizacional do carnaval de Salvador. *Revista O&S*, Salvador, v. 20, n. 64, p. 145- 163, jan./mar. 2013.

CARDIM, R. A.; ROCHA, S. A.; SANTOS, W. F. L. A Indústria das Latas de Alumínio como inspiração para a Indústria Têxtil. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.5, p. 48439 -48455, may. 2021.



CARDOSO, J. G. da R. *et al.* A indústria do alumínio: estrutura e tendências. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 33, pág. 43-88, mar. 2011.

CARNEIRO, J. B.; FONTES, N. D. Turismo e eventos: instrumento de promoção e estratégia de marketing. *Rev. Tur. em Anál.*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 65-74, 1997.

CARVALHO, D. F.; CARVALHO, A. C. Complexo do alumínio e seus efeitos em cadeia para trás e para frente na economia da Amazônia: uma análise estrutural focada na matriz de contabilidade social. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo23.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CARVALHO, M.; Gagliardi, C. Setor de turismo como indicador da reconfiguração metropolitana de São Paulo. In: CARVALHO, M.; GAGLIARDI, C. (org.). *Megaprojetos, Megaeventos, Megalópole: a produção de uma nova centralidade em São Paulo*. São Paulo: Olhos d'Água, p. 35-51, 2015.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 45, p. 152-166, jul. 1996.

CASTILHO, A. L. Ambev contratou empresa para evitar chuvas em São Paulo durante o carnaval 2020. *Brasil de Fato*, [s. l.], 18 fev. 2020.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica. *Est. Avançados*, [São Paulo], v. 26, n. 74, p. 35-50, 2012.

CEMPRE. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://cempre.org.br/o-cempre/>. Acesso em: 30 jun. de 2021

CEMPRE. CEMPRE Review 2015. São Paulo [2015].

CERVIERI JUNIOR, O.; TEIXEIRA JUNIOR, J. R.; GALINARI, R.; RAWET, E. L.; SILVEIRA, C. T. J. O setor de bebidas no Brasil. *BNDES Setorial*, n. 40, p. 93-130, set. 2014. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3462/1/BS%2040%20O%20setor%20de%20bebidas%20no%20Brasil\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3462/1/BS%2040%20O%20setor%20de%20bebidas%20no%20Brasil_P.pdf). Acesso em: jun. 2017.

CERVIERI JUNIOR, O. Bebidas. In: *Panoramas setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 2017. p. 69-79.

CICCANTELL, P. Globalização e desenvolvimento baseado em matérias-primas: o caso da indústria do alumínio. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, PA, v. 8, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/52>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CONCAVES. *Quem Somos*. Blog CONCAVES, Belém, [201-?]. Disponível em: <http://concaves.blogspot.com/p/historia.html>. Acesso em: 9 dez. 2016.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. *Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*. [v. 3], jun. 2014. Disponível em: [https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014\\_web.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf).

Acesso em: 20 out. 2018.

COUTINHO, E. G. *Os Cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

COSTA, A. M. D. A Festa dentro da Festa: Recorrências do modelo festivo do circuito bregueiro no Círio de Nazaré em Belém do Pará. *Campos – Rev. Antrop.*, Paraná, v.7, n.2, p. 83-100, 2006.

COSTA, S. S. A implementação da política nacional de resíduos sólidos no Brasil: três anos após sua sanção – o que já foi feito. In: Santos, M. C. L. (org.). *Design, Resíduos & Dignidade*. São Paulo: Olhares, p. 159-162, 2014.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBRET, J. B. *Maison a louer, cheval et chèvre a vendre*. 1835. 1 gravura, p & b, 24,1 x 34,6 cm. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3743>. Acesso em: 10 ago. 2019.

DEMAJOROVIC, J.; LIMA, M. *Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores*. São Paulo: Editora Senac SP, 2013.

DIAS, S. L. F. G.; TEODÓSIO, A. S. S. Estrutura da cadeia reversa: “caminhos” e “descaminhos” da embalagem PET. *Produção*, [Santa Catarina], v. 16, n. 3, p. 429-441, set./dez. 2006.

DIAS, S. L. F. G. Consumo & resíduos: duas faces da mesma moeda. *GV Executivo*, São Paulo, v. 14, p. 38-41, jan./jun. 2015.

DISCINI, N. Carnavalização. In: BRAIT, B. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

DREDGE, D.; WHITFORD, M. Policy for sustainable and responsible festivals and events: institutionalisation of a new paradigm – a response. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, v. 2, n. 1, p. 1–13, 2010.

DYNIWICZ, L. Marcas trocam o camarote pelas ruas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,marcas-trocam-os-camarotes-pelas-ruas,70001654278>. Acesso em: ago. 2017.

EJA ATLAS. Aurá Dump y la lucha de los Wastepickers informales de Belém, Pará, Brasil. 2019. Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/aura-dump-and-the-struggle-of-belems-informal-wastepickers-para-brazil?translate=es>. Acesso em: 15 set. 2021.

ESPINHO, R. S. *Marketing de experiência no carnaval de rua do Rio de Janeiro 2020: o caso da Ame Digital*. 2021. TCC (Graduação em Administração) – Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54316/54316.PDF>. Acesso em: 30 ago. 2021.

FACO, L. C. *A inserção de requisitos ambientais na metodologia de projeto em design: investigação dos aspectos a serem considerados no ciclo de vida da lata de alumínio para bebidas no país*. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FANFARRA CLANDESTINA. *Apesar da PM, o bloco Clandestino foi lindo de se ver e viver!* São Paulo, 25 fev. 2019. Facebook: Arrastão dos Blocos. Disponível em: <https://www.facebook.com/fanfarraclandestina/posts/2274251579517988>. Acesso em: 10 mar. 2019.

FARIAS, E. *Ócio e negócio: festas populares e entretenimento-turismo no Brasil*. 2001. 511 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. Economia e cultura no circuito das festas populares brasileiras. *Soc. e Est.*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 647-688, 2005.

\_\_\_\_\_. Transitividades nos circuito e cenários das festas espetáculos populares. *Latitude*, [Alagoas], v. 10, n. 1, p. 134-153, 2016.

FERREIRA, M. Procissão do Cirio 2017. In: *FOTOS PÚBLICAS*. Disponível em: <https://fotospublicas.com/milhares-de-fieis-vaos-as-ruas-de-belem-saudar-a-rainha-da-amazonia-no-para/>. Acesso em: 30 out. 2017.

FIÉIS poderão acompanhar trajetória da berlinda via GPS. *Portal G1*, Pará, 10 out. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2012/noticia/2012/10/fieis-poderao-acompanhar-trajetoria-da-berlinda-gps.html>. Acesso em: 5 abr. 2018.

FIGUEIREDO, F. F. A contribuição da reciclagem de latas de alumínio para o meio ambiente brasileiro. *Ar@cne Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, n. 127, 1 dic. 2009.

FIGUEIREDO, F. F. Similitudes na gestão dos resíduos sólidos urbanos em países centrais e periféricos. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 17, n. 975, p. 1-13, mayo 2012.

FILLETI, A. A influência da limpeza da sucata de latas na reciclagem. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE RECICLAGEM DE ALUMÍNIO, 2., 1995, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ABAL, 1995.

FLORES, M. O contexto propositivo da sustentabilidade. In: FLORES, M. *Sustentabilidade, governança e megaeventos: estudo de caso dos jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 3- 24.

FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1985.

FRANGIOTTI, N. *O espaço do carnaval na periferia da cidade de São Paulo*. 2007. 160 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FRYDBERG, M.; KOSSAK, A; MACHADO, G.P.O bloco produto e o produto no bloco: tensões e relações entre economia e cultura no carnaval dos blocos de rua do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 8, 2016, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. Disponível em: [http://www.enec2016.sinteseeventos.com.br/resources/anais/7/1475621047\\_ARQUIVO\\_BlocoProduto\\_ProdutoNoBloco.pdf](http://www.enec2016.sinteseeventos.com.br/resources/anais/7/1475621047_ARQUIVO_BlocoProduto_ProdutoNoBloco.pdf). Acesso em: 7 maio 2017.

FULLER, D. A. Recycling consumer solid waste: a commentary on selected channel alternatives. *Journal of Business Research*, v. 6, n. 1, p. 17–31, 1978.

GAMA, M. Brasil é campeão mundial na reciclagem de lata de alumínio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 jun. 2016. Seminários Folha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2016/06/1784363-brasil-e-campeao-mundial-na-reciclagem-de-latas-de-aluminio.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2017.

GARCÍA, S. Referencias históricas y evolución de los plásticos. *Revista Iberoamericana de Polímeros*, España, v. 10, n. 1, Enero, p. 71-80, 2009.

GETZ, D. Event tourism: definition, evolution, and research. *Tourism Management*, [s. l.], v. 29, n. 3. p. 403–428, 2008.

GETZ, D. Policy for sustainable and responsible festivals and events: institutionalization of a new paradigm. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, [s. l.], v.1, n. 1, p. 61–78, 2009.

GETZ, D. The Nature and Scope of Festival Studies. *International Journal of Event Management Research*, Australia, v. 5, n. 1, p. 1–47, 2010.

GIOSA, J. R. *A moeda de lata: como a reciclagem de latinhas se tornou um sucesso no Brasil*. São Paulo: Técnica Comunicação Industrial, 2010.

GLOBO. Carnaval invade a programação da GloboNews. *Comunicação Globo*. Rio de Janeiro, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://imprensa.globo.com/programas/globo-news/textos/carnaval-invade-a-programacao-da-globonews/>. Acesso em: 10 mar. 2018.

GODOY, S. R. *Muito além da lata de lixo: a construção da política pública e a organização do mercado de limpeza urbana no município de São Paulo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GONÇALVES, P. *A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos*. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003. 182 p.

GRIMM, F. C. A. *O uso do território e coexistências entre empresas de refrigerantes no Brasil*. 2002. 160 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

HALL, C. M. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. *The Sociological Review*, [Reino Unido], v. 54, n. 2, p. 59- 70, 2006.

HALL, C. M. Sustainable mega-events: beyond the myth of balanced approaches to mega-events sustainability. *Event & Management*, [s. l.], v. 16, p. 119–131, 2012.

HANSON, Dennis Relacionamento com clientes como política empresarial. II Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT’2005 94.

HANNIGAN, J. *Sociologies ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARAWAY, D. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica* - pesquisa, jornalismo e arte I, Campinas, ano 3, n. 5, 2016.

HARDY, C.; MAGUIRE, S. Discourse, Field-Configuring Events, and Change in Organizations and Institutional Fields: Narratives of DDT and the Stockholm Convention. *Academy of Management Journal*, USA, v. 53, p. 1365–1392, 2010.

HARVEY, D. A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. In: Moraes, Denis (org.) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização da cultura e poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In. DAVIS, M. *et al: Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

HENRIQUE, M. C. Do ponto de vista do pesquisador: o processo de registro do Círio de Nazaré como Patrimônio Cultural Brasileiro. *Amazônica*, [Belém- PA], v. 3, n. 2, p. 324-346, 2011.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da justiça ambiental e sua construção no Brasil. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002, Indaiatuba, SP. *Anais [...]*. São Paulo: ANPPAS, 2002.

HERCULANO, S. “Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental”. In: SEMINÁRIO CEARENSE CONTRA O RACISMO AMBIENTAL, 1., Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/seleneherculano/publicacoes/la-como-ca.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

HERSCHMANN, M. Apontamentos sobre o crescimento do Carnaval de rua no Rio de Janeiro no início do século 21. *Rev. Bras. Ci. Comun.*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 267-289, 2013.

HORNE, J. D. Cricket in Consumer Culture: Notes on the 2007 Cricket World Cup. *American Behavioral Scientist*, [USA], v. 53, n. 10, p. 1549- 1568, 2010.

IBGE. *Sinopse do censo demográfico 2010: Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00>. Acesso em 10 mai. 2017.

IPEA; IBGE; UNICAMP. *Configuração atual e tendências da rede urbana*. Brasília: Ipea, 2002. 390 p. (Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil, vol. 1).

IPEA. *Pesquisa sobre pagamento por serviço ambiental urbano para gestão de resíduos sólidos*. Brasília: IPEA, 2010. Disponível

em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8858](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8858). Acesso em: 2 maio 2017.

\_\_\_\_\_. *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável*. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacao\\_social\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf). Acesso em: 15 ago. 2017.

IPHAN. *Dossiê Iphan I: Círio de Nazaré*. Brasília: IPHAN, 2006. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos\\_Cirio\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_Cirio_m.pdf). Acesso em 12 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Círio de Nossa Senhora de Nazaré - Belém (PA). *Portal do IPHAN*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/55>. Acesso em: 12 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Patrimônio Imaterial. *Portal do IPHAN*. Brasília, 2014b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234#:~:text=Em%202004%2C%20uma%20pol%C3%ADtica%20de,foi%20institu%C3%ADdo%20pelo%20Decreto%20n%C2%BA>. Acesso em: 17 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil*. Brasília: IPHAN, 2006b.

INTERNATIONAL ALUMINIUM INSTITUTE. *Global Aluminium Recycling: A Cornerstone of Sustainable Development*. London, 2006. 32 p.

INTERNATIONAL CONGRESS AND CONVENTION ASSOCIATION. *A Modern History of International Association Meetings 1963-2012*. 2013

INTERNATIONAL CONGRESS AND CONVENTION ASSOCIATION. *Statistical Report 2015 - Public Abstract*. 2016.

ISSBERNER, L.; LÉNA, P. Antropoceno: os desafios essenciais do debate científico. *O Correio da Unesco*, n. 2, p. 7-10, 2018.

JACINO, R. Que morra o “homem cordial”: crítica ao livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. *Sankofa Rev. Hist. da África e de Est. da Diáspora Africana*, São Paulo, v. 10, n 19, p. 33-63, ago. 2017.

\_\_\_\_\_. *Desigualdade racial no Brasil - causas e consequências*. São Paulo, Imó, 2019.

JESUS, V. *Coisas negras no quarto de despejo: saneando subjetividades, corpos e espaços*. 2017. 148 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017.

\_\_\_\_\_. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. *Saúde e Sociedade*. v. 29, n. 2, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519>. Acesso em: 30 jun. 2021.

JESUS, T. S. A. Carnaval brasileiro: expressão da cultura popular adaptando-se aos efeitos das tecnologias contemporâneas. *ARJ - Art Research Journal: Revista de Pesquisa em Artes*, [UFRN], v. 5, n. 2, jul./dez. 2018. p. 1-16.

JIMÉNEZ, N.; HERNÁNDEZ, O. R. Biomimesis y adaptación tecnológica en el Antropoceno: una lectura desde la ecología política. *Ecología Política*, [s. l.], n. 53, p. 56-60, 2017.

LACERDA, L. M. de. *O lixo do capital: uma crítica ao processo de reciclagem de materiais enquanto reposição crítica das categorias modernas*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

LAMPEL, J.; MEYER, A. D. Field-configuring events as structuring mechanisms: how conferences, ceremonies, and trade shows constitute new technologies, industries, and markets. *Journal of Management Studies*, [USA], v. 45, n. 6, p. 1.025-1.035, 2008.

LATASA RECICLAGEM. Latasa o maior grupo de reciclagem do Brasil. 25 ago. 2020. Facebook: @LatasaReciclagem. Disponível em: <https://www.facebook.com/LatasaReciclagem/posts/4224357124304645>. Acesso em: 6 mar. 2021.

LAYARGUES, P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (org.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 179-220.

LEAL, A. C.; THOMAZ JÚNIOR, A.; GONÇALVES, M. A. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 177-190, 2002.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001. 343 p.

LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEITÃO, A. Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o séc. XXI. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, Portugal, v. 1, n. 2, p. 149-171, Sept. 2015. ISSN: 2183-3826.

LEITE, P. R. *Logística reversa, meio ambiente e competitividade*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

LEMOS, P. F. I. Resíduos sólidos e responsabilidade civil pós-consumo. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2012.

LEVIN, T. Marcas de cerveja já estão prontas para a folia. *Meio e Mensagem*, 16 fev.2017. Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2017/02/16/as-coes-das-cervejas-no-carnaval.html>. Acesso em: ago. 2017.

LIMA, D. R. *O Fenômeno da reciclagem de lata de alumínio no Brasil: inovação tecnológica, oligopólios e catadores*. 2007. 201 p. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Ambiental) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília,

Brasília, 2007.

LIMA, D. R.; SIMÕES, A. F.; MERCEDES, S. S. Eventos públicos, ganhos privados: limpeza urbana e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) no renascimento do Carnaval de rua paulistano. *Ambiente e Desen.*, Paraná, v. 42, p. 242-270, dez. 2017.

LINO, H. F. C. *A indústria de reciclagem e a questão ambiental*. 2011. 291 p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LITTLE, P. E. Os desafios da Política Ambiental no Brasil. In: Little, P. E. (org.). *Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Petrópolis; Brasília: IIEB, p. 13-24, 2003.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

LOPES, J. R. Círio de Nazaré: agenciamentos, conflitos e negociação da identidade amazônica. *Relig. e Socie.*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 155-181, 2011.

\_\_\_\_\_. *Festas e religiosidade popular: estudos antropológicos sobre agenciamentos, reflexividades e fluxos identitários*. Porto Alegre: Cirkula, 2014a.

\_\_\_\_\_. Coleções de Fé, fluxos materiais e hibridismos nas festas religiosas. *Ci. Soc. e Relig.*, Porto Alegre, n. 20, p. 134-153, jan./jun. 2014b.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013.

LUMMERTZ, V. O maior Carnaval do Brasil. *Portal do Governo de São Paulo*. São Paulo, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/artigos/o-maior-carnaval-do-brasil/>. Acesso em: 18 maio 2020.

MACHADO, F. A. S. *Ei você aí, me dá um dinheiro aí? Conflitos, disputas e resistências na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2017.

MACHADO, R. W. G. A construção da política nacional para população em situação de rua. *Temporalis*, Brasília, v. 20, n. 39, p. 102-118, jan./jun. 2020.

MACHINI, M. L. F.; Roza, E. A. “É tradição e o samba continua”: percursos, disputas e arranjos do carnaval de rua na cidade de São Paulo. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 23, p. 1- 22, 2018.

MAGNI, A. A. C.; GÜNTHER, W. M. R. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. *Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 1, p. 146-156, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100011>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MAIA, F. Carnaval de rua do Rio de Janeiro 2018. *Fotos públicas*. Disponível em:



<https://fotospublicas.com/carnaval-de-rua-fogo-e-paixao-centro-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MALTA, R. B. A sociedade dos sonhos: uma nova lógica que rege os espetáculos midiáticos. *ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 195-209, set./dez. 2009.

MANTILLA, I.; SALCEDO, A. El marketing experiencial y su impacto en los consumidores: caso Redbull. 2015. Trabajo de grado (Mercadeo Internacional y Publicidad) - Facultad de Ciencias Administrativas y Economicas Mercadeo Internacional y Publicidad, Universidad Icesi. Santiago de Cali, 2015. Disponível em: [tps://repository.icesi.edu.co/biblioteca\\_digital/bitstream/10906/78956/1/TG01118.pdf](tps://repository.icesi.edu.co/biblioteca_digital/bitstream/10906/78956/1/TG01118.pdf). Acesso em: 12 abr. 2017.

MARQUES, R. M. F.; MELO, M. M. Folia midiática: breve história da participação da imprensa na construção do carnaval carioca. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFF, 2015.

MARQUES, R. M. F. *Carnaval 2.0: as transformações da cobertura midiática dos Desfiles das Escolas de Samba a partir das transmissões colaborativas da Web*. 2016. 160 p. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

MARTÍNEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2017.

MATOS, L. S. *Belém em festa: a economia lúdica da fé no Círio de Nazaré*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3216>. Acesso em: 16 maio 2018.

MONTEIRO, M. de A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100012>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MONTES, V. A; CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo de eventos: promoções e parceiras no Brasil. *Rev. Tur. em Anál.*, v. 14, n.1, p. 40-64, maio. 2003.

MORAES, D. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (org.). *Mídia, Poder e Contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, p. 19-52, 2013.

MORIGI, V. J. *Narrativas do encantamento: o maior São João do mundo, mídia e cultura regional*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007.

MNCR. *Nota Pública: Programa de Pagamentos de Serviços Ambientais*. Portal do MNCR. São Paulo, 18 maio 2011. Disponível em: <http://www.mnrcr.org.br/artigos/nota-publica-psau-programa-de-pagamentos-de-servicos-ambientais-urbanos>. Acesso em: 13 mar. 2017.

NA LATA. Direção: Quico Meirelles. [São Paulo]: 02 Filmes, 2017a. 1 vídeo (7min) “*Ó abre alas*”. web série. Disponível em: <http://o2filmes.com/noticias/9842/na-lata-episodio-1/>. Acesso em: 15 mar. 2017.

NA LATA. [São Paulo], 2017b. 1 vídeo (6min). Homenagem aos catadores de latinha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mCaKIrD0R3o&t=284s>. Acesso em: 18 jun. 2017.

NELSON, A.; CARVALHO, A.; FERRI, E. Carnaval 4.0: a experiência/tecnologia em um processo colaborativo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO EM MÍDIAS INTERATIVAS, 7., 2020, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Media Lab / BR; São Paulo: PUC-SP, 2020. p. 20-31.

NO GOGÓ. 01 Episódio [201-]. 1 vídeo (4min58) “Como nasce um samba...”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TmiOP7zvrWQ&t=53s>. Acesso em: 15 set. 2020.

NOGUEIRA, M. O. *A construção social da informalidade e da semiformalidade no Brasil: uma proposta para o debate*. Brasília: IPEA, 2016.

NOVELIS inaugura centro de coleta de latas de alumínio no Rio de Janeiro. *Revista Alumínio*, [São Paulo], 4 ago. 2021. Disponível em: <https://revistaaluminio.com.br/novelis-inaugura-centro-de-coleta-de-latas-de-aluminio-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 3 out. 2021.

NOVELIS instala centro de coleta em Campinas Empresa, uma das principais do mercado de alumínio reciclado, estima recolher 500 toneladas/mês. *Correio Popular*, Campinas, 18 fev. 2014. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/novelis-instala-centro-de-coleta-em-campinas/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

NOVELIS Pindamonhangaba anuncia expansão das operações de laminação de alumínio na América do Sul. *Portal do Alumínio*, São Paulo, [2017]. Disponível em: <http://portaldoaluminio.com.br/noticia/novelis-pindamonhangaba-anuncia-a-expansao-das-operacoes-de-laminacao-de-aluminio-na-america-do-sul>. Acesso em: 11 jul. 2017.

OLIOZI, A. C. C. *O carnaval na tv: análise da transmissão dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro nas telas das Tvs Brasil e Globo*. 2019. 195 p. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) - Universidade Federal Fluminense. 2019.

OLIVEIRA, C. D. M. *Geografia do turismo na cultura carnavalesca*. São Paulo: Paulistana, 2007.

OLIVEIRA, S. A.; MELLO, E. V.; PEIXOTO, M. N. (2017) Zonas de sacrifício e (in) justiça ambiental: construção de espaços marginalizados em Volta Redonda (RJ). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 8., 2017, Natal. *Anais [...]*. Natal: ANPPAS, 2017. p. 1-18.

OLSSON, G.; LAVALL, T. P. Os limites e as possibilidades do estado-nação na promoção do trabalho decente no marco da agenda 2030 Da Organização Das Nações Unidas. *Rev. Opin. Jur.*, Fortaleza, v. 18, n. 28, p. 115-144, maio/ago. 2020.

OIT. *Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social*. Genebra: OIT, 2015. 202 p.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. *Informe global sobre la industria de reuniones*. Madrid: OMT, 2014.

PALHARES, M. F. *Impactos do marketing “verde” nas decisões sobre embalagens das*

*cervejarias que operam no Brasil*. 2003. 140 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PAIVA, R. A. Eventos e megaeventos: ócio e negócio no turismo. *Rev. Bras. Pesq. em Tur.*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 479-499, set./dez. 2015.

PAULA, A. C. *Estudo do campo organizacional de reciclagem de latas de alumínio no Estado do Rio de Janeiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, F. Carnaval de rua de São Paulo se torna um dos maiores do país com 495 blocos inscritos. São Paulo, 5 fev. 2017. *Rede Brasil Atual*. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/entretenimento/2017/02/carnaval-de-rua-de-sao-paulo-se-torna-um-dos-maiores-do-pais-com-495-blocos-inscritos> . Acesso em: ago. 2017.

PEREIRA, T. N. D. *et al.* A reciclagem de alumínio no Brasil e o mercado internacional: uma análise quantitativa. *Planejamento e Políticas Públicas*, [Brasília, DF], n.47, 2016. p 289-303.

PEREZ, L. F. Festa para além da festa. In. PEREZ, L. F; AMARAL, L.; MESQUITA, W. F. (org.). *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 21-42.

PINZÓN, F. M. (coord.). *Análise da eficiência energética em segmentos industriais selecionados: segmento alumínio*. [Rio de Janeiro]: EPE, 2017. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-314/topico-407/PRODUTO%20Vpublicacao.pdf#search=ALUMINIO>. Acesso em: 5 jul. 2021.

PIMP MY CARROÇA. *Catadores dando dicas de como separar seus resíduos em casa – Cataflix #4*. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (17min). Publicado pelo canal YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PvJf2zhaKKs&t=111s>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PINHO, P. M. Avaliação dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos na Amazônia brasileira. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PORTO, M. F. de S.; FINAMORE, R.; FERREIRA, H. Injustiças da sustentabilidade: conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. *Rev. Crit. de Ci. Soc.*, Coimbra, n. 100, 2013. p. 37-64.

QUARESMA, L. F. *Relatório Técnico 62: perfil do alumínio*. Projeto de assistência técnica ao setor de energia. [S. l.] set. 2009. Disponível em: [http://www.jmendo.com.br/wp-content/uploads/2011/08/P37\\_RT62\\_Perfil\\_do\\_Alumxnio.pdf](http://www.jmendo.com.br/wp-content/uploads/2011/08/P37_RT62_Perfil_do_Alumxnio.pdf). Acesso em: 2 jul. 2021.

QUEIROZ, A. F. *Do direito à cidade para o direito ao trabalho: ocupação e expropriação de “territórios de trabalho” por vendedores ambulantes em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia*. – Salvador, 2017. 281 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. 2017.

RANZAN, E. M., MAURICIO, A. L.; SOUSA, R. P. L. A aplicação da NBR ISO 20121 na gestão da sustentabilidade em eventos: o fortalecimento da marca por meio da produção de eventos mais sustentáveis em Santa Catarina. *Criar Educação*, Santa Catarina, 2016. Ed. especial. Trabalho apresentado no 2º Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação, Santa Catarina, 2016. Disponível em:

<http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2848/2633>. Acesso em: 15 jan. 2018.

RAMOS, L. *O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais*. Texto para Discussão n. 1255. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

RECICLABR. INSTITUCIONAL. São Paulo, 2021. Disponível em:

<http://www.gruporeciclabr.com.br/pt/grupo-recicla-br/institucional>. Acesso em: 3 out. 2021.

RENNÓ, C.; GIL, G. *Todas as letras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

RIBEIRO, F. T. Brasil – futuras cidades Olímpicas: Rio de Janeiro. Sede dos Jogos Pan-Americanos 2007. In: DACOSTA, L. (org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Decreto Estadual 45.692 de 17 de julho de 2016*. Decreta estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro*, 17 jun. 2016. Disponível em:

[http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folder/s/site\\_fazenda/legislacao/tributaria/decretos/2016/DECRETO%20N.%C2%BA%2045692%20DE%2017%20DE%20JUNHO%20DE%202016.htm](http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folder/s/site_fazenda/legislacao/tributaria/decretos/2016/DECRETO%20N.%C2%BA%2045692%20DE%2017%20DE%20JUNHO%20DE%202016.htm). Acesso em: 15 jun. 2017.

RIO DE JANEIRO (Município). *Relatório GRI de sustentabilidade da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4150419/4104385/Relatorio\\_GRI\\_Relatorio\\_RJ\\_2011.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4150419/4104385/Relatorio_GRI_Relatorio_RJ_2011.pdf). Acesso em: 30 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. *“Carnaval do Rio 2018”*. Caderno de encargos e contrapartidas. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/91366/4244573/CadernodeEncargos3.FaseRevisaoFinal05.111.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

\_\_\_\_\_. *Prefeitura apresenta agenda do Carnaval 2018*. Portal Prefeitura Rio. Rio de Janeiro, 11 jan. 2018. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=7604860>. Acesso em: 30 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. *Patrimônio Imaterial*. Portal Prefeitura Rio. 2021. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/patrimonio-imaterial>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ROLNIK, R. Dramas e delícias do carnaval. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 fev. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2015/02/1587229-dramas-e-delicias-do-carnaval.shtml>. Acesso em: 5 nov. 2016.

ROMERA, L. A. Copa do Mundo e cerveja: impactos intangíveis de um megaevento. *Movimento*, Porto Alegre, n. 20, v. 2, 2014, p. 775-798.

- ROSE, G. *Visual methodologies: an introduction to the interpretation of visual materials*. London: Sage, 2007.
- ROUX, Muriel Le (2015) From Science to Industry: The Sites of Aluminum in France from the XIX to the Twentieth Century, *Ambix*, 62: 2, 114-137, DOI: 10.1179 / 1745823415Y.0000000001.
- RUSSO, C. *et al. Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão? Samba enredo Paraíso do Tuiuti* 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tVW1r74uLTY>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização*. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. 174p.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SANTOS, F. B. P. Carnaval e administração pública: o papel dos governos locais na configuração das festas. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, v. 7, n. 2, p. 61-74, 2010.
- SANTOS, M. C. L. Lições das cidades de plástico e papelão: resíduos, design e o panorama visto da margem. In: SANTOS, M. C. L. (org.). *Design, Resíduos & Dignidade*. São Paulo: Olhares, p. 41-56, 2014.
- SANTOS, L. G. L. *À sombra da globalização: um estudo sobre o carnaval de rua do Rio de Janeiro através das páginas do jornal O Globo*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.
- SÃO PAULO. (Estado). Lei 12.300 de 16 de março de 2006. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, v. 116, n. 51, p. 1, São Paulo, 17 mar. 2006.
- \_\_\_\_\_. Ministério Público do Estado de São Paulo. Núcleo de Comunicação Social. *Ajuizada ação contra prefeito e ex-prefeito por irregularidades no carnaval de São Paulo*. São Paulo, 28 jul. 2018. Disponível em: [www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id\\_noticia=18847643&id\\_grupo=118](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=18847643&id_grupo=118). Acesso em: 10 jun. 2019.
- SÃO PAULO. (Município). *Lei 7.100, de 29 de dezembro de 1967*. Dispõe sobre a promoção de festas de cunho popular e festejos carnavalescos, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, de 30 dez. 1967.

\_\_\_\_\_. Decreto Municipal 54.815 de 5 de fevereiro de 2014. Disciplina o Carnaval de Rua da Cidade de São Paulo. *Diário Oficial [da] Cidade de São Paulo*, ano 59, n. 25, p. 1, São Paulo, 6 fev. 2014a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Serviços. Comitê Intersecretarial para a Política Municipal de Resíduos Sólidos. *Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos*. São Paulo, 2014b. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-2014.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Cultura. *Editais de chamamento público carnaval de rua 2016*. São Paulo, 9 set. 2015a. Disponível em: <http://prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=18772>. Acesso em: 3 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto 56.690 de 7 de dezembro de 2015. Disciplina o Carnaval de Rua da Cidade de São Paulo. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, ano 60, n. 227, p. 1, 8 dez. 2015b.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Cultura. Edital de Chamamento Público – Carnaval de rua (Processo nº 2015-0.238.097-4). Ata de Reunião. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, ano 60, n. 228, p. 52, 9 dez. 2015c.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal da Cultura. *Prefeitura de São Paulo detalha plano de apoio ao Carnaval de Rua*. São Paulo, 28 jan. 2016a. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=19605>. Acesso em: 8 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Cultura. *Cadastramento dos Blocos e Cordões Carnavalescos de São Paulo 2017*. São Paulo, 29 set. 2016b. Disponível em: <http://carnavalderua.prefeitura.sp.gov.br/cadastramento-dos-blocos-e-cordoes-carnavalescos-de-sao-paulo-2017>. Acesso em: nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Cultura. *Editais de Chamamento Público: carnaval de rua 2017*. São Paulo, 11 nov. 2016c. Disponível em: <https://1library.org/document/yjj840ky-edital-de-chamamento-publico-carnaval-de-rua.html>. Acesso em: ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Gestão Urbana. *Guia de boas práticas para os espaços públicos da cidade de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura de Desenvolvimento Urbano, 2016d. Disponível em: [https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/20161230\\_GBPEP.pdf](https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/20161230_GBPEP.pdf). Acesso em: 15 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Comunicação. *Carnaval de rua de SP terá 391 blocos com desfiles em várias regiões*. Cidade de São Paulo, São Paulo, 13 fev. 2017. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/carnaval-de-rua-de-sp-tera-391-blocos-com-desfiles-em-varias-regioes>. Acesso em: 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto 57.917 de 5 de outubro de 2017. Disciplina o Carnaval de Rua da Cidade de São Paulo. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, ano 62, n. 190, p. 8, 6 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Comunicação. *Carnaval de Rua 2018 bate recorde com 491 desfiles por toda a cidade*. São Paulo, 31 jan. 2018a. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/carnaval-de-rua-2018-bate-recorde-com-491-desfiles-por-toda-a-cidade>. Acesso em: 30 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Comunicação. *Carnaval de rua reúne mais de 12 milhões*. São Paulo, 19 fev. 2018b. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/carnaval-de-rua-reune-mais-de-12-milhoes-de-pessoas-em-sao-paulo>. Acesso em: 20 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Comunicação. *Carnaval de Rua movimenta R\$ 2,1 bilhões na economia da cidade*. São Paulo, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=273493>. Acesso em: 4 abr. 2020.

SAMPAIO, F. S. *Para viver juntos: geografia, 6º ano: ensino fundamental*. São Paulo: Edições SM, 2009

SEBE, J. C. *Carnaval, carnavais*. São Paulo: Ática, 1986. 96 p.

SENRA, R. Noruega é maior acionista de mineradora denunciada por contaminação na Amazônia. *BBC News*, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40423002>. Acesso em: 3 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Mineradora norueguesa tinha 'duto clandestino' para lançar rejeitos em nascentes amazônicas. *BBC News*, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43162472>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SERRA, D. R. O.; TAVARES, M. G. C. Os fenômenos da peregrinação e do turismo em santuários e eventos católicos: uma análise sobre o Círio de Nazaré em Belém-PA. *Cultur.*, Santa Catarina, v. 10, n. 1, p. 143-168, fev. 2016.

SILVA, M. R. N. *Negro na rua, a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, L. H. P. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *E-cadernos ces*, Coimbra, 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1123>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SILVEIRA, M. L. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 59-71.

SIMON, C. Coca-Cola - edições especiais Parintins. Exame, [s. l.], 2010. Disponível em: <https://exame.com/marketing/coca-cola-edicoes-especiais-parintins-574557/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SIMSON, O. R. M. von. *Carnaval em branco e negro: carnaval popular paulistano 1914-1988*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

SINGER, P. *Globalização e desemprego*. São Paulo: Contexto, 1998. 139 p.

SINIR. Ministerio do Meio Ambiente. Acordo setorial para implantação do sistema de

logística reversa de embalagens em geral. Disponível em:  
[https://sinir.gov.br/images/sinir/Embalagens%20em%20Geral/Acordo\\_embalagens.pdf](https://sinir.gov.br/images/sinir/Embalagens%20em%20Geral/Acordo_embalagens.pdf).  
 Acesso em: 10 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. ABRALATAS; ABAL. *Termo de compromisso logística reversa de latas de alumínio para bebidas*. São Paulo: LCA Consultores, 2020. Disponível em:  
[https://sinir.gov.br/images/sinir/LOGISTICA\\_REVERSA/LatasAluminio/Termo\\_de\\_Compromisso\\_Logistica\\_Reversa\\_de\\_Latas\\_de\\_Aluminio\\_para\\_Bebidas\\_ASSINADO.pdf](https://sinir.gov.br/images/sinir/LOGISTICA_REVERSA/LatasAluminio/Termo_de_Compromisso_Logistica_Reversa_de_Latas_de_Aluminio_para_Bebidas_ASSINADO.pdf).  
 Acesso em: 30 jul. 2020.

SIQUEIRA, M. M.; MORAES, M. S. de. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. *Ci. e Saúde Col.*, v. 14, n. 6, p. 2115-2122, 2009. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/csc/a/n5GCwf9wtQccdJQR3HwZqJg/?format=pdf&lang=pt>.  
 Acesso em: 30 jan. 2021.

SOIHET, R. Lutando pela inclusão: sociabilidade e cidadania através do carnaval (de 1890 aos tempos de Vargas). *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, v. 4, n. 1, p. 79-98, 2007.

SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, L. S. L. O êxodo do samba: do rural ao trabalho - discursos sobre a resistência negra em São Paulo. *Língua, Literatura e Ensino*, Campinas, v. 4, p. 341-345, 2009. Trabalho apresentado no 6º Seminário de Pesquisas da Graduação, 2009, Campinas, SP.

SOUZA, L. E. V.; FETZ, M.; CAVALCANTE, A. M. G. Miracle or mirage? critical contributions to the theory of ecological modernization in light of the desertec. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 23, 2020. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/asoc/a/v4vK45m79bqJxYkcS3CQRWs/?lang=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

STEINBRINK, M. Festifavelisation: mega-events, slums and strategic city-staging – the example of Rio de Janeiro. *Journal of the Geographical Society of Berlin*, Berlim, v. 144, n. 2, p. 129-145, 2013.

STEUDEVILLE, R. Economics of aluminium recycling. *BioCycle: Journal of Composting & Organics Recycling*, v. 34, n. 1, p. 74-77, 1993.

TAYLOR, G. A. O sistema Coca-Cola no Brasil é um fascinante exemplo de evolução de estratégia de competição em função da definição do negócio. *FAE Business*, n. 2, jun. 2002. Disponível em:  
<https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/16581117408300246.pdf>. Acesso em: 3 set. 2021.

TEMPER, L.; BENE, D.; MARTINEZ-ALIER, J. Mapping the frontiers and front lines of global environmental justice: the EJAtlas. *Journal of Political Ecology*, v. 22, p. 255-278, 2015.

TEODOSIO, A. S. S.; DIAS, S. F. L. G.; SANTOS, M. C. L. Procrastinação da política nacional de resíduos sólidos: catadores, governos e empresas na governança urbana. *Ci. e Cult.*, São Paulo, v. 68, n. 4, p. 30-33, Dec. 2016. Disponível em:



[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252016000400011&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000400011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 dez. 2020.

TESSIER, F. La nacionalidad de las empresas multinacionales: De Pechiney a Alcan, de una firma francesa a una firma global?. *La nacionalidad de las empresas multinacionales*, Oct 2006, Alicante, España. (halshs-00140595).

TONINI, H. Economia da experiência: o consumo de emoções na “região uva e vinho” *Rev. Bras. de Pesq. em Tur.*, São Paulo, v. 3, n. 1, abr. 2009, p. 90-107.

TRIGO, A. G. M; SENNA, J. S. M. Sustentabilidade em eventos: características, motivações e análise de eventos sustentáveis. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO - INOVARSE, 12., Anais [...].* 2016. Rio de Janeiro: INOVARSE, 2016. p. 1-22. ISSN 1984-9354.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria, notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-104.

\_\_\_\_\_. Grandes Projetos Urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira. *In: CUENYA, B.; NOVAIS, P.; VAINER, C. (org.). Grandes projetos urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira.* Porto Alegre: Café de las Ciudades, 2013.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Rev. Bras. Ciênc. Sociais*, [São Paulo], v. 15, n. 44, p. 5-34, out. 2000.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Rev. Saúde e Soc.*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, jan./abr. 2004.

VARGAS, H. C. Turismo e valorização do lugar. *Rev. Tur. Anál.*, São Paulo, v. 9, n. I, p. 7- 19, 1998.

VARGAS, H. C.; LISBOA, V. S. Dinâmicas espaciais dos grandes eventos no cotidiano da cidade: significados e impactos urbanos. *Cadernos da Metrópole*, v. 13. n. 25, p-. 145-161, 2011.

VELLOSO, M. P. Os restos na história: percepções sobre resíduos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 1, p. 1953-1964, 2008.

VENDRAME, A.; PINSKY, I. Ineficácia da autorregulamentação das propagandas de bebidas alcoólicas: uma revisão sistemática da literatura internacional. *Rev. Bras. Psiq.*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 196-202, 2011.

VIANA, E., SILVEIRA, A. I., MARTINHO, G. *Caracterização de resíduos sólidos: uma abordagem metodológica e propositiva.* São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2015. 177 p.

VIANA, H. Tradição da mudança: a rede das festas populares brasileiras. *Rev. Patrim.*, Brasília, n. 32, p. 302-215, 2005.

VIEIRA, A. L. *Análise do ciclo de vida (ACV): uma avaliação social e econômica da reciclagem das latas de alumínio na cidade de Belém*. 2004. 296 p. Tese. (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Pará, 2004.

VIEIRA M. do C. Consumo na pós-modernidade: as relações de identidade e comunicação no Festival de Parintins. *BOCC*, [Portugal], p. 1-17, ago. 2011. Trabalho apresentado no 11º: Congresso Lusocom, 2011, 2011, [Portugal]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-manuela-consumo-na-pos-modernidade.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

VILA MUNDO. Aplicativo gratuito mostra programação de rua do Carnaval de São Paulo. *Empresa Brasil de Comunicação*. 5 fev. 2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/tecnologia/2013/02/aplicativo-gratuito-mostra-programacao-de-rua-do-carnaval-de-sao-paulo>

VILLAC, T. A. A construção da política nacional de resíduos sólidos. In SANTOS, M. C. L. (org.). *Design, resíduos & dignidade*. São Paulo: Olhares, 2014. p. 147-158.

WATERMAN, S. Carnivals for Elites? The Cultural Politics of Arts Festivals. *Prog Hum Geogr*, v. 22, n. 1, p. 54-74, 1998.

WATERS, C. N. *et al.* The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. *Science*, v. 351, n. 6269, p. 137, 2016.

ZAIDAN, T. E. A Apropriação da cultura popular pelo marketing. *Teor. e Prát. Adm.*, [João Pessoa], v. 5, n. 2, p. 215-221, 2011.

ZAVADIL, P.; SILVA, R. P. da. Identificação e sistematização de diretrizes para o design de embalagens sustentáveis. *Design e Tecnologia*, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 35-47, 2013.

ZALASIEWICZ, J. O fardo insuportável da tecnosfera. *O Correio da Unesco*, n. 2, 2018. p. 15-17.

ZYLBERKAN, M. No 1º Carnaval com lei do xixi em SP, fiscal acha difícil punir “apertadinhos”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 jan. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1953867-no-1-carnaval-com-lei-do-xixi-em-sp-fiscal-acha-dificil-punir-apertadinhos.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2018.

## ANEXO 1

### Carta de Brasília

Os participantes do 1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da 1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao Poder executivo, propomos:

1.1 – Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.

1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento

tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.

1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.

1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

2.1 – Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 – Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua

3.1 – Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 – Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o direito à cidade.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 – Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 – Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 – Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001

<https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>

## ANEXO 2

## DADOS DO SETOR



**Aviso Legal:** O conteúdo deste documento é de propriedade da Abralatas. Você está autorizado a visualizar, enviar por e-mail, fazer download ou imprimir cópias do conteúdo. Caso use alguma das informações, favor citar a fonte como "Abralatas - Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio".

## TABELA 1

**Brasil: Produção de latas de alumínio para bebidas, capacidade de produção e capacidade utilizada - 1997 a 2017**

(Em bilhões de unidades e %)

Fonte: Abralatas.

ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Produção	7,1	9,1	8,6	9,2	10,4	9,9	9,3	9,4	9,6	10,6	
Capacidade de produção	11,5	11,7	11,7	11,9	13,0	14,2	14,4	14,4	14,4	14,4	
Capacidade utilizada	62%	78%	74%	77%	80%	70%	65%	65%	67%	74%	
ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*	2017**
Produção	12,3	13,3	14,5	16,8	19,0	20,5	21,3	24,1	24,5	25,4	25,4
Capacidade de produção	14,4	14,4	16,8	18,0	21,0	26,0	28,0	28,0	28,0	28,0	28,0
Capacidade utilizada	85%	92%	86%	93%	90%	79%	76%	86%	88%	91%	91%

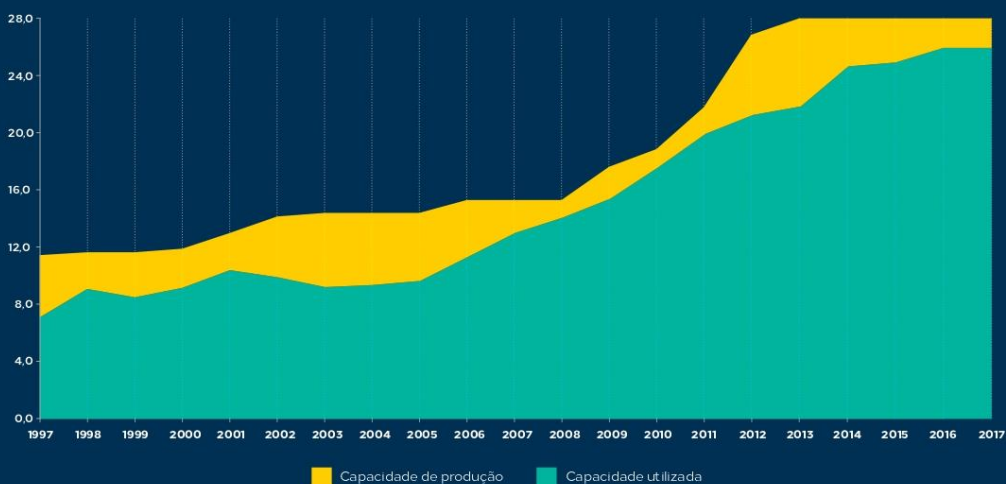
\* Considerando a entrada da CanPack Brasil, a Produção passa a ser 25,8 e a Capacidade utilizada, 92%. \*\* Considerando a entrada da CanPack Brasil, a Produção passa a ser 25,7 e a Capacidade utilizada, 92%.

## GRÁFICO 1

**Brasil: Capacidade de produção e produção efetiva de latas de alumínio para bebidas - 1997 a 2017**

(Em bilhões de unidades)

Fonte: Abralatas.



# DADOS DO SETOR



**Aviso Legal:** O conteúdo deste documento é de propriedade da Abralatas. Você está autorizado a visualizar, enviar por e-mail, fazer download ou imprimir cópias do conteúdo. Caso use alguma das informações, favor citar a fonte como "Abralatas - Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio".

## TABELA 2

**Brasil: Vendas de latas de alumínio para bebidas e taxa de crescimento anual - 1990 a 2017**

(Em bilhões de unidades e %)

Fonte: Abralatas.

ANO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	
Vendas	0,4	0,7	0,8	1,3	1,7	3,0	4,0	6,5	8,7	
Crescimento	-	67,7%	11,3%	63,2%	24,8%	77,0%	35,3%	62,7%	33,4%	
ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Vendas	8,3	8,8	10,1	10,3	9,2	9,4	9,8	10,7	12,2	
Crescimento	-4,3%	5,8%	14,9%	2,0%	-10,6%	1,6%	4,4%	10,0%	13,8%	
ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*	2017**
Vendas	13,2	14,8	17,4	18,5	20,2	20,9	23,2	23,6	22,7	23,8
Crescimento	8,0%	11,8%	17,8%	6,0%	9,3%	3,7%	11,2%	1,7%	-4,1%	4,9%

\* Considerando a entrada da CanPack Brasil, as Vendas passam a ser 23,0 e o Crescimento, -25% \*\* Considerando a entrada da CanPack Brasil, as Vendas passam a ser 24,0 e o Crescimento, 4,3%

## GRÁFICO 2

**Brasil: Vendas de latas de alumínio para bebidas - 1990 a 2017**

(Em bilhões de unidades)

Fonte: Abralatas.



# DADOS DO SETOR



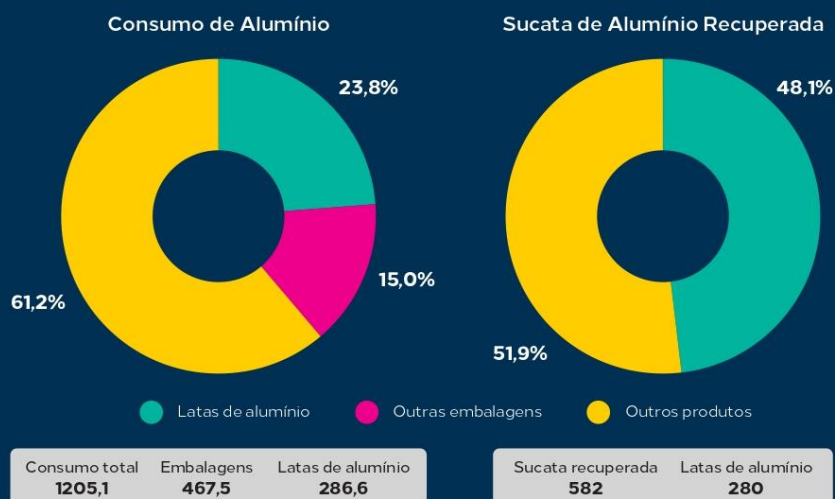
**Aviso Legal:** O conteúdo deste documento é de propriedade da Abralatas. Você está autorizado a visualizar, enviar por e-mail, fazer download ou imprimir cópias do conteúdo. Caso use alguma das informações, favor citar a fonte como "Abralatas - Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio".

## GRÁFICO 3

**Brasil: A importância da lata para a indústria do alumínio - 2016**

(Em milhares de toneladas e %)

Fonte: Abralatas e ABAL.  
Elaboração: Abralatas.



## TABELA 3

**Brasil: Índices de reciclagem de embalagens - 1997 a 2016**

(Em %)

Fonte: Abralatas / ABAL, ABEAÇO, ABIVIDRO, ABIPET e TetraPak.

ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Lata de alumínio para bebidas	64,0%	65,2%	72,9%	77,7%	85,0%	86,5%	89,0%	95,7%	96,2%	94,4%
Lata de aço para bebidas	ND	ND	ND	27,0%	49,0%	75,0%	78,0%	88,0%	88,0%	85,0%
PET	16,2%	17,9%	20,4%	26,3%	32,9%	35,0%	43,0%	47,0%	47,0%	51,3%
Vidro	39,0%	40,0%	40,0%	41,0%	42,0%	44,0%	45,0%	45,0%	45,0%	46,0%
Cartonada	ND	ND	10,0%	15,0%	15,0%	15,0%	19,0%	22,1%	23,0%	24,2%
ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Lata de alumínio para bebidas	96,5%	91,5%	98,2%	97,6%	98,3%	97,9%	97,1%	98,4%	97,9%	97,7%
Lata de aço para bebidas	81,5%	80,2%	78,0%	82,0%	78,0%	78,0%	ND	ND	ND	ND
PET	53,5%	54,8%	55,6%	55,8%	57,1%	59,0%	ND	ND	ND	ND
Vidro	47,0%	47,0%	47,0%	47,0%	47,0%	47,0%	ND	ND	ND	ND
Cartonada	25,5%	26,6%	26,0%	24,5%	27,1%	29,0%	30,0%	ND	ND	ND

ND: Não Disponível.